

**ANTROPOLOGIA E
DIREITOS HUMANOS**

4

**ANTROPOLOGIA E
DIREITOS HUMANOS**

4

**Miriam Pillar Grossi
Maria Luiza Heilborn
Lia Zanotta Machado**
(Organizadoras)

**NOVA[®]
LETRA**
GRÁFICA & EDITORA

Florianópolis, 2006

Copyright © 2006

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Capa

Cartas de tarô

*A temperança, O mundo, Os enamorados, A justiça,
A imperatriz, O imperador, O enforcado, O julgamento*

Equipe de apoio à edição e revisão

Fernanda Cardozo

Raquel Aisengart Menezes

Rafael Azize

Projeto gráfico e impressão

Nova Letra Gráfica e Editora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller

341.481

A636a

Antropologia e direitos humanos 4 / organizadoras
Miriam Pillar Grossi, Maria Luiza Heilborn, Lia Zanotta
Machado. — Blumenau : Nova Letra, 2006
424p.

ISBN 85-7682-147-8

1. Antropologia 2. Direitos humanos I. Grossi,
Miriam Pillar II. Heilborn, Maria Luiza II. Machado,
Lia Zanotta.

CDD 20ª edição

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: UM CAMPO CONSOLIDADO Miriám Pillar Grossi	7
PERSPECTIVAS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO 2004-2006 Maria Luiza Heilborn e Sergio Carrara	11
NO FIO DA NAVALHA: REFLEXÕES EM TORNO DA INTERFACE ENTRE INTERSEXUALIDADE, (BIO)ÉTICA E DIREITOS HUMANOS Paula Sandrine Machado	15
DIREITOS E SENSIBILIDADES: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE Patrice Schuch	57
“NÃO É DO JEITO QUE ELES QUER, É DO JEITO QUE NÓS QUER”: BIOTECNOLOGIA E O ACESSO AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DOS KRAHÔ Thiago Antônio Machado Ávila	121
“DEUS AJUDA A QUEM CEDO MADRUGA?” TRABALHO, INFORMALIDADE E DIREITOS CIVIS NOS TRENS DA CENTRAL DO BRASIL Lenin Pires	185
O CORPO DO ACUSADO: ESCRITA, ORALIDADE E DIREITOS NA JUSTIÇA FEDERAL ARGENTINA NA CIDADE DE BUENOS AIRES Lucía Eilbaum	243
TECENDO AS TRAMAS DO SIGNIFICADO: AS FACÇÕES PRISIONAIS ENQUANTO ORGANIZAÇÕES FUNDANTES DE PADRÕES SOCIAIS Karina Biondi	303

**O “OLHAR” DO UNIVERSO INFANTIL SOBRE AS VIOLÊNCIAS: SABERES,
DISCURSOS E OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO DE CRIANÇAS DE UM MORRO
DE FLORIANÓPOLIS/SC**

Danielli Vieira 351

ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS - IV PRÊMIO ABA – FORD

EDIÇÃO 2006 – DIREITOS CULTURAIS,

DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES 417

ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: UM CAMPO CONSOLIDADO

É com satisfação que publicamos este livro com os melhores trabalhos apresentados no concurso ABA/Ford de Direitos Humanos – edição 2006.

O prêmio, organizado pela comissão de direitos humanos sob a coordenação de Maria Luiza Heilborn, teve, nesta edição, uma expressiva equipe de colaboradores. Destacamos particularmente o trabalho de Raquel Ainsengart Menezes (bolsista recém-doutora junto ao Museu Nacional/UFRJ e pesquisadora associada no CLAM/UERJ), que assessorou a coordenação da comissão de direitos humanos na divulgação do edital, no recebimento dos trabalhos e no encaminhamento a pareceristas. Sua colaboração competente foi fundamental para o sucesso desta edição. Agrademos também o apoio incondicional de Fernanda Cardozo (bolsista do NIGS/UFSC) que atuou na revisão e apoio editorial do livro e de Carmem Vera Vieira Ramos (UFSC), secretária do Projeto Ford na ABA.

Recebemos, neste concurso, vinte e nove trabalhos, sendo considerados aptos a concorrer vinte e oito deles: seis na categoria graduação, nove na categoria mestrado e treze na categoria doutorado. O júri reuniu-se na semana anterior à 25ª Reunião Brasileira de Antropologia e foi presidido por Lia Zanotta Machado (diretora da ABA na gestão 2004/2006), tendo sido composto por Adriana de Resende Barreto Vianna (MN), Ana Lucia Pastore Schritzmeyer (USP), Eduardo Viana Vargas (UFMG) e Elisete Schwade (UFRN). Além dos membros da comissão, foram também pareceristas Adriana Piscitelli (Unicamp), Bárbara Musumeci (CESEC), Edilene Coffaci de Lima (UFPR), Glúcia de Oliveira Assis (UDESC), Hélio Silva (ISER), Laura Moutinho (PUC/RJ), Marco Antonio Teixeira Gonçalves (UFRJ), Maria Angélica Maués (UFPA), Maria Luiza Heilborn (UERJ), Maristela

Andrade (UFMA), Octavio Bonet (UFJF), Oscar Calávia Saez (UFSC) e Raquel Ainsengart Menezes (UERJ e MN).

Após árduo trabalho, o júri deliberou pela premiação de sete trabalhos, que aqui publicamos, destacando a excelência do conjunto de trabalhos concorrentes, particularmente na modalidade doutorado. Os trabalhos neste livro publicados representam, portanto, o que há de melhor produzido hoje nos programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil sobre Direitos Humanos em suas múltiplas acepções antropológicas.

Os ensaios que trazemos aqui mostram o quanto a questão dos *Direitos Humanos* é, hoje, uma temática central nos estudos antropológicos, tendo ampliado seu campo de reflexão de temas anteriormente mais visíveis – como a criminalidade, a pobreza e a violência urbana – para questões mais invisíveis – como o desrespeito ao direito de se mudar de sexo, as percepções de violência entre crianças e as relações entre ciência ocidental e saberes indígenas.

O trabalho vencedor na categoria doutorado, de Paula Sandrine Machado, que acompanha famílias com crianças que nascem com indefinição sexual, está sendo desenvolvido como pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS no Núcleo de Estudos sobre Corpo e Saúde (NUPACS) sob orientação de Daniela Knauth.

A menção honrosa nesta mesma categoria foi atribuída ao ensaio de Patrice Schuch sobre o movimento de educadores populares que trabalham com jovens infratores. Este ensaio é fruto de tese de doutorado produzida sob orientação de Claudia Fonseca no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, onde hoje Patrice atua como bolsista recém-doutora no Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI).

Thiago Antônio Machado Ávila, mestre em Antropologia Social pela UnB, com trabalho intitulado “*Não é do jeito que eles quer, é do jeito que nós quer: biotecnologia e o acesso aos conhecimentos tradicionais dos Krabô*”, recebeu o prêmio de melhor ensaio da categoria mestrado.

Orientado por Alcida Rita Ramos, Thiago se debruçou sobre conflito envolvendo os índios Krahô e pesquisadores da UNIFESP a respeito de pesquisa sobre plantas medicinais realizada por estes últimos junto a este grupo indígena.

Lucia Eilbaum e Lenin Pires, alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, sob orientação de Roberto Kant de Lima, receberam menções honrosas na categoria mestrado. Lucia Eilbaum discorre sobre a violação de direitos humanos na Argentina a partir do estudo de um processo judicial envolvendo caso da violência policial contra grupos de desempregados. Lenin Pires, por sua vez, estuda a a violência policial contra a população pobre que usa o trem da Central do Brasil no Rio de Janeiro, particularmente a partir do ponto de vista dos vendedores ambulantes nos trens.

O primeiro prêmio da categoria graduação foi atribuído a Karina Biondi, formada em Ciências Sociais pela USP e orientada por José Guilherme Cantor Magnani, no Núcleo de Antropologia Urbana (NAU). Seu trabalho aborda a complexa questão das prisões na cidade de São Paulo. Karina faz, a partir de intenso trabalho de campo através de visitas ao presídio, uma pungente etnografia do cotidiano em uma prisão em São Paulo, apontando para questões de grande atualidade na relação entre Estado, prisões e facções criminosas.

Danielli Vieira, menção honrosa da categoria graduação, estudou as representações infantis sobre violência e tráfico dialogando com crianças que freqüentam uma escola de uma das favelas de Florianópolis. Graduada em Ciências Sociais pela UFSC, foi orientada por Theophilos Rifiotis, no Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS).

Os estudos sobre Direitos Humanos, que desde 1998 vêm sendo premiados nos concursos bienais ABA/Ford, remontam a várias ações históricas de nossa associação, a qual, desde os tempos da ditadura militar e do Estado de exceção, vem mostrando voz ativa

na defesa dos direitos dos grupos minoritários, estigmatizados e oprimidos na sociedade brasileira. Agradecemos, mais uma vez, o apoio que a Fundação Ford tem dado à ABA para o desenvolvimento deste concurso, assim como a expressiva participação de concorrentes e o trabalho de colegas que deram parte de seu valioso tempo para a avaliação e julgamento dos trabalhos apresentados.

Miriam Pillar Grossi
Presidente da ABA – Gestão 2004/2006

PERSPECTIVAS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO 2004-2006

A Associação Brasileira de Antropologia vem, em suas últimas gestões, dando uma atenção especial à temática dos direitos humanos. Essa ênfase tem-se multiplicado em diversas frentes, como seminários regionalizados sobre aspectos novos que a apropriação da temática exige da disciplina antropológica. Alinham-se, assim, os debates interdisciplinares, os cursos itinerantes e a realização do concurso Antropologia de Direitos Humanos, agora em sua quarta edição, com o apoio da Fundação Ford.

Se, por um lado, isso representa um novo empuxo de uma questão que sempre animou a nossa prática profissional no país – e a comissão de direitos humanos representou, ao longo de sua história, esse compromisso inarredável das ciências sociais brasileiras, por serem, como diz Mariza Peirano, *interessadas* –, por outro coube à atual configuração da comissão acompanhar a tendência contemporânea de ampliação dos assuntos abrigados sob a chancela dos direitos humanos.

Desde a sua formulação e do seu inarredável enraizamento na ideologia ocidental da liberdade, da democracia, do bem-estar e da soberania, as narrativas dos direitos humanos têm podido servir a senhores muito diversos – sejam os bem-intencionados que, em nome dela, pretendem salvar, resgatar a dignidade humana de segmentos expostos ao arbítrio, à exploração e à intolerância, sejam aqueles grupos que, em nome dos direitos humanos, buscam exercer pontos de vista específicos (e não humanistas, nesse sentido) para atingir metas caras ao seu próprio ideário. Certamente, o que se conhece como a quarta geração de direitos – aquela consagrada a partir da década de 1990, exemplificada, entre outras, pela conferência de Beijing – tem buscado salientar de que maneira direitos humanos competem também à metade da população

mundial – as mulheres – e, mais ainda, àqueles que, minoritários, se abrigam sob a capa da diversidade sexual. Esses sujeitos, que não são novos, mas que vocalizam diferentemente a reivindicação de dignidade, devem integrar as preocupações de uma Antropologia atuante e atual.

Nesse sentido, tivemos interesse em dar apoio e cooperação a iniciativas como a do curso “*Pesquisa em Direitos Humanos, Gênero e Violência*” – organizado em parceria entre o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG), o IFCS/UFRJ e o CLAM/IMS/UERJ – e a atividades no âmbito de congressos nacionais e latino-americanos, como, por exemplo, no caso da mesa-redonda “*Direitos sexuais e saúde reprodutiva*”, na IV RAM, em Montevidéu, e das mesas-redondas “*Antropologia e Direitos Humanos: reflexões interdisciplinares e Aborto e Direitos Humanos*” na 25ª Reunião da ABA.

Sabemos que a universalização do conceito de Direitos Humanos se tornou instrumento relevante para a produção de um espaço público democrático. Deste ponto de vista, o Prêmio ABA/Ford buscou estimular novas reflexões sobre o tema dos direitos humanos, em especial os direitos culturais, desigualdades e discriminações – no que, sem dúvida, obteve uma resposta extremamente positiva, coisa que pode ser comprovada pela diversidade de temas abordados nos trabalhos inscritos, abrangendo as áreas dos direitos, Justiça, questões indígenas, comunidades quilombolas, fronteiras étnicas, corpo e saúde, gênero e estudos históricos.

Desde a divulgação do edital até ao resultado final e à premiação dos autores, a Comissão esteve empenhada em dar ao processo um caráter participativo de avaliação. Para tal, ela contou com a assessoria exímia e dedicada de Rachel Aisengart Menezes, que participou da preparação do concurso e coordenou todo o processo de avaliação, desde a distribuição dos trabalhos para os pareceristas até ao envio final das avaliações ao Júri. Trata-se de um trabalho invisível, do qual, em geral, não se reconhecem os méritos, que parecem apenas culminar no momento em que os resultados se

tornam públicos. A árdua tarefa de comunicação com todos os vinte e oito inscritos e envolvidos, a divisão dos trabalhos por áreas temáticas, o contato com os avaliadores e com os membros do júri estiveram a seu encargo. Tendo em vista a preocupação com a transparência do processo de avaliação, cada texto foi avaliado por dois antropólogos – com experiência na área e sem qualquer vínculo com o autor –, e cada parecer apresentava o tema do trabalho, a pertinência em relação aos direitos humanos, e apontava as principais vertentes de análise. De fato, o número de trabalhos inscritos neste ano de 2006 demonstra o interesse pela temática e expressa a ampla divulgação do edital, seja em cursos de graduação de Ciências Sociais – e cabe acrescentar a novidade de premiação na categoria graduação –, seja em Programas de Pós-graduação em Antropologia Social ou em outros, considerados aptos a participar do processo de seleção. A deliberação final foi realizada em Goiânia, após muitas horas de reunião do Júri, de posse de todos os pareceres. Por motivos de força maior, Maria Luiza Heilborn (até então presidente do Prêmio) não pôde estar presente nesta reunião, mas o trabalho foi gentil e exemplarmente cumprido por Lia Zanotta Machado, que também vinha colaborando na realização da mesa-redonda sobre aborto e direitos humanos na 25ª Reunião da ABA.

Os textos aqui publicados abordam questões sobre saúde – seja em áreas urbanas ou rurais (aí se incluindo os indígenas), seja em grupos específicos, como mulheres, soropositivos, homossexuais ou intersexo –, sobre processos judiciais, fronteiras étnicas, crianças e profissões, dentre outras, e expressam não somente o interesse na temática dos direitos humanos, mas também a abrangência das áreas de investigação, o que demonstra a atualidade e a pertinência do fazer e da reflexão antropológicos.

Maria Luiza Heilborn e Sergio Carrara

NO FIO DA NAVALHA: REFLEXÕES EM TORNO DA INTERFACE ENTRE INTERSEXUALIDADE, (BIO)ÉTICA E DIREITOS HUMANOS¹

Paula Sandrine Machado

Muitas souberam que eram diferentes em sua primeira infância. Presentiram que seu nascimento não foi uma boa notícia para ninguém. Muitas passaram os primeiros anos indo e voltando, de casa para o hospital. Muitas sofreram cirurgias destinadas a reduzir o tamanho de seu clitóris. Ninguém as perguntou. Ninguém as explicou o porquê. Muitas descobriram a verdade de sua história espiando seus registros médicos, às escondidas. Algumas tiveram que usar sua imaginação para reconstruí-la. Outras a descobriram vasculhando em livros de medicina. Algumas foram submetidas a vaginoplastias compulsivas e a meses e anos de dilatações vaginais. Muitas lidam todos os dias com a insensibilidade vaginal. Vivem em culturas onde seus corpos são temidos, são corrigidos, são mutilados. (...) Muitas levam na carne a experiência de uma violação sem fim. Para muitos e muitas elas nem sequer são reais. Nem sequer existem. Suas vidas parecem transcorrer pra lá da diferença sexual, pra lá do gênero, em um lugar nebuloso, sem tempo. (...) (Fragmento do texto político “As Inominadas” veiculado pela Área Trans e Intersex da International Gay and Lesbian Human Rights Commission, que circulou em 8 de março de 2006. Traduzido do espanhol por Aline de Freitas.)

Sílvia², mãe de Jeliel, contou-me indignada sobre os comentários que ouvira de outras mulheres quando tinha ido almoçar nas dependências do hospital onde Jeliel continuava internada após seu nascimento e o diagnóstico médico de *genitália incompletamente formada*. Segundo Sílvia, as mulheres repetiam: *Ab, tu viu a criança que nasceu sem sexo?* O mal-estar causado pela frase era visível em sua expressão.

Sílvia me disse que quase reagiu e que *mais um pouco* teria respondido: *Não é que ela não tenha sexo, não está definido... Porque ninguém nasce sem sexo*. O caso de Sílvia é revelador das negociações sociais que tão cedo acabam sendo estabelecidas por familiares de crianças intersex.

Inúmeros trabalhos que se debruçam sobre as narrativas de pessoas intersex e seus familiares demonstram o quanto essas apontam para histórias de segredos, de vergonha, bem como de não-ditos e mal-entendidos (ou mesmo não entendidos) em relação à equipe médica (Kessler, 1998; Dreger, 1999 e 2000; Preves, 1999 e 2003; Cabral, 2005). Em todos os casos, vem à tona a discussão crítica acerca dos protocolos de tratamento vigentes, bem como em relação às intervenções cirúrgicas e hormonais realizadas nos corpos intersex, o que se enuncia enquanto um debate ético. Algumas análises sobre intersexualidade vão ainda mais longe, problematizando a noção dos Direitos Humanos e o espaço possível para alguns corpos na definição de uma certa “humanidade sexuada” (Cabral, 2005; Butler, 2004).

Inserindo-se nesse contexto de discussões, o objetivo deste ensaio é abordar questões que remontam às insuficiências contidas na imposição social do sistema binário de sexo e gênero e os paradoxos em que se assentam as “correções” hormonais e cirúrgicas a que são submetidos os corpos intersex. Para tanto, por um lado analisarei alguns aspectos considerados pelos médicos no processo de “definição do sexo” e os elementos em que se baseiam para definir o “diagnóstico” de intersexo. Por outro, indicarei as tensões entre as definições médicas e aquilo que é vivido cotidianamente por jovens intersex e suas famílias. Enfocarei sobretudo o momento do “diagnóstico” e de que forma, desde esse marco importante, deflagram-se “segredos” e “silêncios” no que tange à situação. A partir daí, buscarei situar a discussão sobre esses temas em sua interface com o terreno dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos – ou, ainda, dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos^{3,4}.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sócio-antropológica, na qual

foi adotado o método etnográfico, já que se propõe a investigar as concepções, as representações e as práticas relacionadas ao fenômeno das decisões em casos “diagnosticados” como intersexo, o contexto em que o mesmo ocorre e suas implicações aos envolvidos. As técnicas de investigação social privilegiadas foram observação participante, entrevistas informais e entrevistas individuais semi-estruturadas, com roteiro semidefinido.

A observação participante e as entrevistas informais foram realizadas em um Hospital do Rio Grande do Sul/Brasil (que irei chamar, de agora em diante, de Hospital RS), o qual é um hospital-escola de nível terciário, ou seja, de grande complexidade tecnológica, onde é prestado, diariamente, atendimento à população oriunda de todo o Estado. Nesse hospital, o trabalho foi desenvolvido especialmente nos ambulatórios de cirurgia/urologia pediátrica e de endocrinologia pediátrica, em reuniões de equipe destas especialidades e nas discussões de casos de intersexo de mais difícil resolução médica. A observação participante e as entrevistas informais estenderam-se, ainda, ao contexto da internação hospitalar e aos locais de moradia de algumas famílias.

Somado a essas técnicas de investigação social, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com: 1) Familiares de pessoas que já haviam recebido o “diagnóstico” médico de intersexo e que estavam em acompanhamento com profissionais de saúde do Hospital RS; 2) Familiares de crianças que haviam recebido o “diagnóstico” no decorrer da pesquisa; 3) Jovens que já haviam sido submetidos a alguma cirurgia de “correção” da genitália e/ou que recebiam algum tratamento hormonal; 4) Profissionais de saúde do Hospital RS envolvidos – endocrinologistas pediátricos, cirurgiões pediátricos, geneticistas, pediatras, psicólogos.

No contexto do Hospital RS, tive contato com 33 famílias e com 16 jovens maiores de 12 anos e menores de 26. Grande parte dessas pessoas residia no interior do Estado do Rio Grande do Sul, sendo algumas delas oriundas de zonas rurais. Outras vinham da Grande Porto Alegre e apenas poucas eram de Porto Alegre-capital⁵. No

que se refere aos “diagnósticos” médicos, os dois mais encontrados nos registros dos prontuários das crianças e jovens que conheci eram o que se denomina, na linguagem médica, de Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC)⁶ e as Hipospádias combinadas com criptorquidia⁷.

É importante ressaltar que, diferentemente dos trabalhos anteriormente citados (Kessler, 1998; Dreger, 1999 e 2000; Preves, 1999 e 2003; Cabral, 2005), nenhum dos jovens intersex e dos familiares que compuseram o universo empírico desse estudo possuía qualquer envolvimento com o movimento político intersex, nem mesmo reconheciam a si mesmos (ou a seus filhos) como intersexuais. Na realidade, em apenas um caso a mãe havia feito uma pesquisa na internet sobre a questão da Hiperplasia Adrenal Congênita de seu bebê e acabara sabendo da existência de grupos que se posicionavam contra as cirurgias precoces, tomando contato com algumas narrativas de pessoas intersex.

Dessa forma, utilizo a denominação “intersex” como categoria ética, ou seja, da pesquisadora, e não como categoria auto-identificatória das pessoas que participaram dessa pesquisa. Ainda que a literatura médica faça menção aos “estados intersexuais”, mesmo os médicos que acompanhei no Hospital RS dificilmente utilizavam a denominação “intersexo” entre eles e, pelo menos nos momentos em que pude observar, nunca fizeram uso desse termo durante as consultas com os familiares e com as crianças/jovens intersex. Se, de uma forma geral, o termo *genitália ambígua* é visto por eles como inadequado (porque não daria conta de todos os “estados intersexuais” e, também, porque faria referência à idéia de “ambigüidade”), o termo intersexo também não é considerado livre de problemas. No seu dia-a-dia, percebi que os médicos permitem-se utilizar entre eles o termo *genitália ambígua* quando se referem a algumas condições que consideram “intersexualidade”, mas salientam a importância de não o fazer frente às famílias, situação na qual julgam preferível o uso da expressão *genitália incompletamente formada*.

De acordo com a literatura médica, os “estados intersexuais” podem ser divididos, bem simplificada e sucintamente, em quatro grandes grupos: pseudo-hermafroditismo feminino (presença de ovário, sexo cromossômico 46XX⁸, genitália interna considerada “feminina”, mas genitália externa “ambígua”); pseudo-hermafroditismo masculino (presença de testículos, cariótipo 46XY, genitália externa considerada “feminina” ou “ambígua”); disgenesia gonadal mista (presença de gônadas disgenéticas, ou seja, “com alterações”); hermafroditismo verdadeiro (presença de tecido ovariano e testicular) (Freitas, Passos, Cunha Filho, 2002).

Já os grupos de ativismo político intersex oferecem outras definições para o termo, através das quais buscam contestar a patologização da intersexualidade, bem como ampliar o leque daquilo que o termo é capaz de compreender para além das classificações médicas. A diferença – e a variação da norma – é reivindicada pelos ativistas como uma possibilidade e não como uma doença. Alinhando-me a esse entendimento da intersexualidade, para fins desse estudo utilizarei a definição oferecida por Mauro Cabral, filósofo e ativista intersex argentino, em entrevista concedida a Gabriel Benzur:

El concepto clave para comprender de qué hablamos cuando hablamos de *intersexualidad* es el de *variación*. Por lo tanto, cuando decimos *intersexualidad* nos referimos a todas aquellas situaciones en las que el *cuerpo sexuado* de un individuo *varía* respecto al *standard* de corporalidad femenina o masculina culturalmente vigente. ¿De qué tipo de *variaciones* hablamos? Sin ánimo de exhaustividad, a aquellas que involucran mosaicos cromosómicos (XXY, XX0), configuraciones y localizaciones particulares de las gônadas - (la coexistencia de tejido testicular y ovárico, testículos no descendidos) como de los genitales (por ejemplo, cuando el tamaño del pene es “demasiado” pequeño y cuando el clítoris es “demasiado” grande de acuerdo a ese mismo *standard* del que antes hablaba, cuando el final de la uretra está desplazado de la punta del pene a uno de sus costados o a la base del mismo, o

quando la vagina está ausente...). Por lo tanto, cuando hablamos de intersexualidad no nos referimos a un cuerpo en particular, sino a un conjunto muy amplio de corporalidades posibles, cuya variación respecto de la masculinidad y la femineidad corporalmente “típicas” viene dada por un modo cultural, biomédicamente específico, de mirar y medir los cuerpos humanos. (Cabral, Benzur, 2005:283-284)

Para dar conta dos já mencionados objetivos desse ensaio, ele estará dividido em cinco partes. Primeiramente, será apresentada e discutida a lógica médica que embasa o “diagnóstico” e a “escolha do sexo” em crianças intersex. Em seguida, ainda me detendo sobre o “diagnóstico”, retomarei a questão a partir de como os familiares receberam a notícia, os sentimentos envolvidos e os ruídos e tensões que foram e são estabelecidos em relação à equipe médica. Na terceira parte, analisarei a questão dos “segredos” e das “lacunas” que rondam a vida dos jovens intersex e dos familiares com os quais tive contato. Na quarta parte, centrarei a discussão sobre os esforços e as preocupações, tanto de médicos como dos familiares, em “normatizar” a condição intersex, assumindo como pressuposto que a tentativa de construir o sexo “como natural” remete às tentativas de lidar com corpos que escapam do padrão dicotômico masculino-feminino e de restituir um estado de pureza que não ameaça a ordem social. Finalmente, como já anunciado, dedicarei especial atenção às questões que remetem à interface intersexualidade-ética-direitos humanos, ponderando sobre algumas conseqüências jurídicas relacionadas aos protocolos médicos voltados para as pessoas intersex e a propósito das práticas “corretoras” a que são submetidos os seus corpos, desde uma perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos.

I. Ninguém nasce sem sexo: o diagnóstico médico e a busca do “sexo verdadeiro”

Segundo a resolução 1.664/2003 do Conselho Federal de Medicina,

publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2003, que “define as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual”:

Art.1º - São consideradas anomalias da diferenciação sexual as situações clínicas conhecidas no meio médico como genitália ambígua, ambigüidade genital, intersexo, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo (masculino ou feminino), disgenesia gonadal, sexo reverso, entre outras.

Art. 2º - Pacientes com anomalia de diferenciação sexual devem ter assegurada uma conduta de investigação precoce com vistas a uma definição adequada do gênero e tratamento em tempo hábil.

Esses dois artigos apontam para pelo menos duas questões: primeiramente, a de que existe, desde uma perspectiva médica, parâmetros que definem uma diferenciação sexual normal os quais seguem padrões considerados idênticos para todos os indivíduos da espécie humana. Em segundo lugar, sugere-se que não apenas a investigação dos “casos” tenha que ser precoce, como também a intervenção (“em tempo hábil”), sendo que esta última implica em decisões no âmbito cirúrgico e endocrinológico com vistas a uma “correção” da genitália (interna e/ou externa) “mal-formada” e dos aspectos hormonais. Percebe-se, ainda, que a orientação de que as intervenções sejam realizadas o mais cedo possível possui justificativas que não estão restritas a indicações médicas: elas visam uma “definição adequada do gênero” (leia-se gênero, aqui, como masculino ou feminino em consonância com a heterossexualidade).

De acordo com os protocolos médicos, no momento em que nasce uma criança com uma anatomia genital considerada *ambígua*, toda uma equipe de especialistas – endocrinologistas, cirurgiões, pediatras, geneticistas, psicólogos – é acionada para que seja investigada a “causa” dessa condição, determinado o “diagnóstico” e decididas as modalidades de intervenções “corretoras” que serão aplicadas, sejam elas cirúrgicas ou hormonais. Como pude observar,

normalmente a pessoa que recebe a criança é o médico neonatologista ou pediatra, seja esse do próprio Hospital RS ou de qualquer outro hospital do Estado do RS. É ele quem fará a primeira “avaliação”. Se a criança não nasceu no Hospital RS, será encaminhada para o mesmo (ou para algum dos demais hospitais de referência do RS), onde se iniciará todo o processo de investigação. Caso ela tenha nascido no Hospital RS, é freqüentemente o neonatologista quem irá solicitar a consultoria dos profissionais das outras equipes (Genética Médica, Endocrinologia e Cirurgia Pediátrica). Em alguns casos, é acionado também o Comitê de Bioética do hospital. Conforme relata um dos informantes médicos (cirurgião pediátrico), o protocolo geral seguido no Hospital RS quando se desconfia de um caso de intersexo seria o seguinte:

Sempre que uma genitália, no exame, ela tem algumas alterações em relação ao falos ou à formação da bolsa escrotal, sempre tem que ser investigada. Então, assim, um falos pequeno ou um... com uma uretra hipospádica mais abaixo, com criptorquia, a gente considera genitália ambígua. Tem que se investigar sempre, né. Daí a investigação consiste de exame físico; anamnese com a mãe pra ver se ela usou algum tipo de hormônio, teve algum problema ou não durante a gestação; a ecografia abdominal; uma genitografia, que é um raio-X contrastado pra avaliar o seio urogenital ou a uretra; o perfil endocrinológico, então a gente sempre pede uma avaliação endocrinológica; uma avaliação genética, pra fazer cariótipo, também; tem uma avaliação do cirurgião pediátrico. Então, depois de toda a investigação feita, do perfil hormonal, da avaliação da genética e do cirurgião pediátrico e do acompanhamento da psicóloga, nós nos reunimos, daí, em equipe pra decidir qual é o diagnóstico e qual vai ser a conduta para aquela criança. Basicamente, de uma maneira geral, seria essa a abordagem.

Assim, no que se refere à perspectiva médica, existem inúmeros critérios psicológicos, endocrinológicos, genéticos e cirúrgicos que irão constituir o protocolo para conduzir o processo de tomada

de decisões. Conforme descrevi em outro artigo (Machado, 2005a), esses critérios variam de acordo com o sexo que se pretende assignar, sendo que o cariótipo (46 XX ou XY) desponta como elemento de grande peso em qualquer uma das situações. Para o sexo feminino, os fatores mais relevantes, em ordem de importância, são: a capacidade reprodutiva e a possibilidade de reconstrução anatômica de uma vagina que viabilize mais tarde, para a mulher, relações sexuais prazerosas (o que é associado à preservação das enervações do clitóris) e que possa ser penetrada por um pênis. Para o sexo masculino, aparecem os seguintes fatores, também em ordem de importância: o tamanho e a capacidade erétil do pênis; a possibilidade de sentir prazer (o que é relacionado à ejaculação) e de penetrar adequadamente uma vagina; a capacidade reprodutiva; e a possibilidade de urinar *de pé* (sobre esse último ponto, escutei mais de uma vez, por exemplo, que a impossibilidade de urinar *de pé* poderia submeter um menino a preconceitos entre o grupo de amigos, o que poderia lhe acarretar prejuízos psicológicos mais tarde)⁹.

Não é difícil perceber que enquanto há um enorme cuidado em preservar a potencialidade para o sexo penetrativo e com ejaculação quando se trata de “fazer meninos”, o prazer feminino não é colocado em primeiro plano, ou pelo menos aparece como uma preocupação secundária quando comparada à manutenção da capacidade reprodutiva. Disso resultam alguns argumentos bastante utilizados pelos profissionais de saúde no nível discursivo, ainda que frente a um caso concreto possam não concordar entre si quanto ao sexo mais adequado a ser atribuído à criança. Entre eles, um que me parece bastante significativo é o de que se a criança apresenta uma capacidade para procriação relacionada à maternidade – ovário e útero preservados –, extirpar os órgãos reprodutivos é associado à idéia de esterilização, o que é visto com restrições morais significativas. Interessante notar que à retirada dos testículos, ou seja, do “órgão da reprodução” masculino, não é dada tanta importância nem decorrem maiores dilemas éticos.

Feito o “diagnóstico” de intersexo e decididas as modalidades de intervenção, as crianças serão acompanhadas pela equipe da Endocrinologia e da Cirurgia Pediátrica durante o período necessário, com consultas mais ou menos freqüentes (variando de uma vez por semana, dependendo do momento em questão, a revisões anuais). Normalmente, as pessoas a quem são prescritos tratamentos hormonais ficarão vinculadas à Endocrinologia por tempo indeterminado.

O que se destaca é que, no processo de investigações e decisões, o sexo emerge como uma “categoria médico-diagnóstica” (Machado, 2005a), ao mesmo tempo em que o padrão dicotômico masculino-feminino aparece como ideal a ser alcançado por meio de técnicas “reparadoras”. A partir das análises de Foucault (1988), pode-se dizer que a “urgência” em (descobrir maneiras inequívocas de) definir o sexo se coloca porque, na nossa sociedade, a “verdade” sobre o sujeito está fortemente relacionada à sexualidade. Nesse sentido, a “verdade” sobre o sexo de uma pessoa sobrepõe-se à “verdade” sobre ela. Conseqüentemente, o borramento das categorias nesse domínio traduz-se em desconfiança em relação à humanidade daquele que escapa da norma, podendo vir a situá-lo como “monstro”, definido, nas palavras de Foucault (2001:70), como o “que combina o impossível com o proibido”. Talvez seja justamente para tentar dar conta dessas questões que, para os profissionais de saúde, passa a fazer mais sentido o uso da expressão *genitália incompletamente formada* em detrimento de *genitália ambígua*, como ilustra a fala de um dos médicos entrevistados:

Que na verdade **não é uma ambigüidade**. A criança tem um **sexo definido**, ela tem um genótipo. O que ela não tem é o fenótipo bem definido. Não se apresenta com a genitália completamente formada. (Grifos meus)

O termo *genitália incompletamente formada* permite adiar o “diagnóstico” do sexo sem questionar a sua existência inequívoca no corpo (como um entre dois – e apenas dois – possíveis). Ele sugere que mesmo quando a “natureza” do sexo *não está completa*, ela já habita o corpo

(seja geneticamente, hormonalmente ou em outros níveis) e só precisa ser encontrada. A partir daí, a construção do “sexo completo” segue determinadas orientações que mesclam a biologia com representações sociais associadas ao feminino ou ao masculino: o tamanho do pênis, a capacidade reprodutiva, a adequação dos genitais para o sexo penetrativo e heterossexual, entre outras, como já apontado.

Quando estão falando sobre as escolhas e as categorizações em relação ao sexo de crianças intersex, os médicos utilizam vários critérios, os quais funcionam como indícios em busca de uma determinada verdade. Quando Ginzburg (1989) aponta para a emergência de um paradigma indiciário na produção do conhecimento científico, mostra que o que será definido como “verdade” ou como “ficção”, como “típico” ou não, é a crença em um determinado discurso, ou melhor, em uma determinada seqüência interpretativa de fatos, cuja coerência deve ser eficaz em produzir um efeito de verdade. Assim como no paradigma indiciário a “verdade” sobre um fato é construída através de indícios, no diagnóstico médico a “verdade” sobre o sexo aparece através de uma interpretação de um conjunto de exames e sinais físicos os quais, isoladamente, não fariam o mesmo sentido.

O que Ginzburg (1989) parece sugerir é que se os indícios passam a ter uma materialidade própria¹⁰, como se fossem “reais” (e que produziriam, portanto, quando em conjunto, uma “realidade” indiscutível), a forma como são montados e combinados é, em última instância, interpretativa. A escolha do sexo parece ser um caso privilegiado para pensar esse argumento. O que pretende a equipe de saúde é, justamente, chegar ao “sexo verdadeiro” do paciente através de critérios que podem ser invisíveis – ou nunca antes imaginados – para as próprias pessoas intersex e seus familiares, como é o caso, por exemplo, da presença/ausência/deficiência de hormônios. Para isso, os médicos tomam decisões tentando, em larga medida, apagar “ambigüidades” ou diferenças. Em algumas situações, isso pode ser gerador de angústia, como naquelas em

que as famílias buscam algumas respostas, conforme aparece na fala de um dos informantes médicos:

(...) Então, a primeira coisa que eu acho, “É menina ou é menino?”. Isso toda a família quer saber. Os pais querem saber, os irmãos querem saber e a gente vai dizer o quê pra família, né? Como é que a gente vai educar? Então, a primeira coisa, assim, vai se dizer o quê pra família? É homem? É mulher? Que nome que vai ser dado? Vai ser registrado como? Então, do ponto de vista social, né, essa criança vai ser educada como?

A questão do “diagnóstico”, contudo, não está restrita às definições médicas. Ela emerge sempre no contexto das relações entre diferentes atores sociais, indicando a complexidade da noção de “sexo biológico” que ultrapassa essas mesmas definições.

II. Para além do diagnóstico médico: tensões, negociações e rupturas entre as definições médicas e aquelas dos pais de crianças e jovens intersex.

Do momento do nascimento, passando pela fase dos exames, até o “veredicto final” da equipe médica, desenrola-se um período onde a “verdade biológica sobre o sexo” da criança é colocada em suspenso, ou seja, o sexo é declarado *indefinido*, o que pode levar semanas em alguns casos. Durante esse tempo, os pais são orientados a não se dirigirem à criança com nomes masculinos ou femininos, bem como a utilizarem expressões consideradas neutras do ponto de vista do gênero, como *o bebê* ou *a criança*, ao invés de *filha* ou *filho* para se referirem ao recém-nascido. Observa-se, conforme aponta Elsa Dorlin (2005:132), que os aspectos cromossômicos e gonadais a serem analisados não são a matriz do sexo. Eles funcionam, antes, como o fundamento essencial para a escolha de uma identidade, a qual deve respeitar um pressuposto heteronormativo e que deve ser “bicategorizável”, ou seja, masculina ou feminina.

Se é possível dizer que a maior parte das famílias percebe a medicina como competente para decidir sobre o “estatuto sexual” das crianças, é preciso ressaltar que muitas vezes as mesmas utilizam outros indícios para reconhecer seus filhos como meninas ou meninos. Não são poucos os casos em que, apesar da insistência dos médicos no sentido contrário, os pais já haviam atribuído nomes “de menina” ou “de menino” aos filhos, apoiados em critérios como o *jeitão* (de menino), a *cara de homenzinho* ou os traços *delicadinhos* (de menina) e, ainda, a partir do que viam e reconheciam como uma genitália masculina ou feminina. Assim, dependendo da situação, peles em excesso, órgãos *inchadinhos* ou *murchinhos*, *riscos* e cores diferentes no corpo podem se transformar em marcas de sexo masculino ou feminino.

Dessa forma, ainda que os pais das crianças compartilhem com os profissionais de saúde a lógica do sistema binário de sexo e gênero, eles possuem critérios próprios para examinar e classificar o sexo dos bebês. Disso resulta que órgãos podem ser “olhados” de formas diferentes, termos podem ser re-significados, modificados ou re-inventados, bem como outras explicações para o que os médicos consideram uma *ambigüidade* ou uma *má-formação* são acionadas.

Há uma situação que acompanhei durante o trabalho de campo muito elucidativa das tensões que podem existir entre o discurso médico e aquilo que é vivido pelas famílias em seu cotidiano. Trata-se da história que aconteceu com Cristina e Marcos, pais de Haziel. Eu os conheci em uma de suas consultas com a equipe de cirurgia pediátrica, quando receberam algumas das primeiras explicações sobre o “caso” de Haziel. O casal, e especialmente o pai, mostrava-se bastante inseguro a respeito da necessidade de submeter o filho a um procedimento cirúrgico tão precocemente. Eles fizeram inúmeras perguntas para o cirurgião e, finalmente, pediram um tempo para pensar melhor antes de tomarem uma decisão. Voltei a encontrá-los na sala de espera em seu retorno ao ambulatório. No meio de nossa conversa, referiram saber que o menino tinha *hipogonadismo* e *micropênis*. Perguntei o que sabiam sobre esse termo,

micropênis, e me responderam que era *um pênis menor que o dos outros*. Continuamos a conversa e, de repente, entre risos, o pai da criança me contou que ele próprio possuía um *pênis pequeno*, assim como o seu pai, mas que, nem por isso, havia deixado de ter uma esposa e um filho. Isso justificava, indiscutivelmente, a sua dúvida e a de sua esposa quanto à necessidade de operar a genitália de seu filho.

Em outro momento, fui à casa deles, que fica nos fundos da casa da mãe de Marcos, avó de Haziél, com a qual o casal tem uma estreita relação afetiva e de ajuda mútua. Ela foi uma das únicas pessoas para quem eles revelaram o problema da *falta de hormônio* da criança. Nesse dia, então, os dois me contaram que a mãe de Marcos tinha avaliado a genitália do neto e dito que se parecia muito com a do próprio Marcos quando este era bebê. Sua irmã, tia de Haziél, por sua vez, também já tinha participado do “diagnóstico” familiar e havia tranquilizado Cristina. Como essa última relatou:

No caso, assim, a minha cunhada sempre disse pra mim, sempre conversou comigo: “Cristina, é um guri. Isso daí é coisa da cabeça deles [dos médicos]”, “Não dá bola, é um guri”. Bah, que eu fiquei desesperada, chorei e tudo, né. Liguei pra casa chorando quando eles me falaram. Porque eu estava com medo, né. Porque, bah, muito difícil isso. Nascer um filho e, pra mim, já na minha cabeça, era uma menina. E depois, daí, vir aparentemente um guri. E depois eles terem uma dúvida se era menino ou menina. Daí ela sempre deu uma força, assim: “Não, tu não vê que é um gurizinho”, “Tu não vê que é um gurizinho, só que é pequenininho o pintinho”, e tudo. (Cristina, 21 anos. Mãe de Haziél, um ano e meio).

Ademais, essa situação aponta para o fato – observado também em outras circunstâncias durante a etnografia – de que o diagnóstico do “sexo” da criança se insere em um jogo de negociações do qual faz parte uma série de atores sociais para além da equipe médica, o que na maioria das vezes não pode ser controlado ou mesmo previsto pela mesma. No contexto do hospital, destaca-se, com

muita frequência, por exemplo, as conversas com auxiliares de enfermagem e enfermeiros, com os quais se tem um contato muito próximo durante as internações hospitalares. Sem contar as trocas com os pais de outras crianças internadas bem como das mães com outras mulheres do alojamento oferecido pelo Hospital RS para aquelas com algum familiar internado. Todos os rumores, as conversas de corredor e os “pedaços de conversas” da equipe de saúde são elementos importantes que desempenham um papel fundamental na forma como as famílias compõem a sua versão acerca do “diagnóstico” de um de seus membros.

É interessante notar que em todos os casos que acompanhei os pais afirmavam que, de uma forma ou de outra, *já sabiam* o sexo dos filhos antes da dúvida lançada pelos médicos e do diagnóstico por eles estabelecido. Daí a dificuldade de seguir a orientação médica de não “generificar” a criança no período no qual se desenrolam as “investigações acerca do seu sexo”. Como apontou uma das mães que entrevistei:

Daí... era uma coisa estranha tu dizer “o bebê”. E, no caso, no começo eu achava que era menino. Então, eu preferia “o bebê”, mas achando, no caso, que seria um menino, né. Daí, depois, nos cinquenta por cento de chance de ser menina, daí eu já chamava de “bebê” achando que era menina. Que eu acho, eu duvido muito alguém chamar de “bebê” pensando... No caso, até a família, ou ele, o pai, ou alguém, assim, não ia conseguir chamar sem pensar se era menino ou se era menina. Com certeza alguém, cada um que chegava, achava que era uma coisa. (Sílvia, 20 anos)

Além disso, é importante salientar que, muitas vezes, o temor inicial dos pais está muito mais relacionado à situação instável da *saúde* dos seus filhos que à questão do “sexo” em si. Isso pode ser observado seja nas situações em que a criança tenha tido, durante a internação hospitalar, uma doença (pneumonia, infecções, entre outras), seja nos casos de Hiperplasia Adrenal Congênita perdedora de sal, condição em que há um risco de vida iminente para a criança até que se consiga ajustar a medicação.

Apesar da imensa variedade de situações de intersexo, a partir dos relatos dos familiares e durante as observações que realizei no Hospital RS pode-se dizer, em relação ao momento do “diagnóstico”, que o mesmo é permeado por sentimentos de dúvida, medo e, também, como referido por alguns informantes, de *choque, desequilíbrio emocional*, entre outros. Mesmo Maria, a única informante que referiu ter sido prevenida do diagnóstico no período pré-natal (um de seus médicos já havia declarado a possibilidade de que a criança teria Hiperplasia Adrenal Congênita), falou da dificuldade de lidar com a dúvida dos médicos acerca do sexo da criança.

Ao me contar sobre como foi logo após o nascimento de Rochel, Maria me disse que foram 15 dias horríveis. Rochel nasceu com Hiperplasia Adrenal Congênita perdedora de sal. Assim, Maria relatou que nos primeiros dias tinha *uma função enorme por causa do cariótipo e do potássio*. Segundo ela, no terceiro dia após o parto, por meio de exames foram encontrados útero e ovários no bebê. A partir desse resultado, um dos médicos que acompanhava a criança passou a chamá-la de *moça*. Maria se autorizou, então, a chamá-la também de *moça*. Outra médica, contudo, disse que ainda era cedo para tanto, pois faltavam outros exames. Maria me disse que ficou muito aflita e que começou a perguntar para as enfermeiras e técnicos de enfermagem o que estava acontecendo. Uma das enfermeiras falou para ela que *era mais pelo cariótipo*. Maria ficou intrigada com aquilo e passou a perguntar para os médicos por que não podia chamar a filha de menina se ela tinha útero e ovários: *Iam tirar? Poderia ser um menino?* Maria me relatou, então, claramente surpresa e incomodada, que, para ela, *não tinha como ter um cariótipo de menino se a filha tinha tudo de menina*. E acrescentou que não conseguia imaginar como seria *transformar uma menina em menino*.

Desse modo, as dúvidas (ou não) que possam existir acerca do sexo da criança parecem ser freqüentemente potencializadas pelas dúvidas dos médicos. Além disso, identifica-se, em muitas situações, o medo dos pais relacionado ao que aconteceria se o sexo

“decidido” fosse diferente daquele já “identificado” por eles, ou a preocupação de como fariam para lidar com isso. Uma das mães que entrevistei disse que mesmo antes da “última palavra” dos médicos ela e o marido já tinham comunicado para as pessoas em sua cidade que o filho era um menino. Frente às perguntas dos outros, segundo ela, era impensável para eles não dizer o sexo da criança. Caso o sexo já revelado não se confirmasse por meio dos exames médicos, ela referiu que a solução seria trocar de cidade, para um lugar onde ninguém os conhecesse.

Se os esforços dos médicos se dirigem para fazer emergir o “verdadeiro sexo” das crianças intersex, o que acontece, paradoxalmente, é que quanto mais são “descobertos” elementos que devem ser levados em consideração nesses casos (hormonais, anatômicos, cromossômicos, entre outros), mais “sexos” aparecem e mais obscura se torna a classificação dos corpos em dois – e apenas dois – sexos¹¹. Conforme apontei em outro artigo, o sexo, segundo as classificações médicas, também aparece como potencialmente impresso em diferentes níveis em um mesmo indivíduo – molecular cromossômico, gonadal, hormonal, social e psicológico – e embora a coerência entre eles seja incessantemente buscada, o que se observa é que eles podem se combinar das mais diferentes formas (Machado, 2005a).

Além disso, se os corpos intersex denunciam a falência do sistema binário de sexo, eles também escrutinam, em diferentes esferas sociais, os critérios utilizados para que alguém possa ser considerado homem ou mulher, como procurei demonstrar. As normas de gênero aparecem com toda a sua clareza e a “urgência” das intervenções normatizadoras em pessoas intersex aponta para o fato de que o gênero serve como “fundamento último do sexo” (Dorlin, 2005).

Assim, por um lado o trabalho de campo nos oferece dados para desconstruir a noção da dualidade masculino/feminino e do sexo mesmo como “natural”, bem como indica que os familiares de

pessoas intersex e os profissionais de saúde lidam de forma diversa com a categoria “ambigüidade”. Por outro lado, percebe-se que tanto para uns como para outros a noção de “ambigüidade” emerge como demarcadora de fronteiras, o que revela o empenho em construir estruturas rígidas (apesar das evidências contrárias), reforçando os elementos necessários para compô-las. Mary Douglas (1991) já afirmava que tudo o que é considerado ambíguo produz angústia social, pois é colocado na esfera do perigoso, do ameaçador e porque sinaliza o caráter construído das classificações sociais, sendo assim capaz de desestabilizar aqueles ou aquilo que as compõem.

Para Douglas (1991), a idéia de ambigüidade se aproxima daquela de impureza, que representa, acima de tudo, “desordem” ou “coisa fora do lugar”. A noção de que “algo está fora do lugar” tem, contudo, estreita relação com limites e definições na medida em que acaba reforçando as estruturas existentes, as nomações, as fronteiras e as demarcações. No caso específico do sistema sexo-gênero, significa dizer que falar do que não é “nem masculino nem feminino” é, ao mesmo tempo, indicar o que é “puramente” e “verdadeiramente” feminino e masculino, seja do ponto de vista moral ou físico. Em outras palavras, a mesma regra que se propõe a evitar a existência de corpos que não correspondam ao padrão dicotômico masculino-feminino confirma (e também institui como norma) certas definições, heteronormativas, de homem e mulher.

É justamente a dicotomia enquanto norma de gênero que orienta a tentativa de encaixar os corpos exclusivamente em um ou outro sexo. Mas é também a percepção de que esta norma não compreende sem tensões os corpos intersex que desvela os segredos e os “esquecimentos” que rondam as vidas de intersexuais e seus familiares, bem como a relação dos mesmos com os profissionais de saúde envolvidos nos casos.

III. Os pactos de segredo e os tantos “esquecimentos”

Paula: O que ela sabe? **Joana:** Nós só dissemos que ela teve problema de bexiga. (Joana, mãe de Aladiah, que recebeu quando bebê o diagnóstico de pseudohermafroditismo masculino).

Conforme já apontado, existem inúmeros trabalhos que mostram as redes de segredo, informações dispersas ou falta de informações e vergonha em que estão imersas muitas histórias de pessoas intersex. Mauro Cabral (2005), ao analisar alguns relatos autobiográficos intersex, salienta que um dos aspectos envolvidos na construção do que denomina de “subjetividade intersex contemporânea” é a experiência do “descobrimento”, que tem início, normalmente na idade adulta, através de fragmentos de histórias, de marcas corporais e cicatrizes que vão sendo reconstituídas e reconhecidas. Daí a busca de explicações e a constatação de um corpo que sofrera danos.

Com exceção de Lecabel, de 17 anos, que fora submetida à primeira intervenção cirúrgica dos genitais aos 15 anos (para reduzir seu clitóris que media aproximadamente 15 centímetros), todos os outros jovens intersex com os quais tive contato não sabiam explicar direito o motivo pelo qual consultavam periodicamente nos ambulatórios das equipes de cirurgia e/ou endocrinologia pediátrica. Às vezes diziam que já tinham ouvido falar sobre o assunto, seja pelos médicos, seja pelos pais, mas que já haviam esquecido ou não tinham prestado atenção nas informações recebidas, como aparece nos seguintes trechos de entrevistas:

Paula: E tu já perguntou alguma vez pra mãe e pro pai por que contigo? Essa coisa que tu me falou que às vezes tu fica te perguntando “Mas por que foi acontecer logo comigo?” **Nanael:** Claro que eu já perguntei, sim. Acho que nem me lembro mais do que eles falaram. Eles faaalam... E daí a gente logo se esquece. Do que a gente não gosta, a gente logo se esquece. (Nanael, 12 anos. Submetido a sete cirurgias para correção de Hipospádia)

Paula: E o que tu sabe sobre a cirurgia, então? **Reyel:** É,

parece que eles fizeram para alargar o canal da menstruação. Foi até o que o médico disse. Fizeram para alargar o canal que era muito fechado. **Paula:** E sobre a primeira cirurgia, tu sabe alguma coisa? **Reyel:** É, a mãe estava me falando que era porque a vagina não era... como é que eu vou dizer... não era bem formada, e daí eles tiveram que fazer [a cirurgia] para formar ela direitinho. Foi isso que ela me contou... Porque teve uma psicóloga aqui, ela estava perguntando e daí eu não sabia. E daí eu até por curiosidade perguntei pra mãe, e daí ela falou que foi por causa disso. (Reyel, 14 anos. Diagnóstico médico de Hiperplasia Adrenal Congênita perdedora de sal)

Apesar disso, o relato de Lauviah, de 19 anos, demonstra, como argumenta Cabral (2005), que algumas situações podem deflagrar estranhamentos em relação à própria história. Durante uma entrevista, ela me contou a respeito do dia em que estava assistindo um programa de TV onde apareceu uma criança, segundo ela, *com um problema parecido com o seu e que tinha nascido com os dois órgãos, feminino e masculino*. Sobre esse acontecimento, Lauviah relatou:

Ah, quando eu vi, eu pensei “Meu deus, será que eu nasci com dois sexos e nunca ninguém me contou nada?”, sabe. A primeira coisa que me passou na cabeça, assim. Mas daí eu fui logo pedir pra minha mãe. Daí ela disse que não. Porque, tipo, sempre teve essa coisa que eu nunca entendi o quê que eu tenho na verdade, sabe? Eu sei que eu tenho que tomar os remédios, que isso pode ser pro resto da minha vida. Uma coisa que não... como já me falaram... que já estão pensando em inventar tipo uma pastilha que põe debaixo da pele, que então não precisa tomar o medicamento. Mas nunca mais ninguém falou nada, sabe. Então várias coisas te passam, assim, pela cabeça, naquele momento, assim, que eu pensei que podia ser. Mas daí a mãe falou que não, né.

Não são apenas os pais que fornecem informações por vezes vagas ou incompletas aos jovens intersex. A relação tanto desses jovens

como dos seus pais com a equipe médica também é marcada por muitas lacunas. De uma forma geral, observa-se que os pais depositam total confiança nos médicos, esperando que se cumpra a promessa desses últimos no sentido de restituir a “normalidade” nos corpos de seus filhos. Com isso, deixam de questioná-los acerca dos procedimentos que serão ou que foram realizados. Tanto os pais como os jovens submetidos aos tratamentos ressaltam que muitas vezes não compreendem as explicações médicas, repletas de termos difíceis, mas que acabam deixando de fazer todas as perguntas que gostariam. Conforme ressalta Nanael, de 12 anos, sobre os momentos de consulta médica: *Eles falam ali... Se prestar atenção, prestou. Se não prestar, não prestou. É que nem as professoras.*

A rede de segredos e silêncios estende-se para a vida cotidiana das famílias envolvidas nessas situações. Normalmente, criam-se estratégias para manter o segredo acerca da condição intersex das crianças. A principal delas consiste em decidir o que pode ser falado e para quem. Assim, não são todas as pessoas do círculo de parentes e amigos que sabem o motivo das hospitalizações ou que tomaram conhecimento das dúvidas que rondaram a equipe médica acerca do “sexo do bebê”. Ressalta-se o medo do estigma e do preconceito – para as crianças e para os próprios pais.

Maria e José, pais de Rochel, por exemplo, decidiram que contariam somente a poucas pessoas que o bebê havia nascido até que tivessem recebido o resultado do exame do cariótipo. Sobre essas estratégias e a respeito do que falar, quando e para quem, o seguinte relato de Maria é bem revelador:

A princípio, se fosse menino, ninguém estava sabendo que eu tinha ganhado. Então, erro de ecografia acontece, né? Claro, erraram na ecografia, é um menino. Por isso é que eu me preocupei em esconder que ela tinha nascido até ter o resultado, até saber o... Bom, se tem que esperar pra saber o quê que é, então vamos guardar segredo. Como é que tu vai dizer “Ganhei nenê!”, “Tá, o quê que é?”, “Não sei, daqui a dez dias te digo”. Não tem como.

E eu expliquei, porque eu tinha muito medo. A minha mãe é muito desinformada, assim, e é inocente, sabe. Se o vizinho vier “Ah, como é que está?”, “Ah, está passando por isso”. Sabe? Ela... E eu disse: “Mãe, se tu deixar vaziar alguma coisa”, eu dizia pra ela, “se tu deixar vaziar, mãe, eu me sumo, tu nunca mais vai me ver”. Eu dizia pra ela: “Eu vou mudar de cidade, eu vou ter que esconder o meu nenê”, eu dizia pra ela, “tu não pode deixar vaziar nada, mãe, eu não ganhei nenê. Até eu dizer que pode contar, eu não ganhei... e quando tu for falar no telefone, tu fala baixinho, porque...”.

Uma das formas de lidar com o medo do estigma e do preconceito é referir-se ao *probleminha* dos filhos como uma *má-formação*, um *defeitinho* e/ou uma *doença* (seja ela hormonal ou anatômica) que será *corrigida* e normalizada através das intervenções médicas. A preocupação com o que pode ser falado também aparece no contexto da relação entre pais e filhos. Os pais que entrevistei se perguntam como será o momento em que terão que explicar o motivo das antigas e/ou novas cirurgias, dos outros procedimentos invasivos (como o uso de velas de dilatação vaginal), das idas ao hospital para consultas médicas endocrinológicas ou cirúrgicas. Muitos revelaram que pretendem explicar ou que já explicaram *quase* tudo, sendo que esse *quase* deixa de fora justamente o período diagnóstico, quando a “verdade” sobre o sexo foi colocada em suspenso pela equipe médica. Uma das mães, por exemplo, disse-me que pensava em, mais tarde, *falar em parte* para a criança sobre a sua situação. Quando questionada sobre o que seria *falar em parte*, diz que iria explicar *tudo* exceto que ela havia nascido *com saquinho de menino*, com *pintinho de menino*.

Nesse sentido, os silêncios aparecem, também, como refletindo a impossibilidade de tornar os corpos das crianças intersex traduzíveis nas normas sociais ou pelo menos dentro daquilo que se considera um corpo “inteligível”, para utilizar a expressão de Judith Butler (2004). Além disso, como afirma a autora a respeito do papel das tecnologias no sentido de produzir e reproduzir aquilo que será

reconhecido como humano ou inumano, não é apenas a humanidade da criança que está em questão, mas a dos próprios pais. Assim, exceto no caso relatado em que o pai da criança questionou a necessidade da cirurgia, discordando da posição do médico, os pais tendem a perceber a intervenção como um procedimento necessário. A “correção” proposta pela cirurgia parece amenizar, para eles, o estranhamento de habitar nos limites do que é considerado humano.

Ao mesmo tempo, os medos dos pais e as dúvidas que não deixaram de existir mesmo após os procedimentos denunciam a fragilidade das intervenções enquanto garantia de solução para os jovens intersex e para essas famílias. Os corpos intersex seguem mostrando a falência da norma que estabelece que existem dois – e apenas dois – sexos, linearmente e necessariamente ligados a dois – e apenas dois – gêneros. Não há, além disso, como eliminar as marcas do órgão “reconstruído” nem como evitar as perguntas sobre um corpo que “talvez pudesse” ter sido diferente, mas que não está mais lá (Machado, 2005b). É nesse sentido que, no lugar de uma solução definitiva, emerge o que chamarei de uma “trajetória de normalização” de corpos e subjetividades os quais, a seu turno, sempre escapam da norma.

IV. As intervenções frente ao incomensurável dos sexos: trajetórias de normatização e ficções corretoras

A situação se passou na casa de Elemiah (na época com 13 anos), no interior do Estado do RS. Estávamos nós três – Elemiah, Clara (mãe de Elemiah) e eu – na sala conversando e comecei a entrevistá-las. Durante quase toda a entrevista, Elemiah se manteve em silêncio, entrecortado por alguns risos e respostas lacônicas, do tipo *sim, não, é assim, não é assim*. No final, perguntei à Clara sobre suas expectativas em relação ao futuro de Elemiah, entre elas aquelas referentes à vida profissional, ao trabalho. Para minha surpresa, Elemiah interferiu dizendo *Eu quero ser caminhoneira!*. Clara ficou visivelmente desconcertada. Olhou para mim, sorriu meio constrangida e

completou: *Ela adora, adora caminhão, essas coisas, é apaixonada*. Em pouco tempo acabamos a entrevista e Elemiah, em uma empolgação na qual jamais a tinha visto, levou-me ao seu quarto para me mostrar os seus caminhões. Ela puxou debaixo da cama uma frota com caminhões de tamanhos diferentes e colocou todos na mesa da cozinha. Explicou-me, então, as “características” de cada um deles. Logo em seguida, disse que estava economizando para comprar um caminhão novo, indicando-me o modelo desejado no catálogo de uma loja de brinquedos. Clara voltou-se para mim e comentou: *Hoje em dia já tem mulher que dirige caminhão, né, Paula?*

O constrangimento de Clara remetia certamente à preocupação de que esse interesse de Elemiah não fosse adequado para uma “menina”. Essa não é uma situação isolada. Existem vários sinais que podem ser lidos pelos pais e pelos médicos como um indício de instabilidade na desejada harmonia entre o “sexo definido” e o “gênero esperado”: *passividade* nos meninos e *agitação* nas meninas; gosto por jogos ou brincadeiras consideradas mais masculinas, como o futebol, para as meninas; entre outros (Machado, 2005b). Frente à exigência de restituir uma determinada ordem social no que diz respeito ao sexo, os médicos tomam as decisões baseados no esforço de “tornar invisível” tudo o que possa parecer “ambíguo” em relação aos corpos intersex e, também, no que se refere às condutas ligadas a eles.

Entretanto, na prática o que se observa é que a decisão pelas intervenções, especialmente a cirúrgica, é estabelecida em um momento preciso, normalmente o do nascimento da criança. Se é verdade que, nessa circunstância específica, o “veredicto médico” e a própria cirurgia parecem resolver o problema, na maioria dos casos os questionamentos sobre a “verdade do sexo” de uma pessoa são apenas adiados, ou seja, eles reaparecem mais tarde na medida em que o próprio corpo dá sinais da impossibilidade de inseri-lo no padrão dicotômico masculino/feminino. Esses questionamentos podem, na realidade, nunca ter sido apagados no que concerne aos

sentimentos dos pais, conforme retomarei mais adiante, ou podem concretamente aparecer sob as formas mais diversas: seja por causa dos sinais da puberdade (falta da menstruação nas meninas, aumento de seios ou não aumento do pênis em meninos, pêlos e espinhas em excesso ou em pequena quantidade, entre outros), seja em função da vida sexual, da reprodução ou da identificação dos mais variados comportamentos lidos como sinais de “desarmonia”, conforme já apontado.

Destaca-se, na fala de alguns familiares de crianças intersex, que as cirurgias, idealizadas como solução para o problema da “indefinição do sexo”, mostram-se insuficientes para tanto. Podem surgir dúvidas, por exemplo, sobre o que, de fato, foi (ou será) retirado do corpo da criança e o que foi (ou será) mantido lá dentro. O que foi criado por fora corresponde ao que está ou ao que poderá vir a aparecer por dentro? Essa é uma questão chave que muitas vezes é guardada desde o nascimento das crianças. Isso fica bem claro na fala de Joana, mãe de Aladiah, cariótipo 46XY, que foi submetida quando bebê a uma cirurgia para “construir” a vagina:

Eu fiquei mais preocupada em ver se os médicos conseguiam consertar esse... se ia sair definitivo uma coisa ou outra, né. Coisa que eu nem sei se ficou definido. Porque tu pergunta pros médicos e eles falam palavras que não... De repente, do jeito deles, eles especificam. Só que pra gente, como não é estudado, a gente não entende o certo, né? Mas, enfim, o médico – até, o doutor CirPed [Cirurgião Pediátrico], naquela época – ele disse que as cirurgias foram dentro do que eles esperavam. Só que eles não disseram o que tiraram e o que estava no interior. Por fora a gente percebeu que corrigiram. Agora, por dentro... não sei o que ficou, né.

Nesse contexto, as representações sobre os hormônios emergem como elementos importantes para a análise. *O hormônio puxa*, como relata uma das informantes. Assim, a informação de que há um excesso ou falta de hormônios (sejam masculinos ou femininos) ecoa como evidência de que pode coexistir, em um mesmo corpo,

mais de um sexo, os quais podem se manifestar a qualquer momento da vida. Percebe-se, dessa forma, que a falta de encaixe dentro do padrão binário masculino/feminino é algo que pode não estar sempre explícito, mas que se apresenta ao longo de diferentes situações e períodos vividos pelas pessoas intersex e seus familiares no decorrer do tempo.

Assim, as crianças intersex e seus familiares ingressam no que poderíamos chamar de uma “trajetória de normatização” de corpos e subjetividades, na tentativa de normatizar corpos que não podem ser normatizáveis dentro das normas de sexo e gênero hegemônicas. Tarefa, portanto, sempre fadada ao fracasso, na medida em que, como aponta Elsa Dorlin (2005:133), o pretense “sexo verdadeiro” (masculino ou feminino) funda-se no arbitrário do gênero, e porque as “reparações” médicas não apagam totalmente “os traços da singularidade de uma conformação sexuada, entre tantas outras possíveis” (tradução minha). Assim, a “reconstrução” do masculino e do feminino se transforma em uma condição crônica¹² que denuncia, a cada nova intervenção (como, por exemplo, as novas cirurgias para corrigir problemas deixados pelas últimas, o uso de velas de dilatação vaginal e/ou a administração de hormônios masculinos ou femininos), as insuficiências de um modelo de categorias sexuais dicotômicas.

V. Quem são os humanos de direitos? Reflexões sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos enquanto direitos humanos e o estatuto jurídico da pessoa intersex.

Todas as problematizações levantadas até aqui demonstram que essa pesquisa possui implicações evidentes no terreno da bioética, na medida em que discute e interroga a prática de profissionais de saúde, lançando questões sobre o uso de tecnologias e técnicas de intervenções sobre os corpos. Baseando-me em uma “bioética de inspiração feminista”, que surge formalmente nos anos 90 (Diniz e Guilhem, 2000), defendo que as decisões envolvidas nas “definições” e “correções” de sexo para crianças intersex não podem estar

descoladas de um contexto social que dicotomiza, diferencia e hierarquiza os sexos. As questões bioéticas envolvidas encaminham, no meu ponto de vista, o debate sobre as “intervenções corretoras” necessariamente para uma esfera mais ampla, aquela referente aos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Antes de entrar nesse debate, contudo, é interessante também apontar para algumas questões jurídicas que podem estar envolvidas nessas discussões.

V.1. O estatuto jurídico da pessoa intersex

Anne Fausto-Sterling (2000) indica como, ao longo da história, surgiram diferentes definições atribuídas às pessoas consideradas “hermafroditas”, bem como inúmeras tentativas socialmente estabelecidas para determinar qual sexo prevalecia em seus corpos. A autora mostra como as classificações não apenas tinham conseqüências jurídicas, mas também religiosas, morais e de convívio social. Ressalta, igualmente, que uma das perguntas privilegiadas era saber em que consistia esse corpo “hermafrodita”: seria uma mistura de sexos, um erro da natureza esperando para ser corrigido, um aviso de perigo (o que justificava a sua eliminação, por exemplo), ou um tipo de gêmeos incompletos, entre outras possibilidades aventadas (Fausto-Sterling, 2000)?

Até o início do século XIX, a regulação dos corpos “hermafroditas¹³” estava sob a responsabilidade dos legisladores e juízes, mesmo que algum conselho ou consulta pudessem ser solicitados aos médicos ou padres (Fausto-Sterling, 2000). A partir de 1930, mantendo o sistema binário de sexo (masculino/feminino) herdado do judiciário, os médicos ganharam prestígio nos assuntos relacionados à sexualidade e, no que tange aos até então chamados “hermafroditas”, inauguram o que Alice Dreger (2000) irá chamar *The Age of Gonads (A Idade das Gônadas)*. É nesse período que todo um aparato cirúrgico e hormônio-terapêutico passará a ser empregado no controle desses corpos. As “novas tecnologias” buscarão oferecer as ferramentas necessárias para a “re-adequação” dos corpos intersex a um “sexo verdadeiro” entre os dois

considerados possíveis.

Atualmente, como aponta Ilana Löwy (2003:99), a noção de “sexo biológico” é compreendida a partir de uma cultura específica: “aquela da ciência e da biomedicina contemporâneas”. Assim, pode-se dizer que, em nosso contexto cultural e histórico particular, a medicina ocidental constitui-se como a área de conhecimento científico mais legitimada socialmente para determinar o sexo de alguém. Com uma declaração de nascimento feita em um hospital, não é necessário que o operador de direito examine a genitália de um bebê para considerá-lo, do ponto de vista legal, homem ou mulher. Da mesma forma, no Brasil, um laudo médico explicitando um caso de *sexo mal diagnosticado* ao nascimento, em crianças intersex, é suficiente para uma mudança do sexo no registro civil desse indivíduo. Além disso, recém nascidos que possuem, em seu registro de nascimento do hospital, *sexo indefinido* só necessitam também de um laudo médico para que seja nele acrescentada uma observação, onde estará atestado o *sexo definitivo* da criança. Com esse papel “corrigido”, os familiares não encontrarão problemas legais para registrar a criança como menino ou menina em qualquer cartório¹⁴.

Apesar dessa aparente simplicidade quanto às questões legais envolvidas nos nascimentos de crianças intersex, as técnicas cirúrgicas e as intervenções hormonais não são suficientes, como procurei demonstrar, enquanto solução definitiva para as pessoas intersex e seus familiares. Embora atualmente se argumente que existem técnicas cirúrgicas que garantem um resultado *estético* cada vez mais sofisticado quando comparadas às técnicas antigas, o mesmo “otimismo” não pode ser facilmente referido em relação a outros aspectos sociais e subjetivos, ora mais ora menos visíveis, que constituem o cotidiano de muitas pessoas intersex.

O sistema judiciário também é uma dessas instâncias que estão fortemente apoiadas na classificação dos seres humanos em categorias binárias de sexo: juridicamente, ou se é homem ou se é mulher. Compor uma ou outra dessas categorias tem conseqüências

legais, como as ressaltadas por Julie Greenberg (2003): afeta a possibilidade de casamento, a definição de sexo em documentos oficiais, a habilidade de mover uma ação por violação das leis de discriminação no trabalho, a participação em competições esportivas como mulher, os pagamentos de pensão e seguro, o direito de ser alocado em prisões femininas ou masculinas, entre outras.

Quando se trata de definir a que sexo pertence o indivíduo, a medicina está preocupada em resolver uma ambigüidade visível (seja a visibilidade dos genitais construídos, seja a visibilidade do gênero esperado) (Machado, 2005b). Nem sempre se obtém sucesso, pois, conforme já apontado, a ambigüidade é algo que pode ir se apresentando em diferentes momentos da vida dessas pessoas intersex e de seus familiares.

A área do direito, por sua vez, está preocupada com formas legítimas de definir se aquela pessoa e seu corpo são, respectivamente, homem ou mulher, masculino ou feminino. Ainda, para o campo do direito é importante saber a partir de qual critério essas decisões foram tomadas. Nessa esfera, a medicina é reconhecida como área do saber competente para falar sobre o “verdadeiro sexo” de um indivíduo e as decisões do judiciário tendem a apresentar consonância com as definições médicas (Zambrano, 2003)¹⁵. No entanto, a medicina não dá conta de algumas questões práticas que dizem respeito ao sujeito e, mais uma vez, deixa lacunas quando se trata das pessoas intersex, pois se depara com a dificuldade de oferecer um critério – único e inequívoco – que possa determinar o sexo de um sujeito na esfera legal.

A intolerância da lógica biomédica à existência de variações em relação ao sistema binário de sexo e gênero traz conseqüências graves para o direito, que se baseia nos próprios parâmetros médicos para reconhecer a verdade sobre o sexo, considerando o mesmo como estatuto imutável da pessoa. Assim, em algumas instâncias da vida social, da forma como está organizado o nosso sistema jurídico, coloca-se a necessidade de legislar sobre o que define exatamente um homem e uma mulher. Como ressaltado em um artigo do

grupo de ativismo intersex Bodies Like Ours (Bodies Like Ours, 2005), se o critério para definir o que é um homem e o que é uma mulher for genético, como legislar no caso de casamento entre uma “mulher XY” e um “homem XY”? Se o critério, nesse caso, for o cromossomo sexual, teríamos um caso de “Homossexualidade Genética”? Ela seria permitida se houvesse uma diferença anatômica entre os interessados, ou seja, se um parceiro possuísse um pênis e o outro uma vagina?

Por outro lado, se o critério for a anatomia da genitália, como ficaria a decisão sobre uma pessoa com Hiperplasia Adrenal Congênita, cariótipo 46XX, que não tivesse se submetido à intervenção médica (ou seja, alguém com um cariótipo considerado “feminino”, mas com clitóris aumentado, ou seja, fora das “medidas normativas” definidas como “femininas”), que tivesse sido registrado como homem e que deseja casar-se com alguém com registro civil do sexo feminino e cariótipo 46XX? Seria esse um casamento entre pessoas do mesmo sexo? E se essa mesma pessoa desejasse casar com alguém registrado como homem com cariótipo 46XY, seria, nesse caso, a união considerada hetero ou homossexual?

Outra questão que pode ser levantada é a do alistamento no Exército. Alguém com cariótipo 46XY, com insensibilidade a andrógenos (ou seja, que não desenvolverá caracteres secundários considerados masculinos, como o crescimento da barba, o engrossamento da voz e o aumento do pênis), poderia reivindicar servir ao exército mesmo tendo sido “diagnosticado”, ao nascimento, como mulher? Em que prisão essa pessoa seria alocada, feminina ou masculina? E a participação em olimpíadas? Em relação a esse último ponto, Anne Fausto-Sterling (2000) descreve um caso muito interessante de uma atleta espanhola que foi acusada de “falsidade cromossômica” em uma olimpíada. Durante uma competição oficial ela descobriu que possuía um cariótipo 46XY e fora impedida de participar do torneio, assim como fora expulsa do mundo dos esportes por sua “contravenção”.

Para além de todas essas questões, outras mais cruciais emergem: por que alguns corpos devem ser submetidos a intervenções normatizadoras para ganharem inteligibilidade social, e também jurídica? A quem é permitido ocupar o lugar de “sujeito de direito” e o que constitui o Humano dos Direitos Humanos? É importante lembrar que essas e outras problematizações não estão restritas aos intersexuais, mas também dizem respeito, por exemplo, a situações vividas por homossexuais, travestis, transexuais, entre outros.

Apenas agora alguns desses pontos começam a se colocar como problema para o judiciário brasileiro. No que se refere ao intersexo, existem apenas poucos casos isolados em que alguma causa foi levada a julgamento no Brasil¹⁶. Já nos Estados Unidos, constata-se o crescimento do movimento social contra as cirurgias precoces, o qual problematiza todas as questões jurídicas implicadas quando se trata de legislar sobre o sexo de alguém. Não é à toa que foi a Comissão de Direitos Humanos de São Francisco/EUA que, em março de 2005, declarou que o protocolo médico atual de como lidar com as condições intersexuais (envolvendo cirurgias precoces e intervenções normatizadoras) leva os especialistas pediátricos a violarem os direitos humanos de seus pacientes. Esse documento considera, entre outros elementos, os resultados pouco satisfatórios das intervenções e o desrespeito à autonomia do paciente quando este não fornece um consentimento informado sobre o que será feito em seu corpo (Human Rights Commission of the City & County of San Francisco, 2005).

Em algumas regiões da América Latina também se tem observado uma visibilidade crescente do movimento político intersex, como é o caso da Argentina. Os protocolos médicos são colocados em xeque, bem como emergem, nesse contexto latino-americano, discussões cada vez mais sofisticadas acerca das noções de “direitos humanos”, “autonomia para decidir”, “integridade pessoal e corporal” e “dignidade”, entre tantas outras. Em um texto apresentado pela Área Trans e Intersex (do Programa para a América Latina e o Caribe) para a International Gay and Lesbian Human

Rights Comission, em 2006, discute-se a necessidade de introduzir a noção de “expressão de gênero” – e não apenas de “identidade de gênero” – na pauta dos direitos humanos. Nesse material, ficam claras as preocupações mencionadas no que tange à intersexualidade.

Desse modo, é preciso encaminhar as discussões deste ensaio para a esfera dos direitos humanos, buscando analisar os entraves e problemas gerados pela imposição social do sistema binário de sexo e gênero quando pensados sob a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

V.2. A humanidade “no fio da navalha”: algumas considerações finais.

O uso do termo direitos reprodutivos inicia no Brasil por volta de 1984. Ele surge, no cenário mundial, no I Encontro Internacional de Saúde da Mulher realizado em Amsterdã, em 1984, como um refinamento da noção de Saúde Integral da Mulher (Corrêa, Ávila, 2003). Nesse sentido, as correlações e confusões entre “saúde reprodutiva” e “direitos reprodutivos” são inúmeras e, em muitos casos, saúde e direito acabam se sobrepondo quando se trata de fazer referência às mulheres, levando à grave consequência de traduzir situações que dizem respeito aos direitos reprodutivos em eventos relacionados à esfera da saúde.

Já a formulação inicial da idéia de direitos sexuais se dá na década de 1990, no contexto dos movimentos gay e lésbico europeus e norte-americanos, sendo incorporada rapidamente por alguns segmentos do movimento feminista (Corrêa, Ávila, 2003). O conceito de direitos sexuais surge muito vinculado ao de direitos reprodutivos e, assim, também bastante marcado pela idéia de saúde, nesse caso a de saúde sexual.

Muitos questionamentos podem ser lançados a essa noção de direitos sexuais e reprodutivos. A primeira delas, bem evidente, diz respeito aos perigosos deslizamentos que possam existir entre a idéia de “direito” e a de “saúde”, esta última caracteristicamente

terreno de uma série de medidas regulatórias na nossa sociedade. Conforme salientam Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila (2003:33), no contexto brasileiro observa-se que:

(...) a aplicação dos direitos sexuais e reprodutivos em sua dimensão jurídica, ou seja, o uso do conceito como “direito” não tem sido tão freqüente quanto a aplicação dos direitos reprodutivos como direito à saúde.

As aproximações entre direito e saúde possuem implicações importantes em diversas esferas, entre elas aquela das decisões médicas em torno da “definição” dos genitais de crianças intersex como masculinos ou femininos através de técnicas cirúrgicas. Elas geram um paradoxo de formulação problemática, e ao mesmo tempo inevitável, já que pautado por essa perspectiva da saúde como direito: se, por um lado, há uma ingerência sobre os corpos sexuais e reprodutivos, por outro aponta-se para a necessidade de garantir aos indivíduos autonomia sobre o próprio corpo.

No que tange à especificidade das questões referentes à intersexualidade, a aplicação dos direitos sexuais e reprodutivos como direito a uma determinada noção de saúde, regulada e institucionalizada pelas definições biomédicas, gera algumas conseqüências práticas e analíticas. Por exemplo, as cirurgias destinadas a “construir” o sexo feminino em crianças intersex que possuem ovários e útero podem estar sustentadas por uma visão mais conservadora de direito reprodutivo alinhado à “saúde reprodutiva”. O argumento de que é mutilador retirar ovários e úteros preservados baseia-se na pressuposição de que um corpo intersex que os contenha é um corpo feminino incompleto esperando pela intervenção médica para a conclusão da diferenciação sexual para mulher. Ou seja, de que se trata exclusivamente de uma questão de saúde.

A discussão a respeito da capacidade reprodutiva, nos protocolos médicos vigentes, sobrepõe-se àquelas em torno dos sentimentos de mutilação genital ou de invasão corporal (por exemplo, que

podem surgir quando é necessário o uso de velas de metal para dilatação do canal vaginal em crianças submetidas a vaginoplastias). Minha hipótese é a de que, no caso em que a decisão é tomada na direção de construir um corpo feminino, uma certa naturalidade ou necessidade da reprodução se sobrepõe a outros aspectos, como àqueles relacionados à sexualidade e à integridade física da pessoa. Além disso, na tentativa de normatizar o corpo e de enquadrá-lo dentro de determinadas regras sociais que associam mulher e reprodução, o direito a ter filhos torna-se quase um dever.

Sobre esse ponto, Judith Butler (2005) chama a atenção para uma questão fundamental: em que medida, e por que, um corpo é definido pela sua capacidade de ser fecundado? A autora continua: como algumas características se transformam em fundamentos do sexo? A esse respeito, Butler (2005) salienta que se a reprodução acaba se estabelecendo como um elemento central na sexualização de alguns corpos, trata-se da imposição de uma norma social e não de uma prescrição biológica neutra. Assim, para ela, quando alguém questiona se as diferenças entre homens e mulheres são biológicas, não está levantando um problema que remeta realmente à materialidade dos corpos. O ponto subjacente a esse tipo de questionamento é saber “se a instituição social da reprodução é o que existe de mais importante para pensar o gênero” (Butler, 2005:20. Minha tradução).

Diferentemente dos indícios ligados à “feminilidade” do sexo, a possibilidade de ter um corpo que permita uma vida sexual prazerosa e satisfatória (pênis que penetre e que ejacule) é considerada critério inequívoco para a construção de um “verdadeiro homem”. Na impossibilidade ou mesmo na dúvida que isso proceda, tenho percebido que as decisões tendem a amenizar o peso dado à capacidade procriativa – com a retirada dos testículos – dando-se preferência a uma “correção” para o sexo feminino. Aparece, aqui, uma outra hierarquia do processo de tomada de decisões: é como se fosse mais grave um menino que não corresponda aos padrões masculinos esperados e que possa apresentar, nesse sentido, uma

sexualidade “menos viril”, que uma menina infértil, para quem a feminilidade estaria teoricamente “menos ameaçada” e “mais garantida” pelas intervenções cirúrgicas e hormonais.

Em um artigo onde analisa as implicações legais da intervenção cirúrgica precoce no tratamento da intersexualidade, baseada em antecedentes legais relacionados a transexuais, casos de discriminação sexual e casos de consentimento informado, Julie Greenberg (2003) aponta como qualquer tratamento médico que produza efeitos na capacidade reprodutiva ou sexual de uma pessoa pode ter ramificações legais. A autora argumenta, por exemplo, que o protocolo atual de tratamento para crianças intersex nos Estados Unidos está baseado em estereótipos de gênero e pode ser considerado discriminatório. Para ela, se a decisão para os homens é baseada no tamanho do pênis e na habilidade de se engajar em atividades sexuais satisfatórias, e para as mulheres é dada prioridade à reprodução e à existência de um clitóris aparentemente “feminino” e “delicado”, há uma diferença de tratamento dispensada a crianças com cariótipos XX ou XY baseadas em diferenças sociais entre os sexos. Nesse sentido, para Greenberg (2003), poder-se-ia incorrer legalmente em uma questão de discriminação sexual.

Conforme já apontado, a lógica que legitima os processos de decisão arrisca subsumir a noção de direito na de saúde quando os direitos reprodutivos e/ou sexuais se confundem com saúde reprodutiva e/ou sexual. De acordo com Corrêa e Ávila (2003:29), “essa interpretação pode diluir o significado do direito como prerrogativa de autonomia e liberdade dos sujeitos humanos nas esferas da sexualidade e da reprodução”. Cabe, além disso, perguntar a quem cabe determinar o que é saúde/doença, normal/patológico, feminino/masculino quando se trata de tomar uma decisão acerca da definição do sexo de um indivíduo.

No que se refere ao paradoxo normatização corporal *versus* autonomia do indivíduo emerge outra interrogação: como lidar com o fato de que uma decisão tomada em um contexto, por uma

equipe de saúde juntamente com os pais do bebê, possa ser questionada mais tarde, quando a própria pessoa já teria autonomia para decidir? Essa pergunta é ofuscada quando sai da pauta dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos e reaparece somente como um “problema de saúde”.

Para além dos perigosos deslizamentos que possam existir entre as noções de “direito” e “saúde”, um segundo questionamento possível na esfera dos direitos sexuais e reprodutivos é aquele destacado por Mauro Cabral (2004) acerca do pressuposto da “diferença sexual” sobre o qual se assenta uma determinada noção de cidadania sexual. Segundo Cabral, é apenas rompendo com essa prerrogativa que se torna possível a inclusão da problemática trans na discussão. Outra questão que deve ser destacada é aquela apontada por Fátima Oliveira (2006) em entrevista para o Boletim de Cidadania Sexual sobre o balanço regional de 2005 na área dos direitos sexuais na América Latina. Ela afirma que a referência “não adjetivada” a esses direitos na região referida normalmente compreende sua versão heterossexual.

Finalmente, o movimento político intersex e as discussões ético-teóricas em torno da intersexualidade lançam um desafio para o campo dos direitos sexuais enquanto direitos humanos ao mesmo tempo em que interpelam a própria definição de humanidade que os engendram. De acordo com Judith Butler (2004), a contestação das cirurgias precoces “corretoras” dos genitais ditos “ambíguos” aponta para uma perspectiva crítica contra uma visão de humano que supõe um ideal anatômico. Além disso, problematiza a concepção de “humanidade sexuada” do discurso dos direitos humanos que toma a matriz prescritiva da diferença sexual dicotômica como valor (Cabral, 2005). Que corpos são possíveis ou, para usar a expressão de Butler (1993), que corpos importam dentro de uma certa produção de Humano? Que corpos são esses que sentem o “fio da navalha” e em nome de qual concepção de Humano?

A contestação dirigida às intervenções cirúrgicas desafia, também, a estabilidade normativa do gênero e sua relação com o sexo, lançando o desafio para o campo da Antropologia e da Bioética de situar-se nesse limite onde é preciso reinventar a natureza na cultura. Além disso, ao interpelar a “natureza” de dicotomias tão estabelecidas de sexo e gênero, bem como aquela subsumida no binômio heterossexualidade/homossexualidade, as questões colocadas pela intersexualidade recolocam o debate sobre os direitos sexuais em outro patamar que não se restringe a esses sujeitos de direito. Do ponto de vista dos direitos humanos, essas interrogações oferecem novas nuances para pensar as conseqüências – violentas e violadoras – das normatizações prescritas aos corpos.

Dedico esse ensaio a todos os familiares e jovens intersex com os quais tive contato, cujas vozes e vidas aventam novos possíveis.

Referências

AREA TRANS E INTERSEX (Programa para América Latina y el Caribe)-COMISIÓN INTERNACIONAL PARA LOS DERECHOS HUMANOS DE GAYS Y LESBIANAS (IGLHRC). Expresión de Género y Derechos Humanos. Texto apresentado à IGLHRC na *Oficina para Latinoamérica y el Caribe*, Argentina, 2006.

BECKER, Simone. Violência(s), Mulher(es) e Direito(s) Humano(s): algumas reflexões sobre os discursos jurídico, legal e médico. Palestra ministrada no *Seminário da Violência contra a Mulher e Direitos Humanos*, Santa Catarina, Blumenau, nov., 2005.

BODIES LIKE OURS. Same sex/gender marriage and intersex implications. In: <http://www.bodieslikeours.org>. Acesso em 21 de maio de 2005.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. *Humain, inhumain. Le travail critique des normes. (Entretiens)* Paris: Éditions Amsterdam, 2005.

CABRAL, Mauro. Cidadania (trans) sexual. Disponível em: <http://www.ciudadaniasexual.org/publicaciones/ganadores.htm>, 2004.

CABRAL, Mauro. En estado de excepción: intersexualidad e intervenciones sociomédicas. Trabalho apresentado no *Seminário Regional: Salud, Sexualidad y Diversidad en América Latina*, Lima, fev., 2005.

CABRAL, Mauro; BENZUR, Gabriel. Cuando digo *intersex*. Un diálogo introductorio a la *intersexualidad*. *Cadernos PAGU*, n. 24, jan-jun, (pp. 283-304, 2005).

CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Sexo & Vida. Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003 (pp. 17-78).

DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. Feminismo, bioética e vulnerabilidade. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, (pp. 237-244, 2000).

DORLIN, Elsa. Sexe, genre et intersexualité: la crise comme régime théorique. *Raisons politiques*, n. 18, mai, 2005 (pp. 117-137).

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DREGER, Alice Domurat (Ed.). *Intersex in the age of Ethics*. Hagerstown: University Publishing Group, 1999.

DREGER, Alice Domurat. *Hermaphrodites and the medical invention of sex*. London: Harvard University Press, 2000.

DREGER, Alice Domurat. *One of Us. Conjoined twins and the future of normal*. London: Harvard University Press, 2004.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Historia da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Aula de 22 de janeiro de 1975. In: FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, (pp.69-100).

FREITAS, Fernando; PASSOS, Eduardo Pandolfi; CUNHA FILHO, João Sabino L. da. Estados Intersexuais. In: FREITAS, Fernando; MENKE, Carlos Henrique; RIVOIRE, Waldemar A.; PASSOS, Eduardo Pandolfi. (Orgs.). *Rotinas em Ginecologia*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (pp. 143-179).

GREENBERG, Julie. Legal Aspects of Gender Assignment. *The Endocrinologist*, v.13, n.3, 2003.

HUMAN RIGHTS COMMISSION OF THE CITY & COUNTY OF SAN FRANCISCO. *A human rights investigation into the medical "normalization" of intersex people*. São Francisco, 2005. Disponível em: http://www.isna.org/files/SFHRC_Intersex_Report.pdf. Acesso em: 01 de julho, 2005.

KESSLER, Suzanne. *Lessons from the intersexed*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.

KRAUS, Cynthia. La bicatégorisation par sexe à l'“épreuve de la science”. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. (Orgs.). *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000 (pp. 187-213).

LÖWY, Ilana. Intersexe et transsexualités: les technologies de la médecine et la séparation du sexe biologique du sexe social. In:

LÖWY, Ilana; ROUCH, Hélène (Coords.) *La distinction entre sexe et genre. Une histoire entre biologie et culture*. Cahiers du Genre, n. 34. Paris: L'Harmattan, 2003 (pp. 81-104).

MACHADO, Paula Sandrine. “Quimeras” da Ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, 2005a (pp. 67-80).

MACHADO, Paula Sandrine. *O sexo dos anjos: o olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural*”. *Cadernos PAGU*, n. 24, jan-jun, 2005b (pp. 249-281).

OLIVEIRA, Fátima. Entrevista: Derechos Reproductivos, Derechos Sexuales y VIH/Sida: Aproximaciones a un Balance Regional 2005. *Boletín Electrónico del Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina*, n. 17, ano 3, 2006. Disponível em <http://www.ciudadaniasesexual.org/boletin/b17/articulos.htm>

PREVES, Sharon E. For the Sake of the Children: Destigmatizing Intersexuality. In: DREGGER, Alice Domurat. (Ed.). *Intersex in the age of Ethics*. Hagerstown: University Publishing Group, 1999 (pp. 51-65).

PREVES, Sharon E. *Intersex and identity: the contested self*. London: Rutgers University Press, 2003.

ZAMBRANO, Elizabeth. *Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

NOTAS

¹ Agradeço à minha orientadora, professora Daniela Riva Knauth, por ter me incentivado a escrever esse ensaio e por sua preciosa ajuda, bem como à Simone Becker pela leitura atenta e pelos seus valiosos comentários em relação a esse texto.

² Todos os nomes das pessoas foram trocados para preservar o seu anonimato. As crianças/jovens intersex receberão nomes de anjos, remetendo à expressão que faz referência ao “sexo dos anjos”. Entretanto, o uso que faço dessa expressão não se

refere à idéia de que os anjos seriam seres sem sexo, idade ou outros atributos humanos. Pelo contrário, faço alusão à figura do anjo como aquela capaz de traduzir a possibilidade da existência de uma variabilidade de sexos. Já os familiares receberão nomes criados por mim e, no que concerne aos profissionais de saúde, por outras razões éticas, não utilizarei nem nomes fictícios, nem especificarei o sexo dos mesmos, optando por tratar todos pelo masculino bem como por diferenciá-los em função da sua especialidade (quando for necessário).

³ O material empírico utilizado nesse ensaio integra a pesquisa mais ampla referente à minha tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Em 2005, a investigação contou com um subsídio de Ciudadanía Sexual/Universidad Peruana Cayetano Heredia/Fundação Ford no marco do projeto “Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina”. As análises sobre o momento do diagnóstico e sobre a questão do silêncio já foram apresentadas, de forma sintetizada, em um artigo entregue como informe final do referido subsídio.

⁴ O projeto da tese de Doutorado foi avaliado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa e todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados com a devida garantia de confidencialidade das informações concedidas.

⁵ A região conhecida como “Grande Porto-Alegre” compreende vários municípios satélites, localizados nas proximidades da capital do Estado do RS, Porto Alegre.

⁶ A adrenal é uma glândula que produz cortisol, andrógenos e outras substâncias. A HAC caracteriza-se como a deficiência de uma enzima necessária para a produção de cortisol. Para compensar esse déficit, há um estímulo em toda a adrenal, resultando na produção excessiva de andrógenos. Em crianças com cariótipo 46XX, a exposição ao excesso de andrógenos ocasiona o que é definido pelos médicos como uma “virilização” da genitália externa. Entre outras conseqüências, essa situação faz com que o clitóris se apresente em dimensões anatômicas maiores que as consideradas “normais” para uma menina.

⁷ Em crianças que apresentam um cariótipo 46XY, a hipospádia é caracterizada pela formação atípica da genitália externa masculina. Na linguagem médica, diz-se que um pênis hipospádico é aquele em que o orifício do canal uretral não se localiza na ponta do pênis, estando na sua parte ventral e, em alguns casos, bem próximo à base do escroto. Combinada à criptorquidia, condição clínica na qual os testículos não desceram para a bolsa escrotal, a hipospádia é uma das situações caracterizadas como “genitália ambígua”.

⁸ A sigla 46XX (ou 46XY) é uma convenção biomédica, em que 46 diz respeito ao número total de cromossomos de um indivíduo e XX ou XY refere-se a um dos pares desse conjunto. São os chamados “cromossomos sexuais”.

⁹ Para uma análise mais detalhada sobre como esses fatores são levados em consideração nas decisões médicas por uma ou outra intervenção visando a “adequação do sexo” em crianças intersex, ver Machado (2005a).

¹⁰ O exame do cariótipo, que revela se a criança é 46XX ou 46XY, mais as inúmeras especificidades que podem ser “descobertas” no nível da biologia molecular, possuem esse tipo de materialidade da qual nos fala Ginzburg (1989). É como se o resultado do exame constituísse um dado empírico incontestável, quase palpável se pudesse ser reproduzido em maiores dimensões.

¹¹ Sobre a desconstrução da bicategorização por sexo como uma dicotomia natural, ver a minuciosa análise de Cynthia Kraus (2000) a respeito das pesquisas na área da biologia referentes à determinação do sexo em seres humanos. A esse respeito, ver também Anne Fausto-Sterling (2000).

¹² Sobre essa questão, ver Alice Dreger (2004).

¹³ O termo hermafrodita foi utilizado sem discriminação de “tipos” e “subtipos” até meados do século XIX, quando começa a aparecer a diferenciação entre hermafroditismo verdadeiro e pseudo-hermafroditismo (Fausto-Sterling, 2000),

¹⁴ Veja-se, também, o papel do “diagnóstico” e dos laudos médicos nas decisões referentes aos transexuais, tanto em relação às cirurgias de troca de sexo como no plano jurídico, no que tange à mudança de estado civil. Sobre essa questão, conferir o interessante trabalho de Elizabeth Zambrano (2003).

¹⁵ É importante ressaltar que não são todas as situações e esferas em que se observa essa consonância entre critérios/laudos médicos e decisões jurídicas. Como aponta Simone Becker (2005) sobre os crimes de estupro, mesmo com o laudo do exame de corpo de delito, nem sempre os juízes acatam as avaliações médicas nem condenam o réu pelo estupro atestado pelas mesmas.

¹⁶ Nesse cenário, é importante mencionar o nome do promotor Diaulas Ribeiro, da Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde do Distrito Federal. Ele tem aparecido na mídia e causado grande polêmica no meio médico pelo fato de recomendar que a “cirurgia reconstrutora do sexo” em crianças intersex só seja feita com autorização do Ministério Público. Resta saber se esse posicionamento não acaba simplesmente deslocando o poder de decisão de uma esfera hegemônica, a medicina, para outra, o judiciário, calando mais uma vez as vozes das pessoas intersex e de seus familiares.

DIREITOS E SENSIBILIDADES: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Patrice Schuch*

O Brasil vive, desde os anos 1980, um período de intensas transformações. Os campos legislativo e judicial brasileiro vêm acompanhando e constituindo o processo de democratização política e o retorno do Estado de direito. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e de leis inspiradas em legislações de proteção de direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado em outubro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, promulgado em setembro de 1990, a Lei Orgânica de Assistência Social, de dezembro de 1993, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em dezembro de 1996 e o Estatuto do Idoso, promulgado em outubro de 2003, são exemplos, entre outros, de novos princípios, orientações e linguagens que aparecem no cenário brasileiro num esforço de adequar legislações e estruturas judiciais ao contexto democrático. Ao lado desse processo de normatização de direitos, aparecem inovações judiciais: os Juizados Especiais Criminais, criados em 1995 para introduzir a possibilidade de conciliação entre as partes do processo criminal; a ação civil pública, um novo instrumento de defesa judicial de interesses e direitos, que teve sua existência legal regulamentada em 1985; e o próprio Ministério Público como órgão autônomo e com independência funcional, com deveres de fiscalizar e de ser o guardião dos direitos da sociedade, a partir da Constituição de 1988 (Arantes, 1999 e Silva, C., 2001).

Este trabalho tematiza o processo de implementação das transformações nos aparatos jurídico-estatais de atendimento à infância e à juventude – especialmente, aqueles referentes às políticas sócio-educativas, destinadas aos chamados “adolescentes autores

de ato infracional – que têm na mudança da lei, com a promulgação do ECA em 1990, a sua justificativa fundamental. As estruturas jurídico-estatais brasileiras vêm sendo modificadas como consequência das novas orientações legais: equipamentos são extintos, reformados e criados; linguagens são substituídas; funcionários vêm sendo formados; crianças e adolescentes são constituídos enquanto sujeitos de uma forma específica. A mudança em prática diz respeito não somente a uma tentativa de transformação de instituições e discursos, mas de sensibilidades e afetos. Refere-se à constituição de novos sujeitos: “sujeitos de ação” e “sujeitos de intervenção”, com posições, papéis e modos de relacionamento singulares e por vezes complementares. Este texto explora o processo de mudança legal e seus efeitos sociais, destacando os modos pelos quais a transformação de princípios é dinamizada em práticas diversas, institucionalizada em órgãos específicos e entendida pelos seus protagonistas privilegiados: os agentes jurídico-estatais, na interface de seus relacionamentos com os adolescentes, seus familiares e/ou responsáveis.

Entendo que os processos de reformulação legal podem ser espaços pertinentes para o estudo da constituição dos direitos, essa construção não diz respeito apenas aos processos, regras, procedimentos e rituais judiciais, mas é informada por formas de pensamento ou maneiras de imaginar a realidade, que revestem de significado a multiplicidade de práticas, saberes e dispositivos empregados para a constituição desses “direitos”.¹ Para além de serem formalmente estabelecidos, os sentidos dos direitos têm de ser vivenciados, praticados, incorporados por agentes específicos, os quais podem possuir referenciais sociais e simbólicos diferenciados e encontrar-se em constante luta pela própria definição desses sentidos e suas expressões. Estudar os sentidos particulares que os direitos explicitam pelo modo como dispositivos diversos constituem tais direitos em domínios sociais particulares é uma tarefa que requer atenção para o entrecruzamento entre poder e significado, em contextos específicos. É esse ângulo de visão acerca dos sentidos que os direitos assumem em contextos específicos que possibilita a

constituição do que talvez seja a principal contribuição antropológica: a passagem da análise dos princípios formais para as práticas cotidianas da constituição dos direitos, de seus sentidos, usos, apropriações e reformulações na particularidade das experiências sociais.

Ao atentar para o processo de reformulação legal – entendido como uma constituição de novas regras, procedimentos, saberes, mas também de sensibilidades e afetos particulares –, desejo evidenciar três aspectos: em primeiro lugar, chamar a atenção para a impossibilidade de descontextualizar a discussão sobre “direitos” de lutas que envolvem relações de poder e a elaboração de significados diversos sobre “justiça”, “cidadania” e “democracia”. Em segundo lugar, afirmar que esses significados, assim com as dinâmicas de poder, são móveis e flexíveis, sendo desejável perceber suas transformações, evidentes na colocação em prática de dispositivos diversos, como leis, projetos de intervenção, práticas discursivas, técnicas de saber, etc. E, por fim, pretendo evidenciar que a análise etnográfica de alguns desses dispositivos, no campo da atenção jurídico-estatal aos adolescentes infratores, nos conduz a perceber a constituição dos “direitos” dos adolescentes infratores como eminentemente inscrita por sentidos de justiça ancorados em ideais de pacificação e harmonização social.

Tratarei dos dois primeiros aspectos a partir de uma reconstituição histórica de alguns processos-chave em que se inscrevem as atuais reformas legais realizadas a partir da promulgação do ECA no Brasil, em 1990. Essa legislação é orientada pelos princípios de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, trazendo como movimento discursivo importante em relação à legislação anterior – o Código de Menores de 1979 – a transformação dos “menores em situação irregular” para os atuais “sujeitos de direitos”. Nesse aspecto, mais do que me deter na avaliação de melhoras ou pioras dos aparatos jurídicos pós ou pré-ECA, o que me interessa é situar a promulgação do ECA e o novo regime discursivo, que introduz a linguagem dos “sujeitos de direitos” numa economia

geral dos discursos e práticas acerca da proteção e controle de crianças e adolescentes, através de aparatos jurídico-estatais brasileiros configurados, no mínimo, desde o início do século passado.

Para desenvolver o terceiro argumento, exploro como se dá a criação de uma sensibilidade fundamental para o trabalho dos agentes jurídico-estatais, baseada na procura de alguns valores tomados por esses agentes como “universais”: a paz e o amor. Focalizo tal problemática através do estudo etnográfico de cursos de capacitação e formação profissional, ressaltando que a maior parte das propostas trazidas compartilha a crença na necessidade de desenvolver-se uma ética global, acima de qualquer fronteira social, política ou identidade atribuída. Como espero deixar claro ao longo do trabalho, se por um lado o desejo de uma “ética global” coloca em evidência uma terapêutica de amor e de paz como solução do “desajuste” social, por outro lado estabelece um humanismo que justifica e legitima a intervenção social, numa singular inter-relação entre aspectos técnico-pedagógicos, judiciários e religiosos. Tais valores são orientados por uma retórica do sentimento, cujo protagonista é um “homem transcendental”, o que acaba reforçando um ideário liberal de justiça.

1. Do Menor à Infância Universal: uma crescente individualização dos “direitos”?

Uma perspectiva histórica faz perceber que a promulgação dos “direitos da criança”, tal como os conhecemos atualmente, não se fez através de um consenso entre visões de mundo e perspectivas sobre a administração dessa população. Ao contrário, a promulgação dos “direitos da criança”, em suas diferentes versões, envolveu disputas acerca do sentido desses “direitos” e da forma de garanti-los, confrontos que explicitam um entrecruzamento importante entre relações de poder e de sentido, na medida em que implicam o debate entre filosofias políticas particulares, expressando muito mais do que valores humanitários consensuais

(Fonseca, 2004; Guy, 1998 e Nader, 1999). O processo de constituição da infância e da juventude como alvo de políticas específicas envolveu a luta entre perspectivas de agentes diversos, uma disputa política entre enunciados que ultrapassam fronteiras nacionais, embora no Brasil se revistam de significados particulares. No Brasil, as preocupações com a delinquência, a insegurança pública, o desenvolvimento industrial e a urbanização crescente do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a caracterizar uma atenção de diferentes agentes para as questões ligadas ao governo das populações, por volta do final do século XIX e início do século XX. Através do lema “salvar as crianças”, toda uma rede de autoridades passou a ser discutida e viabilizada, no corpo dos aparatos jurídico-estatais, voltada para a atenção à criança e o seu controle. Tal rede foi fundamental, não apenas para a explicitação desse domínio como alvo das políticas estatais, mas para a própria constituição de autoridades públicas e para o governo das populações, em um país apenas recentemente elevado à condição de República. No Brasil, chama a atenção uma aliança entre médicos e juristas em torno da constituição de aparatos judiciais para a infância, conclamada como parte de um “movimento civilizatório” no qual a “modernização” da justiça – através da ênfase na reabilitação do infrator – seria importante para o próprio aperfeiçoamento da população brasileira, numa perspectiva médico-higiênica também percebida em outros domínios sociais.

A ligação entre médicos e juristas estava em voga não apenas no Brasil, mas era discutida internacionalmente em congressos científicos, como demonstra a existência dos Congressos Pan-Americanos da Criança, cujo primeiro evento aconteceu em 1916, na Argentina, e das Conferências Pan-Americanas de Eugenia e “Homicultura”, iniciadas em 1927, em Cuba (Guy, 1998).² A realização desses seminários destaca a relevância internacional que o tema da “criança” já tinha no início do século, como pauta de discussão política internacional. A historiadora Guy (op. cit.) assinala que, nessa primeira fase desses eventos – de 1916 até 1942 –, o foco dos debates recaía sobre a criação de um aparelho estatal de

atenção às crianças e suas famílias, certamente influência dos debates argentinos e uruguaios, nos quais as mulheres da elite, ativistas filantrópicos e trabalhadores sociais compartilhavam esforços para sublinhar a importância de pensar conjuntamente mães, famílias e crianças, para além do ângulo puramente médico-jurídico. Houve também a fundação de organizações especializadas na promoção do bem-estar das crianças, como por exemplo a *Children's Bureau* (Estados Unidos, 1912), a Associação Internacional para a Proteção da Infância (1913), o Comitê para a Proteção da Infância da Sociedade das Nações (1919) e o *Instituto Interamericano del Niño* (sede em Montevidéu, 1927).

Entretanto, não havia um consenso internacional a respeito dos debates: com a abordagem que associava responsabilização estatal e paterna, enfatizada nos Congressos Pan-Americanos da Criança, por exemplo, conjugava-se a abordagem mais individualizante, explícita na Declaração de Genebra, aprovada em 1924 pela Assembléia da então Liga das Nações. Esta Declaração continha uma forte influência individualista americana, concebendo a necessidade de uma “proteção” especial às crianças, sem, no entanto, explicitar qual agente deveria garantir essa “proteção”, ou seja, silenciando sobre o papel de aparatos estatais e/ou familiares para seu cuidado e controle. Enquanto, por um lado, havia um debate marcado pela perspectiva de uma reflexão que abarcava a tríade criança-família-Estado, por outro havia um primeiro marco na constituição do que mais tarde seria a noção do que Vianna (2002) chamou de uma “infância universal”.

No Brasil, os debates internacionais receberam muita atenção, principalmente por parte de juizes, ansiosos pela criação de aparatos jurídicos destinados à infância e à juventude. Em 1924, os juristas conseguiram criar o primeiro Juízo de Menores no Brasil. A criação do Juízo de Menores não apenas explicitou a autoridade dos juizes, como também contribuiu para a constituição dessa própria autoridade no domínio da infância e da juventude. Em 1927, houve finalmente a promulgação do Código de Menores. Na época da

promulgação dessa lei, os debates tinham, efetivamente, se expandido para além do universo jurídico da arbitragem tradicional e, sob a liderança dos juizes, a questão de um tratamento especializado das crianças e dos adolescentes compunha as discussões de um circuito de agentes diversos – como, por exemplo, a força policial, os setores políticos, as cruzadas médicas e as associações caritativas e filantrópicas (Rizzini, 1995). O objeto dessa cadeia de autoridades acabou sendo definido como o “menor”, uma categoria ambígua, cristalizada no campo jurídico a partir do Código de Menores de 1927, mas que adveio fundamentalmente da prática policial (Vianna, 1999).

O “menor”, como categoria de hierarquização social, era o personagem que abarcava uma ampla gama de substantivos e adjetivos diversos – “crianças desvalidas”, “miniaturas facinoras”, etc. –, atribuídos na prática policial e jurídica àqueles indivíduos definidos legalmente em situação de menoridade (Vianna, op.cit.). Como uma vasta bibliografia sobre o assunto tem destacado, o “menor” era definido, primordialmente, em torno de sua situação de subordinação social pela pobreza. As medidas jurídico-estatais dirigiam-se à população carente da sociedade brasileira, objetos privilegiados das medidas de reforma populacional e alvos de um esforço classificatório de reordenamento do social, algo particularmente relevante em um momento de recente fim da escravidão (Alvim e Valladares, 1988; Pilotti e Rizzini, 1995; Rizzini e Rizzini, 2004 e Vianna, 1999).

No entanto, a própria fluidez da categoria “menor” problematizava o *status* da “justiça de menores”, frente às vertentes positivistas dos órgãos de justiça. Já em 1931, somente quatro anos após a promulgação da lei, o Ministério da Justiça apontou, em relatório, a necessidade de proceder à revisão do Código de Menores de 1927, acusado de falta de rigor técnico e concisão (Rizzini, 1995). Tal atitude é compreensível quando vemos que a justiça no Brasil da época era dominada pela perspectiva do positivismo jurídico, na qual o Poder Judiciário deveria ser um agente neutro no âmbito

judicial. Ao pretender compreender e tratar a criminalidade infantil, humanizando a justiça de menores e afastando-a da área penal – o que aconteceu efetivamente a partir da promulgação do Código de Menores de 1927 –, a “justiça de menores” colocava-se num dilema: é justiça ou é assistência social? Qual a natureza jurídica do trabalho com “menores”?³ Tais perspectivas críticas ganharam fôlego através do diálogo com o contexto internacional. No final da década de 1940 e início dos anos 1950, debates diversos começaram a introduzir a necessidade da defesa “dos direitos” do menor e da regulamentação de sua proteção.

Em 1948, houve a promulgação do Código Pan-Americano da Criança, marcando uma transformação no modo de conduzir a discussão da problemática da infância na América Latina (Guy, 1998). O foco das discussões, que até por volta de 1942 colocava-se nos mecanismos estatais para a promoção do bem-estar da criança – criança-família-Estado – passou a ser a criança como sujeito de direitos, num claro desprivilégio da regulação das ações estatais. A promulgação do Código Pan-Americano da Criança, em 1948, cristalizou a mudança de abordagem, passando da ênfase nos esforços de reforma conduzida eminentemente pelo Estado para uma relevância de programas diversos de ajuda às famílias, no intuito de que conduzissem suas próprias estratégias de sobrevivência (Guy, *op.cit.*). A abordagem individualista tornou-se cada vez mais difundida em legislações e tratados internacionais. Formuladas em um contexto político e social do pós-Segunda Guerra Mundial, tais leis explicitavam noções de soberania do indivíduo frente às soberanias nacionais. A criação de novas instituições internacionais emergentes no contexto do pós-guerra – como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, e o seu órgão especializado em crianças e adolescentes, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – também contribuiu para a difusão de uma idéia de indivíduo portador de direitos fundamentais, acima de qualquer identidade atribuída (Merry, 2001 e Montgomery, 2001).

No mesmo ano da aprovação do Código Pan-Americano da

Criança, isto é, em 1948, a ONU promulgou a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” e, em 1959, promulgou a Declaração dos Direitos da Criança. Essa internacionalização marcou o aparecimento de uma forma de regulação das populações, que passa a extrapolar domínios puramente nacionais. A internacionalização só se tornou possível através da ênfase numa idéia de “igualdade” entre os homens, noção amparada no pressuposto de sua universalidade ontológica. Como salienta Vianna (2002), ganha força a concepção de uma “infância universal”: a infância passa a ser concebida como um período de vida dotado de universalidade, noção muito influenciada pelos saberes “psi”, que supõem a universalidade da natureza humana. Assim como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, a Declaração dos Direitos da Criança enuncia um padrão a que todos devem “aspirar” e se empenhar em construir. É uma iniciativa fundamental para a legitimação internacional de um modo de administração da infância e juventude que tem, nos órgãos de justiça, os instrumentos privilegiados de governo.

Esse contexto, próprio do final da década de 1950 e marcado pela realização de congressos diversos e pela implementação de novas legislações internacionais, pôs em evidência a necessidade de um debate nacional acerca da necessidade de uma transformação no Código de Menores, elaborado em 1927. É nesse momento que apareceram as primeiras noções da relevância da participação comunitária na reflexão sobre as causas e soluções do problema do menor, posição que significou uma proposta de modificação no próprio modo de gerenciamento do Estado frente à população, com a menor presença do Estado na regulação desses problemas sociais. Internamente, o debate era intenso acerca das possibilidades de transformação legal e das estruturas de atenção à infância e juventude. Também houve o desenvolvimento de uma ideologia de modernização da sociedade brasileira, os famosos “50 anos em 5” (*slogan* do governo de Juscelino Kubitschek), que privilegiava o urbano, o investimento do capital financeiro externo na indústria automobilística e o processo de nuclearização da família.

Do ponto de vista legal, conjugado com propostas inovadoras de participação comunitária no âmbito das políticas, outras proposições ainda enfatizavam a necessidade de modificação do Código de Menores de 1927. Os debates prosseguiram no governo de João Goulart (1961-1964), e o projeto elaborado em 1963 por uma comissão organizada pelo Ministro da Justiça, João Mangabeira, acabou sendo privilegiado na posterior formulação, um ano depois e já na época do governo ditatorial, de uma “política nacional do bem-estar do menor”. No período autoritário, as políticas e as discussões voltaram-se para a proteção e defesa da “segurança nacional”, privilegiando-se uma abordagem nacional em detrimento dos debates internacionais sobre a “proteção à criança”. Como correlato, houve uma continuidade na linguagem das políticas jurídico-estatais em termos de “bem-estar” social, conjugado com a idéia de “defesa social”. Como a bibliografia tem apontado, a chamada “política da segurança nacional” instaurou-se até o final do governo militar no Brasil, sendo a sua prática caracterizada pelo centralismo das decisões e preocupação com a “segurança nacional” que abrangiam inúmeras áreas da vida social (Alvim e Valladares, 1988; Pilotti e Rizzini, 2005; Rizzini e Rizzini, 2004).

Em 1979, finalmente foi promulgado o novo Código de Menores, que definiu o alvo das políticas como o “menor em situação irregular” – categoria com referências explícitas à idéia de patologia social. No mesmo ano da promulgação do segundo Código de Menores, em 1979, a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS) proclamaram o “Ano Internacional da Criança”, organizando diversos seminários e fóruns de debates internacionais, nos quais foi divulgada a noção de “crianças do mundo” (*world's children*) e a possibilidade da categoria “infância universal” ordenar discursos teóricos e políticos em diferentes frentes temáticas nacionais (Vianna, 2002). Nesse contexto, nós temos o agravamento das críticas de agentes diversos contra uma justiça acusada de existir sem bases jurídicas claras (por exemplo, na apuração de infração) e vinculada à “assistência social”, ao que se adiciona a promulgação de novas leis especiais para infância e juventude no cenário internacional⁴.

Em grande parte, como correlato do contexto internacional com novos órgãos supra-nacionais e a implementação de novas leis de proteção à infância e juventude, e de um contexto interno marcado de início pela abertura política, temos as insistentes críticas acerca do caráter repressor e autoritário que a classificação “menor” e “menor em situação irregular” trazia para as políticas da infância e juventude.

Como resultado da mobilização nacional e internacional, há, em 1990, a promulgação do ECA e o chamado “paradigma da proteção integral” de crianças e adolescentes torna-se dominante no âmbito jurídico-estatal da infância e juventude no Brasil, tal como orientavam as legislações e normativas internacionais já promulgadas nessa área. Novos atores entram em cena: militantes de organizações não governamentais nacionais e internacionais, representantes de movimentos sociais organizados e até mesmo representantes de movimentos de meninos e meninas objetos das políticas governamentais, como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, fundado em 1985. O alvo das políticas jurídico-estatais deixa de ser definido como o “menor”, e passa a ser definido como crianças e adolescentes “sujeitos de direitos”, seguindo a tendência da “universalização da infância”. As políticas de atendimento são definidas para aqueles sujeitos em termos de medidas de “proteção especial” (abandono, maus tratos, etc.) e de medidas “sócio-educativas” (cometimento de ato infracional). Nesse sentido, há uma especialização em relação ao público alvo das políticas, anteriormente definido ambigualmente pela categoria “menor”. A “justiça como assistência”, a classificação “menor” e o “paradigma da menoridade” passam a ser absolutamente criticados como repressores, autoritários e discriminatórios, vistos como mecanismos privilegiados de um poder discricionário em relação à infância e juventude. Tais críticas contribuíram para a divulgação de questionamentos acerca da constituição de poderes e domínios em torno da infância e juventude e da dinâmica de classes na sociedade brasileira.

No entanto, ao situarmos o ECA numa economia geral discursiva que vem configurando o domínio jurídico-estatal da infância e da juventude no Brasil, desde o início do século XX, poderemos tentar problematizar as rupturas maniqueístas entre “ontem” e “hoje”, que contribuem para um obscurecimento das relações de poder vivenciadas no presente. Dessa forma, cabe lançar alguns desafios: quais as conseqüências da conjugação de uma noção de “infância universal” com uma especialização em direção a uma caracterização menos ambígua do alvo das políticas jurídico-estatais? Quais os efeitos da introdução de uma “linguagem dos direitos” no campo dos aparatos jurídico-estatais para infância e juventude no Brasil? Sem desconsiderar o caráter de reordenamento social efetivado através da classificação “menor”, sugiro que a especialização dos usuários dos aparatos jurídico-estatais também traz efeitos reordenadores da infância pobre – mesmo com a implantação de princípios vistos como “progressistas”.

Em concordância com a perspectiva referida por Fonseca e Cardarello (1999), considero relevante pensar na hipótese de que essa distinção entre políticas vem aumentando consideravelmente o estigma colocado sobre aqueles jovens considerados “infratores”, isto é, aqueles adolescentes recebedores das medidas sócio-educativas, assim como culpabilizando as famílias que recorrem ao abrigo de seus filhos. Em ambos os processos, o que se torna evidente é que há, em paralelo, uma ênfase na “infância universal” e uma especialização das políticas e dos aparatos administrativos para o atendimento de personagens menos ambíguos do que o “menor”: as crianças “perigosas” e as crianças “em perigo”. Se, de um lado temos a proposição de uma universalidade da infância, de outro temos a reinstalação da desigualdade de sua existência. O que desejo salientar é que à expansão da noção de uma “infância universal” corresponde a necessidade de um refinamento da distinção entre a assistência e a repressão – o que reinstala a assimetria e a desigualdade no “social”.

Nesse sentido, ao privilégio de uma “universalidade” corresponde

um refinamento das categorias de classificação e especificação do “universal”. A “infância universal” é uma conquista progressista? As especializações e diferenciações são discriminatórias? A resposta para tais perguntas não pode desconsiderar que elas devem ser reunidas numa só questão: uma não existe sem a outra. Para além de visões maniqueístas, prefiro considerar as políticas pré e pós-ECA através dos seus modos diferenciados, de seus dispositivos e das tecnologias de poder, assim como seus efeitos práticos. A partir desse viés, podemos perceber que a progressiva ênfase na noção de “infância universal” implica no estabelecimento de todo um novo aparato de poder: expansão da vigilância judicial, dispersão das responsabilidades, interdependência entre Estados nacionais e privatização da família. É esse contexto de práticas e tecnologias que situa qualquer análise sobre os “direitos” das crianças e adolescentes no Brasil.

É no intuito de avançar nessa problematização dos dispositivos de constituição dos “direitos” que passarei agora a abordar como, no contexto específico dos aparatos jurídico-estatais existentes no Rio Grande do Sul depois da promulgação do ECA, vem se efetivando um processo de reforma que ultrapassa as transformações na lei e nos procedimentos jurídicos. Como pretendo deixar claro, tal processo de transformação implica um processo de sensibilização dos agentes envolvidos em direção ao amor e à paz – valores tomados como universais. A análise etnográfica, nesse sentido, possibilitou entender um entrecruzamento da linguagem dos “direitos” com uma linguagem dos sentimentos, os quais imbuíam de sentido a reformulação de práticas e dispositivos de proteção aos direitos dos adolescentes infratores. Minhas interrogações se dirigem à compreensão desse processo, ao mesmo tempo em que me interessa em discutir as conexões entre o modo como tal linguagem dos direitos se apresenta no Brasil e processos mais amplos de (re)formulação da justiça e sua difusão através de normativas internacionais.

2. Amor, Paz e Harmonia em Assuntos de Justiça: a “cultura da paz” e o “indivíduo transcendental”

Focalizarei tal problemática através de alguns cursos de capacitação e formação profissional dos agentes jurídico-estatais, realizados entre os anos de 2001 e 2002, que acabam enfatizando os valores do amor, paz e harmonia. Concebo esses eventos como “espetáculos”. Por “espetáculos da lei” entendo a divulgação, ensino e transmissão do ECA e da questão dos direitos da criança e do adolescente realizados através de ocasiões que são consideradas especiais para os agentes judiciais. Incluo nessa categoria seminários, cursos e capacitações dos agentes envolvidos na questão das políticas para infância e juventude, discursos públicos dos agentes e implementação de projetos. Apesar de serem consideradas especiais, tais situações fazem parte da rotina dos órgãos jurídico-estatais, dada sua constância e centralidade para a implementação de políticas – podendo ser considerados rituais a partir da definição de Tambiah (1996 e 1997). Também faço uso da lógica empregada no desenvolvimento da noção de “espetáculo” por Geertz (1991 e 1997), ao estudar o Negara da Indonésia pré-colonial. Esse autor trouxe os “espetáculos” teatrais para o centro do debate acerca da constituição política do Estado balinês, assinalando que as cerimônias, a pompa, o teatro e a *performance* não eram os meios para fins políticos, mas sim os próprios fins: o cerimonialismo da corte era a força motriz da política da corte. Da mesma forma, os cursos, seminários e a formação de projetos inovadores são constitutivos da implementação do ECA, ou seja, eles não são instrumentais *para* a aplicação da lei; ao contrário, eles já *são* modos pelos quais a lei é implementada.

2.1. A Cultura da Paz e o “Indivíduo Transcendental”: A Retórica do Sentimento e a Construção de Laços Sociais

Pierre Weil iniciou sua conferência falando com um forte sotaque francês e anunciando um diagnóstico impactante: o mundo vive uma crise de significado. Nós estamos todos ligados por temores.

Necessitamos mudar, assim como ele precisou mudar. Segundo Weil, aos 33 anos de idade era um psicólogo famoso, havia escrito muitos livros traduzidos em idiomas diferentes, tinha uma vida de sucesso, era casado com uma bela mulher, mas estava vivendo uma crise de significado. Estava infeliz e não sabia qual a razão disso. Como psicólogo, conseguia despertar a felicidade em outras pessoas, mas se sentia muito infeliz. Num certo dia, repentinamente, não conseguiu mais trabalhar, não pode mais andar ou conversar. Weil desatou a chorar. Ele estava em crise. Da crise, veio o divórcio. Dois anos mais tarde, teve um diagnóstico inesperado: estava com câncer. Desta vez, começou a perguntar-se: qual o significado de sua vida? Qual o significado da vida? Na sua apresentação, essa questão era repetida dramaticamente por Weil, após breves períodos de silêncio reflexivo. Sua roupa branca – uma bata longa que ia até aos seus pés – combinava com seus cabelos brancos de um homem que aparentava cerca de 65 anos. A imagem que me vinha à mente não era a de um psicólogo, mas a de um sacerdote.

As pessoas ouvintes pareciam sensibilizadas por sua narrativa pessoal, pelo seu jeito calmo de falar, pelo tipo de expiação de pecados e *mea culpa* que Weil fazia ali, na frente de todos. Mas não estávamos num evento de psicologia ou em algum evento promovido por alguma igreja. O depoimento de Weil fazia parte do evento chamado “III Seminário Nacional de Educação em Valores Humanos”. O seminário foi organizado pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça (ABMP), a Biblioteca dos Direitos da Criança, a União dos Dirigentes Municipais de Educação do RS (UNDIME-RS) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS), reunindo profissionais ligados às políticas para infância e juventude e, particularmente, muitos profissionais do Juizado da Infância e da Juventude (JIJ). Aconteceu em novembro de 2002, na cidade de Caxias do Sul, e teve o seu planejamento vinculado ao juiz do 3º JIJ, Dr. Rafael.

A divulgação do evento contou com o trabalho de Éilton, um funcionário do 3º JIJ, Vara de execução das medidas sócio-

educativas, que ressaltava a importância da conferência, salientando tanto o “comprometimento” do Dr. Rafael na organização do curso, como a qualidade dos palestrantes, principalmente de Pièrre Weil, psicólogo e especialista internacional, premiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e autor de vários livros de psicologia e auto-ajuda. Apesar de não ser uma atividade formal de capacitação dos agentes judiciais, Dr. Rafael fazia questão da presença de muitos funcionários do JIJ e de órgãos de execução das medidas sócio-educativas. O fato de contar com um maior número de participantes reforçava a importância do evento e o prestígio de seus planejadores, assim como a própria ida ao curso significava adesão a um projeto de trabalho; ao mesmo tempo, parecia ser mais que isso: uma dedicação pessoal à “causa” da infância e da juventude. Na sua maior parte, os funcionários que prestigiaram o seminário eram técnicos de atendimento: psicólogos, assistentes sociais, educadores, etc. Esses agentes pagaram as despesas da inscrição no evento, assim como da locomoção até a cidade de Caxias do Sul, que foi também organizada por Élton.

Esse funcionário contratou um ônibus de turismo para transportar os profissionais ligados ao JIJ e às instituições de execução das medidas sócio-educativas, sendo que eu também fui convidada a participar. O convite foi feito com muita cerimônia por Élton, ao divulgar o seminário como uma das atividades do JIJ: eu deveria ir para conhecer as novas propostas de atendimento e outras pessoas que trabalhavam no 1º e 2º JIJ, com as quais eu era pouco familiarizada, uma vez que eu estava privilegiando a etnografia no 3º JIJ⁵. Aceitei imediatamente. No dia do seminário, alguns técnicos e eu nos encontramos em frente à Rodoviária de Porto Alegre. Nas conversas que antecederam a chegada do ônibus – saído do Tribunal de Justiça com outros técnicos (inclusive Élton) –, os temas giravam em torno do seminário e houve algumas referências jocosas ao aspecto “voluntário” da ida ao evento. De acordo com essa funcionária, era praticamente impossível faltar a um evento

organizado por Dr. Rafael: *era pedir para se incomodar*. Segundo a funcionária, em um curso anterior uma profissional acabou se atrasando e perdeu a partida do ônibus para Caxias do Sul; ela teria ficado tão preocupada com a possibilidade de faltar ao evento que resolveu ir de táxi até o local do encontro, *gastando um dinheirão!* Sem dar maiores detalhes sobre o ocorrido, uma técnica comentou acerca da autoridade dos juízes e de como, por vezes, os técnicos são cobrados nas audiências, tendo que encontrar soluções para situações nas quais contam com poucos recursos institucionais da “rede de atendimento”. Disse a técnica: *Às vezes até parece que quem está sendo julgado somos nós!*

Já no ônibus, viajando para Caxias do Sul, Élton estava visivelmente emocionado com a evidente popularidade do seminário, que teve a participação de mais de 700 inscritos. Ria muito, conversava com um grupo e outro, até que sentou ao meu lado e começamos a conversar. Élton tem por volta de 40-45 anos, é mulato, original de Pernambuco e trabalha há cerca de 18 anos como pedagogo. Sua fala é doce e transmite calma. Élton contou que iniciou a trabalhar com *meninos de rua* ao acaso, recebendo um *caso* e outro: *pegava aqueles casos que ninguém queria, porque o menino chegava sujo, cheirando mal e aí eu atendia*. Com o tempo, passou a ser reconhecido pelo trabalho feito, pois disse se *apegar* muito aos adolescentes com quem trabalha: *Então todo mundo começou a me passar os casos dos meninos em situação de rua... Chegava um caso e o pessoal logo encaminhava para mim...* Antes de trabalhar no JIJ, Élton foi funcionário, por algum tempo, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre. Utilizando uma linguagem semelhante àquela usada para descrever o seu próprio trabalho, Élton disse-me que, no 3º JIJ, Dr. Rafael o *acolheu*. Atualmente, é técnico do 3º JIJ e atende os meninos infratores, com histórico de *situação de rua*. Destaca adorar o trabalho e que a sua maior recompensa é ver como, pouco a pouco, a relação com o menino vai se transformando: *o menino chega todo desconfiado, não quer conversar, não quer se abrir, colocar para fora todos os seus problemas e aos poucos a gente vai, com muita paciência e amor, construindo uma relação com ele, ele vai se sentindo acolhido*.

Durante a viagem até Caxias do Sul, Élton contou-me, emocionado, um “caso” de um menino visitado no dia anterior, chamado Leandro. Segundo o relato de Élton, Leandro foi interno na FEBEM, tinha um histórico de rua e poucos vínculos familiares. Élton atendeu Leandro durante o tempo de sua execução de medida sócio-educativa, mas relatou que, devido a fatores diversos, Leandro acabou no Presídio. O técnico olhou nos meus olhos e disse que jamais havia abandonado o menino e que permaneceu acompanhando a sua vida. Quando Leandro saiu do Presídio, Élton foi visitá-lo, contando-me que o jovem estava morando numa casa *bem simples* em uma Vila de invasão popular, em Porto Alegre. Segundo o técnico, Leandro o recebeu com palavras emocionantes:

Ele me recebeu e ficou meio sem jeito com a simplicidade do ambiente, mas ele me disse: ‘Não olhe a casa, olhe as pessoas’. Patrice, aquilo me comoveu, parece que ele compreendeu tudo aquilo que a gente havia trabalhado com ele na época dos atendimentos... [Na época] Ele chegou arredio, mas eu olhei bem para ele, olhei bem para quem estava falando comigo... E eu acho que o olhar transmitiu uma segurança para ele, uma certeza que ele podia confiar em mim. E ali na casa dele ele estava dizendo para mim: deixe de olhar essa casa simples, esses móveis velhos, esse bairro... Olha as pessoas daqui, elas não são isso que está aí em volta, elas são mais do que isso (Élton, pedagogo do 3º JIJ).

O relato emocionado de Élton identificava um laço entre Leandro e ele – um laço emotivo –, o qual sustentava contatos e identificações recíprocas. Todo o contexto social – a casa, os móveis, os bairros – ficavam subsumidos numa narrativa que destacava o vínculo sentimental entre o educador e o educando. Élton, ao evocar tal experiência, também acabava criando, pela força de seu testemunho e emoção, um vínculo entre ele e eu – reforçado pela força interativa de seu olhar, um olhar cativante e sensibilizador. Mas a narrativa de sua experiência com Leandro também criava um vínculo entre eu e o próprio adolescente: eu não conhecia Leandro e jamais viria efetivamente a conhecê-lo. No entanto, a partir do relato de Élton, eu me sentia próxima do jovem e já nutria uma certa simpatia e afeto por Leandro. Naquele momento cheio de emoção,

compartilhávamos uma “sensibilidade” específica: a sensibilidade para a afirmação de uma humanidade baseada no compartilhar emotivo entre os sujeitos, na troca empática e no vínculo amoroso e afetivo entre agentes. Eu, Élton e Leandro nos comunicávamos “de coração a coração”.

2.1.1. O Amor e a Paz como Construtores de um Mundo Harmônico

Era também a comunicação via apelo emocional, assim como através do testemunho, que algumas horas depois da conversa com Élton, Pièrre Weil estava transmitindo, com palavras cheias de motivação e sentimento. Contou a vivência das suas duas crises de vida, classificadas como “crises de significado” – a primeira quando, subitamente, não conseguia mais trabalhar, andar ou conversar (e que acabou resultando em seu divórcio) e a segunda quando se descobriu com câncer. Em seguida, Weil iniciou um trabalho reflexivo acerca do sentido da vida e de seu modo de vivê-la. Segundo o psicólogo, aos poucos ele foi compreendendo que durante a sua vida havia conjugado o verbo “ter” antes do verbo “ser”. Começou a pensar sobre suas realizações e sobre o que existe após a vida e compreendeu que os significados vêm por acaso, mas não existe acaso: *É como se uma “mão invisível” tivesse me guiado para realizar uma síntese na minha vida: entre o ocidental com o oriental, entre a psicanálise e a ioga, entre o masculino e o feminino, entre a razão e o sentimento*. Chamou tal processo de união de elementos complementares como “síntese de significados”.

Para reforçar o aspecto universalista de seu apelo, fez alusões aos muitos países em que já viveu – França, Alemanha, Índia (onde permaneceu durante três anos em retiro budista) e Estados Unidos (onde estudou medicina energética). Também se referiu às múltiplas religiões com as quais teve contato através de sua família – protestantismo, catolicismo e judaísmo – e comentou, episodicamente, sua conexão com órgãos internacionais, sobretudo enfatizando a sua vinculação com a UNESCO⁶. Essa entidade o

premiou, em 2002, com o prêmio “Educação para a Paz”, pelo projeto “Educação para a Paz e Não Violência”. Weil ainda explicitou que a sua “síntese de significados” antecedeu em vinte anos as preocupações expostas pela “Declaração de Viena”, promulgada em 1986 pela UNESCO.

Para o palestrante, o sofrimento do ser humano começa na mente, daí a relevância de uma psicologia transcendental que trabalhe com os estados superiores da mente. Já na sociedade, o desajustamento começaria na cultura – os grandes valores positivos estariam esquecidos na sociedade, na qual a frieza e a objetividade estariam passando a dominar a educação. Segundo o psicólogo, a cultura da nossa sociedade atual é dominada pela competição e pela guerra, configurando uma sociedade desajustada, que conduz ao desajustamento do indivíduo. Para Weil, a objetividade científica e a “técnica” levam ao afastamento das pessoas. O apego estaria sempre atrás do sofrimento. Como sair disso? A proposta de Weil é valorizar o convencimento através do exemplo de cada um e do contato amoroso entre as pessoas: o laço afetivo e harmonioso. Em vez de impor, deve-se “irradiar”, “despertar” valores positivos, descobrindo o amor divino e o “sagrado” no outro.

Podemos entender a importância do exemplo e do testemunho de vida na pedagogia de Weil. É através desses modos de expressão que divulga um programa de transformação das relações humanas, inspirado nos princípios da UNESCO, chamado “Educação para a Paz e Não Violência”. Nesse programa, Weil destaca a substituição da idéia de “ensinar”, pela idéia de “aprender”. Nas palavras do psicólogo: *Como educadores, nós temos que nos educar para podermos educar os outros*. O programa também enfatiza a junção e síntese de contrários: da emoção, intuição e sentimento com a razão, do feminino com o masculino, do ocidente com o oriente, etc. É, de fato, dessa pedagogia que Weil vive, sendo chamado pelas mais diferentes administrações e grupos no país, para apresentar seu programa “Educação para a Paz e Não Violência”. A popularidade da proposta valeu a criação, no Brasil, em 1998, da Universidade

da Paz (UNIPAZ), além da já referida premiação no “Prêmio UNESCO Educação para a Paz” de 2000⁷.

A UNIPAZ é o fruto de um movimento mundial de pessoas e instituições afins, com o objetivo de semear uma “cultura da paz” na sociedade e a integridade do ser através do movimento holístico⁸. Sua finalidade está concentrada na formação de uma nova consciência e visão de mundo, sendo a transmissão do “global” para o “local” um dos modos pelo qual uma sociedade harmônica e pacificada pode ser construída. Através da leitura do programa da UNIPAZ, percebe-se como os objetivos da UNESCO são dinamizados e incorporados por uma instituição de formação profissional e pedagógica de educadores e “humanistas”, a qual vem tornando-se uma referência pedagógica para capacitação de funcionários de instituições estatais e não estatais no campo de políticas públicas⁹. Da mesma forma, também é possível inferir como determinados agentes acabam utilizando determinadas retóricas e instituições internacionalmente legitimadas para construir programas locais de atuação, mesmo que não tenham vínculos formais constituídos com essas instituições. Esse fenômeno aponta para a constituição de um mercado de “especialistas” na difusão local de programas supranacionais, consultores e mediadores entre instituições (locais e internacionais) que também são influentes no campo de atenção para infância e juventude pós-ECA.

A própria existência da UNIPAZ e seu modo de intervenção pode ser considerada própria de um contexto de desenvolvimento do “globalismo”, apontado por Ianni (1995 e 1998) como sendo uma categoria histórica e lógica que compreende relações, processos e estruturas de dominação e apropriação desenvolvendo-se em escala mundial. No “globalismo”, diversas realidades sociais, desde o indivíduo à coletividade, passam a ser influenciadas pelos movimentos e pelas configurações do globalismo, e a influenciá-lo (Ianni, 1995 e 1998)¹⁰. No entanto, é fundamental destacar que essa influência resulta da presença de indivíduos e instituições concretas que vão sendo criadas para realizar essa intermediação entre o dito

“local” e o “global” e não simplesmente a partir de um suposto consenso entre filosofias políticas e legitimidades conceituais. A UNIPAZ parece estar se constituindo como um desses agentes intermediadores, num campo de disputas acirradas – lutas entre agentes locais sobre o modo de “internalização” das orientações transnacionais, entre especialistas em mediação “local”/“global” pela legitimidade de enunciação e entre as próprias autoridades nacionais para constituir o “transnacional”.

Como bem expressam as palavras colocadas no *site* da entidade, um dos objetivos da UNIPAZ é justamente trazer o “global” para o “local”, o que parece ser feito por meio da publicidade de uma pedagogia de transformação da “cultura” e do “indivíduo” – o desenvolvimento de uma nova consciência e de uma forma de sociabilidade e interação amorosa, solidária e harmônica. Os “valores universais” seriam ao mesmo tempo razão e consequência da divulgação e formação dessa nova sensibilidade aberta à transformação, ao integrar-se, ao valor sagrado do homem; um homem que é, desta forma, um “homem transcendental”, definido como estando acima de qualquer fronteira social. Essa mensagem foi divulgada na palestra de Weil através do seu testemunho de vida e de uma retórica emocional, que contou com um diagnóstico de crise, sofrimento e desajustamento – uma crise individual de Weil e uma crise cultural provocada por um mundo fragmentado e violento.

Da mesma forma que na minha conversa com Élton na viagem até Caxias do Sul, a retórica emotiva acabava criando uma empatia entre Weil e o público. Era incrível como as pessoas pareciam ouvir atentamente as palavras do psicólogo. Num momento de intensa emotividade na sua palestra, o psicólogo ordenou a realização de um exercício vivencial, a ser realizado pelo público da conferência, cujo objetivo seria o de reconciliar-nos com nossas emoções positivas. Weil orientou os presentes para que todos fechássemos os olhos e nos deixássemos relaxar lentamente. A voz de Weil começou a ficar mais baixa, as luzes do auditório se escureceram e

Weil ordenou que pensássemos em um evento importante de nossas vidas e que nos reconciliássemos com as pessoas que participaram deste evento, conosco mesmo e com o mundo, através das emoções que o evento nos provocava. Após alguns minutos de silêncio e reflexão, lentamente, foi restabelecida a luminosidade original das luzes. Weil pediu para que todos abrissemos os olhos e mantivéssemos as sensações provocadas pelas lembranças dos nossos momentos especiais vivas e dentro de nosso coração. O jogo de luzes, a entonação da voz de Weil, sua vestimenta branca e o apelo emotivo constante em toda a palestra e exacerbado no final, através daquele momento vivencial, contribuíram para a sensibilização das pessoas presentes. As duas mulheres que estavam ao meu lado, técnicas do JIJ, ficaram visivelmente emocionadas. *Ele é muito bom*, disse-me uma delas, enxugando suas lágrimas. O auditório em peso aplaudiu Weil ao final da palestra.

2.1.2. Os “Valores Universais”, o “Indivíduo Transcendental” e o “Tópico do Sentimento”

Pièrre Weil não foi o único, no evento, a realçar a importância de “valores humanos universais” como resolução para problemas sociais contemporâneos. Uma outra palestrante chamada Laura Roizman, professora da UNIPAZ, também se apresentou¹¹. A palestra de Roizman realçou aspectos já trazidos por Weil, com a diferença de que a palestrante concentrou-se na divulgação da doutrina da paz elaborada pela UNESCO, ou seja, no manifesto: “UNESCO 2000: Por Uma Cultura da Paz e Não Violência”. Situando esse manifesto como início da “Década Internacional da Cultura da Paz e Não Violência para as Crianças no Mundo” da ONU (2000-2010), a palestrante exibiu o símbolo oficial da UNESCO para a campanha “Educação para a Paz e Não Violência”. O entrecruzamento de duas mãos, representando a união, o diálogo e a harmonia, seria importante para combater a “cultura” contemporânea, que alimenta a violência e não permite que o companheirismo, o amor e a compaixão floresçam. Para alcançar essas qualidades, seria necessário

respeitar o aspecto “sagrado” presente em cada ser humano: *é preciso compreender que cada um possui um Deus dentro de si, que cada pessoa é Deus.*

A salvação pelo conselho, a palavra calorosa, a acolhida e o olhar empático foram elementos trazidos por Roizman para enfatizar como o afeto e os sentimentos são vistos como possibilidades de criar interações humanas mais harmônicas e livres de conflitos, sendo, ao mesmo tempo, a redenção para um mundo percebido como carente e em crise. Roizman também apelou para o testemunho pessoal, sensibilizando a platéia. Afirmou que uma de suas experiências de vida mais marcantes aconteceu quando assistiu a um espetáculo de dança, realizado por crianças portadoras de necessidades especiais. Segundo a palestrante, emocionou-se porque percebeu que aquelas crianças só haviam conseguido estar num palco devido à ajuda de muitas pessoas e de um esforço coletivo de mobilização de vontades. Chorando, lembrou de uma parte da letra de uma música cantada por Elba Ramalho, intitulada “Bate coração”: *O que você leva da vida, coração, é o amor que você tem para dar.*

Os pressupostos amorosos e pacificadores, apresentados tanto por Roizman quanto por Weil, estiveram presentes em todas as etapas organizativas do evento, a começar pelo texto exposto no próprio convite do seminário:

No vazio de palavra pedagógica, crianças e adolescentes padecem e fazem sofrer pela indefinição das barreiras simbólicas à transgressão e à violência. No vazio de lei, a angústia sem mediação se converte em drogas, crime e destruição. No entrecorte de tantos caminhos de sofrimento, a escola navega, muito freqüentemente sem rumo. É tempo de romper com o silêncio e a timidez, para reinstalar e exercer a força expansiva da palavra amorosa. Amor, tolerância, respeito, compreensão e paz são mais que palavras, valores que expressam a convergência de ideologias, credos e culturas. Os Valores Humanos são consensos coletivos universais. Por isso, são as chaves para abrir os mais valiosos tesouros éticos da humanidade (Folder do III Seminário Nacional de Educação sobre Valores Humanos, 2002:01).

Esse espírito foi reafirmado nos discursos do Dr. Rafael que, dando

prova de seu papel-chave, abriu e fechou o seminário. Dr. Rafael, ao encerrar o evento, destacou o quanto considerava adequada a discussão acerca dos valores para os profissionais envolvidos com a ciência jurídica: *uma vez que o direito lida com os valores, a matéria do direito são os valores*. Nas palavras de Dr. Rafael: “Partiremos deste seminário mais sólidos no ato de conexão cívica. Temos um papel de construir um país. Temos o dom de acreditar na possibilidade de uma ‘cultura de paz’ e podemos estar em comunhão neste momento de aprender”.

Num gesto significativo, Dr. Rafael, marcando a total harmonia de idéias entre ele e os participantes convidados, terminou o seminário conclamando todos a se levantarem das cadeiras para cantar um hino. As suas palavras prévias acerca da conexão cívica realizada através do seminário fizeram-me acreditar que cantaríamos o hino nacional brasileiro. A presença de uma bandeira brasileira enorme, colocada em cima do palco do auditório, reforçou ainda mais a minha hipótese. Entretanto, eu estava errada: ao invés de cantarmos o hino nacional brasileiro, nós cantamos o internacional “Hino de Paz” ou “Hino à Paz do Espírito do Ser Humano”, criado por Pierre Weil, chamado ao palco novamente. Nesse “Hino da Paz”, a mesma sentença é repetida, inúmeras vezes, em diferentes linguagens: “La Paix en toi, May Peace be in you, Shalom Alechen, Salam Alecum, Om Shanti, A Paz em você, La Paz en usted, La Pace em ti, Der Frieden in dich, etc...”. Todos ouvimos e cantamos o hino, emocionados. A mensagem cívica, conjugada com um hino universalizante, parecia apontar para o desejo de uma redefinição da noção de civismo, de um civismo nacional para um civismo de uma sociedade civil global, que teria o “cidadão do mundo” (Ianni, 1995) como o operador de reconhecimentos e não mais o Estado-nação como base de pertencimento. Isto é, um civismo que privilegia a noção de “homem transcendental”, pertencente a uma “comunidade transnacional imaginada” (Ribeiro, 1997) e acima de qualquer fronteira identitária ou socialmente atribuída.

O seminário contou ainda com uma doutora em educação e

professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que dissertou teoricamente sobre a educação, ética e a relevância dos valores universais. A educadora também salientou a possibilidade de valores universais, mas não eternos: daí a importância da educação. Sua palestra relativizou a possibilidade de valores atemporais e ontológicos. O modo de sua apresentação também diferiu dos convidados anteriores: enquanto Weil e Roizman privilegiaram o testemunho e o relato emotivo e sensibilizador, a professora da UFRGS manteve o estilo acadêmico de argumentação, baseado na exploração das idéias de diferentes autores, evidenciando sua percepção acerca da relação entre educação e valores universais através dos debates científicos, e não por meio de suas experiências e opiniões de vida. Contudo, o público passou a sair, pouco a pouco, do auditório, manifestando desinteresse pela palestra. No final da conferência, o auditório estava consideravelmente menos populoso do que no início do encontro. Após o término do seminário, na viagem de volta para Porto Alegre, ainda ouvi críticas à palestra da professora, considerada apenas “teoria”, sem nenhuma utilidade “prática”.

De certa maneira, a presença da professora da UFRGS destacou a não homogeneidade das mensagens trazidas no seminário. Por outro lado, explicitou uma crítica, de grande parte dos ouvintes, ao modo de formulação dos problemas de forma estritamente racional, sem a manifestação de um comprometimento pessoal, emotivo e corporal dos sujeitos. Essa crítica sugere a existência de uma lógica de julgamento acerca da produção de verdades e de saberes, a qual considera que essa formação deve passar, necessariamente, pela exteriorização das emoções internas; isto é, pela exteriorização do que Boltanski (1993) classificou como o “tópico do sentimento”, dimensão simultaneamente argumentativa e afetiva, que é fundamental para o engajamento humanitário. Segundo o autor, as palavras afetadas pela intermediação da emoção fariam justamente a passagem de uma narrativa individual para um engajamento coletivo, através de um entendimento de uma suposta universalidade

dos sentimentos. A disposição para um “engajamento” do locutor seria julgada tendo como base a participação corporal, emotiva, intensa, essenciais para a efetiva sensibilização coletiva. Na palestra da professora da UFRGS, tais elementos estavam ausentes. Não apenas a forma de apresentação – o não uso do modo testemunhal de apresentação –, como também o conteúdo da apresentação era diferente das palestras antecedentes. A apresentação da educadora complexificou algumas questões fundamentais dos ditos “valores humanos” – sua universalidade e atemporalidade –, mas esse tipo de questionamento simplesmente não encontrou respaldo entre os participantes, no clima do seminário.

2.2. Os Dispositivos Distintivos dos Discursos Terapêuticos e Religiosos: O “Artífice de Vínculos” e a “Conversão” no Trabalho com “Adolescentes Infratores”

Se o “tópico do sentimento” (Boltanski, 1993) firma uma noção de “homem transcendental” – definido como uma entidade sublime e superior às diferenças, fronteiras e contextos sociais –, uma atenção mais apurada às narrativas dos agentes jurídico-estatais mostra como elas também podem produzir diferenciações entre posições sociais, isto é, reinstalar a distinção entre os agentes. Nesse caso, à noção de homem universal e transcendente correspondem definições e especializações entre os agentes – entre os que “dão” sentimentos e afetos (paz, amor, solidariedade, dedicação) e os que “recebem” esses dons, formando sujeitos diferenciados: os “sujeitos de ação” (agentes jurídico-estatais) e “sujeitos de intervenção” (adolescentes e suas famílias). É possível perceber o funcionamento dessa dupla dinâmica a partir da observação de algumas apresentações de agentes jurídico-estatais em cursos e palestras, realizados com o objetivo de capacitar outros agentes para o trabalho com os adolescentes encaminhados ao JIJ. Vejamos como isso ocorre, tomando como *locus* analítico dois encontros que congregaram perspectivas fundamentais nas dinâmicas de aplicação e execução das medidas sócio-educativas: as perspectivas pedagógicas/

terapêuticas e a perspectiva religiosa. Nesse sentido, trarei para a análise a apresentação do pedagogo e funcionário do 3º JIJ, chamado Élton, e uma senhora voluntária, proprietária de uma fazenda de tratamento para usuários de drogas, que recebe adolescentes encaminhados pelo JIJ, a Dona Nara.

Élton e Dona Nara palestraram em dois cursos diferentes de capacitação profissional, dirigidos para funcionários ligados às políticas de atenção à infância e à juventude, mas não exclusivos a esses. Além da visualização do “tópico do sentimento” e do relato testemunhal como métodos comunicativos importantes para se criar uma comunidade definida pela igualdade e pela identificação entre os seus membros, a análise das narrativas contadas por Élton e Dona Nara é relevante para a apreensão do ponto de vista desses agentes sobre o seu trabalho. Ou seja, revela como percebem as suas práticas com adolescentes, interpretando, justificando e reconstruindo o que eles e os outros estão fazendo.

2.2.1. O Trabalho como “Arte” e a “Pedagogia da Presença”

Élton, ao apresentar a sua palestra acerca do programa de prestação de serviços à comunidade (PSC), desenvolvido em parceria entre o 3º JIJ, o Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto (PEMSE) e a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS), contou ser aquele o primeiro convite para compartilhar a sua experiência de trabalho publicamente. Disse que o trabalho com adolescentes é: *caminhar no escuro junto com eles*. Élton apresentou o seu trabalho no “Curso de Extensão para Educadores Sociais”, programa composto de dez encontros semanais sobre a temática do papel dos educadores nas políticas de atenção para a infância e a juventude. Apesar de ter sido freqüentado majoritariamente por pessoas envolvidas com organizações não governamentais e instituições governamentais para infância e juventude, o curso foi promovido pela Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS. Não era, portanto, uma atividade formal de capacitação dos agentes

funcionários do JIJ, embora essa entidade promotora fosse parceira da Universidade na execução da PSC, assim como da prefeitura de Porto Alegre – locais de trabalho de muitos participantes do evento. Ao contrário do seminário sobre valores humanos, promovido pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), o curso de educadores sociais não teve a profusão populacional de 700 participantes, tendo sido freqüentado por cerca de 30 a 40 pessoas por sessão. Os encontros foram realizados na própria FACED, e além de técnicos do atendimento (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos) houve ainda a participação de monitores das instituições de execução das medidas sócio-educativas, os quais trabalhavam mais diretamente com os adolescentes infratores.¹²

Élton, visivelmente emocionado pela participação no encontro, também estava muito nervoso e um pouco desajeitado ao trabalhar com lâminas, as quais projetava no telão da sala: sua voz adiantava-se às lâminas, criando um descompasso entre o texto falado e o texto projetado no telão. Élton trabalhava com a “prática do atendimento” aos adolescentes ditos infratores, e tinha pouca familiaridade com a arte da retórica formal. A primeira parte de sua apresentação foi tensa, na medida em que Élton tentava explicar, “teoricamente”, o modo do seu trabalho e os pressupostos e princípios fundamentais que guiavam a sua ação como pedagogo. No entanto, o seu rosto iluminava-se e as suas palavras enchiam-se de vida quando falava a respeito de sua trajetória pessoal – de seu testemunho de dedicação e trabalho junto aos “adolescentes em conflito com a lei” –, o que acabou fazendo, de passagem, no início da palestra e no seu final. Nestes momentos, sensibilizou os presentes ao contar alguns *casos* de meninos que atendeu, como pedagogo do JIJ.

Élton explicou seu nervosismo pelo prazer que tinha ao voltar à sua universidade – a UFRGS – na qual se graduou em pedagogia, após ter-se mudado de Pernambuco, de onde é original e onde viveu até freqüentar parte do curso de pedagogia. Contou que, naquele dia, havia chegado um “senhor”, de cerca de 30 anos,

procurando-o. Era um rapaz que o pedagogo havia atendido no início da sua carreira, que logo perguntou quando viu o técnico: *Lembra-se de mim?* Élton afirmou, orgulhoso, ainda recordar ter atendido o rapaz, que estava procurando o JIJ para *regularizar a sua situação jurídica*. São esses casos, para o técnico, que faziam com que valesse a pena trabalhar com o JIJ: a lembrança de um rosto, um sorriso de reconhecimento, um laço afetivo criado entre ele e os jovens atendidos. Para descrever o seu trabalho de educador, Élton evocou a imagem do artesão, aquele que faz o seu trabalho quase escondido, talvez ignorado, mas que produz belas artes. Nas suas palavras: *Trabalhar com esses adolescentes autores de ato infracional é uma arte. Trabalhar com eles não é uma função. Trabalhar com eles é ser um artífice de vínculos. As nossas ferramentas são a criatividade, intuição, afeto, atenção, calma, coragem, força e tolerância* (Élton, pedagogo do 3º JIJ).

Compartilhando a ênfase no laço afetivo, Élton explicitou uma idéia de seu trabalho que implica mais do que atributos profissionalizantes (graduação em curso específico, aprovação em concurso público, etc.), mas a dedicação e um dom particular – o dom do artista, singularizando sua produção e atribuindo-lhe valor. Ser um “artífice de vínculos” representa, nesse sentido, uma disposição caracterizada por uma disponibilidade interna, do educador, de criar vínculos, acolher a todos, colocar-se no lugar do “outro”, tomar a iniciativa, considerar o “outro” como a si próprio e reconhecer a sua dignidade, numa idéia de que *o outro sou eu*, como explicou Élton. Concretamente, o pedagogo destacou a necessidade de trabalhar muitos aspectos da relação do adolescente consigo mesmo e com os “outros”: trabalhar o motivo do ato infracional; o projeto de vida do adolescente; verificar a sua documentação; incluí-lo na escola e acompanhar a sua freqüência; tentar inseri-lo no mercado de trabalho; fortalecer a sua auto-imagem, crenças e espiritualidade; providenciar o tratamento médico e de drogadição (caso seja preciso); reconhecer que cada adolescente é único; trabalhar os sonhos do adolescente e pouco a pouco fazê-lo se aproximar da realidade; estreitar os contatos entre o adolescente e sua família.

Élton referiu-se, durante a palestra, à “pedagogia da presença”, divulgada por um dos principais articuladores do ECA e consultor internacional, o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (1995, 1999a e 2001).¹³ Trata-se de uma pedagogia que assinala a relevância da convivência entre educador e educando, a amabilidade no trato, o diálogo como ferramenta educativa.¹⁴ No entendimento de A. Costa (op.cit.), não há ação pedagógica sem afetividade. O alicerce das relações entre educador e educando é a reciprocidade, que deve dar-se, prioritariamente, através do desenvolvimento da empatia – uma empatia de sentimentos, entendida como a capacidade de se “colocar no lugar do outro”. Pela “pedagogia da presença” se busca investir numa educação sentimental do homem, no aumento de sua auto-estima e na valorização de suas capacidades individuais, vinculando razão e emoção. Baseando-se na “pedagogia da presença”, Élton assinalou a necessária leitura das emoções, tanto do educador, quanto do educando. O educador deve compreender-se e avaliar-se emocionalmente, antes de tratar com o educando. A experiência do “educar”, portanto, é um aprendizado contínuo, tanto do educador quanto do educando. Sobretudo, valoriza-se o “aprender” e o “transformar-se”, através do fluir dos sentimentos. Nessa experiência de contínua transformação, é fundamental “colocar-se no lugar do outro”. Isso não significa, entretanto, uma indistinção de posições sociais.

Através do relato de alguns casos de atendimento trazidos por Élton em sua palestra, podemos perceber que é justamente através da abertura aos sentimentos, a uma interação afetiva, uma disponibilidade quase infinita, que o lugar do educador se contrapõe ao espaço definido para o educando, aquele percebido como necessitado de atenção, necessitado de afeto, necessitado de vínculos emotivos. Se o educador é definido como aquele que “dá” infinitamente, desinteressadamente e dedicadamente – o “sujeito de ação” –, o educando é definido como aquele que “recebe”, aquele que necessita – o “sujeito de intervenção”. Vejamos os *casos* relatados por Élton.¹⁵

2.2.1.1. Laerte

O primeiro caso é de Laerte, 16 anos, natural do Planalto. Laerte não foi criado com a mãe, prostituta, mas foi criado pela avó. A mãe trabalhava numa boate e não podia ficar com ele. O menino disse que, algumas vezes, ia para a boate e sua mãe o deixava na companhia das suas colegas. Laerte não conheceu o pai. Com sete anos, sua avó faleceu. Passou a morar com o tio e o avó. Quando estava com 12 anos, seu avó faleceu e o tio transferiu-se para outra cidade. Através do Conselho Tutelar (CT) foi levado para companhia de sua mãe, em Santa Catarina. Não podendo ficar com ela, veio sozinho para Porto Alegre. Foi aí que ele começou...

Trata-se de adolescente com uma vasta vivência de rua. Não tem familiares em Porto Alegre, teve vários encaminhamentos para abrigos. Passou a habitar os “mocós”. A Usina do Gasômetro era o ponto de referência. Todas as ocorrências foram envolvimento com drogas, uso ou tráfico, sempre no Gasômetro. Ele teve cinco ocorrências, cinco atos infracionais no Gasômetro. Morou em companhia de pessoas, sempre em troca de favores sexuais. Ao ser apresentado pela primeira vez para iniciar o cumprimento da medida de liberdade assistida, Laerte mostrava-se resistente. Veio e apresentava-se, mas desleixado e sujo. Isso é um aspecto interessante, porque eu tive aquela coisa do aspecto da intuição. Que ele chegou para fazer uma entrevista comigo. Parecia que ele fazia questão de causar medo, de distância, de não querer aproximar-se. E aí teve aquela coisa da intuição, eu não me aprofundei nisso. E procedi lentamente, fui conquistando lentamente o Laerte e lentamente foi se estabelecendo esse vínculo profundo entre nós.

Passou um ano e ele conseguiu verbalizar com clareza o que sentia. Teve uma ocorrência no Instituto Carlos Santos, daí ele conseguiu dizer para mim que tinha uma irmã no interior do Estado e isso ele tinha guardado o segredo. Eles não contam. Então eu fiz contato com a prefeitura, com o CT, ele até citou nome de pessoas que tinham ajudado ele. Foi possível localizar a irmã, que logo quis que ele voltasse para sua companhia. Ficou combinada a data e eu disse assim: Mas ele vai com o carro do Juizado? Aí eu tive aquela coisa de se colocar no lugar do outro: como é que vai ser chegar numa cidade pequena, num carro do Juizado de Porto Alegre? É um pacote completo. Eu disse não... Eu acho que não é o caso. Mas também mandá-lo sozinho... Sair daqui sozinho e ir para outro lugar... Não gostei dessa idéia. Aí eu fiquei pensando e decidi: Eu vou ter

que levá-lo! Então ficou combinada a data e eu fui levá-lo na cidade. É interessante que ele saiu ao meio dia... Ele estava na rua, como eu falei. Mas ele estava assim tão sujo, tão sujo que a gente não conseguia chegar perto dele. Minhas colegas diziam: - Bota ele ali, bota ele ali, longe da gente. Eu tive que botar ele no telefone, para falar com a irmã, e as gurias disseram para mim: sai, tira ele dali. Aí eu disse: E eu que vou até viajar com ele! Mas eu vou, vou viajar. E foi incrível, porque chegou 6:30 da tarde e ele não chegava no Juizado... E eu já estava lá, com a passagem, e nada do garoto chegar. Não é que o garoto chegou quando eu estava saindo e dizendo para o juiz: - Olha, o garoto não chegou, acho que ele mudou de ideia, eu vou embora. Quando eu estou descendo, ele vem correndo, com as roupas todas úmidas. Ele tinha lavado as roupas [manifestação de comoção da platéia]. O Laerte tinha tomado banho. Ele me disse: - Tio, eu comprei até um perfume! O perfume era um desodorante. Aí eu disse: - Mas que bom! Aí fomos para rodoviária e eu disse: - Tu já comeste alguma coisa? - Não, ele me respondeu. Aí fizemos um lanche, depois entramos no ônibus e foram 8 horas de viagem até o interior.

Então foi esse o retorno de Laerte para a casa e o contato com a comunidade. Aí ele começou a ver a escola dele, lembrar dos vendedores que passavam na rua na época dele. Então eu queria dizer que o Laerte estava aqui em Porto Alegre, mas eu tive que buscar as suas origens. Depois eu fiz uma síntese do atendimento, colocando que esse caso pôs em evidência a questão da família desestruturada, perdas significativas, ausência materna, uso e tráfico de drogas, fuga de casa, perda e busca de sua origem, vários abrigamentos, prostituição, e ausência da figura paterna.

2.2.1.2. Sérgio

Quando eu comecei a trabalhar no Juizado, eu ficava muito chateado quando eu ouvia que o fim dos meninos era ou os presídios ou a morte. E, realmente, não é que seja isso o tempo todo, mas é uma realidade. Eu fiz as contas: desde quando eu comecei a trabalhar, eu tenho uma lista de quase 30 meninos que morreram. Eu acho que vocês acompanharam a morte de alguns deles. Ou eles morreram de assassinato, ou morreram pelas drogas, ou morreram de AIDS, mas o maior número deles foi por assassinato. Alguns deles estão no presídio e eu ainda tenho contato com as mães, mas a realidade da morte é um dado muito profundo.

Então tem esse garoto de 15 anos, um garoto de rua, que morreu. Morreu de AIDS. E eu acho que esse acompanhamento é que é o nosso compromisso de trabalho, eu acho que é muito mais do que uma função meramente profissional: é um estado de espírito, é uma disposição para a entrega. O Sérgio era um garoto de rua, insignificante, magro, doente, mas ele era... não sei dizer, ele conseguia estabelecer um relacionamento. Ele ficou doente e fugiu do hospital duas vezes. Eles [os adolescentes] não querem ficar no hospital com medo de morrer sós. E na última vez que vi o Sérgio eu havia prometido para ele que não deixaria ele morrer só. Nós não deixaríamos, eu e a mãe dele prometemos. Mas a mãe não foi visitá-lo e eu fui. Visitei a ele várias vezes durante a semana, inclusive ligava, telefonava para ver como ele estava. Um dia o médico disse para mim: - Ele está morrendo e ele está sozinho, não tem ninguém perto dele. E eu cheguei lá e não tinha ninguém. Foi uma das experiências mais bonitas da minha vida, porque eu nunca tinha assistido a morte de uma pessoa, nem com ninguém da minha família. E eu sabia que não podia deixar ele, não porque não estava no meu horário de serviço, ou por isso, ou por aquilo. Era um compromisso sério... O Sérgio ali, nos seus últimos respiros, eu fiquei segurando a mão dele... Foram 3 horas dali, do momento que eu segurei a mão dele, até ele morrer. Mas foram 3 horas de profunda reflexão de minha vida, a respeito da vida... a respeito do trabalho. E ele é muito vivo em mim, muito vivo no sentido de que ele foi uma pessoa que me ajudou muito. Hoje faz três anos que ele faleceu, mas a figura dele é forte, é presente na minha vida no sentido profissional. Por isso que eu, para apresentar a palestra, não queria falar tanto do trabalho na liberdade assistida, mas na coisa do vínculo, do relacionamento, aquilo que é único, que é diferente, sobre como o outro está dentro da gente.

Podemos ver, na narrativa dos casos trazidos por Élton - de Laerte e de Sérgio -, que o trabalho técnico é muito mais do que uma função: é um ato de amor, uma entrega, quase uma filosofia de vida. Élton descreve minuciosamente todos os seus esforços realizados fora do horário de trabalho, no intuito de criar relações afetivas com os meninos, modo de acesso da criação de laços sociais, rompidos com as práticas infracionais e resultados de trajetórias permeadas por inúmeros problemas: Laerte teve uma sucessão de perdas familiares, violações e rompimentos sociais, enquanto Sérgio

foi descrito como insignificante, magro e doente, “de rua”. Tanto Laerte quanto Sérgio são construídos como em situação de uma carência material, moral e afetiva, o que os coloca numa posição de impossibilidade de “dar” e sujeitos privilegiados do “receber”.

Quando chegam ao JIJ, através da necessidade do cumprimento de medidas sócio-educativas, ambos os adolescentes são descritos como estando sem vínculos sociais alguns: nem família, nem amigos, nem espaços sociais fixos de pertencimento. Principalmente no caso de Laerte, é explícito que a entrada no mundo infracional corresponde à saída solitária do menino para Porto Alegre e com a sua desvinculação familiar. A ausência de vínculos torna-o suscetível à habitação de lugares suspeitos, assim como às trocas abusivas, como receber casa em troca de favores sexuais. Apesar de ter inúmeras outras passagens pelo sistema de justiça juvenil – Élton destaca no mínimo cinco – Laerte permaneceu “desvinculado”, o que ressalta a singularidade do atendimento de Élton, mesmo frente aos outros prováveis atendimentos técnicos anteriores. Quando Élton encontra Laerte, o adolescente resiste ao contato – não quer constituir o laço, o vínculo afetivo: não quer “receber” ou “retribuir” a atenção de Élton.

Dedicado e sem desistir, apesar da negação de Laerte e das reclamações sobre o “cheiro” do adolescente, trazidas pelos seus colegas técnicos, Élton investe na continuidade da tentativa de firmar o “vínculo”, deixando o tempo passar.¹⁶ Lentamente, o técnico consegue estabelecer o “vínculo” com o adolescente, tendo em retribuição a revelação do “segredo” de que Laerte tem uma irmã. A própria referência ao compartilhar de um “segredo” põe Élton numa posição privilegiada junto a Laerte, que agora não aparece mais como só, desvinculado: Laerte tem tanto a Élton quanto a sua irmã. Assim também aconteceu com Sérgio, que apesar de ser descrito como um “garoto insignificante”, a partir da interação com Élton é humanizado ao ponto de conseguir firmar um relacionamento com o pedagogo – um laço social. Esse relacionamento é tão profundo que suplanta o próprio vínculo de

Sérgio com sua mãe: na hora da morte, a mãe não foi ao hospital, mas Élton estava lá, segurando a mão de Sérgio e assegurando o vínculo do adolescente com o mundo social: Sérgio não morreu sozinho, desvinculado socialmente – Sérgio morreu ao lado de Élton.

Os investimentos salvadores de Élton – a dedicação extra-horário de trabalho, o sacrifício da viagem, da tolerância das resistências, dos cheiros – são, finalmente, recompensados pelos adolescentes: Laerte retribui com aceitação da proposta de volta ao convívio familiar e ainda se transforma fisicamente: de sujo e mal cheiroso, chega ao JIJ limpo e com as roupas úmidas, o que enfatiza a extrema vontade do menino em suplantar, até mesmo, as próprias adversidades de sua situação social. À sujeira e o mau cheiro – interpretados como mecanismos estratégicos de recusa ao contato afetivo com o técnico, no início do relato – contrapõe-se à limpeza e o perfume do adolescente do final do relato de Élton. A limpeza e o perfume são a expressão visível da “transformação” operada pela “dádiva” afetiva de Élton, sendo o próprio “contra-dom” do adolescente, para Élton. A lógica da “dádiva” (Mauss, 1974) parece fundamental, na visão do técnico, uma série de relações morais entre educador e educandos, que não se resumem àquelas previstas institucionalmente. A troca de sentimentos – uma certa manifestação “obrigatória” do agradecimento (Mauss, 1979) – é, nesse sentido, visto como a retribuição do “presente” afetivo, inicialmente dado pelo técnico. É, ao mesmo tempo, reconhecimento da instauração do “vínculo” entre técnico e adolescentes, evidência da própria efetividade do investimento técnico.

No caso de Sérgio, a “retribuição” é ainda mais ritualizada e dramática: o desejo de vinculação com Élton até na hora da morte, o pedido da sua permanência no leito de morte, a afirmação do vínculo no segurar a mão de Sérgio até ao seu último suspiro. Apesar de Élton ter afirmado que contava a história de Sérgio para trazer ao público *uma história que não deu certo*, pois o menino havia morrido em consequência de AIDS, ele também ressaltou o quanto o contato

com Sérgio significava exatamente o que concebia como o significado de seu exercício profissional: um estado de espírito, uma disposição para a entrega e uma dedicação amorosa que extravasava as funções previstas burocraticamente no seu trabalho como pedagogo do JJJ. Élton “deu” uma parte de si para Sérgio e essa dádiva foi retribuída na hora da morte de Sérgio: o vínculo com o adolescente, naquele momento, foi tão intenso, que fez com que não apenas se reconhecesse ritualmente a efetividade do laço afetivo entre o pedagogo e o jovem atendido – o que implicou na transformação do adolescente – mas que Élton fosse, ele próprio, também transformado. O educador destaca como a experiência vivenciada com Sérgio “o ajudou”, proporcionando-lhe uma profunda reflexão sobre a sua vida e seu trabalho: a “dádiva” do carinho, dedicação e amor ao Sérgio havia retornado.

O sucesso do atendimento técnico – desse sistema de trocas morais entre os agentes envolvidos – é percebido como sendo justamente a continuação do laço social, isso é, do vínculo afetivo, expresso na reciprocidade do dom do “recebedor” ao “doador”. O “dom” do sentimento e afeto acaba sendo vivido, pelo pedagogo, como um tipo de “sintonizador” de posições e distinções entre os “sujeitos de ação” e dos “sujeitos de intervenção”, reinstaurando a harmonia, supostamente perdida pelo conflito originário da medida sócio-educativa.¹⁷ Se o atendimento técnico é legitimado pela inicial situação de carência material, moral e afetiva, é visto como eficaz pelo estabelecimento do vínculo através da “dádiva” afetiva. Assim como o adolescente se transforma, ao receber e aceitar o “dom” do técnico, o técnico deve, ao receber e aceitar o “contra-dom” do adolescente, necessariamente também se transformar. Do ponto de vista técnico, a expressão de uma transformação dos agentes – tanto do técnico quanto dos adolescentes – torna-se um dever moral a ser afirmado para a restauração de uma harmonia das relações.

Ao mesmo tempo em que o tópico dos sentimentos – da paz, do amor e da solidariedade – corrobora uma noção de “homem transcendental” e de uma sociedade holística potencialmente

harmônica e definida pela complementaridade de seus membros, também dinamiza uma série de distinções hierarquizantes entre aqueles que “dão” e aqueles que “recebem”. Isso reinstaura a distinção social e firma posições sociais diferenciadas entre agentes jurídico-estatais e usuários. À noção de indivíduo transcendente correspondem construções distintas, as quais se situam ao nível operativo do trabalho do técnico. São essas distinções que possibilitam e justificam o trabalho técnico, assim como a necessidade de formação de vínculos morais entre técnico e adolescentes.

2.2.2. A Conversão de Adolescentes e Educadores e a Noção de “Servir”

A Chácara Luz da Vida tem 22 anos de vida, de internato e eu tenho mais ou menos 25 anos de trabalho com dependentes químicos. Em 1982 eu tive um chamado de Deus para trabalhar com dependentes químicos. Eu estava fazendo uma reunião, bem maior que esta, onde veio um pastor dos EUA e nesta ocasião ele fez um chamamento para todos os jovens, que vieram de todo o Estado, para uma grande problemática das drogas. E ele fez um chamamento para que os meninos viessem a deixar as drogas e tivessem uma aceitação pelo amor de Deus e eu estava com meu esposo bem distante, sentado e ouvindo o que ele estava dizendo. (...) Eu sentada lá ouvindo e senti uma palavra de Deus: “Vai lá e faz a tua parte”.

Aí eu falei não, eu nunca tive viciado, eu nunca tratei com viciado, não sei nada disso. Eu me criei numa família do interior, fui a filha mais velha, depois vim para Porto Alegre, fui professora, casei e nunca tive nada com drogas, eu pensei: isso é contra mim. Aí eu falei para o meu marido: eu acho que eu devo ir ajudar. Ele disse: mas tu estás doida, vais te reunir com esse povo? Eu disse: olha, eu acho que vou lá. Aí mais uma vez [Deus] falou que queria que eu fosse. Aí eu fui, eu fui caminhando e eu vi um argentino, que me falou em espanhol que era drogado. Eu me comovi com aquilo e comecei a trabalhar com viciados. Eu me envolvi, botei minha poupança, botei meu marido, meus filhos, envolvi tudo o que eu pude, principalmente o meu coração, no trabalho com viciados de drogas. E esse rapaz que eu ajudei foi para a Argentina de volta.

Eu depois tinha uma pensão, meu marido estava na faculdade, e uma hora eu vi: nossa, mas tem mais viciado aqui do que pensionista, olha, nós vamos embora, eles vão acabar roubando a gente, esses cabeludos aí... E aí eu pensei: o que eu vou fazer? Aí eu peguei, dobrei meu joelho e falei com Deus que eu não podia mais, que eu tinha que dar um jeito. Aí ele falou ao meu coração, pelo seu amor, que eu podia criar uma igreja. Mas eu não consegui ajuda. Mas eu me envolvi bastante, coloquei meu dinheiro, coloquei minha família, coloquei meu amor e o amor que eu tinha por Deus. Porque eu sempre gostei muito de amar a Deus, amei Deus desde criança, amei Deus de todo o jeito, procurei Deus de todas as formas, e um dia encontrei Deus. E aquele dia foi especial pra mim. Meu casamento falhou, tinha um casamento que não era um casamento, era um ajuntamento. Quando conheci Jesus eu comecei a acertar muitas coisas na minha vida, eu fui dedicando a minha vida, fui dedicando o meu amor às pessoas... E fui dedicando a minha vida, a minha vida até que eu cheguei a abrir a Chácara Luz da Vida. Foi um processo bastante longo e hoje eu tenho os meninos de rua e viciados em droga até 25 anos. Eu sei que todos aqui são profissionais e que muitos de vocês devem estar pensando: o que ela tem de diferente para trazer para nós? Eu estou aqui para trazer uma coisa para vocês: é uma renúncia muito grande da minha própria vida, hoje eu estou com 97 crianças dentro da Chácara. Eu já peguei crianças com seis meses dentro da Chácara que hoje estão com 24 anos, eu já peguei crianças com quatro e que hoje estão com 12, estão estudando, estão vivendo suas vidas, e eu estou com vontade de ajudar cada vez mais, me envolvendo cada vez mais, hoje envolvendo mais os meus filhos e filhas. Então toda a minha família está envolvida no trabalho com os viciados em droga e nesses anos todos muitas pessoas foram ajudadas, o que me dá uma alegria muito grande, que o amor de Deus quis morar no coração deles.

Eu tenho alguns meninos que vieram aqui do Foro, do Dr. Rafael, eu tenho o Élton que me conhece. Quando eu via o Romário, quando eu via o Dionísio [outros adolescentes encaminhados pelo JIJ] eu não acreditava, porque eu hoje tenho uma droga muito maior do que quando eu comecei, hoje eu tenho crack, hoje eles usam crack que vai diretamente para o cérebro. E eles cheiram cola, eles cheiram muita cola, não é mais a maconhazinha de antigamente. O Dionísio é um rapaz que esses dias eu ainda disse para ele: Quem sabe tu vais falar com Dr. Rafael e leva o teu programa, pede outro programa pra fazer

coisas que você não está conseguindo aqui. Ai ele falou: - Não, eu aqui tenho uma coisa que eu sei que vai mudar muitas coisas na minha vida: eu conheci Deus e eu sei que ele vai me dar outras coisas, outro jeito para eu acabar com esse problema, que é a problemática das drogas. E na Chácara não tem drogas, mas se a gente deixa uma lata de tinner à vista, eles vêm e a gente tem que entrar com um processo de amor e de um ajudar o outro. Eu trabalho há 22 anos e eu tenho muitos professores, médicos, que foram viciados em droga, que já passaram por uma situação dessas. Mas eu, cada vez mais, quero aprender como servir melhor a Deus, como servir melhor à sociedade, como servir melhor e como trabalhar melhor com o viciado.

Dona Nara é uma senhora de cerca de 60 anos de idade, branca, cabelos grisalhos e fala calma e reflexiva. Conheci durante sua apresentação em um evento de formação profissional realizado pelo JIJ, chamado “Jornada Conversando sobre... Drogadição e Possibilidades de Intervenção”, realizada em outubro de 2002.¹⁸ O encontro ainda contou com a palestra de outros agentes especializados no atendimento de “jovens infracionais” usuários de drogas: um psiquiatra de uma clínica particular que havia sido contratada para atender os pacientes de uma unidade de adolescentes da FASE, uma psicóloga do Hospital São Pedro e um psicólogo que trabalha na Cruz Vermelha. A apresentação de Dona Nara versou sobre a forma de trabalho com jovens “autores de ato infracional” usuários de drogas, bem como sobre a sua própria trajetória de entrega e dedicação voluntária a esse serviço. Assim como muitos encontros de formação profissional, a palestra da voluntária privilegiou o modo testemunhal de narrativa e uma retórica emotiva.

Dona Nara chegou ao encontro acompanhada de seu filho, de cerca de 30 anos. Os dois foram recebidos por Éltton com um abraço acalorado. Também saudei Dona Nara e seu filho, pois tinha-os conhecido há cerca de dois meses, quando uma equipe do JIJ – munida de roupas e alimentos arrecadados em uma ação solidária organizada por Márcia, secretária do juiz do 3º JIJ – fora conhecer a chácara “Luz da Vida” e visitar os adolescentes que

estavam se recuperando do uso de drogas no local. A chácara “Luz da Vida” fica localizada num município da grande Porto Alegre e visa recuperar os jovens através da religião, do amor e do desenvolvimento da espiritualidade. É de inspiração evangélica, embora Dona Nara não explicita, nem queira explicitar sua orientação espiritual. Antes de chegar à chácara, Élton avisou-me, assim como as demais pessoas que nos estavam acompanhando na visita – duas técnicas do 2º JIJ, a promotora e a defensora pública do JIJ e a secretária de Dr. Rafael, Márcia – de que Dona Nara não gostava de falar a respeito de sua igreja, já que aceitava pessoas e jovens de todas as orientações espirituais.

Quando chegamos à chácara, no entanto, a orientação religiosa explicitava-se nos enfeites de pequenas placas coloridas colocadas nas árvores da chácara, com dizeres bíblicos: “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã” (Salmos, 30:5), “Essa é a promessa que ele nos fez: vida eterna” (João, 2:25), assim como no grande canteiro de flores brancas, plantadas no gramado verde onde se lê: “Jesus Vive”. O tratamento para os moradores da chácara, que colaboram no seu funcionamento, também é significativo do pertencimento religioso: “obreiro”. Mais tarde descobri, na internet, que Dona Nara tinha laços com a chamada “Igreja em Porto Alegre - Jesus Cristo é o Senhor”, a qual também não se coloca como *uma* igreja, mas *parte* de uma igreja – a comunidade universal e atemporal formada pelas pessoas que fizeram uma *verdadeira entrega* e que têm *compromisso com Jesus*.

Conforme as informações expostas no *site* desta Igreja, o pertencimento a uma “família de irmãos” não se define por fronteiras mundanas, mas pela transcendência de uma atitude de “testemunho de vida”, da “entrega” desinteressada, dos relacionamentos de “amor e serviço”. Tais valores de altruísmo, amor e sacrifício pelo “outro” podem ser aproximados daqueles trazidos pela narrativa de Élton e das palavras trazidas pelos ensinamentos da “cultura da paz” e dos “valores humanos”, de Weil e Roizman. Muitos funcionários do 3º JIJ e o juiz, Dr. Rafael, apreciam o trabalho de

Dona Nara com os adolescentes em medida sócio-educativa e a própria figura de Dona Nara, pela dedicação e pela afetividade no tratamento dos jovens internos. Segundo Élton e Márcia, funcionários do 3º JIJ, há muitos adolescentes esperando uma vaga para se internar na chácara “Luz da Vida”, o que se agrava pela insuficiência de recursos estatais e municipais para o atendimento de uma demanda que é percebida como crescente, de adolescentes usuários de drogas. Nesse contexto, as “fazendas terapêuticas” de orientação religiosa e de estatuto voluntário tornam-se praticamente as únicas opções viáveis para o encaminhamento de adolescentes. Se o trabalho de um funcionário do JIJ pode ser percebido como algo mais do que a função meramente profissional, uma “doação” ou “entrega”, o trabalho voluntário com “adolescentes infratores” revela-se particularmente legitimado como uma atividade absolutamente desinteressada, solidária e amorosa.

Dona Nara fundou a chácara “Luz da Vida” respondendo a um “chamado” de Deus. Ela havia sido “escolhida” por Jesus para executar essa missão de amor e entrega que é o cuidado e a “ajuda” de jovens envolvidos com drogas. Dona Nara trabalha voluntariamente e sustenta a chácara através de doações da comunidade e da produção de quindins, realizada na própria chácara, com a ajuda de funcionários, na maior parte os “obreiros” (ex-internos) ou familiares da fundadora. A realização de alguns eventos comunitários e comemorativos de datas significativas para a comunidade da chácara também contribui para o sustento dos internos. Lembro, por exemplo, do jantar beneficente de Natal realizado em 2002, amplamente divulgado para os funcionários do JIJ e para as instituições de execução de medidas sócio-educativas, e que contou com a presença de muitos agentes jurídico-estatais, inclusive do juiz do 3º, promotora e defensora pública. Nesse evento, realizado em churrascaria popular localizada na zona norte de Porto Alegre, um dos acontecimentos mais esperados da noite foi a apresentação de Dionísio, um adolescente mulato de 17 anos que está cumprindo medida sócio-educativa por furto. Naquele

ambiente natalino, Dona Nara fez questão de dizer que Dionísio iria declamar um poema para o Dr. Rafael, prestigiosamente apresentado como o juiz da infância e juventude, que estava acompanhando o trabalho da chácara. Quando solicitado, Dionísio apresentou, nervoso, o poema:

Oh Senhor, eu te louvo. Pela esperança, que pelo seu poder eu alcancei. No fundo do poço, a tua luz avistei. Mas no caminho, escorreguei. Mas a esperança brilhou outra vez. O pecado me cegou. Mas amigos e irmãos estenderam pra mim a mão. Hoje eu posso falar. Que o Senhor está em tudo o que é lugar. Em prisões. Mas está mesmo em seus corações. Basta acreditar que o Senhor em sua vida pode entrar. Abra seu coração para o Senhor. Porque eu abri. E grande alegria eu senti. O poço para mim está fechado. Já não vivo de passado. Do mundo já não sou escravo. Não levo a marca do crime. De quem me oprime. Hoje sou diferente, como muita gente. Eu pensei que nunca seria diferente. Mas tudo mudou e aqui estou (Dionísio, 17 anos, residente da Chácara “Luz da Vida”).

O poema de Dionísio contém muitas similaridades com a narrativa de Dona Nara. Assim como o adolescente, ela também se converteu ao investir na “entrega” de sua vida ao Senhor, através do trabalho com usuários de drogas. No processo de conversão, Dionísio e Dona Nara são “duas faces da mesma moeda”, isso é, encontram-se ligados por posições distintas, mas complementares. Essa complementaridade não exclui hierarquia, embora ao mesmo tempo coloque os agentes em relação. É significativo como no discurso de Dona Nara, realizado na “Jornada Conversando sobre... Drogadição e Possibilidades de Intervenção”, nós presenciamos novamente a referência a uma transformação do próprio educador, daquele que “entrega” sua vida para a dedicação ao trabalho com o próximo. No caso de Dona Nara, a voluntária recebeu um “chamado” de Deus: “vai lá e faz a tua parte”. Mas, da mesma forma que o adolescente Dionísio, Dona Nara titubeou, incerta sobre se deveria responder ao chamado ou não: a realidade do mundo das drogas era percebida como muito distante. Ela disse: “Eu nunca tive viciado, eu nunca mexi com viciado, não sei nada

disso”. Mais uma vez, semelhantemente ao relato de Dionísio, a religiosa recebeu novamente um chamado de Deus e, dessa vez, assim como na narrativa do adolescente, à comunicação entre Dona Nara e Deus incorporaram-se outras pessoas: em Dionísio, amigos e colegas lhe “estenderam a mão”; no relato de Dona Nara, surge um estrangeiro necessitando de ajuda. A partir de sua comoção, Dona Nara inicia um “envolvimento” com a causa dos usuários de drogas, e a realidade das drogas, de distante, passa a ser próxima. Na narrativa de Dona Nara, ao movimento de aproximação com o usuário de drogas corresponde a aproximação com Deus: humildemente, a voluntária disse ter-se curvado a Deus e recebido uma mensagem – uma mensagem enviada diretamente ao seu “coração”, informando que ela poderia fundar uma nova Igreja. Dona Nara destacou que sempre “procurou Deus”, mas somente quando se aproximou da problemática da droga é que finalmente “encontrou Deus”.

O encontro com Deus – expresso no encontro com o estrangeiro necessitado de ajuda – é um encontro transformador: “aquele dia foi especial pra mim”, disse a voluntária. O casamento falido de Dona Nara é subitamente acertado. Há um ajustamento na vida da religiosa (“comecei a acertar muitas coisas em minha vida”), paralelo ao investimento de dedicação e amor que enfatiza ser necessário para a manutenção do trabalho na chácara “Luz da Vida”: a dedicação de uma vida. Tal como no poema de Dionísio, o testemunho de sua transformação – a conversão da religiosa e do adolescente – tem uma parte importante na narrativa. O processo de conversão, apesar de ser individual, deve ser contínuo e implica a sua expansão para outros agentes – mesmo aqueles que inicialmente não acreditam na possibilidade de mudança –, demonstrando a crença de que Deus está em todos os lugares. Assim como Dionísio revela que nunca pensou que conseguiria ser diferente, Dona Nara destacou que, ao receber os jovens encaminhados pelo JIJ, pensou ser muito difícil tratá-los, tendo em vista a força perigosa do *crack*. Novamente apelando para a retórica

testemunhal, Dona Nara trouxe a fala de Dionísio para afirmar a esperança em Deus como possibilidade de uma mudança de vida. As recaídas são vistas como parte do processo de conversão e são tratadas com amor e com a prática de “um ajudar o outro”.

Na discussão dos trabalhos apresentados no seminário, Dona Nara disse ainda que a primeira coisa feita quando um adolescente chega na chácara – e ele chega *desesperado*, segundo a religiosa – é simplesmente abraçá-lo e chorar junto com ele. Com a voz engasgada pela tentativa frustrada de segurar o choro, Dona Nara falou para a audiência, composta majoritariamente por técnicos do JIJ:

Eu pego na mão deles, nas mãos sujas, do jeito que estão. Olho para eles, colocoo nos meus braços e muitas vezes eu apenas choro junto com eles. Depois eu os passo para uma liderança, para algum dos ex-internos. O amor que eles receberam é o mesmo amor que eles passam a dar, o amor que eles estão dando. A gente dá um amor sobrenatural, que só tem quem acredita (Dona Nara, voluntária e proprietária da chácara “Luz da Vida”).

No final de seu relato, Dona Nara referendou um compromisso com o “aprender” e a renovação da fé e da vontade de “servir”: a Deus, à sociedade e ao “viciado”. Foi esse mesmo compromisso que um dos participantes do encontro, também palestrante, o psiquiatra e proprietário de uma clínica, contratada pela FASE (instituição de internamento para adolescentes considerados infratores) para o atendimento de adolescentes com problemas de saúde mental, elogiou entusiasticamente. A vestimenta do médico – terno e gravata – contrastava com as roupas humildes de Dona Nara. Munido de uma retórica científica sobre o *crack* e seus efeitos no organismo humano, apresentou sua palestra em *power point*, como se estivesse num congresso científico de medicina. No entanto, no momento de discussão das questões do evento, foi o médico quem destacou como exemplo para todos os presentes a experiência de entrega e dedicação de Dona Nara. Falou emocionado da necessidade de que todos se unam ao que chamou de forças do bem. Nas suas palavras: *Os menores sofrem da patologia do vazjo. Nós*

precisamos de exemplos de amor e de dedicação, como essa senhora que nos ensinou muito aqui. Nós temos que formar uma Frente para o Bem. Ao término das palavras comovidas do médico, a platéia aplaudiu intensamente, legitimando a noção de um trabalho amoroso e dedicado junto com os adolescentes e indicando que esse “científico”, diferentemente de certos outros (vide a doutora em educação palestrante do Seminário sobre Valores Humanos), tinha conseguido apreender a linguagem que mais comunicava nesse meio.

2.3. A “Frente para o Bem” e a Conversão de “Coração”

A formação de uma “frente para o bem” – que une profissionais tão diferentes como a voluntária religiosa e o médico psiquiatra – legitima um tipo de intervenção descrita por D. Neves (2002) como uma “cruzada moral”, a qual visa controlar os desvios e fazer crer na possibilidade de uma sociedade solidária e harmônica. É essa sociedade ideal que fundamenta a idéia de uma “ética universalista” baseada na noção de “sujeito transcendente”, habitante de um mundo idealmente harmônico e “ajustado”. A essa noção vem a acrescentar-se a realidade das relações sociais desiguais entre os sujeitos, o “desajuste” do conflito, da fragmentação do mundo, da carência material, moral e afetiva de uma sociedade racionalizada onde o progresso é visto como dominando as experiências intuitivas, a afetividade e o amor. Tal diagnóstico – um diagnóstico do “sofrimento” – coloca o conflito como externo à sociedade, o que é condizente com as descrições de Kant de Lima (1989, 1995 e 2003) sobre a cultura jurídica brasileira, na qual o conflito é visto como exterior à sociedade, na medida em que ameaça a legitimidade da ordem.

O conflito obriga moralmente os agentes pacificadores a colocarem-se como profissionais privilegiados para a conversão social, rumo à reinstalação da harmonia, através da conversão moral dos indivíduos “desajustados” ou “desvinculados”. O vínculo afetivo, ou seja, a “dádiva” amorosa, dedicada e desinteressada, ao mesmo tempo em que instaura a distinção entre os que “dão” e os que

“recebem”, ao nível operativo dos atendimentos técnicos e religiosos, reinstala potencialmente a harmonia entre esses sujeitos, ao transformá-los mutuamente, por meio do vínculo de obrigações morais e afetivas. É também através das emoções – pela narrativa testemunhal e o contar dos “casos” – que os “espetáculos” dos cursos de formação profissional divulgam e expressam saberes “práticos” inscritos no corpo e na alma dos agentes humanitários, sendo a sua expressão modos importantes de engajamento coletivo.

Boltanski (1993), ao analisar o humanismo das campanhas contemporâneas trazidas principalmente pela mídia aos espectadores de um “espetáculo” do “sofrimento à distância”, destacou a relevância da manifestação do que chamou de “tópico do sentimento”, definido pelo autor como tendo intrinsecamente uma dimensão argumentativa e uma dimensão afetiva. Segundo o autor, são as emoções que fazem conectar o locutor e o espectador distante, constituindo um engajamento coletivo das ações humanitárias atuais. Para além da riqueza da introdução do sentimento e da moral no campo de uma discussão de engajamento político, Boltanski (op.cit.) introduz um elemento analítico relevante para os dados aqui trazidos: a distância entre os agentes implicados nas relações sociais descritas. Vimos como, nos “espetáculos” dos cursos de formação profissional, o “tópico do sentimento” se atualiza em diversos planos diferentes e justapostos. No plano das interações próprias do “espetáculo” das capacitações profissionais, nas quais se coloca a temática do “sofrimento distante” – na medida em que o locutor fala para um público distante daqueles definidos como necessitando de ajuda, amor e afeto –, o “tópico do sentimento” expressa a importância do relato testemunhal e do contar os “casos”. Esse modo de comunicação, marcado pela emoção, possibilita a formação de um engajamento moral no qual o espectador se torna afetado pela narrativa – induzindo à ação e à intervenção.

Ao mesmo tempo em que incita ao engajamento moral, o uso dos relatos testemunhais e dos “casos” põe em evidência que a formação de saberes, no “campo de atenção ao adolescente infrator pós-

ECA”, se dá tanto através da aquisição do conhecimento legal e científico, quanto de um “saber prático”, elaborado pelas experiências vivenciais de cada um dos agentes e incorporado nas profundezas de sua interioridade – no seu coração. Esse “saber prático” não é resultado do respeito de nenhuma regra estrutural de formação comportamental ou o produto de uma escolha intencional dos agentes, mas se faz na dialética entre as situações sociais e as disposições incorporadas nas pessoas – sendo caracterizado por uma lógica que, apesar de transcender o indivíduo, requer convicções pessoais para sua aquisição e cultivo. O domínio da “prática” do trabalho com “adolescentes infratores” necessita, sobretudo, de uma inscrição coletiva no corpo e na alma dos agentes – ou melhor, nos seus corações – de uma ética ocupacional marcada pela sensibilidade emotiva, solidária e amorosa. O saber interiorizado pela experiência social – esse “habitus”, na linguagem de Bourdieu (1989 e 1996b) – deve ser exteriorizado através de uma disposição postural na qual as emoções têm um papel fundamental: as palavras comoventes, o choro, os olhares cativantes, a expressão de sofrimento, etc. Tais elementos são produto de um conhecimento adquirido, mas também são um “haver”, ou seja, um capital de um agente em ação.

De outro lado, no plano das interações face a face entre educador (benfeitor) e educando (necessitado), isso é, no plano do “sofrimento próximo”, temos uma comunicação que é descrita, prioritariamente, como “de coração a coração”, através da “doação” de afeto e amor e sua reciprocidade. O “tópico do sentimento” explicitaria, nesse caso, uma propriedade essencial dessas relações, que seria a de colocar, em posições distintas, pessoas humanas passíveis de ocupá-las: os que “dão” sentimentos e afetos e os que “recebem” esses dons, formando sujeitos diferenciados: os “sujeitos de ação” (agentes jurídico-estatais) e “sujeitos de intervenção” (adolescentes e suas famílias). Essa distinção possibilita e justifica a intervenção social, uma relação social iniciada pela voluntariedade do “dom” afetivo” do educador, ou seja, a “dádiva”

do amor e do afeto. A produção desse ponto de vista atribui um sentido positivo ao trabalho efetuado pelos educadores com os “adolescentes infratores”, transmitindo uma mensagem de esperança e otimismo e constituindo um sentido eminentemente “salvador” para as suas funções. O que vemos, nesse caso, é que os agentes jurídico-estatais se atribuem investimentos missionários e redentores, o que se coaduna com a centralidade da noção de “servir”, “dedicar-se” e “comprometer-se” com o trabalho.

Desta forma, o sofrimento inicial, que firma distinções entre educadores e educandos, dissolve-se através da “dádiva” afetiva e salvadora que, se aceita e devolvida pelos adolescentes, é o elemento que reinstala a complementaridade das relações e a harmonia social. O tempo necessário para a retribuição do “dom” (Bourdieu, 1986 e 1996b) é, assim, o tempo do atendimento profissional, de formação do vínculo e, portanto, do relacionamento social, da instauração da lógica da reciprocidade, que conduz à efetivação de trocas e obrigações morais entre os agentes. Da mesma forma, a passagem do tempo entre a dádiva amorosa, concedida pelo educador, e a retribuição do adolescente também introduz a possibilidade do conflito, deixando em aberto a própria possibilidade de aceitar o desafio, ou seja, de retribuir o “dom” e firmar o vínculo moral.¹⁹

Apesar de ser mais evidente no discurso religioso do que no discurso técnico, a transformação de si pode ser aproximada a uma experiência de “conversão”. Os relatos testemunhais enfocam uma transformação dos adolescentes e educadores. É através da modificação de cada um que se converterá, por conseguinte, a própria “cultura”, vista como desajustada, em razão das fragmentações, coalizões, hierarquias, conflitos e distinções entre sujeitos. Nas narrativas apresentadas, o processo de transformação leva, progressivamente, à formação de uma “cultura da paz”. Todas as propostas trazidas (“valores universais”, “pedagogia da presença” e “conversão religiosa”) compartilham a crença na necessidade de desenvolver-se uma ética global, acima de qualquer fronteira social,

política ou identidade atribuída. Se, de um lado, o desejo de uma “ética global” coloca em evidência uma terapêutica de amor e de paz como solução do “desajuste” social, por outro lado estabelece um humanismo que justifica e legitima a intervenção social, numa singular inter-relação entre aspectos técnico-pedagógicos, judiciais e religiosos.

Em tal configuração, há um silêncio para identidades sociais atribuídas e uma supressão do contexto propriamente social dos encontros entre pessoas, numa individualização da questão da violência e do conflito, que passam a ser vistos como problemáticas de resolução ao nível das interações face a face, de uma abordagem em relação ao “outro”, baseada numa terapia amorosa e pacificadora. Alguns valores, como a paz e o amor, são classificados como “valores humanos” e percebidos como “universais”, o que naturaliza as políticas para a sua expansão e proteção. Divulgam-se as propostas de instituições e legislações internacionais – a ONU, a UNESCO, a “Declaração de Viena”, o manifesto “UNESCO 2000: Por Uma Cultura da Paz e Não Violência” – como fontes de proteção de valores ontológicos, e não em seu estatuto propriamente específico de políticas específicas, situadas temporal e socialmente e resultado de lutas entre filosofias políticas. Mais do que o “homem social”, tais valores são orientados por uma retórica do sentimento, cujo protagonista é um “homem transcendental”. A noção de “homem transcendental” reforça um ideário liberal de justiça, que tem no indivíduo o cerne de suas preocupações e políticas, em concordância com as legislações internacionais no campo dos “direitos”. Há uma sacralização do indivíduo: Deus está dentro de cada um, cada pessoa é um Deus.

Laura Nader (2002), no seu último livro, contou que esteve numa conferência, na África, caracterizada pela ênfase em alguns aspectos evocados nos cursos de formação profissional, trazidos nesse capítulo: a relevância de uma retórica da paz e da harmonia. Segundo a autora, a conferência versou sobre a necessidade de construir a paz e administrar os conflitos africanos e teve a presença de cientistas

sociais, especialistas americanos em construção da paz, representantes militares e muitos outros grupos profissionais, com variadas idéias sobre a promoção da paz e da harmonia social. A autora salientou que, apesar da imensidão de temáticas e propostas abordadas, ninguém referiu a economia política da administração do conflito e a história particular do continente africano. Não houve palestras sobre o uso de armas, diásporas que organizaram o tráfico de armas, multinacionais, recursos naturais e agências internacionais. Sobretudo, destacou Nader (op.cit.), ninguém cogitou que a harmonia pudesse ser uma ideologia de opressão.

As observações da autora são válidas para refletir sobre os cursos de formação profissional dos agentes jurídico-estatais no contexto pós-ECA, que também enfatizam a harmonia e constituem-se como agentes privilegiados de pacificação social, mas silenciam sobre o contexto social, político e econômico, onde os conflitos são criados e dinamizados. No campo legal, a abordagem individualizante do conflito liga-se a um modelo de justiça terapêutica, com forte influência dos saberes “psi” e que transforma fatos legais em “sentimentos” e “relacionamentos”. Os cursos apresentados são representativos desse modo de entendimento, o qual vem se expandindo mundialmente. A etnografia evidenciou como essa expansão pode se dar localmente, mostrando como princípios concebidos internacionalmente acabam sendo divulgados por instituições e agentes nacionais, não necessariamente vinculados diretamente a essas instituições. Instituições “mediadoras” (como a UNIPAZ) e seus agentes acabam associando os princípios internacionalmente concebidos às experiências particulares de cada agente local, através da particularidade dos “casos” trazidos nas palestras e dos relatos testemunhais. O relato testemunhal e a narrativa de “casos” são maneiras de expressão que realizam uma intensa atenção aos detalhes da particularidade da experiência vivida, ao mesmo tempo em que são evidências da relevância da aplicação, na singularidade de cada “caso”, de princípios vistos como universais e eternos, como a paz, o amor e a harmonia. Desta forma, as

noções e leis gerais são entendidos na medida da sua apropriação por um conjunto de situações que mostram a sua relevância prática. Aos princípios idealizados e atemporais conjugam-se a concretude e a temporalidade das narrativas testemunhais e dos “casos” vividos, compartilhados nos seminários e cursos de formação profissional.

Considerações Finais

A minha pesquisa etnográfica permite argumentar que a recente transformação legal, com a introdução da linguagem dos “direitos”, trouxe substantivas mudanças no domínio de atenção e controle da infância e juventude no Brasil, ao mesmo tempo em que explicitou tendências que se vêm desenvolvendo desde o início da implantação dos primeiros aparatos jurídico-estatais para essa população no Brasil. Apesar da ênfase na noção de ruptura com antigos princípios, práticas e valores anteriores ao ECA, realizada pelos agentes envolvidos na implantação da lei, a análise histórica de formação desse domínio permite inserir a promulgação do ECA e o novo regime discursivo que introduz – a linguagem dos “sujeitos de direitos” – numa economia geral dos discursos e práticas acerca da proteção e controle da infância e juventude no país. Crianças e adolescentes, em suas diversas categorias classificatórias – “menores desvalidos”, “facínoras”, “delinqüentes”, “abandonados”, “infratores”, etc – constituíram-se enquanto um problema político e social há mais de um século, em paralelo ao investimento estatal na administração e controle da população brasileira e constituição de autoridades.

“Salvar as crianças” – defendê-las, reformá-las, controlá-las e ajudá-las – vem sendo, ontem e hoje, um gesto de amor e um modo de governo. De um governo produtivo que, ao mesmo tempo em que gere a população, produz autoridades para sua atenção e controle, através da definição de objetos ou alvos de atenção e saberes e agentes responsáveis pela sua administração e controle: os “sujeitos de intervenção” e os “sujeitos de ação”. A definição de “sujeitos de intervenção” dá-se paralelamente à proposição de

“sujeitos de ação” – categorização que instaura relações complementares, embora assimétricas, entre essas duas posições sociais. Como uma constante ao longo dos anos, temos a vontade classificatória que diferencia, hierarquiza, separa, categoriza e instaura a desigualdade, definindo modos de ação e produzindo sujeitos distintos. Especialização da população, especialização de autoridades e saberes. Processo tenso, caracterizado por lutas em torno da capacidade de classificar sujeitos e, portanto, de definir autoridades legítimas, de acordo com a diferenciação realizada. Tais conflitos envolvem filosofias e concepções que extrapolam a arena nacional, embora se constituam primordialmente pela interseção com tradições, motivações e perspectivas nacionais.

Como uma transformação importante, temos a progressiva passagem do personagem social “menor” para a “criança universal”. Enquanto o “menor” foi definido prioritariamente em relação à sua situação social de pobreza e de necessidade de proteção e controle, a “criança universal” define-se basicamente pela sua ontologia. A mudança na concepção do objeto das políticas ocorreu paralelamente a uma transformação na tecnologia de governo: enquanto os debates e programas iniciais se caracterizavam pela perspectiva de uma reflexão que abarcava a tríade criança-família-Estado, ao fortalecimento da noção de “infância universal” correspondeu a ênfase na responsabilização familiar sobre as crianças, a diminuição das ações estatais e a regulamentação da vigilância judiciária. Outros deslocamentos fizeram parte desse processo: à relativa pluralidade de posições no debate internacional com relação ao modo de gestão dessa população, própria do início do século XX, justapôs-se a influência de entidades supranacionais, criadas após a II Guerra Mundial, com os fins de salvaguardar os direitos dos indivíduos acima de qualquer pertencimento étnico, religioso ou nacional. A introdução da linguagem dos direitos do homem – o homem transcendental – expandiu uma abordagem individualizante na discussão sobre os modos de administração das populações.

Essa abordagem individualizante sobre os “direitos” apareceu de forma enfática na análise etnográfica dos processos de formação profissional dos agentes jurídicos estatais, realizados através do acompanhamento dos cursos de capacitação, onde presenciei a transmissão de um “saber prático”, necessariamente incorporado emotivamente – no coração – de cada agente profissional, que imbuí o trabalho de significados e sentidos predominantemente ancorados nas noções de amor, ajuda e procura da paz e de uma sociedade harmônica e pacificada. Os seus discursos e narrativas traduzem a dramática busca pela pacificação e harmonia sociais. Longe de evidenciar uma tranqüila aplicação da lei nas suas práticas de trabalho, a etnografia mostrou a presença de significativos debates, negociações, lutas de sentido e autoridades para firmar os nexos entre o discurso legal e a prática das situações cotidianas. O processo de formação profissional é um processo de sensibilização – uma sensibilização para a noção de homem transcendental, para a necessidade de formarmos vínculos – de coração – e para a relevância da tolerância e da solidariedade. Nesses cenários, difundem-se proposições de entidades transnacionais que enfatizam a necessidade de uma transformação – em cada um e em cada cultura – para a reinstalação da harmonia e da atenção aos “valores humanos” da paz e do amor, tidos como consensos universais. O conteúdo e o método de trabalho desses cursos revela um privilégio das emoções e afetos, num modo comunicativo prioritariamente narrativo e testemunhal, aproximando-se do que Boltanski (1993) classificou como “tópico do sentimento”, dimensão simultaneamente argumentativa e afetiva, que é também importante e fundamental para o engajamento humanitário.

É o vínculo afetivo, ou seja, a “dádiva” amorosa, dedicada e desinteressada que, ao mesmo tempo em que instaura a distinção entre os que “dão” e os que “recebem”, ao nível operativo dos atendimentos técnicos e religiosos, reinstala potencialmente a harmonia e a complementaridade entre esses sujeitos, ao transformá-los mutuamente por meio do vínculo de obrigações morais e afetivas. A noção de uma sociedade idealmente destituída

de conflito passa a se manter, desta forma, justamente através de uma constante explicitação e incitamento à desigualdade e sua reconversão harmônica proporcionada pelos agentes jurídico-estatais. A compensação das desigualdades, visando a harmonização social, constitui-se no sentido produzido pelos agentes jurídico-estatais para o seu trabalho, onde o laço individual entre “sujeitos de ação” e “sujeitos de intervenção” – a comunicação de “coração a coração” – é o modo primordial da realização da reintegração social. A importância do vínculo “de coração a coração”, ao mesmo tempo em que expõe a predominância de uma abordagem individualizada para a resolução dos conflitos judiciais, explicita uma percepção do conflito como eminentemente “fora do lugar”, nessa sociedade de valorização de uma inclusão voltada para a harmonia social e não para a igualdade dos seus cidadãos.

Tais noções estão em concordância com o que Kant de Lima (1989, 1995 e 2003) vem descrevendo como próprio da cultura jurídica brasileira, na qual o conflito é visto como exterior à sociedade, na medida em que ameaça a legitimidade da ordem. O processo de construção de verdade que porá fim ao conflito é vivido como um processo de pacificação e harmonização das desigualdades. Nesse sentido, os desiguais não devem se opor, mas se complementar harmonicamente. Apesar de ser incrustada na tradição cultural e jurídica brasileira, a harmonia como um valor judicial não é exclusividade do Brasil; Nader (1990, 1994 e 2002) vem estudando a ideologia da harmonia como um instrumento de pacificação social. As observações de Nader são relevantes para refletirmos sobre os dados trazidos por essa pesquisa, ao inserir o modo de implementação do ECA no Brasil em processos legais mais abrangentes. Nesse sentido, parece que, conforme se expandem direitos e o sistema judicial como maneira privilegiada de governamentalidade – processo descrito como “judicialização da política e das relações sociais” –, incrementa-se uma abordagem individualizante do conflito, ligada a um modelo de justiça terapêutica, que transforma fatos legais em “sentimentos” e

“relacionamentos”. Nesse modelo, o conflito resulta de inabilidades pessoais, sem vinculação com processos sociais e políticos. Os “direitos” tornam-se naturalizados através de uma visão de homem com atributos ontológicos e universais, havendo pouca relevância para a reflexão sobre diferenças atribuídas e as relações desiguais entre os homens, grupos e povos. Mais do que instrumento de luta política, os “direitos” se transformam, como vimos, em ferramentas de pacificação social, promovidos por um humanismo supostamente consensual, que desprivilegia as hierarquias e lutas políticas envolvidas na sua criação e difusão.

Longe de deslegitimar os sentidos atribuídos pelos agentes privilegiados de implementação dos “direitos” – agentes que se definem por investimentos salvadores e amorosos e que têm que fazer a complexa transformação de “direitos” universalizantes em práticas cotidianas –, o trabalho visou inserir tanto os aspectos relacionados aos jovens atendidos, como aos próprios agentes que intervêm em suas realidades, numa economia geral das práticas de governo das populações. Nesse intuito, o trabalho justapôs processos nem sempre vistos como paralelos: o amor, a paz, a universalização do homem vêm paralelamente com o encarceramento, a responsabilização individual, o medo que exclui e as diferenciações infinitas. Ao colocar em debate esse saber constituído como “universal”, mas que na verdade se produz a partir de um campo de lutas políticas entre filosofias particulares, procurei evocar alguns paradoxos e desafios envolvidos na promulgação e na implementação de direitos, estabelecendo correlações e comparações entre momentos históricos distintos e forças políticas dinâmicas. É preciso assinalar, entretanto, que tais lutas entre posicionamentos políticos e filosóficos distintos não se encerram no promulgar das declarações, normas e leis internacionais, mas estão constantemente em contestação – trazendo à tona outros saberes, filosofias e crenças. O processo de implementação das leis insinua-se, desta forma, como uma abertura, uma brecha, na qual é possível seguir pensando.

A antropologia, como um saber comparativo e contextualizador, visa contribuir no debate acerca da questão dos “direitos” através da problematização de práticas, categorias, projetos e valores – tentando entendê-los como situados histórica e contextualmente. Isto quer dizer que a questão dos “direitos”, em sua forma abstrata e descontextualizada, pouco significa (Fonseca e Cardarello, 1999). O que é interessante e produtivo é justamente descobrir como essa noção é construída na prática, suas conseqüências e significados particulares, em contextos específicos. Sem negligenciar ou desconsiderar os avanços legais dos “direitos” no Brasil e, principalmente, promovidos pelo ECA, no caso dos direitos das crianças e adolescentes, entendo que chamar atenção para os paradoxos e dilemas envolvidos na execução e na aplicação das leis e direitos no Brasil, assim como prestar atenção ao modo como construímos a nossa cidadania e a nossa democracia, é abrir a possibilidade de revisão constante de nossos princípios e valores, mesmo aqueles expressos nas leis. Em suma, é entender termos abstratos como “direitos”, “cidadania” e “democracia” não como coisas já dadas, mas como construções processuais – e nesse sentido constantes e contínuas.

Referências

ALVIN, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Nº 26, 2º Semestre de 1988.

ARANTES, Rogério Bastos. “Direito e política: o Ministério Público e a Defesa dos direitos coletivos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, Nº 39, fev 1999 (pp. 83-102).

BEVILÁQUA, Ciméa B. *O consumidor e seus direitos: um estudo de conflitos no mercado de consumo*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, 2002 (mimeo.).

BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal e Insulto Moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos*. RJ: Relume-Dumará, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. “Honra, Dignidade e Reciprocidade”. In: *Série Antropologia UNB*. Brasília, Editora da UNB, 2004 (pp. 1-15).

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. “O Novo Direito da Criança e do Adolescente no Brasil: o Conteúdo e o Processo das Mudanças no Panorama Legal”. In: *Cadernos do CBLA*. RJ, n. 2, 1992.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Resiliência. Pedagogia da Presença*. São Paulo: Modus Faciendi, 1995.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *A pedagogia da Presença: Teoria e Prática da Ação Educativa*. SP, Instituto Ayrton Senna/Global, 1999a.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. “O Protagonismo Juvenil”. In: *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. V.1. Brasília, Brasil/Ministério da Saúde/Secretaria de Políticas de Saúde, agosto de 1999b.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Pedagogia da Presença: da Solidão ao Encontro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

ERIKSEN, Thomas H. “Between Universalism and Relativism: a Critique of the UNESCO concept of culture”. In: COWAN, Jane; DEMBOUR, Marie-Bénédicte e WILSON, Richard. *Culture and Rights. Anthropological Perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001 (pp. 127-148).

FONSECA, Claudia. “Os Direitos da Criança. Dialogando com o Estatuto da Criança e do Adolescente”. In: *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos. Diálogos Interdisciplinares*. POA: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andrea. “Direitos dos Mais e Menos Humanos”. In: *Horizontes Antropológicos*. POA, ano 5, n.10, maio, 1999 (pp.61-82).

GUY, Donna. “The Pan-American Child Congresses, 1916-1942. Pan Americanism, Child Reform, and the Welfare State in Latin America”. In: *Journal of Family History*. 23, 3, July 1998 (p. 272-91).

GEERTZ, Clifford. *Negara, o Estado Teatro no Século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Octavio. “As Ciências Sociais na Época da Globalização”. In: *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v.13, n.37. São Paulo, 1998 (pp. 33-41).

KANT DE LIMA, Roberto. “Cultura Jurídica e Práticas Policiais. A Tradição Inquisitorial”. In: *Revista Brasileira Ciências Sociais* n.10, v.4, junho de 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do RJ: seus Dilemas e Paradoxos*. RJ: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. “Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: A Formação Policial em Questão”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 11, n.41, 2003 (pp.241 – 256).

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. SP: EDUSP, 1974.

MAUSS, Marcel. “A Expressão Obrigatória dos Sentimentos”. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.), *Mauss*. SP: Ática, 1979.

MERRY, Sally Engle. *Getting Justice and Getting Even: Legal Consciousness Among Working-Class Americans*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

MERRY, Sally Engle. “Changing Rights, Changing Culture”. In: COWAN, Jane; DEMBOUR, Marie-Bénédicte e WILSON, Richard. *Culture and Rights. Anthropological Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (pp.31-55).

MONTGOMERY, Heather. “Imposing Rights? A Case Study of Child Prostitution in Thailand”. In: COWAN, Jane; DEMBOUR, Marie-Bénédicte e WILSON, Richard. *Culture and Rights. Anthropological Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001 (pp.80-101).

NADER, Laura. *Harmony Ideology: Justice and Control in a Mountain Zapotec Village*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

NADER, Laura. “Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N.26, outubro de 1994.

NADER, Laura. “Num Espelho de Mulher: Cegueira Normativa e Questões de Direitos Humanos Não Resolvidas”. *Horizontes Antropológicos*, POA, ano 5, n.10, maio de 1999 (pp.61-82).

NADER, Laura. *The Life of the Law – Anthropological Projects*. Berkeley: University of California Press, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. “Apresentação”. In: *Cadernos do ICHF* n.78: *A Gestão Precária da Inserção Educacional*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, set/2002.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “A Condição da Transnacionalidade”. In: *Série Antropologia*. n.223. Brasília: Universidade de Brasília, 1997 (pp.1-33).

RIZZINI, Irene. “Crianças e Menores – Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da legislação para a Infância no Brasil”. In: Pilotti, Francisco e Rizzini, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. *Institucionalização de Crianças no Brasil*, Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

SILVA, Cátia Aida. “Promotores de Justiça e as Novas Formas de Atuação Individual e Coletiva”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n.45, pp.127-144, fev. de 2001.

TAMBIAH, Stanley J. “The Routinization and Ritualization of Violence”. In: *Leveling Crowds. Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University California Press, 1996 (pp.221-243).

TAMBIAH, Stanley J. “Conflito Etnonacionalista e Violência Coletiva no Sul da Ásia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.34, jun. 1997 (pp.5-37).

VIANNA, Adriana de Resende B. *O Mal que se Adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro:1910/1920*. RJ: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, Adriana de Resende B. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado defendida no Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional-UFRJ, 2002 (mimeo).

VILLALTA, Carla. “Una Filantrópica Posición Social: Los Jueces en la Justicia de Menores”. In: TISCORNIA, Sofia. (comp.) *Estudios de Antropología Jurídica. Burocracias y Violencia*. Buenos Aires: Antropofagia, 2004.

WEIL, Pierre. “Um Pouco de História da UNIPAZ”. In: Site da UNIPAZ. 2004. URL: <http://www.unipaz.org/quem/pierre.htm>

NOTAS

* Doutora em Antropologia Social, atualmente bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq, vinculada ao Núcleo de Antropologia e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NACI/UFRGS).

¹ Sobre a análise do Direito como forma de pensamento, ver Geertz (1997).

² Como destaca Guy (1998), a palavra “homicultura” foi cunhada em 1911, por dois médicos cubanos, para nomear a ciência que examinaria o papel da hereditariedade na sociedade.

³ O debate acerca do *status* da justiça de menores foi e é presente não apenas no Brasil. Em países tão diversos como a Argentina e os Estados Unidos, essa polêmica ainda está presente – embora com dimensões diferenciadas. O trabalho de Merry (1990) acerca das pequenas cortes nos Estados Unidos e seus usos por parte das classes trabalhadoras é expressivo da tensão estabelecida nessa especialização da justiça. Segundo a autora, as pessoas vão até as cortes porque pensam que os tribunais têm alguma coisa a oferecer; todavia, as pessoas que trabalham nos tribunais – juízes, promotores públicos, defensores, etc. – tendem a trabalhar com os assuntos trazidos às cortes (proteção contra um marido violento, obediência de uma criança, solução de problemas com os vizinhos, etc.) como dilemas morais e não como fatos legais. Na Argentina, Villalta (2004) também refere o baixo *status* da justiça de menores em relação à ciência jurídica, pelo caráter tutelar de suas ações.

⁴ Como, por exemplo, as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (1985), e as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad (1988). Em 1989, foi adotada a Convenção sobre os Direitos da Criança, firmada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Tal documento seguiu a tendência do privilégio das liberdades civis da criança, já explícita na Convenção de Genebra (1924) e na Declaração dos Direitos da Criança (1959), tendo uma grande abrangência internacional e normativa.

⁵ O 1º e o 2º JIJ são responsáveis pela aplicação das medidas sócio-educativas, ao contrário do 3º JIJ, responsável pela execução de tais medidas judiciais.

⁶ A UNESCO foi uma das entidades fundamentais para o regime de internacionalização das regras baseado em uma pretendida universalização de valores tidos como “humanos” (Eriksen, 2001).

⁷ Segundo Weil (2004), em artigo publicado no *site* da Universidade da Paz, a Universidade Holística Internacional de Brasília foi inaugurada em 14 de abril de 1989. O programa do curso de “Formação Holística de Base” é inspirado e segue a estrutura geral do programa “A Arte de Viver em Paz”, reconhecido pela 26ª Assembléia Geral da UNESCO como sendo um novo método holístico de Educação para a Paz.

⁸ Atualmente a UNIPAZ mantém oito campi no Brasil e sete núcleos em outros países como a Argentina, Bélgica, Equador, França, Israel, Honduras e Portugal. Fonte: <http://www.unipaz.org/>

⁹ Muitos são os exemplos dessa difusão, mas alguns destes são: o Encontro de “Construindo uma Cultura de Paz, Desenvolvimento de Políticas Públicas”, realizado em Altinópolis/SP, em novembro de 2002; Curso de “Reciclagem de Lideranças”, realizado com servidores da área administrativa das unidades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, realizado em setembro de 2003; Semana de Capacitação: “Relações Interpessoais: Afetividade X Efetividade”, realizada pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, em outubro de 2004, etc.

¹⁰ No entanto, Ianni (1997) destaca que a globalização não apaga as desigualdades e as contradições da vida social, nacional e mundial – o que diverge fundamentalmente do discurso ênico de Pierre Weil e de sua ênfase numa comunidade harmônica acima de qualquer fronteira.

¹¹ Doutora em Saúde Pública e mestre em Ecologia pela Universidade de São Paulo (SP), além de autora de um livro publicado com o patrocínio da UNESCO (Diskin e Roizman, 2002). Roizman traz o prestígio acadêmico para o programa que coordena, o Programa para Formação em Valores Humanos, Ética e Cidadania, da Associação Palas Athena.

¹² O curso foi efetivado entre 17 de junho e 26 de agosto de 2002.

¹³ Antônio Carlos Gomes da Costa ocupou diversos cargos públicos, entre eles o de Secretário de Educação de Belo Horizonte, o de presidente do CBIA (Centro Brasileiro para Infância e Adolescência), oficial de projetos do UNICEF, membro do Comitê dos Direitos da Criança da ONU (Genebra) e representante do Brasil no Instituto Interamericano da Criança (OEA). Atua como escritor, conferencista e consultor das seguintes organizações: Instituto Ayrton Senna, Fundação Odebrecht, Fundação Bradesco, Fundação Pitágoras, Rede Globo de Televisão, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualidade (IBPQ), Fundação Maurício Sirotsky, UNICEF, OIT, Bank Bonston e GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Fonte: Costa, A. (1999b).

¹⁴ A “pedagogia da presença” é extremamente aplicada enquanto referencial teórico

pedagógico nas unidades de internação do Brasil, como, por exemplo, a Comunidade de Atendimento Sócio-educativo (CASE), entidade ligada à Fundação da Criança e do Adolescente da Bahia (FUNDAC).

¹⁵ Os “casos” expostos aqui são resultado da gravação em fita cassete. A maneira de expressão de Élton, portanto, foi mantida tal como apresentada pelo educador.

¹⁶ Sobre a relevância da perspectiva temporal envolvida na troca do “dom”, ver Bourdieu (1986 e 1996b).

¹⁷ Outros estudos realizados no campo da antropologia do direito e do Estado, no Brasil, vêm abordando a dádiva e a “expressão obrigatória dos sentimentos” como fundamentais para relações sociais efetivadas em instituições estatais ou legais. Ver, sobretudo, Cardoso de Oliveira, L. (2002 e 2004) e Beviláqua (2002).

¹⁸ As “Jornadas Conversando Sobre...” foram organizadas pelo JIJ e aconteceram mensalmente, no segundo semestre de 2002, reunido principalmente técnicos e agentes jurídico-estatais envolvidos com o atendimento de adolescentes autores de ato infracional e usuários de drogas.

¹⁹ Segundo Bourdieu (1986), Lévi-Strauss teria privilegiado, na formulação da teoria da reciprocidade, a aliança contra o perigo da guerra e ignorado completamente que “dar” pode equivaler a uma declaração de guerra, uma vez que o recebimento do “dom” implica um desafio: o de conseguir retribuir.

**“NÃO É DO JEITO QUE ELES QUER, É DO
JEITO QUE NÓS QUER”:**
**BIOTECNOLOGIA E O ACESSO AOS
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DOS KRAHÔ**
Thiago Antônio Machado Ávila

As linhas abaixo representam um esforço intelectual no sentido de analisar etnograficamente novos fenômenos das relações interétnicas contemporâneas, principalmente aqueles que marcam o início do século XXI. Mais especificamente, o objeto da pesquisa é a problemática global do acesso aos recursos genéticos associados aos conhecimentos tradicionais de povos indígenas. A busca pelos “conhecimentos tradicionais” como meio para empreitadas biotecnológicas desenvolverem novos produtos e processos químicos é uma realidade em vários povos indígenas no mundo, evidenciando-a como mais uma esfera das relações interétnicas contemporâneas (Rafi 1995 e Iwgia 1995, 1996: 56-57, 2000: 110-123). Este fenômeno pandêmico e global será analisado desde uma perspectiva local bastante singular: a rede interétnica por onde transitam os Krahô.

A construção dos conhecimentos sobre a biodiversidade desenvolvida pelos povos tradicionais como um “direito” especial que estes possuem não representou um caminho fácil de ser percorrido e nem foi um caminho dado. Ao contrário, os chamados “direitos intelectuais coletivos” foram uma recente conquista dos diversos movimentos indígenas, inovando e atualizando temáticas recentes dos seus direitos, abrindo novas perspectivas de reversão do quadro de exclusão social, discriminação, preconceito étnico e violação dos direitos humanos à que os povos indígenas são historicamente submetidos.

Considero o conceito de *quase-objeto* formulado por Bruno Latour (1994) como um viés privilegiado para apreender a temática

proposta¹. Este conceito é um esforço intelectual deste autor visando abarcar fenômenos atuais, onde as clássicas dicotomias da análise social (Natureza X Cultura; Indivíduo X Sociedade; Sujeito X Coletividade) não se apresentam mais como instrumentos interessantes de análises. Os *quase-objetos*, neste sentido, não surgem da dialética entre estes pólos, mas estão por dentro, em cima e em todos os seus lados (ibid.:55) e, nas palavras de Latour, eles são “reais como a Natureza, narradas como o Discurso, coletivas como a Sociedade, existenciais como o ser” (ibid:90).

Os fenômenos de acesso aos recursos genéticos associados a conhecimentos tradicionais indígenas conformam, ao menos para mim, um claro exemplo do que Latour chama de híbrido, já que são produtos de uma combinação entre natureza e cultura. O aspecto natural está presente nos princípios ativos e substâncias químicas desejadas pelos pesquisadores ocidentais enquanto o aspecto cultural é valorizado pela cultura de cada povo indígena, o que geralmente facilita a descoberta de novas substâncias “naturais” utilizáveis. As fronteiras entre o natural e o social, construídas através dos processos de purificação e hibridização, não podem ser bem definidas, ao menos quando estamos falando de acessar a biodiversidade conhecida e manejada por determinada coletividade, um povo e/ou uma comunidade local.

Os Krahô são um dos sete povos Timbira que sobreviveram à invasão de seus territórios desde o século XVIII; os seus 2.500 indivíduos vivem, atualmente, em uma área oficialmente reconhecida como Terra Indígena Krahôlandia, com 302.000h no nordeste do Estado do Tocantins, uma das maiores áreas de cerrado contínuos e preservados no Brasil. Esta área foi demarcada após uma tentativa dos fazendeiros regionais tomarem as terras dos índios por meio de um massacre que objetivava acabar com os índios, em 1940.

Os Krahô vêm participando e colaborando com o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa envolvendo o acesso aos recursos genéticos presentes no seu território, recursos esses tradicionalmente conhecidos e manejados pelo grupo. Estes projetos e o modo como

os Krahô os percebiam e os conduziam foram o tema da minha dissertação de mestrado (Ávila 2004). Um desses projetos envolve o acesso aos conhecimentos dos *wajacá* (curadores) krahô, por meio de uma pesquisa etnofarmacológica da UNIFESP, com a finalidade de verificar a co-relação entre plantas utilizadas pelos índios em seus rituais de cura e a interferência no Sistema Nervoso Central. Este projeto gerou um grande conflito interno e com a instituição de pesquisa, tendo sido amplamente divulgado na mídia nacional. É sobre este projeto que trata este texto.

Esta situação de conflito social será entendida aqui como um “evento comunicativo” (Daniel 1996) capaz de ressaltar aspectos sugestivos e interessantes da vida atual dos Krahô, tal como o modo como operam as relações políticas internas ao seu contexto; como o próprio indigenismo é condicionado na etno-história de formação do grupo; ou, ainda, a relação entre política tradicional das aldeias krahô com novas formas de representação dadas no idioma do associativismo de base. Na conjuntura interna dos Krahô, como veremos, este evento adquire as formas, cores e sentidos de um “evento crítico” (Das 1996) porque re-organiza formas anteriores de relacionamento político interno, superando e administrando melhor as tensões da política interna de um povo onde cada aldeia é uma unidade autônoma em si.

A agencialidade política é outro tema que corta transversalmente este texto. Ela está expressa em vários processos criativos que são fomentados pelos Krahô visando reduzir as assimetrias percebidas nas tradicionais relações entre povos indígenas e o Estado nacional brasileiro. Esta agencialidade não comporta mais soluções mágico-religiosas como aquelas descritas por Júlio César Melatti (1972) sobre o messianismo entre os Krahô. Ao contrário, usando um idioma comum aos não-índios, ela é especialmente construída como proposta de ação do movimento indígena krahô e pretende colocar as instâncias representativas dos Krahô em patamares mais equitativos de negociação com parceiros não-indígenas, governamentais ou não. Esta negociação política entre povos

indígenas e atores não-indígenas, cada vez mais central nas atividades do indigenismo (Ramos 1998), é o espaço onde a pretendida agencialidade se transforma de desejo local em realidade prática.

Nos últimos 30 anos, Marshall Sahlins têm refletido, em maior ou menor grau, sobre as conseqüências da agencialidade indígena na situação interétnica contemporânea. A relação entre estrutura e história, analisada mais fortemente por este autor na década de 1980, atua como uma base para as idéias e discussões que ele lança na década seguinte. Suas preocupações teóricas refletem posturas da nossa disciplina, principalmente uma inquietação quanto a novas questões de identidade, etnicidade, direitos indígenas e relações interétnicas vivenciadas - e transformadas - pelos povos indígenas e seus movimentos político-sociais perante o sistema econômico mundial. Baseado em estudos anteriores de antropólogos como Reena Lederman (1986), Sahlins busca perspectivas analíticas que enfatizem a lógica dos distintos sistemas de ressignificação dos bens capitalistas em esquemas locais/culturais de entendimento. Como ele escreve: “nós devemos examinar como os povos indígenas se esforçam por integrar sua experiência do sistema mundial em algo que é localmente e ontologicamente mais inclusivo: seus próprios sistemas de mundo” (Sahlins 2000[1987]:417)².

Inspirado nas premissas malinowiskianas de análises do “ponto de vista nativo”, Sahlins explora a multiplicidade de desenvolvimentos que podemos encontrar, caso entendamos este conceito como postulado em termos culturais de determinado povo (ibid.:419). Estes desenvolvimentos não são lidos nem como uma volta pura e simples ao passado nem como uma forma de conservantismo. São percebidos e analisados enquanto processos de continuidade cultural (o que é bem distinto de imobilidade cultural). Estas são as bases para os conceitos de *neo traditional development*, posteriormente detalhado como *develop-man*³ (Sahlins 1992), ou seja, um dispositivo conceitual para entender como os povos indígenas jogam com o capitalismo.

Fragmentos destas múltiplas lógicas locais serão examinados ao longo deste trabalho. São fragmentos de algo maior que ainda não me sinto à vontade para transformar em texto. Minha experiência entre os Krahô não foi suficientemente longa para me capacitar a discutir aspectos mais profundos da longa relação entre esse povo indígena e segmentos da sociedade nacional e, mais recentemente, mundial⁴. Mas estes mesmos fragmentos foram o bastante para iniciar uma discussão sobre estrutura e história entre os Krahô. Pelos mesmos motivos, a discussão está restrita aos aspectos das históricas relações entre grupos políticos e aldeias que formaram os atuais Krahô. Ao procurar entender e analisar estas relações como estruturais em uma conjuntura local específica, é possível encontrar meios para iniciar um diálogo entre “estrutura” e “história” e entre “evento” e “estrutura”.

Etnofarmacologia em contextos de autonomia étnica

“Nos dias 25 e 26 de maio de 2002, reuniram-se na KAPEY, sede da associação de todas as aldeias Krahô, situadas no Estado do Tocantins, a maioria dos caciques das aldeias, os pajés e demais integrantes do povo Krahô com o objetivo de obter esclarecimento a respeito da pesquisa realizada pela pesquisadora e pós-graduanda em Psicobiologia Sra. Eliana Rodrigues da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Escola Paulista de Medicina, e discutir eventuais medidas cabíveis no intuito de regularizar a sua atuação na Área Indígena Krahô de forma a incluir todas as aldeias no processo de discussão e repartição de eventuais benefícios advindos da referida pesquisa que se utiliza de recursos naturais e conhecimentos tradicionais associados. Também estiveram presentes, entre outros, representantes da FUNAI, EMBRAPA, CIMI, do Ministério Público Federal e as advogadas da Associação KAPEY.

A Reitoria da citada universidade se manifestou informando que não poderia comparecer, uma vez que assim foram aconselhados pelo vice-presidente da Associação VYTY-CATY, que firmou protocolo de intenções visando a realização de pesquisa sobre uso de plantas pelo povo Krahô com fins terapêuticos, e que congrega, entre outros, apenas três aldeias Krahô, de um total de deztoito.

Diante disto, os caciques presentes dando prosseguimento à pauta da reunião deliberaram que:

a) Não foram consultados previamente e devidamente informados a respeito da pesquisa em andamento, com recursos naturais recolhidos na Terra Indígena Krabô, demarcada pela União;

b) A ausência de consulta prévia a todas as aldeias causou-lhes profundo sentimento de desrespeito e indignação;

c) A retirada dos recursos naturais sem sua prévia autorização é considerada um “furto”;

d) O benefício prometido pela Instituição de Pesquisa deverá necessariamente ser repartido entre todos sem exclusão de um único Krabô, diferentemente do que consta no Protocolo de Intenções acima referido e que beneficia apenas a Associação VYTY-CATI;

e) Não reconhece a Associação VYTY-CATI como seu único representante;

f) A autorização concedida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, à pesquisadora Sra. Eliana Rodrigues foi emitida sem a prévia consulta aos representantes de todas as aldeias existentes na Terra Indígena Krabô;

g) O conhecimento associado ao uso dos recursos naturais pesquisados pela UNIFESP é de domínio de todo o povo Krabô e não apenas das três aldeias associadas à VYTY-CATI;

h) As três aldeias Krabô associadas da VYTY-CATI também são associadas da KAPEY;

i) Recentes reportagens a respeito da citada pesquisa em revista especializada e jornal de circulação nacional não retratam de forma verdadeira os usos e costumes do povo Krabô, causando um sentimento de indignação em todos.

E por isso decidiram que:

a) não autorizam a continuidade da pesquisa acima referida, solicitando das autoridades presentes a adoção das medidas cabíveis visando sua imediata interrupção;

b) têm direito a uma indenização estimada em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a título de danos morais;

c) têm direito ao recebimento da Taxa de Bioprospecção no valor estimado de R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais) devida pelo trabalho de coleta das plantas e do conhecimento a elas associado repassado pelos pajés Krahô;

d) a retomada das discussões acerca da continuidade da pesquisa somente será possível após o recebimento tanto da indenização quanto da taxa acima referidas.

Itacajá – KAPEY, 26 de maio de 2002”

Esta foi a Carta Aberta do Povo Krahô, documento que expressa o entendimento dos principais *pabi* (caciques) e *wajacá* (pajés) das aldeias Krahô, representadas pela Associação Kapey, em relação às atividades de pesquisa científica realizada pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Outros povos indígenas já se manifestaram sobre esse tipo de questão, seja em encontros do movimento indígena pan-étnico, seja em situações específicas (Wapichana 1999). Mas esta carta é surpreendente, pois revela diferentes posições de um mesmo povo indígena acerca do acesso aos seus conhecimentos tradicionais. Ela foi o estopim de um processo de conflito social envolvendo duas das mais consolidadas associações indígenas da Amazônia oriental, representativas dos povos Timbira e dos Krahô. A erupção desse conflito transcendeu o contexto específico regional e versava sobre a negociação política sobre o acesso, por terceiros, aos recursos genéticos conhecidos pelos curadores espirituais indígenas. Além disso, a carta marca claramente o campo semântico desta problemática global postulada nos termos locais da conjuntura interétnica específica dos Krahô.

A carta era destinada a um público amplo, afinal tratou-se de uma Carta Aberta. As principais questões envolvidas, tais como a representatividade indígena no jogo político interétnico (itens “a”, “b”, “e”, “f”, “h” e, conseqüentemente, os itens “c”, “d” e “i”); a complexidade da definição legal dos limites do “conhecimento tradicional” de um povo indígena (item “g”) e os principais atores não-indígenas participantes da política interétnica local estão expostos

em suas linhas gerais. Por fim, ela caracteriza o *quase-objeto* antropológico a ser analisado, segundo os termos de Latour (1994), pois as substâncias naturais clamadas pelas pesquisas da UNIFESP só poderão ser encontradas mediante a participação intangível dos Krahô. Contudo, vejo que a consequência mais impactante da carta não foi a reivindicação de uma milionária indenização, mas sim a paralisação das atividades do projeto, o subsequente acompanhamento do Ministério Público Federal do desenrolar das negociações entre os Krahô e a UNIFESP e, principalmente, a inserção de outras vozes políticas locais – as associações indígenas na negociação⁵.

A ação da Kapey suspendeu as atividades de pesquisa provocando uma reviravolta nas negociações envolvendo o acesso aos conhecimentos tradicionais dos Krahô. A primeira fase da pesquisa da UNIFESP, justamente o período correspondente à pesquisa de campo e à obtenção das informações dominadas pelos *wajacá*, não era de conhecimento dos coordenadores da associação. Só ao final de 2002 souberam da existência de uma pesquisa científica daquele teor, mas a pesquisadora já havia defendido sua tese de doutorado.

Possivelmente pelos resultados encontrados, o projeto da UNIFESP procurava laboratórios parceiros – como o Ache - para o desenvolvimento de pesquisas para obtenção de novos processos químicos e/ou princípios ativos e para produção de fármacos. Mas as consequências da ação da Kapey acabaram afugentando esses parceiros. A suspensão da pesquisa, liderada por um dos mais renomados cientistas brasileiros no estudo de drogas⁶, acabou chamando a atenção dos meios de comunicação de massa e os Krahô passaram a ser descritos como incapazes de se organizar politicamente e como “índios mercenários” que estavam tentando arrancar 25 milhões de reais da UNIFESP. As reportagens procuravam descrever o conflito mostrando como projetos, digamos, ‘bem intencionados socialmente’ sofriam com uma legislação imprecisa e uma ‘briga de índios’, que não conseguiam definir quem realmente os representa⁷. Esta repercussão causou

impactos no cenário local, alimentando a tensão existente entre as duas associações, seus coordenadores indígenas e assessores não-indígenas.

Os aspectos locais vividos pelos Krahô, por um lado, e as conjunturas globais e nacionais da política interétnica e dos direitos indigenistas, por outro, criam o panorama da situação etnográfica a ser aqui analisada. A recente produção antropológica tem valorizado o fluxo interativo entre o global e o local (Kearney 1995), extraindo desta dinâmica sua fonte de análise, e mostrando como questões internacionais influenciam contextos nacionais e locais. A intrincada situação envolvendo relações interétnicas, direitos humanos, política indigenista nacional e o aumento da participação indígena enquanto movimentos sociais organizados exemplificam bem o argumento aqui exposto e conformam o cenário geral da problemática (Cardoso de Oliveira 2000b: 185 e 197, Oliveira Filho 1999b: 21, Ramos 1998).

Pretendo discutir o caso Krahô a partir das posições políticas adotadas pelo grupo ao longo do processo de negociação interétnica. Estes entendimentos locais expressam os modos pelos quais os conhecimentos tradicionais foram sendo construídos pelos Krahô como um patrimônio imaterial e coletivo que deve ser controlado e que pode ser uma poderosa ferramenta na tentativa de reversão do histórico quadro de discriminação e ofensa aos direitos humanos básicos que os Krahô têm vivenciado. Pretendo ainda apresentar este conflito específico como a última explosão de uma estrutura política instável, tensa e conflituosa, mas que corresponde às dinâmicas sociais que conduzem o fazer político interno às aldeias Krahô.

O Objeto de Disputa: a pesquisa da UNIFESP

O desenvolvimento de uma pesquisa científica na área de Psicobiologia foi o que detonou o conflito entre as associações Kapey e Vyty-Cati. Mas, afinal, o que havia sido pesquisado que provocou uma ação indenizatória tão exacerbada? Que informações

havam sido coletadas sem o consentimento e autorização de parte dos Krahô? Qual o potencial econômico dos dados oriundos dessa pesquisa?

O empreendimento que chamo de ‘pesquisa científica’ compreende um ambicioso programa de pesquisa sobre plantas medicinais utilizadas por comunidades tradicionais brasileiras, sobretudo quilombolas e indígenas⁸. Os trabalhos de campo, envolvendo a coleta das plantas e das receitas de uso, foram tarefa de uma doutoranda do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP⁹. A tese foi orientada por um dos maiores especialistas brasileiros na pesquisa de drogas e defendida em 2001, contando com o apoio da Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia (AFIP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Quando foi dado o recorte teórico e empírico a este empreendimento, a UNIFESP levou em conta alguns fatores como o bioma ocupado pelas populações a serem estudadas (Cerrado ou Pantanal que possuem grandes lacunas de conhecimento científico); estas populações deveriam ser índios ou negros que tivessem a prática de rituais associada ao uso de plantas medicinais; a presença de ‘especialistas em práticas de cura’ (pajés, xamãs, curadores, rezadores, benzedores, entre outros); o isolamento geográfico em relação às redes públicas de saúde ou a qualquer tipo de atendimento médico-convencional. (Rodrigues, 2001: 23-24).

As exigências de ‘ritual de cura’ e de uma categoria social específica para realizar estas curas (os especialistas) logo chamam a atenção de um antropólogo social. Estamos diante de uma situação híbrida, segundo Latour (1994), na qual as falsas separações entre fenômenos da ordem social e da ordem natural não correspondem mais a bons modelos explicativos da realidade atual. Através do ritual e de seus executores, em última instância, da cultura é que se faz possível contribuir com novidades na área da biologia, engenharia genética, química e tecnologia. O aspecto cultural e intangível é um

componente central, e muitas vezes decisivo, na produção de um novo produto destas novas áreas das ciências biológicas. Porém, se entendermos o ritual nos termos de Leach (1996 [1954]), poderíamos afirmar que os rituais de cura e seus especialistas estão presentes tanto no Hospital de Base de Brasília como entre os Krahô, não sendo exclusividade de nenhuma cultura específica e, assim, conformaria um critério pouco preciso. A posição política dos Krahô parece compartilhar desse tipo de pensamento, pois nos seus diálogos com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, responsável pela política de assistência à saúde indígena, sempre afirmam que os *wajacá* são os “doutor do *Mehi*”¹⁰ e que, desta maneira, a medicina indígena deve ser respeitada tanto quanto a do *cupé*?¹¹. O fetichismo herbal, ou seja, a crença do Ocidente que os conhecimentos indígenas poderão ser utilizados para curar moléstias ainda incuráveis aparece sutilmente como responsável pela motivação da pesquisa¹².

A depuração e a análise dos procedimentos realizados pela pesquisadora para o cumprimento dos trâmites legais visando a realização de sua tese de doutorado podem nos revelar interessantes questões, insinuando caminhos que podem ter sido alvo de conflitos. Toda pesquisa científica desenvolvida em (ou com?) comunidades indígenas precisa cumprir um penoso trâmite burocrático. As exigências normativas da FUNAI compreendem uma autorização da referida comunidade indígena, um parecer favorável do Conselho Nacional de Pesquisa Científica - CNPq e outro parecer do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP¹³. Somente após o cumprimento pleno destas exigências é que o órgão indigenista oficial, mediante sua Coordenação de Estudos e Pesquisas - CGEP, concede a autorização oficial para que um pesquisador possa entrar em terras indígenas com o intuito de desenvolver atividades científicas.

Na sua tese de doutorado, a pesquisadora da UNIFESP reconhece a demora no cumprimento dessas exigências. O tempo gasto na obtenção do parecer favorável de todas as instituições exigidas pela

FUNAI foi o mesmo despendido no seu trabalho de campo, ou seja, dois anos. Isto significa que:

caso a pesquisadora optasse por esperar pela aprovação do projeto em todas as instâncias que se fazem necessárias, não o teria concluído em três anos, ou seja, dentro dos prazos de um curso de pós-graduação (nível doutorado). Sem contar o possível comprometimento do tempo disponível para uso da Reserva Técnica oferecida pela FAPESP (Rodrigues, 2001:25).

Assim, ela optou por iniciar suas atividades de pesquisa sem que tivesse a autorização oficial do órgão indigenista. Mas isso não significa que a pesquisadora entrasse na área sem a autorização de lideranças das três aldeias onde realizou seu trabalho de campo. Citando sua tese:

A princípio, o projeto em apreço foi apresentado e discutido com a Reitoria e a Assessoria Jurídica da UNIFESP, norteados na elaboração de um 'protocolo de intenções' entre esta Instituição e a Associação VYTY-CATI (associação que representa o povo timbira, incluindo os Krahô). O documento garante a parcela de royalties que, por ventura, caberá àquela Associação, no caso de patenteamento de algum fitofármaco ou fitoterápico, com base nas indicações empíricas feitas pelos Krahô (ibid.: 33).

Esse documento, conjuntamente com outros assinados pelos representantes das aldeias que foram alvo da pesquisa, era o que a pesquisadora dispunha à guisa de autorização para sua entrada na terra indígena. Apesar de não reconhecer na sua tese, naquele primeiro momento, tanto a pesquisadora como a UNIFESP apostavam na autonomia negociada que os povos Timbira, especificamente os Krahô, têm com a FUNAI. Essa autonomia étnica, situada na tensão envolvendo tutela, atuação indigenista e movimento indígena krahô, terá um outro sentido no desenrolar das negociações, ao menos para a UNIFESP, e poderá modificar os rumos da pesquisa.

As atitudes que a UNIFESP tomou ao longo do processo de negociação política mostram a presença de uma assessoria jurídica

especializada em propriedade intelectual. A Universidade fez questão de salvaguardar os seus pesquisadores e, principalmente, os promissores dados das pesquisas. Noções como “consentimento prévio e informado” e “repartição justa de benefícios” estão presentes no Protocolo de Intenções firmado entre a UNIFESP e a Vyty-Cati e mostram como esta problemática reflete a dinâmica das relações interétnicas no século XXI.

Somente em 30 de junho de 2000, o Estado brasileiro apresentou o primeiro instrumento legal referente ao acesso a recursos genéticos em território nacional (Santilli 2002:90)¹⁴. Quando a MP que regulamenta a questão entrou em vigor, a pesquisadora da UNIFESP já estava em plena atividade de pesquisa. O trabalho de campo foi realizado em um intervalo de 15 meses, entre julho de 1999 e setembro de 2000, fragmentado em 10 viagens de 20 dias, em média (Rodrigues 2001:37). Uma leitura mais atenta da tese revela contradições entre as informações que a pesquisadora apresenta ao longo dos capítulos e elementos do texto acordado com a Vyty-Cati, portanto, quando as visitas já haviam cessado. Na tese, a pesquisadora afirma que o trabalho de campo foi composto por “um total de dez viagens às três aldeias visitadas (foram sete visitas à aldeia nova, município do Goiatins e três às aldeias Serra Grande e Forno Velho, município de Itacajá)” (ibid: 37). Porém, o Protocolo de Intenções firmado entre a UNIFESP, através de seu Reitor, e a associação Vyty-Cati, através de seu vice-presidente, e assinado em São Paulo no dia 22 de fevereiro de 2001, afirma no item “Do Trabalho Já Realizado” que:

foram iniciadas também entrevistas e coletas junto a 3 wajacá da Aldeia Nova, durante as 5 visitas realizadas entre julho de 1999 e setembro de 2000. As outras duas aldeias foram visitadas apenas uma vez para que se pudesse conhecer a área e as pessoas, explicar o projeto e saber de seus interesses em participar dele.

O texto do Protocolo de Intenções sugere, nas entrelinhas, que só foram realizadas coletas e entrevistas com os *wajacá* da Aldeia Nova,

mas o texto da tese sugere que estas atividades também foram desenvolvidas nas aldeias Serra Grande e Forno Velho.

Além do acordo formal com a associação indígena, também foram feitos acordos com os *pabi* (caciques) das três aldeias (Aldeia Nova, Forno Velho e Serra Grande) que participaram do estudo, permitindo a estada da pesquisadora em sua área e a coleta de plantas (Rodrigues 2001: Anexo III). Nos acordos com a associação indígena, estabeleceu-se o valor que cada *wajacá* receberia por dia de trabalho. Essa remuneração, de 100 a 150 reais por dia, foi orçada visando compensar a perda de um dia de trabalho cotidiano (atividades com caça, coleta e agricultura) e não pelas informações fornecidas (Ibid.:34). Ficou acordado que cada aldeia deveria receber também produtos como miçangas, cortes de pano, gado, munição e tabaco, com valor estipulado entre 200 e 350 reais. Por fim, acertaram que os professores responsáveis pelas traduções dos termos da língua Timbira receberiam 50 reais por dia. Esse tipo de exigências, de retorno imediato, para a realização da pesquisa é bastante comum entre os Krahô, sendo também uma postura adotada por empresas farmacêuticas que desenvolvem pesquisas etnobiológicas em outras comunidades indígenas. (Greaves 1994)

O projeto da UNIFESP selecionou os *wajacá* mais conceituados nas aldeias visitadas, escolhendo sete deles para participar da pesquisa. Os *wajacá* entrevistados pela doutoranda da UNIFESP tinham entre 30 e 75 anos de idade e impressionaram pelo volume de informações que foram capazes de produzir. Os resultados obtidos pela pesquisadora classificaram as indicações terapêuticas, receitas e plantas segundo três aspectos: plantas que, provavelmente, influenciam no sistema nervoso central; aquelas que parecem estar relacionadas com ações psicoativas; e as demais (Rodrigues 2001:56). Na tese a autora descarta a terceira categoria, concentrando seus esforços nas duas primeiras.

Um conjunto de 139 indicações terapêuticas diferentes foi citado pelos oito *wajacá* pesquisados. Seu uso pode ser indicado para determinadas patologias, como tosse, ferida na boca e dor nas

juntas; para acidentes com animais, como esporada de arraia e picada de cobra; e ainda para desejos, como contraceptivo temporário, sucesso na caça de determinado animal, casar, entre outros. Do conjunto de 139 indicações terapêuticas, 51 provavelmente estão relacionadas com o sistema nervoso central e, destas, 25 parecem provocar ações psicoativas (ibid.: 57).

O conjunto de plantas com prováveis efeitos no sistema nervoso central foi classificado em 14 categorias distintas: fortificantes, analgésicos, alucinógenos, contra a febre, controle do peso, doenças da cabeça, relacionamentos, ansiolíticos, distúrbios do sono, resistência, pensamentos, estimulantes, depurativos e memória. As 14 categorias correspondem a 292 receitas diferentes para a utilização de 243 plantas distintas (ibid.: 58-59). Não podemos confundir plantas com espécie vegetal, já que duas plantas podem pertencer a uma mesma espécie vegetal e uma planta pode ter sido citada em mais de uma categoria. Então, no conjunto de 243 plantas, encontrou-se 138 espécies vegetais com prováveis ações sobre o sistema nervoso central (ibid.:72-97). A metade destas categorias pode estar relacionada com ações psicoativas: alucinógenos, doenças da cabeça, distúrbios do sono, pensamento, estimulantes e memória. Estas categorias foram alvo do estudo de doutorado, mas um vasto número de informações obtidas na pesquisa ainda pode ser utilizado em outros contextos de investigação científica.

As partes das plantas mais utilizadas na medicina Krahô são as folhas, raízes, cascas, frutos, seivas, flores e resinas. Geralmente são ingeridas em forma de chás, garrafadas, macerados, ou usados em banhos, fumados ou inalados. A pesquisa da UNIFESP coletou 400 plantas e a maioria é angiosperma, o que, segundo a autora, tende a otimizar a localização de novas drogas (ibid.:64). Das 164 plantas completamente identificadas segundo a taxonomia ocidental, apenas o cajueiro (*Anacardium occidentale*) não é nativo do Brasil (dados da autora), revelando a possível existência de endemismo de espécies (ibid.:63). Desse conjunto de 164 espécies, 138 foram citadas em receitas que provavelmente estão relacionadas com o sistema

nervoso central. Outro dado relevante é que para um elevado número de espécies (91) não houve identificação taxonômica completa por falta de material coletado (como flor e fruto) ou pelo seu desconhecimento, devido ao reduzido número de estudos botânicos sobre o Cerrado.

A tese apresenta interessantes informações etnográficas sobre as práticas medicinais dos Krahô. O tópico denominado pela autora de “A lógica do pensamento médico Krahô”, por exemplo, apresenta os mecanismos empregados pelos *wajacá* para experimentar novas plantas. A idéia da autora é baseada no princípio da similaridade, pois eles buscam correlações entre um desejo, tais como casar, não separar ou haver maior fertilidade feminina, e características de uma determinada planta, tais como cheiro, forma, tamanho, textura, peso, etc.

Quase todas as receitas fornecidas envolviam apenas uma única planta em sua composição, caracterizando a especificidade das práticas medicinais indígenas em contraste com a multiplicidade de plantas encontradas em uma receita conhecida por comunidades caboclas, caiçaras e negras (ibid.:66)¹⁵. Mas o conhecimento medicinal tradicional, contudo, não é um bloco homogêneo. Dois *wajacá*, por exemplo, podem conhecer uma mesma planta com nomes diferentes e são raros os casos em que uma mesma planta é conhecida por um só nome e com uma única utilidade. A pesquisadora denominou de “clássicas” as plantas que são amplamente conhecidas por um único nome e com uma única utilidade terapêutica, acreditando que sejam conhecimentos muito antigos e já sedimentados (ibid.:67). Contudo, a maior parte das plantas não coincide entre os *wajacá*, o que leva a pesquisadora a considerar esses conhecimentos como resultado de experimentos mais recentes (ibid.:68). Ela ainda se utiliza de outros dois argumentos para explicar essa situação: por um lado, argumenta que cada *wajacá* recebe seus poderes curativos de um ente específico¹⁶; por outro lado, argumenta que as “diferentes ascendências de cada um dos *wajacá* pode ter influenciado o conhecimento sobre o nome e usos

das plantas”. A seguir, a autora lança mão de uma nota de rodapé para afirmar que as etnia Canela, Xerente e Apinajé são as formadoras dos Krahô atuais (ibid.:67-68). O argumento apresentado é de difícil sustentação, pois a autora ignora os outros povos, como os Põrekamekra e Kenpocatêjê, que foram amalgamados sob o nome “Krahô”. Além deste ponto, a pesquisadora restringe sua pesquisa entre aldeias que também se identificam como Mâkraré. Pode ser que um Xerente ou um Apinajé, ou algum Krahô com esta descendência, tenham se transformado em *wajacá*, mas tal afirmação deveria levar em conta aldeias com ascendência distinta da Mâkraré.

A natureza dos conhecimentos dos *wajacá* para os Krahô, para quem os saberes xamânicos são de natureza individual, é fruto das experiências pessoais às quais o *wajacá* é submetido para obter o poder de “ver a doença”. Por isso, cada *wajacá* é capaz de dispor de um leque de informações personalizadas. Gilberto Azanha explorou o entendimento local sobre a natureza do conhecimento dos *wajacá* para ressaltar a relatividade de um “conhecimento tradicional” (2002 n/d). Afirmar que o conhecimento dos *wajacá* é algo coletivo, só pode ser entendida no processo de construção de novos direitos culturais, pois para eles cada *wajacá* é portador (e não dono) de conhecimento de cura.

A tese de doutorado de Rodrigues representa apenas um pequeno conjunto dos dados que a pesquisadora coletou em campo e que são propriedade exclusiva da UNIFESP. Os Krahô não possuem este material, mas o Estado brasileiro sim, na medida que o CGEN o solicitou à pesquisadora. Na verdade, somente uma pequena parte do conhecimento medicinal Krahô interessou à pesquisadora e foi devidamente analisada em sua tese de doutoramento. A equipe do projeto da UNIFESP está de posse, portanto, de uma quantidade de informações baseadas no conhecimento dos *wajacá* Krahô e que transcendem as informações disponibilizadas na tese.

O volume de dados coletados é impressionante, visto que somente sete *wajacá* e um conhecedor de remédios foram pesquisados. A

equipe do projeto pretendia utilizar esse volume de informações para que algum laboratório, com recursos suficientes, se interessasse em desenvolver alguma nova substância com atuação no sistema nervoso central. Cerca de 37% das indicações terapêuticas podem estar relacionadas a ele, e correspondem a um interessante universo a ser explorado científica e comercialmente.

É difícil encontrar dados confiáveis sobre o mercado mundial de fármacos, mas todos concordam que ele é um dos mais lucrativos do mundo. É bem possível que esta imagem de lucros milionários tenha se tornado um fetiche para a associação Kapey, influenciando assim suas ações. Certamente a isto se deve o valor da indenização que consta na Carta Aberta do Povo Krahô. Mas, como veremos a seguir, o conflito gerado é muito mais complexo do que uma simples disputa por recursos financeiros, e taxar a solicitação dos Krahô como um comportamento mercenário é um esforço por invisibilizar os processos que os próprios povos indígenas lançam mão para garantirem seus direitos e mais respeito no mundo contemporâneo.

Associativismo Indígena e Estrutura Política

A análise do conflito entre Kapey e Vyty-Cati mostra a multiplicidade de idiomas políticos que atuam em um contexto específico (Gow e Rappaport 2002). As novidades no agir político krahô, que aparentemente rompem com a norma da sua política tradicional, refletem claramente as novidades no panorama das suas relações interétnicas. Essas relações mudaram e estão mais complexas do que o cenário da segunda metade do século XX, envolvendo desde os sertanejos e comerciantes locais (Melatti 1967) até as lógicas do “projetismo” expressas nas alianças multilaterais dos financiadores de projetos, sobretudo de conservação ambiental (Pareshi 2002).

Vários fatores modificaram as relações interétnicas no nordeste tocantinense dentre os quais estão o aumento dos núcleos urbanos regionais, as mudanças na legislação e na política indigenista. A pecuária extensiva e sem grandes inovações tecnológicas ainda se

faz presente, mas muitos desses pequenos produtores rurais estão vendendo suas terras para grandes fazendeiros plantadores de soja. O norte e nordeste do Tocantins e sul do Maranhão, onde se localizam os territórios Timbira, estão em uma região de expansão de fronteira agrícola, conhecida como “corredor da soja”. Esse corredor é estimulado por iniciativas fomentadas pelo Estado brasileiro, tanto em seu âmbito federal como estadual. Estas estratégias de desenvolvimento regional em nada beneficiam os índios, favorecendo somente os grandes latifundiários. Isso cria novas situações, inclusive políticas, para os diversos povos indígenas, como os Krahô, que estão no caminho desses projetos.

Através do exame crítico deste cenário, profundamente alterado em não mais que 25 anos, será possível compreender o processo de construção de uma nova ordem na condução da política interétnica adotada pelos Krahô. Se anteriormente as relações interétnicas, especialmente com os agentes governamentais, eram mediadas pela liderança da aldeia (os *pahi*), na conjuntura dos últimos vinte anos essas mediações passaram para os representantes das associações indígenas. Assim, veremos como alterações na política interétnica e na assistência indigenista influenciaram o processo de surgimento e consolidação das associações indígenas como sujeito político privilegiado. Seu surgimento relaciona-se, principalmente, com a participação indigenista não governamental entre os Krahô desde os anos oitenta.

Os primeiros anos daquela década são um período bastante conturbado das relações entre os Krahô e a FUNAI (Azana 1984b)¹⁷. Era o final da ditadura militar e o exercício do poder tutelar entrou em choque com posturas locais visando maior autonomia política dos índios. Os Krahô apoiavam um processo de auto-gestão dos recursos aplicados em seu território, bem como participar mais ativamente das formulações de políticas sociais implementadas em suas comunidades. Tanto o antropólogo do Centro de Trabalho Indigenista - CTI quanto o indigenista da FUNAI - personagens co-adjuvantes nas situações aqui etnografadas

- são fundamentais para entender a situação política contemporânea entre os Krahô. Trabalhavam conjuntamente na área Krahô e sofreram juntos as perseguições dos governos militares (Azanha 1984b).

Em 1986, com o apoio do CTI, formalizou-se a primeira associação indígena entre os Krahô, a Associação Comunidade Indígena Mâkraré. A conjuntura desfavorável da questão indígena nos anos 1980 e a insatisfação local com a tutela formaram o cenário social que possibilitou criar novos caminhos e instituições para conduzir a política interétnica dos Krahô. A base de atuação da Associação Mâkraré estava assentada em dois pilares: por um lado, percebia o associativismo indígena como uma nova e promissora alternativa para o diálogo com o Estado; por outro lado, a presença da ideologia indigenista não governamental na luta pela inserção dos indígenas como participantes do jogo político interétnico foi imprescindível na eclosão desse processo.

A associação Mâkraré atualmente representa os interesses da Aldeia Nova, cisão mais recente da aldeia Galheiro e fundada pelo grupo liderado por Alberto Hapyhi. Ele foi o primeiro presidente da associação e, na época da pesquisa, era vice-presidente da associação Vyty-Cati. Seu irmão, Zé Maria Hycy, é o atual presidente da Mâkraré cujo filho era o chefe (pahî) da aldeia. A associação representou todos os Krahô no cenário interétnico da década de oitenta, mas aos poucos foi perdendo terreno. Na verdade, sua formação deve-se, principalmente, aos incidentes ocorridos em uma aldeia do território Krahô, mas que eram comuns a todas. A ação de criar novos mecanismos para lidar com a FUNAI começou, portanto, na aldeia Galheiro e foi ganhando adeptos. O processo de construção desse associativismo conseguiu formar um grupo que se afirmava como representante de todos os Krahô, mas não foi um processo que envolveu maciçamente todas as aldeias. Desde seu início já se questionava a legitimidade dessa representatividade política.

A associação Mâkraré procurava articular-se com movimentos

indígenas pan-étnicos, como a União das Nações Indígenas – UNI e com parceiros não governamentais, como o CTI e o Instituto Brasil Central – IBRACE. Mas a impossibilidade de efetivamente exercer uma representatividade Krahô, enquanto uma unidade política, já estava prenunciada no seu estatuto. Antigas clivagens, que serão detalhadas a seguir, são remodeladas, caracterizando a estrutura daquela conjuntura como prescritiva, pois assimila um novo contexto histórico na estrutura anterior numa “realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico” (Sahlins 2003:13-15).

O primeiro parágrafo do artigo 6º é um nítido exemplo de uma conjuntura específica – o associativismo indígena – apoiando-se em um alicerce anterior: a hostilidade entre os povos que acabaram sendo historicamente amalgamados sob o etnônimo Krahô. Ele reconhece que são “sócios efetivos as pessoas físicas reconhecidas como pertencentes à etnia Mâkraré” (Estatuto da Mâkraré), equiparando os Krahô que não se identificam desta forma aos membros de qualquer outra etnia, pois “são sócios honorários as pessoas físicas de qualquer etnia, residentes no país ou exterior, que contribuirão com serviços relevantes à associação e seus objetivos” (idem).

Um evento específico como a criação de uma associação indígena está em constante diálogo com estruturas sociais. História e estrutura formam um binômio que deve ser levado em conta para a compreensão da política Krahô, tanto externa quanto interna. O nome da associação – Mâkraré – é um interessante ponto para investigar as relações entre processos históricos, estrutura social e política desse povo. Esse nome evoca a etnohistória Timbira, especialmente aquela referente aos Krahô, pois foi o nome de um dos três principais povos amalgamados, em um processo de expansão, cisão e guerra, sob o etnônimo Krahô (Nimuendaju 1971[1946], Melatti 1967:34, Azanha 1984:34-41).

O território krahô foi demarcado na década de 1940 e representou para eles a última parada de uma diáspora forçada pelo avanço e

interesse das frentes coloniais sobre os territórios do norte goiano e sul maranhense. A maioria dos dados históricos relativos a esse período é da primeira metade do século XVIII e descrevem os feitos da frente de colonização pastoril. Naquele período, os Krahô alteraram radicalmente suas relações com os fazendeiros e comerciantes que passaram a se instalar em suas terras. Até 1809, quando esse povo sofreu um ataque por 150 paisanos e 20 soldados de linha que levaram 70 indígenas prisioneiros (Melatti 1978:22, Nimuendaju 1971[1946]:24), os Krahô adotavam uma tática belicosa em relação aos brancos que pretendiam se estabelecer no seu território¹⁸.

Em 1810 se aliaram ao fazendeiro-comerciante Francisco José Pinto de Magalhães, fundador da vila São Pedro de Alcântara, que anos mais tarde viria a ser a cidade de Carolina – MA. Esta aliança teve o objetivo de assegurar que suas aldeias não seriam mais alvo de ataques como os de 1809. Os Krahô e os fazendeiros passaram, então, de uma guerra declarada a um simulacro de paz, firmado em bases bastante instáveis. O acordo implicou que os índios passariam a ser um instrumento da colonização e da conquista daquela região, mediante a exploração que os fazendeiros faziam das rivalidades entre os grupos indígenas. Os Krahô foram recrutados para participar de bandeiras contra outros povos, Timbira e Akwen (Ribeiro 2000:77, Melatti 1967:35-43). A colonização, portanto, utilizava sabiamente as dinâmicas de hostilidade entre povos indígenas para dominar suas terras, expulsando-os de lá¹⁹.

Os Krahô, contudo, faziam um jogo duplo, pois continuaram a roubar gado dos fazendeiros, culpando outros povos pelo delito. Na metade do século XIX, os índios resistentes nas proximidades de Carolina haviam sido expulsos ou conquistados, e como os Krahô já não tinham mais tanta utilidade prática, foram compulsivamente deslocados de suas terras em 1848 em direção à foz do Rio do Sono, atual cidade de Pedro Afonso, no Estado de Tocantins. Estabeleceram-se sob os cuidados religiosos do frade italiano Rafael de Taggia, da ordem dos capuchinhos. Após a sua

morte, os índios seguiram em direção norte, rumo ao que foi posteriormente demarcado como seu território.

Provavelmente fizeram esta viagem em etapas e, no início do século XX, já estavam nos arredores de seu território atual (Melatti 1967:47, Azanha 1984:35). Para Azanha, a consolidação desses movimentos diaspóricos provocou a atual divisão política interna do grupo (Azanha 1984:35-37)²⁰. Olhando para este passado e apoiado no conceito de “estrutura da conjuntura” cunhado por Marshall Sahlins (1981 e 2003 [1987]), eu diria que a conjuntura específica daquele momento confirmou uma dualidade política presente nos Krahô, enquanto uma totalidade social ou um grupo bem definido. A centralização não fazia parte do sistema político tradicional desse povo que valoriza a autonomia de cada aldeia. Mas aquelas aldeias eram consideradas, por regionais, cronistas e representantes do governo, como um único povo, mesmo que isso não refletisse a realidade. A palavra “Krahô” parece ser uma denominação externa, visto que os próprios cronistas utilizavam Krahô e Macamekrans (Mâkraré) como sinônimos. O que cabe aqui ressaltar é que a história local mostra um caminho que inverte essa posição, e onde o exterior enxerga unidade, os Krahô vêem diversidade.

A formação da identidade política krahô, que eles chamam de *nação*, é um processo que se firma depois da demarcação de seu território atual na década de 1940. Gilberto Azanha, ao analisar o “modo de convivência” entre os povos Timbira, encontra um contraste entre dois modos de se denominarem:

Os que apresentam a forma _catêjê marcam, pela designação, uma diferença quanto a ocupação territorial (de domínio de parte de um mesmo território); a forma _(ca)mekera (me+indicador de plural) assinala uma diferença na origem e que não remete a um lugar geográfico(...) Portanto, os dois modos de designação dependem, antes de tudo, do modo como se diferenciam uns dos outros os grupos Timbira ... A forma _catêjê especifica um sub-grupo dentro de um domínio inclusivo e os grupos assim designados são grupos-resultado de um processo de cisão ou fusão recente..., a contigüidade envolvida é territorial e, portanto, política e formam grupos 'uns dos outros' em termos de relações de aliança... Por outro

lado, a forma $_{(ca)mekra}$ marca uma diferença quanto a origem. E o que caracterizaria as relações dentre os grupos designados nesta forma seria o estado de guerra permanente entre eles (1984: 8-9).

Por ironia do destino ou fatalidade histórica, alguns desses grupos que se diferenciavam pela forma “(ca)mekra” foram incorporados aos Krahô. Neste sentido, o processo histórico de formação dos Krahô mostra a atualização de relações antigas (como as divergências entre os Kenpocatêjê/Põrecatêjê contra os Mâkraré) em novas roupagens (as divergências entre aldeias Krahô). Mostra como estas antigas relações entre grupos Timbira vão sendo transformadas em relações entre aldeias de um mesmo grupo, mas que nem por isto deixam de manifestar diferenças uns com os outros. A divisão política interna dos Krahô marca dois pares duais, que exemplificam bem este ponto. Um primeiro par, que não recebeu um nome específico, marcaria a dualidade entre a aldeia Pedra Branca e a Cachoeira. Estes dois uniam-se, por sua vez, ao se contrastarem com a Galheiro, principal aldeia dos que também se auto-identificam como Mâkraré.

A dinâmica entre esses pólos duais evoca uma analogia com o processo de oposição segmentar formulado por Evans-Pritchard (1993[1940]), mas entre os Krahô este processo me parece mais fluido que aquele elaborado pelo antropólogo inglês. A equação “A oposto a B”, e “A une-se à B em uma oposição maior” não parece representar a realidade da articulação de grupos políticos entre os Krahô. A dinâmica fluida entre grupos krahô só pode ser entendida e descrita enquanto tipos ideais, sendo que a política corresponderia ao campo onde estes aspectos estariam mais ressaltados. Existem muitos pontos que unem os Mâkraré e os demais krahô. Existem casamentos entre indivíduos desses grupos, chefia “honorária” entre aldeias ou convite para participação de ritos e festas. Porém há inegavelmente uma diferença política entre ambos que, facilmente, transforma-se em tensão.

O reconhecimento da existência desta tensão como elemento central da estrutura política interna à sociedade krahô, certamente

transforma esta análise em uma verdadeira “piscadela”, metáfora já utilizada por Clifford Geertz para mostrar a importância da interpretação no trabalho etnográfico (1989:14-44). Por estrutura política entendo o complexo de significados historicamente estabelecidos e que fornecem os sentidos que organizam as relações políticas krahô, seja em uma aldeia seja entre aldeias. Esta estrutura segue uma dualidade que caracteriza os Krahô, e os Jê de forma geral, no panorama etnográfico brasileiro. Assim, duas sub-identidades internas passaram a compor e interferir nas relações entre as aldeias desse povo: os Mâkraré e os “krahô”²¹. Os últimos, por sua vez, subdividem-se em duas forças-políticas resultantes das duas aldeias não-Mâkraré existentes no início do século XX (atualmente denominadas Pedra Branca e Cachoeira). A figura 1 representa um modelo dessas alianças atuais.

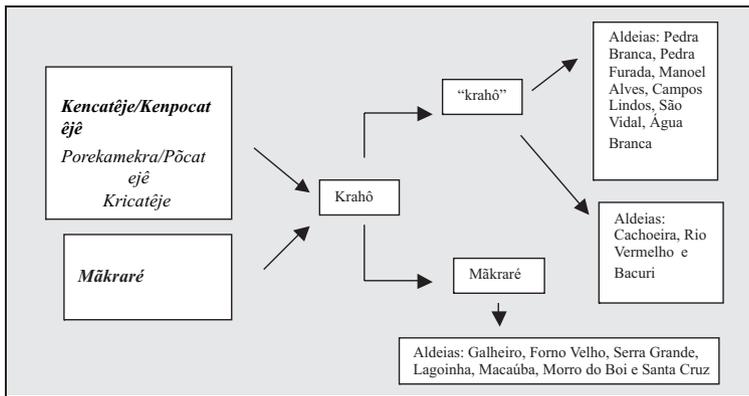


Figura 01 – Histórico de formação dos Krahô e modelos de alianças atuais

O contexto político local está em constante movimento como resultado das dinâmicas de articulação e rompimento entre as unidades políticas autônomas dentro do território krahô. Se cada aldeia é uma unidade política autônoma, também é válido afirmar que os processos históricos de formação do grupo criaram uma outra categoria política não ressaltada nos estudos anteriores sobre

os Krahô. O “boom” de formação das associações indígenas entre eles mostrou como antigas estruturas adquirem novas aparências. Esta nova roupagem esconde um corpo mais antigo composto por dois blocos (Mâkraré e “krahô”), sendo que um destes também se divide em outros dois (Pedra Branca e Cachoeira).

A identidade política local envolve a presença de duas unidades políticas supra-aldeãs: os “krahô” e os Mâkraré. A diferença política entre “krahô” e “Mâkraré” não corresponde a uma diferenciação radical entre estilos de política. Mais precisamente, diria que a diferença entre os subgrupos krahô não se faz por modelos políticos, mas sim através da valorização de identidade e autonomia. A política interna de aldeias como Pedra Branca, Cachoeira e Rio Vermelho (pelo lado “krahô”) é a mesma que a do Galheiro, Aldeia Nova ou Santa Cruz (pelo lado Mâkraré). As diferenças entre os subgrupos krahô são construídas a partir de aspectos históricos, territoriais e políticos, expressados na valorização da autonomia das aldeias e uma repulsa a representatividades políticas supra-aldeãs. A ocupação do território indígena trouxe consigo a marca do modo das relações internas aos Krahô. O Riozinho, afluente do rio Manuel Alves Pequeno (limite oeste da Terra Indígena), corta quase que integralmente o território krahô de oeste para leste, praticamente no seu centro. Assim, separou geograficamente as aldeias que se identificam como Mâkraré das demais. Os Mâkraré ficaram ao sul do território na aldeia Galheiro, enquanto os outros construíram suas aldeias na porção norte.

Este sumário histórico teve a ingrata tarefa de condensar mais de duzentos anos de contato em poucas linhas, procurando mostrar os principais processos que culminaram na formação da atual conjuntura política interna aos Krahô. Essa conjuntura incorporou aspectos históricos, como as rivalidades entre os diversos grupos Timbira amalgamados sob o etnônimo Krahô, marcando um dualismo político entre suas aldeias. Este processo histórico é analiticamente relevante na medida em que se apresenta como fio condutor de entendimento da atuação de uma estrutura na prática

(Sahlins 2003:13-15): o surgimento de associações indígenas entre os Krahô. Para tal foi preciso lidar com pares aparentemente incompatíveis, tais como “mudança e continuidade” e “estrutura e história” para constatar como o associativismo krahô é um diálogo constante com suas estruturas internas em um processo histórico.

A associação Mãkraré foi a base para a fundação das duas associações envolvidas no conflito específico aqui focalizado, sendo, portanto, a matriz do movimento indígena krahô²². Um desdobramento originou, em 1994, a Associação Vyty-Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, congregando 14 aldeias de cinco povos (Krikati, Gavião-Pykobjê e Canela-Apãniekrá no Maranhão e Apinajé e Krahô no Tocantins). Uma intrincada composição de fatores possibilitou a criação desta associação. Ela nasceu da necessidade, inicialmente muito mais por parte dos parceiros indigenistas não-governamentais do que por parte dos índios, destas comunidades Timbira se organizarem em uma unidade política capaz de lutar pela garantia da integridade de seus territórios, da auto-gestão de seus projetos e de estabelecer o diálogo com o Estado nacional em outros parâmetros, diferentes da assimetria que caracteriza estas relações.

Sua consolidação no cenário político interétnico local, regional e nacional está relacionada ao desenvolvimento de um projeto específico: o Projeto Frutos do Cerrado. Este projeto visa proporcionar renda aos índios e sertanejos moradores do entorno dos territórios indígenas através da coleta sustentada, processamento e comercialização das polpas de frutas nativas. Além desse aspecto social, o projeto contempla as demandas ambientais globais feitas por organismos internacionais e governamentais financiadores do programa (Pareshi 2002). As polpas são processadas em uma fábrica própria sediada na saída de Carolina – MA. Estas polpas são comercializadas no estado do Maranhão e em outras capitais brasileiras, como Brasília, sob a marca Fruta Sã, que pertence à associação. Os associados esperam que a Fruta Sã traga maior autonomia financeira para a Vyty-Cati.

Da mesma forma como a Vyty-Cati foi um desdobramento da Associação Mâkraré, foi uma dissidência que originou a Associação Kapey (União das Aldeias Krahô) em 1993. Kapey significa “pátio bom” e sua criação recebeu o apoio do principal indigenista da FUNAI atuante entre os Krahô. Uma interessante relação entre órgão indigenista e associativismo indígena está na base de estruturação da Kapey enquanto sujeito político relevante no cenário interétnico local, regional e nacional. Mas esta “parceria” não é fruto de uma política do órgão indigenista oficial voltada para o fortalecimento das associações indígenas. Parece-me mais fruto de indigenistas que colaboraram para que esse novo idioma político ganhasse corpo entre os Krahô. Desta maneira, a maioria de seus assessores são funcionários do órgão indigenista oficial.

Tanto a Kapey quanto a Vyty-Cati estão situadas em um campo de significados que ora as aproximam, ora as distanciam. Inicialmente, ambas surgem de uma associação indígena mais antiga e ganham corpo na conjuntura política da década de 1990, justamente o período em que as associações indígenas se consolidam como atores privilegiados no cenário político interétnico nacional, sobretudo amazônico (Albert 2000). Cada associação foi criada e consolidada basicamente graças ao sucesso das atividades de um único projeto relacionado ao tema ambiental: o Frutos do Cerrado pela Vyty-Cati e o convênio EMBRAPA/Kapey, pela Kapey²³. As associações também foram impulsionadas pelo apoio intensivo de indigenistas comprometidos que trabalham há tempos na área, sendo um antropólogo do CTI e outro funcionário da FUNAI. Ambas as associações têm bom trânsito no cenário das políticas públicas para povos indígenas, acessando as fontes financiadoras governamentais, e seus projetos são vistos como iniciativas interessantes.

Certamente existem diferenças entre estas associações envolvidas no conflito em torno da representatividade indígena perante processos de acesso aos recursos genéticos com conhecimentos tradicionais associados. Ambas tentam construir novas formas de representação política. A Kapey pretende representar um único

povo, enquanto a Vyty-Cati pretende representar cinco povos e nenhuma tem o apoio total de suas aldeias. Outra diferença é que a Kapey é mais atrelada à FUNAI, no sentido em que vários de seus assessores são funcionários daquela instituição, enquanto a Vyty-Cati está intimamente ligada à organização não-governamental CTI. Mas essa diferença é aparente, pois ambas dependem de um organismo exterior – governamental ou não – para sua plena consolidação e condução de suas atividades.

Atualmente o CTI, em parceria com a Vyty-Cati, atua mais diretamente em três aldeias Krahô: aldeia Nova, Cachoeira e Rio Vermelho. Cada uma destas três aldeias tem associações indígenas que as representam. A aldeia Nova, como foi visto, é a sede da Associação Mâkraré. A Cachoeira criou, em 2002, a associação Aukéré e o Rio Vermelho fundou a associação Wohkran. Todas contam com o apoio do CTI e pleiteiam financiamentos governamentais para execução de projetos.

É principalmente aqui que o caso Krahô se distancia do sistema de oposição segmentar de Evans-Pritchard (1993[1940]), pois este sistema pouco ajuda a entender as relações entre grupos políticos, seja entre aldeias ou entre associações. O fluxo entre estas associações é bastante complexo. A associação Mâkraré participa das atividades da Vyty-Cati, mas recusa-se terminantemente a participar da associação Kapey. As associações Wohkran e Aukéré, por sua vez, são afiliadas tanto à Vyty-Cati quanto à Kapey. Estas duas associações fazem um jogo duplo, recebendo apoio e participando de ambos os lados. Não há, portanto, linhas divisórias bem definidas entre os membros das associações, e um levantamento mais minucioso dos arranjos conjunturais através dos quais estas associações se organizam em casos de disputa ajudaria a lançar luz sobre esta questão.

A estrutura política também se faz presente no surgimento da mais nova associação indígena entre os Krahô. A associação Inxê-Cati é uma cisão da Kapey ocorrida em 2003, justamente um ano de crise financeira nesta última. O motivo da cisão era que a associação Kapey somente estava beneficiando as aldeias da região da margem

esquerda do Riozinho, ou seja, as aldeias surgidas da Pedra Branca e da aldeia Cachoeira (ou as do subgrupo “krahô”). A Inxê-Cati visa representar o conjunto das aldeias Mâkraré, com exceção da Aldeia Nova, mostrando como a identidade política Mâkraré ainda é um forte elemento aglutinador nas dinâmicas políticas locais. Todas essas associações indígenas participam das mais recentes fases da negociação com a UNIFESP e a Figura 2 apresenta um gráfico de formação das associações indígenas representativas dos Krahô.

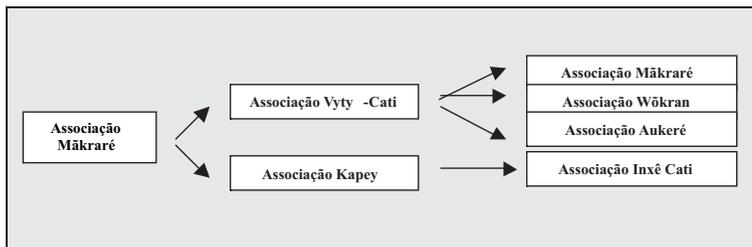


Figura 02 – Formação das associações indígenas Krahô

Conflito como Drama Social: de embate interno à disputa interétnica

Agora que vimos o processo de surgimento das associações indígenas entre os Krahô, já temos os elementos fundamentais para analisar criticamente a situação específica entre duas delas. Conflitos e tensões entre indígenas e entre indígenas e não-indígenas são comuns em etnografias sobre casos de acesso aos recursos genéticos envolvendo conhecimentos tradicionais indígenas (Nigh 2002, Ávila 2001, Strathern 1996, Greaves 1994). Cada conflito é moldado pela conjuntura social específica onde ocorre, com os diversos elementos sociais, políticos, históricos e culturais que o compõem.. Agora que o centro do conflito foi descrito e que situamos as tensões entre as duas associações em um contexto mais amplo, será possível entender o processo social que alimentou essas tensões bem como os mecanismos sociais que fomentaram sua resolução.

Para efeito de análise, apresento essas tendências operando em uma

situação concreta de conflito. Elas atuam como *forças políticas* motivadas por rivalidades históricas, e analisar seus comportamentos na prática pode ser uma porta de entrada para o complexo de significados e sentidos desses conflitos nos próprios termos krahô. Aqui, um mero conflito entre associações indígenas manifestará na prática rivalidades construídas ao longo do processo de mais de duzentos anos de contato histórico e revelará outra faceta que não foi substancialmente trabalhada pela etnografia do grupo. A política krahô foi descrita em três unidades distintas: a facção, a aldeia e a etnia (Melatti 1978:74-77)²⁴. Enquanto a facção se apresentava extremamente instável e mal definida, a aldeia formava uma unidade política mais estável e melhor definida. A etnia, por sua vez, é uma unidade política construída por impulsos externos (demarcação do território) aliados a aspectos internos, como a presença de chefes-honorários entre aldeias, o convite formalizado para presença em ritos, as relações de parentesco, etc. Mas, como veremos, o associativismo krahô e seus conflitos revelam outra faceta da política desse povo indígena. As identidades internas aos krahô continuam a possibilitar arranjos políticos. Assim, estas rivalidades específicas do caso em estudo estão relacionadas tanto com tensões internas quanto com acesso aos recursos genéticos em si.

À primeira vista, esse conflito não parecia ter lógica alguma, sendo mais um burburinho de associações indígenas em torno da representatividade em relação a um projeto que poderia resultar em um considerável montante de dinheiro. Mas um passeio pela história e etnografia locais trouxe-nos elementos que auxiliam a entender o processo de conflito e identificar o ritmo que essas tensões adquiriram. A constatação de um processo padronizado e recorrente inspira uma análise enquanto *drama social*. O uso que dou a esse conceito é um pouco distinto do *drama analyses* utilizado por Victor Turner (1972[1957]). Contudo, concordo que sua análise contempla uma forma processual nas situações de conflito²⁵ e que através das análises de dramas é possível mostrar claramente como as diferentes tendências sociais de um contexto específico operam

na prática (ibid.:93). Assim como Turner, percebo que a situação específica de conflito que analiso forma uma seqüência de eventos com lógica própria, ou “estrutura”, como diz o autor²⁶ (Turner 1974:35).

O drama que analiso envolve outra dimensão do contexto krahô que não foi plenamente trabalhada na etnografia específica ao grupo, qual seja, suas identidades internas e as tensões advindas da incorporação de antigas rivalidades no sistema social krahô. Estas identidades estão relacionadas à política interna e relações entre aldeias krahô, e reverberam no contexto atual nos processos de criação do associativismo indígena. Não pretendo aplicar friamente a teoria de ‘análises de drama’, mas sim me inspirar nela para a compreensão do conflito entre as associações krahô. Ao utilizá-la aqui, estou enfatizando o seu propósito de deixar nítida a atuação da estrutura em situações práticas, sendo uma chave para investigar a estrutura política interna que organiza as relações entre aldeias e grupos políticos do grupo.

Ruptura com a norma

Novas conjunturas históricas exigem novos ajustes sociais para que elas possam ser entendidas e manejadas. As alterações no estilo de lidar politicamente com os povos indígenas brasileiros expressas na Constituição Federal de 1988, aliado a outros fatores, têm praticamente exigido que os povos indígenas passem a adotar novas formas de representação política para o diálogo com o Estado brasileiro e outras instituições não-indígenas. Em cada caso, em cada contexto estas modificações seguem um caminho e ritmo próprio. Entre os Krahô, ficou claro que esse novo tipo de participação política capaz de representar todo o povo krahô no diálogo da política interétnica é um processo social ainda em construção.

Primeiramente, esta política anterior é assentada em um modelo de autonomia política de cada aldeia e não em uma representatividade

supra-aldeã centralizante, e a “etnia” enquanto uma unidade política é um processo em construção. Em 1986, na disputa em torno da machadinha ritual *kiürí* do acervo no Museu de Etnologia da USP, os Krahô foram liderados por Pedro Penon, *pabi* (cacique) da aldeia Pedra Branca. Naquela época, o associativismo indígena krahô ainda estava incipiente. Atualmente, temos uma situação dupla em termos políticos: uma política interna exercida pelos *pabi* e outra externa, exercida pelos líderes das associações.

O quadro atual das associações Krahô forma uma situação bem distinta da política da aldeia. Não existem casos de coexistência entre exercer uma função política na associação (presidente, vice-presidente ou coordenador) e a função de chefe da aldeia. Cada esfera de poder age em uma direção e tende a requerer habilidades específicas para bem entendê-las. As associações são de domínio dos jovens líderes letrados e que dominam melhor o português, enquanto na aldeia se exige a experiência como um diferencial.

As ações de uma associação indígena relativas a questões que envolvam o povo Krahô como um todo podem representar uma conjuntura propícia ao surgimento de conflitos; isso porque se trata de um universo social politicamente polifônico onde se prima pela autonomia política de cada aldeia. Em 2002, a outra associação indígena existente tomou conhecimento da autorização concedida pela associação Mãkraré²⁷, começando a criar empecilhos para o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisas da UNIFESP que envolviam o conhecimento tradicional do povo Krahô. Estamos dando início ao segundo período deste conflito específico. A norma se rompe no processo de formação de uma nova realidade política, na qual os Krahô devem lidar com uma complexa rede de instituições não-indígenas que os assediam, tais como instituições de pesquisa, órgãos estaduais, federais, organizações não-governamentais, produtores culturais, missionários, entre outros. Romper com a norma, contudo, não é sinônimo de um pacto com o não tradicional. Afinal, vimos que essa nova forma de fazer

política adotada pelos Krahô é uma roupagem nova de estruturas políticas mais profundas. É mudança e continuidade em um mesmo processo: a luta pelos direitos indígenas.

Crise: Os lugares-evento e a política interétnica krahô

O período crucial do conflito em torno do acesso aos conhecimentos dos curadores krahô vai de maio de 2002 a março de 2003. Fixei estas datas a partir de dois marcos, ou melhor, de dois *lugares-evento* (Daniel 1996:56) que marcam o começo e o fim do processo de crise. O primeiro é a reunião que culminou na Carta Aberta do Povo Krahô, mostrando as múltiplas nuances de sua representatividade política. O segundo marco é a outra reunião, que ocorreu no mesmo lugar do primeiro marco, em que as principais forças políticas indígenas envolvidas **revelaram suas diversas perspectivas e interesses sob o tema** (as aldeias, representadas pelos *pahi*; dois *wajacú* de cada aldeia representavam, para os Krahô, o conjunto de pessoas detentoras dos conhecimentos pesquisados e as associações indígenas que haviam iniciado a negociação). Neste segundo marco, todos estes representantes krahô reconsideraram suas divergências e produziram o termo de anuência prévia expondo seu posicionamento acerca da pesquisa da UNIFESP e de sua continuidade²⁸. Este posicionamento dos “Krahô” não revela que todos os grupos políticos tinham um mesmo entendimento. Veremos que no final prevaleceu a posição de “consenso”, mas alguns grupos saíram insatisfeitos com o rumo das negociações. Por agora, pretendo abordar as situações que ocorreram entre estes dois lugares-evento, fundamentais para entender como eclodiu o processo de conflito e como a partir dele, os Krahô conceberam novos processos de construção nacionalitária (Bartolomé 2002:03)²⁹.

A Carta Aberta do Povo Krahô foi o estopim do conflito. Naquele momento eu ia para a área krahô a convite da associação Kapey para uma assessoria antropológica para ajudar na elaboração de um projeto de estímulo à medicina tradicional krahô. Este projeto

contou com o apoio inicial da FUNASA, através do Departamento de Saúde Indígena, e seria realizado em três etapas ao longo de um ano. As conjunturas específicas desta reunião inviabilizaram a continuidade de suas atividades, principalmente pela idéia dos Krahô de gerenciar um projeto de saúde conjugando geração de renda e estímulo aos trabalhos dos *najacá*³⁰. A antropóloga da FUNASA argumentou que um ‘salário’ para os curadores krahô exigia mudanças legais e abriria um precedente para que outros povos reivindicassem isso. Os Krahô não gostaram de perceber que a antropóloga não estava apoiando suas idéias e um krahô que representava a aldeia Riozinho levantou e disse como dedo em riste: “*eu sou pequeninbo e me zango rapidinbo. Já que a senhora não quer ajudar então Hamrém, Hamrém (acabou)*”. A antropóloga sentiu-se intimidada porque os índios diziam que ela era rica, possuía fazenda e não queria ajudar os *mebi* (índios). Estavam trazendo uma representatividade bastante comum no seu imaginário sobre o branco de longe, ou seja, rico como são os comerciantes e fazendeiros do entorno da Terra Indígena. Vale lembrar que Aukê, o personagem mítico que representa o aparecimento do branco, nasce indígena e se transforma em civilizado, mais precisamente um fazendeiro (Melatti 1972). Aukê dá muitos presentes aos índios e esta imagem, do branco como doador de bens, ainda está bastante presente entre os Krahô. Assim, após momentos tensos, a representante do governo decidiu retirar-se da área e dormir em Itacajá. Os Krahô organizaram uma corrida de toras. Apesar do ocorrido no lugar-evento, os indígenas não abandonaram o desejo de um projeto envolvendo geração de renda e medicina tradicional e, ao final desse processo de crise, estas idéias tornaram-se a base das exigências para a continuidade da pesquisa da UNIFESP³¹.

A maior conseqüência da carta foi a suspensão das atividades de pesquisa e a inserção de novos atores políticos locais na negociação. Mas o processo de crise envolveu a rede de atores mais ampla que, em maior ou menor grau, estava relacionada com as atividades de pesquisa da UNIFESP. O CTI e a UNIFESP não firmaram nenhum

contrato oficial, embora a organização não-governamental estivesse indiretamente envolvida na negociação. Com o tempo, seus dirigentes passaram a não concordar com a posição da UNIFESP. O envolvimento não oficial da ONG começou em 1999 quando a então doutoranda procurou o antropólogo do CTI que trabalha com os Timbira. Este passou, informalmente, a participar de reuniões com a UNIFESP. Quando, em 2001, a legislação em vigor relativa ao acesso de recursos genéticos com conhecimentos tradicionais associados foi severamente questionada, mudaram as relações entre esses dois atores institucionais.

Em meados de 2001, a doutoranda da UNIFESP considerou encerradas suas atividades de campo. Porém, a Assembléia Geral da Vyty-Cati, realizada em agosto, atendeu às recomendações do CTI e decidiu não assinar qualquer documento relacionado à continuidade das atividades de pesquisa da UNIFESP antes da aprovação do Estatuto do Índio (que regulamentaria este tipo de questão) e a continuidade da pesquisa dependeria de um parecer positivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, instaurado como o instrumento de controle do Estado sobre os seus recursos genéticos. Em novembro, a Vyty-Cati encaminhou um novo documento à UNIFESP reafirmando as decisões tomadas em assembléia³².

Em fevereiro de 2002, a Vyty-Cati solicitou nova reunião em São Paulo para maiores esclarecimentos acerca da divulgação, em revistas científicas, de partes da pesquisa, bem como de promessas de sua continuidade. Essa divulgação havia sido impedida e proibida pela Vyty-Cati em uma reunião anterior. Além disso, uma agrônoma havia sido enviada pela UNIFESP para o território Krahô sem a autorização dos índios. Em resposta, a UNIFESP agendou nova reunião marcada para março. Nesse encontro estiveram presentes o antropólogo do CTI, o advogado indicado para assessorar os índios e a antropóloga do Ministério Público de São Paulo, representando a procuradora formalmente convidada. O resultado da reunião foi a reiteração da posição da Vyty-Cati.

O grande ponto de discórdia entre CTI e o projeto de pesquisa desenvolvido pela UNIFESP não está em posturas éticas ou no não cumprimento do consentimento prévio informado pela instituição requerente (como manda a legislação específica). O problema é que a UNIFESP pretendia usar o protocolo de intenções firmado com a Vyty-Cati, um instrumento de eficácia jurídica reduzida, para dar continuidade aos seus empreendimentos farmacológicos entre os Krahô, ignorando a legislação em vigor. Mais incisivamente, a posição oficial do CTI não concordava com o modo como a UNIFESP vinha conduzindo a sua pesquisa com os índios, principalmente quando “pretendeu gerar um fato que suscitaria, *a posteriore*, seu embasamento jurídico”. Portanto, para o CTI “ficou patente, a partir dessa posição do Chefe do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP, que a relação com os índios – tidos como meros fornecedores de matéria-prima básica – era apenas um detalhe e não o foco principal de seu interesse” (CTI n/d).

A crise de representatividade política expressa no conflito foi ganhando espaço na mídia, principalmente pelo volumoso pedido de indenização solicitado pela Kapey. A imprensa lançou notícias esporádicas sobre mais esta tensão envolvendo povos indígenas brasileiros e, desta maneira, acabou por expor a multiplicidade de significados que os processos de representatividade indígena alcançam no atual cenário interétnico. A vontade de saber qual era a posição krahô sobre a pesquisa motivou as matérias jornalísticas que acompanharam o conflito entre representantes desse povo indígena do Tocantins contra uma respeitável e renomada instituição de pesquisa científica de São Paulo.

O jornal Estado de São Paulo, no dia 07 de abril de 2002, lança uma matéria intitulada “Como é difícil pesquisar no Brasil”, justificando que um projeto socialmente responsável, como o da UNIFESP, vinha sendo vítima de uma legislação indefinida (2002a). Ainda não havia sido elaborada a Carta Aberta da Kapey e não havia, pelo menos fora do contexto local, conhecimento das rivalidades entre associações indígenas. Em junho, o mesmo jornal

publicou outra matéria já trazendo o conflito entre associações como um complicador a mais do caso, chegando a levantar suspeitas de biopirataria (2002b). Um mês depois, outra matéria divulgou que os Krahô não eram contra a pesquisa da UNIFESP e que o pedido de indenização era mais uma invenção do indigenista da FUNAI do que um desejo dos índios, sugerindo uma infantilização dos índios que não são capazes de pensar e avaliar suas posições (2002c). Logo em seguida os jornais veicularam que o indigenista da FUNAI processaria o pesquisador da UNIFESP (Folha de São Paulo 2002).

A grande indefinição consistia na multiplicidade de significados presentes em situações interétnicas hiper-reais. Um dos problemas era que os Krahô não sabiam quem deveria representá-los em uma negociação daquele porte. Jornalistas e UNIFESP procuravam uma posição única dos Krahô e exigiam deles um comportamento político ainda em construção. A curta história do associativismo krahô mostra que as pretensões de representatividade geral sucumbiram às dinâmicas da sua política interna. Basta vermos os exemplos da associação Mãkraré – que passou a representar somente a Aldeia Nova – e da associação Kapey – que tem seu papel questionado.

Este evento específico, que acabou provocando conflitos internos, aguçou a consciência dos Krahô para a necessidade de se tomar posições que contemplassem as múltiplas realidades políticas existentes no seu território, e necessárias para o jogo das relações interétnicas atuais. Estimulados pela situação conjuntural específica, e em sinal de maturidade política, as associações indígenas decidiram deixar suas divergências políticas de lado e passaram a articular consensos mínimos para encaminhamento da negociação da UNIFESP. Esta união não foi derivada de uma relação estrutural do grupo, mas sim está relacionada com a habilidade política pessoal de algumas lideranças, como Hapyhi, e o convencimento de que naquelas circunstâncias um posicionamento único seria interessante. Passaram a articular suas forças na promoção de um projeto que teria a UNIFESP como primeira depositária do Fundo de Saúde Krahô.

O conflito girou em torno do comportamento da UNIFESP, que tentava não considerar os Krahô, em suas múltiplas representatividades, como um sujeito político na negociação. Os Krahô, por sua vez, afirmavam constantemente a polifonia de sua política. Essa vontade de enfatizar diversos pontos de vista políticos, no processo de negociação com a UNIFESP, produziu uma nova conjuntura na área. Até 2002 havia duas associações indígenas na T.I. Krahôlandia, mas durante este processo de negociação interétnica com a UNIFESP e o Estado brasileiro surgiram mais três associações indígenas.

Mudança de Ventos e a Ação Redirecionadora

O marco que sinaliza o final da crise é, também, o início do redirecionamento do conflito interno para um conflito interétnico entre os Krahô e a UNIFESP. O processo de reversão da crise inicia-se na reunião de junho de 2003, aqui analisada como um *lugar-evento*. Esta reunião conseguiu, em não mais que três dias, apresentar uma posição krahô capaz de lidar com a sua política interna. A partir daí, os grupos que estavam em conflito passaram a articular-se em iniciativas consensuais, transpondo o conflito para uma esfera interétnica. Contudo, a construção desse posicionamento consensual mínimo não foi um processo fácil e pretendo agora analisar como se deu a criação da voz unificada dos Krahô, relativa ao processo de acesso aos recursos genéticos possibilitados pelos conhecimentos dos *wajacá*, revelando que sua construção está mais relacionada com a conjuntura específica daquela pesquisa do que com arranjos estruturais.

A reunião estava marcada para o dia 24 de março de 2003, mas cheguei lá no dia 20, para ajudar nos preparativos. Os membros da Kapey esperavam muita gente, como os representantes da FUNAI, do Ministério Público Federal (tanto de São Paulo como da 6ª Câmara de Brasília), da EMBRAPA, da UNIFESP, assim como os representantes das associações indígenas, os *pabi* e dois *wajacá* de cada aldeia, num total de cem pessoas - com o maior número

possível de atores. Apesar deste planejamento, os resultados que a reunião alcançaria eram imprevisíveis.

A associação Kapey tem uma estrutura singular que procura construir representatividade política misturando elementos da burocracia administrativa do associativismo moderno com elementos da política interna krahô. Eu estava acompanhando Getúlio Kruwakaj, coordenador da associação; Edson Txotyc, o tesoureiro (que é também o cinegrafista); Osmar Cucon e Zé Dilson, respectivamente o prefeito e o vice-prefeito (a tradução nativa para os dois *krinkate* das aldeias); o casal zelador do complexo-sede e uns três ou quatro índios recrutados para os trabalhos braçais. O complexo-sede fica à margem esquerda do Riozinho, perto das aldeias Campos Lindos e Santa Cruz, esta localizada a seis quilômetros da outra margem. Está localizada em uma antiga fazenda dentro do território indígena que ainda não consegui identificar. Neste complexo, que tem a forma de uma aldeia Timbira, cada casa é destinada aos moradores de uma aldeia krahô.

Os representantes começaram a chegar no dia 23. Com a chegada das lideranças indígenas, os assuntos de interesse coletivo passaram a dominar as conversas. O ambiente ia ganhando ares de reunião política e todos discutiam questões coletivas, como a ampliação e fiscalização da Terra Indígena ou o asfaltamento da BR-010 e as conseqüências do avanço da soja para os Krahô. As conversas paralelas entre os líderes sobre como conduzir a negociação iam dando forma aos grupos políticos que apareceriam no decorrer do evento. Os Krahô representados pela Kapey não queriam desperdiçar esta negociação política na obtenção de algumas migalhas e quinquilharias, e trocavam idéia com o objetivo de não pedir pouco. Estavam preocupados com os “*ampó (coisas) mais importantes*”, como obter recursos para o projeto de estímulo aos trabalhos dos *wajacá*, ou ainda quitar as dívidas dos aposentados nas lojas e mercados de Itacajá e Goiatins.

O velho Aleixo Pohi foi informante de Melatti, que já atestava seu rico vocabulário perante os outros krahô. Pohi ia expondo seu

ponto de vista com a voz baixa e sua mão trêmula, dando conselhos a todos os presentes que o ouviam com muita atenção. Em certos momentos de sua fala, o velho lançava algumas frases em português, como se quisesse que eu também as compreendesse. Dizia “não é do jeito que eles quer, é do jeito que nós quer (...) os cup? (não indígenas) já pegou tudo: pegou ouro, diamante, cristal, madeira, tudo de graça. Agora nós quer de igual para igual”. Ou ainda, “Nosso pensamento vale, nós conhece dinheiro, nós precisa de dinheiro. O cup? não gosta de nós, gosta é do dinheiro”.

O significado do pedido de indenização milionária solicitado pela Kapey tem um sentido profundo de luta por autonomia indígena. Talvez pela primeira vez em sua história, os Krahô tenham sido tão ouvidos no decorrer de uma negociação interétnica desse porte, sendo apoiados pelo Estado brasileiro. Agora, os imperativos morais norteadores das atuais relações entre povos indígenas e Estados nacionais, cristalizados na legislação sobre o acesso a recursos genéticos com conhecimento tradicional associado, abriram um espaço maior para a participação efetiva dos índios nessas negociações. Uma atitude aparentemente gananciosa representava um forte sentimento de autonomia cuja mola propulsora seria uma pesquisa com os curadores indígenas. A atitude nativa, expressa nas palavras do velho Pohi, associa este tipo de projeto à possibilidade de se reverter o quadro histórico iniciado com a colonização e “conquista” dos índios. Novos tempos eram pensados, tempos onde os índios fossem mais respeitados pelos *cup?*.

Na manhã seguinte, 24 de março, os participantes da reunião dividiram-se em dois grupos: Krahô e não-indígenas. Índios e “brancos” tentavam entender a problemática e construir suas posições. Entre os últimos, estavam representantes da FUNAI (Administração Regional de Araguaína; da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP; da Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas- CGDDI e da assessoria jurídica); do Ministério Público Federal (Procuradores do Estado do Tocantins e São Paulo e da 6ª Câmara de Brasília) e da UNIFESP (a

pesquisadora e a advogada especialista em propriedade intelectual). Todos se hospedaram na casa de visitantes do complexo-sede da Kapey e discutiram sobre os limites do conhecimento tradicional e os mecanismos de sua proteção e respeito. Ouvia-se comentários sobre as teorias de determinado autor serem mais indicadas para condução daquele processo.

Os índios, por sua vez, reuniram seus *pahi* (cacique), *wajacá* (pajé), *mëcaré* (velhos) e representantes das associações. Konk, *wajacá* e *pahi* da aldeia Pedra Furada, havia sido escolhido como representante dos pajés na reunião de maio de 2002 e lembrava a todos que esta reunião não era exclusiva da Kapey, pois tratava de um assunto de todos. Pedia principalmente que os *wajacá* e as associações indígenas trabalhassem em conjunto. Na sede da Escola Agro-Ambiental Catxêtkwuj, uma grande construção de bambu coberta com palha trançada, os índios formaram dois grupos em círculos. O primeiro era composto pelos pajés presentes, enquanto no segundo sentaram os velhos, os caciques e os representantes das associações. Procuravam construir os laços de alianças tanto entre as aldeias como entre os *wajacá*, pois se sabe que as relações entre os vários *wajacá* que uma aldeia pode ter são, geralmente, tensas e conflituosas, medidas pela possibilidade de feitiços e doenças. Os Krahô costumavam matar seus curadores acusados de feitiçaria (Schultz 1960) e as mortes recentes de dois pajés, um afogado e o outro assassinado em Itacajá, continuam reforçando a hipótese de ainda serem executados os *wajacá* tidos como feiticeiros.

Tudo estava arranjado para que no último dia de reunião, tanto os Krahô como a UNIFESP aceitassem uma posição consensual. A UNIFESP não admitia estar sofrendo os constrangimentos de uma ação judicial e considerava a indenização solicitada pela Kapey como absurda e mercenária; os representantes da Universidade não se intimidaram por terem entrado na Terra Indígena Krahôlandia e coletado material para pesquisa científica sem a autorização formal. Estavam certos de que os Krahô aceitariam levar as negociações nos termos por ela colocados, ou seja, sem indenização e com

apoio para construção de uma casa de saúde e caminhonetes para conduzir os *wajacá*. Estes dois itens estavam nos planos elaborados pelos Krahô e apresentados como Projeto Mehcarinc.

Contudo, o pedido de indenização era desejo de uma parcela considerável dos Krahô. O último dia de reunião começou com a solicitação de carros e casa de saúde para o projeto. Quando veio à tona a questão da indenização, os representantes krahô tentavam colocar suas posições, conquanto de múltiplas maneiras diferentes. No entanto, havia um argumento subjacente: a pesquisa já havia sido realizada e os Krahô deveriam encontrar um meio dela continuar, desde que atendessem aos interesses das comunidades. O grupo da aldeia Santa Cruz, liderado pelo cacique Isaac e sua mãe Onorina, queriam que a pesquisa parasse. Pohi, conjuntamente com o coordenador da Kapey tentavam conseguir a indenização. Alberto Hapyhi queria que a pesquisa continuasse e o pessoal da Cachoeira e Rio Vermelho não se posicionavam claramente.

O coordenador da Kapey, Getúlio Kruwakaj, levantou-se enfaticamente e continuou afirmando que queria os 25 milhões pedidos como condição da pesquisa continuar. A reunião atingia seu ápice de tensão, pois a pesquisadora da UNIFESP também se levantou, dizendo que naqueles termos não poderia haver negociação alguma. O Procurador do Estado do Tocantins pediu a palavra, lembrando aos índios que esse tipo de questão era nova no cenário dos direitos indígenas e que eles corriam o risco de perder a causa, caso continuassem a negociação nos termos da indenização, alertando para a dificuldade de se mensurar a questão do conhecimento tradicional³³.

Essa tensão perdurou por alguns minutos, com muitas conversas paralelas. O argumento dos representantes da UNIFESP era de que os recursos seriam repassados para os Krahô através de *royalties* de eventuais patentes. Mas não havendo certeza de que os dados coletados seriam transformados em patentes, os pesquisadores afirmaram que estimativas otimistas revelam percentuais baixos de

patenteamento, em torno de três por cento. Alertaram os Krahô a não apostar no processo judicial, tomando o pagamento de *royalties* como o centro de seus argumentos. Como o clima de desentendimento ainda perdurava, sugeriu-se interromper a reunião até à noite, depois do jantar.

À noite, os ânimos já estavam mais calmos e a posição dos índios já sinalizava para uma superação das divergências da tarde. Quem tomou a palavra foi o *pabi* da aldeia Rio Vermelho, Valdomiro Krãc, que pedia a colaboração das pessoas, afirmando que os Krahô não queriam mais o dinheiro, mas sim bens como os Postos de Medicina Tradicional, veículos próprios para deslocamento do *wajacá* e o pagamento de “salários” para estes. Descrevia os itens que julgava necessário para a implementação de um modelo de assistência à saúde análogo àquele oferecido pelo Estado brasileiro, sendo que os agentes da cura seriam os *wajacá* krahô e não os doutores do “branco”. Subjacentes a essas demandas, contudo, está a luta por autonomia e auto-gestão dos recursos, no caso de saúde, destinados às comunidades. Buscavam o reconhecimento pleno dos direitos de poderem utilizar sua medicina no processo de produção e garantia de saúde em suas aldeias, afirmando que ela é tão curativa quanto a medicina ocidental.

A habilidade política para transformar uma situação inicialmente de conflito em uma situação de entendimento deve-se, em grande parte, ao vice-presidente da Vyty-Cati. Hapyhi conduziu essa tensão, principalmente intermediando as negociações com os representantes da UNIFESP, e foi suficientemente hábil para concatenar as diferentes forças políticas internas ao contexto local e assegurar a negociação. Contudo, muitos ficaram descontentes, mas entenderam as outras posições e não se opuseram às decisões tomadas. Foi assim que, no dia 25 de março de 2003, os Krahô conseguiam atingir um consenso mínimo e produziram o Termo de Anuência Prévia, exigência legal para a condução de projetos envolvendo conhecimento tradicional associado a recursos genéticos.

O pedido assustou os representantes da UNIFESP que começavam

a ver os representantes dos Krahô como índios reais e potentes que punham a universidade em uma situação vulnerável e constrangedora. A solicitação dos índios, expressa no Termo de Anuência Prévia, condicionava a continuidade da pesquisa ao fomento de um projeto de medicina tradicional. Em outras palavras, queriam que uma das mais importantes instituições de pesquisa em saúde ocidental realmente acreditasse na eficiência de práticas tradicionais de cura, ou seja, queriam uma parceria entre ciências. Os representantes da UNIFESP mostravam-se reticentes, pois entendiam que ela não poderia se envolver em um projeto daquela natureza e nem ser responsabilizada pelas eventuais mortes. Só poderia oferecer um projeto de assistência à saúde nos moldes do já desenvolvido por ela no Parque Indígena do Xingu.

A oferta da UNIFESP de apoiar um projeto de assistência à saúde indígena baseado no “conhecimento científico” não coincidiu com os interesses dos Krahô, que querem o reconhecimento de seus direitos enquanto povo com autonomia. Não querem ser simplesmente instrumentos para o desenvolvimento de produtos farmacológicos, mas sim agentes na condução da pesquisa – e isto, não como cientistas ocidentais ou meros plantadores das espécies que seriam pesquisadas pela UNIFESP (como havia sugerido os representantes desta instituição), mas sim enquanto sujeitos políticos que têm interesses na pesquisa. Querem melhorar a questão da saúde nas aldeias, mas não com as aspirinas e injeções distribuídas nos postos de saúde e sim com o trabalho dos “*pal-bô cum catêjê*”, literalmente o “povo da fumaça do tabaco”. Esta expressão surgiu na reunião que culminou no Termo de Anuência Prévia, sendo utilizada para denominar jocosamente aquele grande contingente de *majacá* que participava do encontro.

Em termos analíticos, aquela expressão indígena transformou-se em um conceito capaz de nos fazer entender mais incisivamente a posição dos Krahô. Por um lado, enfatiza que os *majacá* formam um grupo social intimamente ligado à pesquisa da UNIFESP. Ao afirmar que são um grupo (*catêjê*), enfatizam a dificuldade de fazer

com que os *wajacá* coincidem em suas posições, já que muitas vezes discordam entre si. Estas discordâncias envolvem acusações de mortes e feitiços, e antigamente poderiam culminar na execução do *wajacá* acusado de ser feiticeiro (Schultz 1960, Melatti 1963). O sufixo *catéjé* indica que é um grupo com a mesma origem e que se pretende estabelecer relações de aliança com este grupo (Azanha 1984). A expressão jocosa que os Krahô utilizaram na reunião sugere, então, que os Krahô querem que os *wajacá* sejam um grupo *catéjé*. Por fim as palavras *pal-bó* (tabaco) e *cum* (fumaça) refletem o ritual específico de cura, onde o fumar e a fumaça ocupam um papel central. Agora falta que a UNIFESP considere os *wajacá* krahô como um grupo “*catéjé*” (ou seja, aqueles com quem se tem atitudes amistosas), caso queiram continuar as atividades de pesquisa, atualmente interrompidas.

Considerações Finais

O caso Krahô é um dos exemplos paradigmáticos que rondaram as reuniões do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, pois é um exemplo concreto de como projetos desta natureza vêm sendo desenvolvidos com comunidades indígenas. Este caso específico de acesso a recursos genéticos com conhecimento tradicional indígena revela a dificuldade e complexidade de se conseguir atender aos imperativos expressos nas legislações indígenas mais recentes. O aspecto mais sugestivo para reflexão, neste caso específico, é a representatividade política no cenário interétnico. Quem deve representar um povo como os Krahô em uma situação como esta? Quem pode falar politicamente por todos? Como não me cabe responder a estas perguntas, o máximo que pude fazer foi trazer um modelo explicativo das especificidades da conjuntura krahô e como estas especificidades compõem a agenda em busca da construção dos direitos indígenas e da luta contra a discriminação étnica e de seu sistema médico tradicional.

A parte final desse processo conflituoso, inicialmente interno, adquiriu

conotações de conflito interétnico desenrolado em uma conjuntura político-social específica. As ações redirecionadoras conseguiram unir as forças políticas krahô em prol de um objetivo comum: realizar um projeto de medicina tradicional capaz de conciliar o estímulo ao trabalho dos *wajacá* com a geração de renda. Todo o processo de crise era percebido pelos Krahô como advindo de uma impossibilidade dos *cup?* em lidar com a multiplicidade política. Cada aldeia krahô é politicamente autônoma e uma representatividade política supra-aldeã é resultado das relações interétnicas contemporâneas e seus novos imperativos morais e éticos. Tentando se adequar aos diálogos interétnicos, as diferentes forças políticas aceitaram um modelo de construção das negociações com a UNIFESP que incorporou a totalidade de associações indígenas existente no contexto local. O associativismo krahô, por sua vez, é construído em intenso diálogo com as identidades internas e com a história de sua formação³⁴.

Quando os Krahô apresentaram seu Termo de Anuência Prévia, eles estavam expressando um intenso processo de busca por maior controle destas tensões políticas que são parte da conjuntura local. Um processo que teve que agradar gregos e troianos, *mãkraré* e não-*mãkraré*, índios e indigenistas. A maneira pela qual o conflito foi sendo conduzido e o processo de transferência das acusações entre indígenas para a formação de um consenso amplamente representativo que se posicionou contra a UNIFESP mostrou a maturidade um povo indígena que percebeu que as sabedorias dos velhos ou dos *wajacá* pode ser transformadas, através da política interétnica e dos direitos indigenistas, em *conhecimentos tradicionais*. A situação apresenta um processo de politização da cultura, mas em um aspecto inusitado: a formação e criação de novos recursos estratégicos para seu *develop-man* (Sahlins 1992). A agencialidade de povos indígenas pode surpreender em inúmeros cenários contemporâneos, mas ela certamente revela como estes povos constroem estilos próprios de buscar melhorias sociais, a partir de seus modelos de “melhoria” e de “social”.

Hapyhi era o principal defensor da continuidade da pesquisa com os *wajacá* e tinha interesses pessoais nestas atividades. Em seus discursos sempre fazia questão de dizer que ele havia “caçado” estes projetos e que portanto ele deveria ser o condutor do projeto. Mas os seus interesses eram, inicialmente, pessoais. Hapyhi queria testar os conhecimentos dos *wajacá* de sua aldeia (lembro que a princípio a pesquisa deveria ser conduzida somente na Aldeia Nova) dentro do sistema médico ocidental. Estamos aqui diante de uma situação onde o próprio está sendo avaliado à luz do outro; Hapyhi queria saber se as plantas receitadas por um *wajacá*, e indicada pelo *carõ* (alma, espírito) que guia sua prática curativa, produzem uma eficácia física, ou seja, se produzem a cura efetivamente. Essa sentença, que me foi dita em entrevista pessoal, enfatiza a crença dos Krahô na eficácia e sabedoria do branco. Mas mostra também a crença na sabedoria indígena, já que os *wajacá* aceitaram fazer parte de um estudo dessa natureza e sempre se mantiveram confiantes quanto aos resultados que a pesquisa apresentaria.

A pesquisadora da UNIFESP encontrou indícios bastante sólidos na correlação positiva entre indicações terapêuticas tradicionais e princípios ativos. Basta ver o esforço que a UNIFESP tem feito para continuar a pesquisa, mesmo não levando em conta as condições do Termo de Anuência Prévia formulado pelos Krahô. Este é o principal entrave atual das negociações entre as partes. O coordenador da pesquisa da UNIFESP entregou uma carta às associações indígenas Mâkraré, Vyty-Cati e Kapey dizendo que se retirava do projeto. Não temos ainda uma posição oficial da UNIFESP, afirmando se a retirada do cientista implicaria ou não na suspensão das atividades de pesquisa.

Como visto, as negociações estão suspensas, mas não estão encerradas. Não caberia aqui tecer qualquer comentário sobre o futuro, mas certamente as conseqüências deste conflito reverberarão em outros contextos como no projeto desenvolvido pela associação Kapey com a EMBRAPA. Esse outro projeto também envolve recursos genéticos e conhecimento tradicional, mas está ligado à

agricultura e alimentação. Analiticamente, este evento específico que pôs duas associações indígenas em conflito revela como as estruturas antigas persistem no tempo e reaparecem em cenários inusitados. O surgimento do associativismo indígena entre os Krahô, um fenômeno contemporâneo para muitos povos indígenas, mantém um forte diálogo com estruturas de mais de duzentos anos. As relações entre os povos Timbira que foram amalgamados na história de formação do povo krahô persistem no tempo e continuam a estruturar relações contemporâneas. Por isto, o movimento entre “história e estrutura” e entre “mudança e continuidade” é o caminho para entender este conflito específico entre as duas associações krahô. Como nos diz Sahlins “podemos determinar estruturas na história e vice versa” (1985: 03).

Referências

ALBERT, Bruce (ed.). *Pesquisa e Ética: o caso Yanomami* (contribuições brasileiras à controvérsia sobre o livro *Trevas no Eldorado*). Comissão Pró-Yanomami, Documentos Yanomami, n.02, julho de 2002.

_____. “Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira”. In: RICARDO, C. A. *Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000*, SP: Instituto Socioambiental, 2000.

_____. “O Ouro Canibal e a Queda do Céu: uma crítica xamânica da economia política da Natureza”; *Série Antropologia* n. 174; Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

AVILA, Thiago. *Não é do jeito que eles quer, é do jeito que nós quer: os Krahô e a biodiversidade*, Dissertação de Mestrado, DAN, UnB, 2004.

AZANHA, Gilberto. “Conhecimento Tradicional: de quem é a autoria?”, texto inédito. Maiores informações www.trabalhoindigenista.org.

_____. “Autogestão Krahô”, em: *Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil*, CEDI - São Paulo, 1984b.

—————. *A “Forma Timbira”: estrutura e resistência*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1984.

—————. “Os Krahô e a machadinha”, n/d. pode ser obtido no site (www.trabalhoindigenista.org).

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “Movimentos índios en America Latina: los nuevos procesos de construcción nacionalitaria”, in *Serie Antropología* n. 321, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o Diálogo Intolerante. In: *O Trabalho do Antropólogo*. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15/São Paulo: Editora UNESP, 2000b (pp. 189-198).

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI: “Os fatos e a posição do Centro de Trabalho Indigenista – CTI sobre o projeto de pesquisa intitulado ‘Usos de plantas psicoativas pelos Krahô’ de responsabilidade da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP”; o texto pode ser solicitado através da home-page do CTI (www.trabalhoindigenista.org.br), n/d.

DANIEL, E. Valentine: *Charred Lullabies: chapters in an anthropology of violence*. Princeton University Press, 1996.

DAS, Veena: *Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India*, Oxford University Press, 1996.

ESCOBAR, Herton e KNAPP, Laura. “Como é difícil pesquisar no Brasil: a MP 2186, que deveria proteger o patrimônio do país, atrapalha a vida dos cientistas brasileiros”, *O Estado de S. Paulo*, edição de 7 de abril de 2002; 2002a.

ESCOBAR, Herton. “Impasse complica pesquisa de plantas medicinais dos índios kraôs: reunião entre UNIFESP e Funai pode ser a saída; estudo está parado há mais de seis meses”, *O Estado de S. Paulo*, edição de 28 de junho de 2002; 2002b.

—————. “Kraôs não são contra pesquisa

da UNIFESP”, *O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de julho de 2002; 2002b.

EVANS-PRITCHARD, E.E.: *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*, Editora Perspectiva, São Paulo, [1940] 1993.

GREAVES, Tom (ed.). *Intellectual Property Rights for Indigenous People: a sourcebook*, Oklahoma City, OK, EUA: Society for Applied Anthropology, 1994.

GOW, David D. & RAPPAPORT, Joanne: “The Indigenous Public Voice: the multiple idioms of the modernity in native Cauca”. In: WARREN, K. & JACKSON, J. E. (eds.): *Indigenous Movements, Self-Representation, and the State in Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2002.

IWGIA (Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas), *Assuntos Indígenas*, n. 04. oct/nov/dec, 1995.

—————. *Pueblos Indígenas*. 2000 (pp. 110-124).

KEARNEY, Michael: “The Local and the Global: the anthropology of globalization and transnacionalism”. *Annual Review of Anthropology* (pp. 547-565), vol. 24, oct. 1995.

LATOUR, Bruno: *We have never been modern*, Cambridge: Harvard University Press, [1991] 1993.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, [1954] 1996.

LEDERMAN, Reena. “Changing Times in Mendi: Notes Towards Writing Highland New Guinea History”. *Ethnohistory*, 33(1):1-30, 1986.

LOPES, Reinaldo José, “Técnico da FUNAI afirma que vai processar pesquisador da Unifesp”, *Folha de S. Paulo* de 13 de agosto de 2002.

MELATTI, Júlio César: “Diálogos Jê: a pesquisa krahô e o projeto Harvard-Museu Nacional”. *Mana*, v.8, n.01, Museu Nacional, UFRJ, 2002.

———. *Ritos de uma Tribo Timbira*. São Paulo: Ática, 1978.

———. *O Messianismo Krahô*. SP: Editora Herder/EdUSP, 1972.

———. *Índios e Criadores: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins*, Monografias do ICS - UFRJ, Volume 3, Rio de Janeiro, 1967.

———. “O mito e o Xamã”. *Revista do Museu Paulista* vol.XIV, 1963 (pp. 60-70).

NIGH, Ronald: “Maya Medicine in the Biological Gaze: bioprospecting research as herbal fetishism”, *Current Anthropology*, v.43, n.03, jun, 2002 (pp. 451-477).

NIMUENDAJU, Curt. *The Eastern Timbira*, University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, vol. XLI, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1971 [1946].

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “A População Ameríndia: terra, meio-ambiente e perspectivas de transformação”. In: *Ensaios de Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

———. *A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. RJ: Contra-Capa Livraria, 1999b.

PARESHI, Ana Carolina C. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo e as dinâmicas sociais*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia – UnB, Brasília, 2002.

RAFI (Rural Advancement Foundation International): *Biopiracy Update: a global pandemic* in RAFI Communique sep/out 1995.

RAMOS, Alcida Rita. “Pulp Fictions of Indigenism”. In: D. S.

Moore, J. Kosek and A. Pandian (eds.). *Race, Nature and the Politics of Difference*, Duke University Press, 2003 (pp. 356-379).

—————. “Bridging Troubled Waters: brazilian anthropologist and their subjects”, *Série Antropologia*, n. 324, 2002.

—————. “The Commodification of the Indian”, *Série Antropologia* n. 281, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

—————. “Projetos Indigenistas no Brasil Independente”. *Revista Etnográfica*, vol.IV (2), 2000b (pp.267-283).

—————. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press, 1998.

—————. “O Índio Hiper-Real”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28, ano 10, jun, 1995 (pp 6-14).

RIBEIRO, Darcy: *Os Índios e a Civilização: a integração da população indígena no Brasil moderno*. SP: Companhia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Eliana. *Usos rituais de plantas que indicam ações sobre o sistema nervoso central pelos índios Krahô, com ênfase nas psicoativas*. Departamento de Psicobiologia, Unifesp, São Paulo, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar [1987] 2003.

—————. “Cosmologies of Capitalism: the trans-pacific sector of the ‘world system’”. In: *Culture in Practice: collected essays*. Nova Iorque: Zone Books, 2000 (pp. 415-470).

—————. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção (Parte I)”. *Mana*, vol.3, n.02, out. 1997 (pp.41-73).

—————. “The economics of develop-man in the Pacific”. *Anthropology and Aesthetics RES 21*, Spring, 1992 (pp. 12-25).

_____. *Historical Metaphors and Mythical Realities: structure in early history of the Sandwich Islands Kingdom*, Association for the Study of Anthropology in Oceania, Special Publication n. 01 Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SANTILLI, Juliana. “Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção”. In: A.C Souza Lima e M. Barroso-Hoffmann (orgs.), *Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III*, Rio de Janeiro: Contra Capa/Livraria LACED, 2002 (pp. 83-104).

SCHULTZ, Harald: “Condenação e Execução de médico-feiticeiro entre os índios Krahô”. *Revista do Museu Paulista*, nova série, volume XII, pp. 185-197, São Paulo, 1960.

_____. “Lendas dos Índios Krahô” in *Revista do Museu Paulista*, vol 4, 1950 (pp. 49-164).

TURNER, Victor: *Dramas, Fields and Metaphors: symbolic action in Human Society*, Cornell University Press, 1974.

_____. *Schism and Continuity in an Africa Society: a study of Ndembu village life*, The Institute of African Studies, University of Zambia, Manchester University Press, 1972 [1957].

WAPISHANA, Clóvis Ambrósio: sem título. *Revista do Estudos Jurídicos* (Centro de Estudos Jurídicos) n. 08, agosto, 1999 (pp. 41-44).

NOTAS

¹ Vale lembrar que o autor se inspira em Michel Serres para formular seu conceito, mas o próprio Bruno Latour reconhece que a expressão *quase-objeto quase-sujeito* seria mais precisa (1994: 51).

² “... we have to examine how indigenous peoples struggle to integrate their experience of the world system in something that is locally and ontologically more inclusive: their own system of the world ...”

³ Conceito cunhado por Marshall Sahlins. O termo *develop-man* advém da corruptela *pidgin* da expressão inglesa “development”. Assim, a expressão dos nativos de Fiji trazia em si a existência de uma lógica nativa de desenvolvimento social. Mais detalhes ver: Sahlins (1992).

⁴ Ao todo, realizei 07 meses de trabalho de campo para a conclusão da dissertação de mestrado (Ávila 2004), visitando a maioria das aldeias krahô (com exceção de três – Morro do Boi, Serra Grande e Lagoinha. Atuei como um antropólogo-colaborador da Associação Kapey (União das Aldeias Krahô) em uma contrapartida ao próprio trabalho etnográfico e que me foi solicitada pelos índios quando eu estava discutindo a autorização de pesquisa junto a comunidade indígena.

⁵ Atualmente existem 05 associações indígenas legalmente constituídas para representar os Krahô e/ou aldeias Krahô (Kapey, Mākrraré, Inxê-Cati, Wôhkran, Aukeré). Esse número de associações duplicou ao longo do processo de negociação com a UNIFESP sendo que nos últimos documentos constam as participações de todas estas associações na formulação do posicionamento Krahô sobre esta pesquisa.

Professor Elisaldo Carlini, mestre em Psicofarmacologia. Um dos mais renomados cientistas brasileiros na pesquisa sobre drogas tem um currículo vastíssimo. Foi membro titular da Academia Brasileira de Ciências; personalidade do Ano da Indústria Farmoquímica (1995) pela Associação Brasileira das Industrias Farmoquímicas – ABIQUIF; Membro titular do International Narcotic Control Board do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – WHO e presidente da Associação Brasileira de Psicobiologia.

⁷ Utilizo o termo ‘bem intencionado’ pois o projeto da UNIFESP havia considerado as recomendações internacionais relativas ao tema (a autorização prévia das comunidades envolvidas, o consentimento prévio e informado das mesmas, além de garantir a repartição de lucros e benefícios futuros), que também se fazem presente na legislação brasileira. Esta, por sua vez, é uma Medida Provisória, ou seja, um instrumento legal bastante frágil politicamente pois precisa ser constantemente reeditada (MP 2186). Há mais de 8 anos tramitam projetos de lei relacionados ao tema no Congresso Nacional, mas não parece ter havido vontade política suficiente para levar adiante estas discussões. Mais detalhes ver sobre a legislação específica deste tema ver Santilli (2000 e 2002) e Alencar (1995) para a formulação internacional.

⁸ Além dos Krahô, a pesquisadora obteve autorização para ingresso na Terra Indígena Bakairi. Quilombolas residentes em uma área denominada Sesmaria Mata-Cavalos, no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, também foram pesquisados, mas seus dados não foram analisados na tese (Rodrigues 2001: 24).

⁹ O trabalho de mestrado dessa pesquisadora foi realizar um levantamento etnofarmacológico de comunidades ribeirinhas residentes no Parque Nacional do Jaú-AM.

¹⁰ Os povos Timbira se denominam como *Mebi*. A citação, presente na tese de Eliana Rodrigues exemplifica bem a analogia nativa. “... os entendidos em remédios só conhecem os remédios, não conseguem ver a doença. É como o farmacêutico e o médico, o *wajacá* é o médico, e o entendido, o farmacêutico” (Rodrigues 2001: 55).

¹¹ Cup? é o termo utilizado designar os não-indígenas

¹² Esse conceito “fetichismo herbal” foi cunhado por Nigh (2002) para descrever esse desejo em relação aos conhecimentos dos povos indígenas. É um conceito formulado à partir do clássico conceito de fetichização de Marx. Nigh estudou um programa do governo norte-americano (ICBG) e suas pesquisas em comunidades indígenas maya de Chiapas, México.

¹³ Ressalto que esse último parecer não consta da Instrução Normativa n.01 que estabelece os critérios para ingresso em Terras Indígenas para fins de atividade científica. Divergências de opinião têm provocado reações de antropólogos em relação ao CONEP ser responsável por um dos pareceres para pesquisa antropológica. Para mais detalhes ver Ramos (2002) e Cardoso de Oliveira, L. R (2003).

¹⁴ A MP n.2052 foi editada para legitimar um acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma firmado em maio de 2000. Esse acordo prevê o envio de dez mil bactérias e fungos da Amazônia ao laboratório suíço. A MP também ignorou as discussões, presentes no Congresso Nacional, que desde 1995 abordam o tema do acesso aos recursos genéticos brasileiros, visando regulamentar aspectos da Convenção da Diversidade Biológica – CDB, ratificada pelo Brasil em 1994. A primeira iniciativa foi o Projeto de Lei n. 306 de 1995 apresentado pela então senadora, Marina Silva do PT-AC. A bancada governista (mandato Fernando Henrique Cardoso) e a da oposição (liderada pelo PT) disputavam politicamente a normatização deste delicado tema. Para mais detalhes ver Santilli (2000, 2002: 90-92).

¹⁵ Vale lembrar que a pesquisadora concentrou seus esforços na análise do material Krahô e, talvez, este dado tenha influenciado na decisão de não utilizar os dados recolhidos entre os quilombolas já que havia uma maior chance de se identificar qual a planta utilizada para determinado fim. Em uma mistura de várias plantas, este processo seria mais demorado.

¹⁶ Os Krahô crêem que cada *wajacá* recebe seus poderes curativos à partir de uma experiência idêntica à vivida por Türkren, o primeiro *wajacá* Krahô (Melatti 1962). São os *carõ* (almas e espíritos) de algum animal que aparecem para um indivíduo sozinho na mata, marca um outro encontro e então se transforma no seu guia. É um comportamento bem parecido com o conceito de “pensamento mítico”, sugerido por Leenhardt para o contexto específico dos Canaque (1979).

¹⁷ Por exemplo, em 1982, em apoio à luta para demarcação do território Apinajé, ajudaram a tomar a Administração Regional de Araguaína por 20 dias. Naquele mesmo ano, os Krahô revoltaram-se contra as ações da DR/Funai de Goiânia que proibiam o trabalho desenvolvido por antropólogos e indigenistas do Centro de Trabalho Indigenista - CTI (inclusive os dois principais assessores participante dos

projetos alvo da presente análise) e espancaram dois funcionários da FUNAI, na presença de agentes da Polícia Federal que os acompanhavam. A acusação era que os índios, incitados por seus “amigos” brancos, estavam plantando maconha. Foram surrados depois que percorreram os roçados da aldeia Galheiro e não encontraram nada (Azanha n/d b).

¹⁸ Em 1808 e 1809 os Krahô atacaram duas fazendas na região do rio das Balsas, respectivamente, a Fazenda do Saco e a Fazenda Vargem de Páscoa.

¹⁹ Para maiores detalhes dessas relações hostis entre os Timbira ver Azanha (1984).

²⁰ “... o povo do Galheiro, que ficou na cabeceira do Manuel Alves Pequeno com Domingos Crwapú; o “povo da Cachoeira” (Põrekamekra e Kenpocatêjê) com Bertoldo e o “povo da Pedra Branca (Põrekamekra e Põrecatêjê) com Silvano...”(Azanha 1984: 36)

²¹ Os Krahô que se identificam como Mâkraré têm o costume de se apresentar como os verdadeiros Krahô em oposição aos outros que seriam os misturados. Mas, se perguntamos a um Krahô que não se identifica como Mâkraré, ele vai afirmar-se como “krahô” em oposição aos Mâkraré. Nas aldeias não identificadas como Mâkraré, existe muita variação sobre que povos formaram os Krahô. Talvez por isto prefiram reduzir esta amplitude em “krahô”. Sigo este caminho e propositalmente utilizo “krahô” entre aspas e com letras minúsculas para marcar que estou me referindo à sub-identidade e não ao povo Krahô.

²² Por falta de termo mais apropriado, denomino de “movimento indígena krahô” o conjunto de associações indígenas entre os Krahô que, apesar das diferenças, compartilham uma mesma ideologia política em busca de maior igualdade política entre os Krahô e o Estado brasileiro.

²³ Outros projetos são desenvolvidos por essas associações, como o Programa de Formação de Jovens Estagiários e a Comissão de Professores Timbira financiado pela Rainforest Foundation da Noruega da Vyty-Cati. A Kapey, por sua vez, tem as atividades da escola agro-ambiental Catxêkwuj. Contudo o êxito das duas associações indígenas advém muito mais daqueles projetos-piloto referido no corpo do texto.

²⁴ Sobre o faccionalismo, o próprio Melatti dá a entender que a sua procura, no contexto Krahô, esteve profundamente relacionada com sua participação no Projeto Harvard-Museu Nacional, coordenado por David Maybury-Lewis. Os Xavante, povo que este antropólogo estudou, davam extrema importância ao faccionalismo na sua organização social. Maybury-Lewis demonstrava um interesse de comparar esse fenômeno social entre os povos Jê (Melatti 2002: 184-185).

²⁵ Para Turner o conflito Ndembu segue uma forma processual composta por quatro fases: ruptura com a norma, crise, ação conciliadora e a reintegração ou

confirmação do cisma (Turner 1957: 91-92 e 1974: 38-42).

²⁶ “... Social dramas and social enterprise ... represents sequences of events, which ... can be shown to have structure ...” (Turner 1974: 35)

²⁷ A autorização da associação Mâkraré deseja “... *comunicar* [à FUNAI] *a autorização da Nação Krahô (Aldeia Nova, município de Goiatins – TO), para entrada em nossa área pela pesquisadora... para que a mesma possa desenvolver seu projeto de doutorado junto a nosso povo...*” (Rodrigues 2001: Anexo 03).

²⁸ Este termo de anuência é uma das exigências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Os Krahô exigiram que a UNIFESP apoiasse um projeto de medicina tradicional elaborado pelos próprios Krahô. Esse projeto, chamado de Projeto Meharinc, previa a instauração de um Fundo de Saúde Krahô para fomentar projetos de valorização e estímulo das práticas médico-curativas tradicionais desse povo. A equipe do projeto da UNIFESP fez um grande lobby para não ter que cumprir com esta exigência, pressionando a Casa Civil, a Funai e outros órgãos a conceder a autorização de continuidade da pesquisa.

²⁹ Bartolomé (2002: 03) define *processos de construção nacionalitária* como a busca pela construção tenaz de sujeitos coletivos para a política interétnica. Este autor marca a diferença entre nacionalitário e nacionalismo quando enfatiza o distanciamento do Estado, como aparato político, da nação, como coletividade social e cultural.

³⁰ A idéia dos Krahô era minimizar um problema social enfrentado por muitas famílias indígenas: a dificuldade de arcar com os bens solicitados pelo *wajacá* para realizar determinada cura. Assim, no entendimento dos índios, o Governo deveria pagar os serviços dos *wajacá*, afinal ele já paga os serviços do médico branco que atende as aldeias Krahô. A teoria nativa concebe a medicina científica e a medicina indígena em um mesmo patamar, revelando o esforço que os Krahô vêm fazendo para redimensionar as relações com o Estado brasileiro que, ainda que tenha mudado sua legislação, continua com uma prática que não respeita plenamente os conhecimentos e ciências indígenas.

³¹ Esta questão da renda e o trabalho do *wajacá* é algo que ocorre há mais de 20 anos entre os Krahô. Para tanto cito um relatório de um funcionário da Funai que esteve entre os Krahô no final dos anos setenta. “...*creio que esta proliferação [de curadores] é fruto da necessidade de obterem dinheiro daqueles que recebem salário, porque nenhum tratamento é feito por solidariedade, mas sempre exigem pagamentos vultuosos...*” (FUNAI 1978)

³² Esse período, vale lembrar, é o imediatamente posterior à edição da MP responsável pela normatização do acesso aos recursos genéticos brasileiros. Essa MP foi alvo de severas críticas e essa indefinição legal interferiu no contexto do projeto de pesquisa. Um grupo de trabalho, envolvendo a UNIFESP e o advogado

sugerido pelo antropólogo do CTI para auxiliar os índios nessa empreitada jurídica, foi estabelecido para a realização de um estudo aprofundado dessa nova modalidade de direitos de propriedade intelectual (Ibid.).

³³ O Procurador marcava bem a diferença com causas de indenização ambiental como a que ocorreu entre os Xerente e que teve a sua participação.

³⁴ Reconheço que a aldeia Morro do Boi, formada pela decisão de um chefe indígena de casar suas filhas com negros sertanejos, é um caso à parte. Os Krahô de outras aldeias costumam chamá-los de *cup? kabôgré*, literalmente os quase brancos.

² *“We have to examine how indigenous peoples struggle to integrate their experience of the world system in something that is locally and ontologically more inclusive: their own system of the world.”*

³ Conceito cunhado por Marshall Sahlins. O termo *develop-man* advém da corruptela *pidgin* da expressão inglesa “development”. Assim, a expressão dos nativos de Fiji trazia em si a existência de uma lógica nativa de desenvolvimento social. Mais detalhes, ver: Sahlins (1992).

⁴ Ao todo, realizei 07 meses de trabalho de campo para a conclusão da dissertação de mestrado (Ávila 2004), visitando a maioria das aldeias krahô (com exceção de três – Morro do Boi, Serra Grande e Lagoinha. Atuei como um antropólogo-colaborador da Associação Kapey (União das Aldeias Krahô) em uma contrapartida ao próprio trabalho etnográfico e que me foi solicitada pelos índios quando eu estava discutindo a autorização de pesquisa junto a comunidade indígena.

⁵ Atualmente existem 05 associações indígenas legalmente constituídas para representar os Krahô e/ou aldeias Krahô (Kapey, Mākrraré, Inxê-Cati, Wôhkran, Aukeré). Esse número de associações duplicou ao longo do processo de negociação com a UNIFESP sendo que nos últimos documentos constam as participações de todas estas associações na formulação do posicionamento Krahô sobre esta pesquisa.

⁶ Professor Elisaldo Carlini, mestre em Psicofarmacologia. Um dos mais renomados cientistas brasileiros na pesquisa sobre drogas tem um currículo vastíssimo. Foi membro titular da Academia Brasileira de Ciências; personalidade do Ano da Indústria Farmoquímica (1995) pela Associação Brasileira das Industrias Farmoquímicas – ABIQUIF; Membro titular do International Narcotic Control Board do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – WHO e presidente da Associação Brasileira de Psicobiologia.

⁷ Utilizo o termo ‘bem intencionado’ pois o projeto da UNIFESP havia considerado as recomendações internacionais relativas ao tema (a autorização prévia das comunidades envolvidas, o consentimento prévio e informado das mesmas, além de garantir a repartição de lucros e benefícios futuros), que também se fazem presente na legislação brasileira. Esta, por sua vez, é uma Medida Provisória, ou

seja, um instrumento legal bastante frágil politicamente pois precisa ser constantemente reeditada (MP 2186). Há mais de 8 anos tramitam projetos de lei relacionados ao tema no Congresso Nacional, mas não parece ter havido vontade política suficiente para levar adiante estas discussões. Mais detalhes ver sobre a legislação específica deste tema ver Santilli (2000 e 2002) e Alencar (1995) para a formulação internacional.

⁸ Além dos Krahô, a pesquisadora obteve autorização para ingresso na Terra Indígena Bakairi. Quilombolas residentes em uma área denominada Sesmaria Mata-Cavalos, no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, também foram pesquisados, mas seus dados não foram analisados na tese (Rodrigues 2001: 24).

⁹ O trabalho de mestrado dessa pesquisadora consistiu em um levantamento etnofarmacológico de comunidades ribeirinhas residentes no Parque Nacional do Jaú-AM.

¹⁰ Os povos Timbira se denominam como *Mehi*. A citação a seguir, presente na tese de Eliana Rodrigues, exemplifica bem a analogia nativa: “os entendidos em remédios só conhecem os remédios, não conseguem ver a doença. É como o farmacêutico e o médico, o *wajacá* é o médico, e o entendido, o farmacêutico” (Rodrigues 2001: 55).

¹¹ Cup? é o termo utilizado designar os não-indígenas

¹² Esse conceito “fetichismo herbal” foi cunhado por Nigh (2002) para descrever esse desejo em relação aos conhecimentos dos povos indígenas. É um conceito formulado a partir do clássico conceito de fetichização de Marx. Nigh estudou um programa do governo norte-americano (ICBG) e suas pesquisas em comunidades indígenas maya de Chiapas, México.

¹³ Ressalto que esse último parecer não consta da Instrução Normativa n.01 que estabelece os critérios para ingresso em Terras Indígenas para fins de atividade científica. Divergências de opinião têm provocado reações de antropólogos em relação ao CONEP ser responsável por um dos pareceres para pesquisa antropológica. Para mais detalhes ver Ramos (2002) e Cardoso de Oliveira, L. R. (2003).

¹⁴ A MP n. 2052 foi editada para legitimar um acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma em maio de 2000. Esse acordo prevê o envio de dez mil bactérias e fungos da Amazônia ao laboratório suíço. A MP também ignorou as discussões, presentes no Congresso Nacional, que desde 1995 abordam o tema do acesso aos recursos genéticos brasileiros, visando regulamentar aspectos da Convenção da Diversidade Biológica – CDB, ratificada pelo Brasil em 1994. A primeira iniciativa foi o Projeto de Lei n. 306 de 1995 apresentado pela então senadora Marina Silva do PT-AC. A bancada governista

(mandato Fernando Henrique Cardoso) e a da oposição (liderada pelo PT) disputavam politicamente a normatização deste delicado tema. Para mais detalhes ver Santilli (2000, 2002: 90-92).

¹⁵ Vale lembrar que a pesquisadora concentrou seus esforços na análise do material Krahô e, talvez, este dado tenha influenciado na decisão de não utilizar os dados recolhidos entre os quilombolas, já que havia uma maior chance de se identificar qual a planta utilizada para determinado fim. Em uma mistura de várias plantas, este processo seria mais demorado.

¹⁶ Os Krahô crêem que cada *wajacá* recebe seus poderes curativos a partir de uma experiência idêntica à vivida por Türkren, o primeiro *wajacá* Krahô (Melatti 1962). São os *carô* (almas e espíritos) de algum animal que aparecem para um indivíduo sozinho na mata, marca um outro encontro e então se transforma no seu guia. É um comportamento bem parecido com o conceito de “pensamento mítico”, sugerido por Leenhardt para o contexto específico dos Canaque (1979).

¹⁷ Por exemplo, em 1982, em apoio à luta para demarcação do território Apinajé, ajudaram a tomar a Administração Regional de Araguaína por 20 dias. Naquele mesmo ano, os Krahô revoltaram-se contra as ações da DR/Funai de Goiânia que proibiam o trabalho desenvolvido por antropólogos e indigenistas do Centro de Trabalho Indigenista - CII (inclusive os dois principais assessores participante dos projetos alvo da presente análise) e espancaram dois funcionários da FUNAI, na presença de agentes da Polícia Federal que os acompanhavam. A acusação era que os índios, incitados por seus “amigos” brancos, estavam plantando maconha. Foram surrados depois que percorreram os roçados da aldeia Galheiro e não encontraram nada (Azanha n/d b).

¹⁸ Em 1808 e 1809 os Krahô atacaram duas fazendas na região do rio das Balsas, respectivamente, a Fazenda do Saco e a Fazenda Vargem de Páscoa.

¹⁹ Para maiores detalhes dessas relações hostis entre os Timbira, ver Azanha (1984).

²⁰ “...o povo do Galheiro, que ficou na cabeceira do Manuel Alves Pequeno com Domingos Crwapú; o “povo da Cachoeira” (Põrekamekra e Kenpocatêjê) com Bertoldo e o “povo da Pedra Branca” (Põrekamekra e Põrecatêjê) com Silvano...”(Azanha 1984:36)

²¹ Os Krahô que se identificam como Mâkraré têm o costume de se apresentar como os verdadeiros Krahô em oposição aos outros que seriam os misturados. Mas, se perguntamos a um Krahô que não se identifica como Mâkraré, ele vai afirmar-se como “krahô” em oposição aos Mâkraré. Nas aldeias não identificadas como Mâkraré, existe muita variação sobre que povos formaram os Krahô. Talvez por isto prefiram reduzir esta amplitude em “krahô”. Sigo este caminho e propositalmente utilizo “krahô” entre aspas e com letras minúsculas para marcar

que estou me referindo à sub-identidade e não ao povo Krahô.

²² Por falta de termo mais apropriado, denomino de “movimento indígena krahô” o conjunto de associações indígenas entre os Krahô que, apesar das diferenças, compartilham uma mesma ideologia política em busca de maior igualdade política entre os Krahô e o Estado brasileiro.

²³ Outros projetos são desenvolvidos por essas associações, como o Programa de Formação de Jovens Estagiários e a Comissão de Professores Timbira financiado pela Rainforest Foundation da Noruega da Vyty-Cati. A Kapey, por sua vez, tem as atividades da escola agro-ambiental Catxêkwuj. Contudo, o êxito das duas associações indígenas advém muito mais daqueles projetos-piloto referidos no corpo do texto.

²⁴ Sobre o faccionalismo, o próprio Melatti dá a entender que a sua procura, no contexto Krahô, esteve profundamente relacionada com sua participação no Projeto Harvard-Museu Nacional, coordenado por David Maybury-Lewis. Os Xavante, povo que este antropólogo estudou, davam extrema importância ao faccionalismo na sua organização social. Maybury-Lewis demonstrava interesse em comparar esse fenômeno social entre os povos Jê (Melatti 2002:184-185).

²⁵ Para Turner o conflito Ndembu segue uma forma processual composta por quatro fases: ruptura com a norma, crise, ação conciliadora e a reintegração ou confirmação do cisma (Turner 1957: 91-92 e 1974: 38-42).

²⁶ “... Social dramas and social enterprise ... represents sequences of events, which ... can be shown to have structure ...” (Turner 1974: 35)

²⁷ A autorização da associação Mâkraré deseja “comunicar [à FUNAI] a autorização da Nação Krahô (Aldeia Nova, município de Goiatins – TO), para entrada em nossa área pela pesquisadora... para que a mesma possa desenvolver seu projeto de doutorado junto a nosso povo” (Rodrigues 2001: Anexo 03).

²⁸ Este termo de anuência é uma das exigências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Os Krahô exigiram que a UNIFESP apoiasse um projeto de medicina tradicional elaborado pelos próprios Krahô. Esse projeto, chamado de Projeto Meharinc, previa a instauração de um Fundo de Saúde Krahô para fomentar projetos de valorização e estímulo das práticas médico-curativas tradicionais desse povo. A equipe do projeto da UNIFESP fez um grande lobby para não ter que cumprir com esta exigência, pressionando a Casa Civil, a Funai e outros órgãos a conceder a autorização de continuidade da pesquisa.

²⁹ Bartolomé (2002: 03) define *processos de construção nacionalitária* como a busca pela construção tenaz de sujeitos coletivos para a política interétnica. Este autor marca a diferença entre nacionalitário e nacionalismo quando enfatiza o distanciamento do Estado, como aparato político, da nação, como coletividade social e cultural.

³⁰ A idéia dos Krahô era minimizar um problema social enfrentado por muitas famílias indígenas: a dificuldade de arcar com os bens solicitados pelo *wajacá* para realizar determinada cura. Assim, no entendimento dos índios, o Governo deveria pagar os serviços dos *wajacá*, afinal ele já paga os serviços do médico branco que atende as aldeias Krahô. A teoria nativa concebe a medicina científica e a medicina indígena em um mesmo patamar, revelando o esforço que os Krahô vêm fazendo para redimensionar as relações com o Estado brasileiro que, ainda que tenha mudado sua legislação, continua com uma prática que não respeita plenamente os conhecimentos e ciências indígenas.

³¹ Esta questão da renda e o trabalho do *wajacá* é algo que ocorre há mais de 20 anos entre os Krahô. Cito a seguir um relatório de um funcionário da Funai que esteve entre os Krahô no final dos anos setenta: “creio que esta proliferação [de curadores] é fruto da necessidade de obterem dinheiro daqueles que recebem salário, porque nenhum tratamento é feito por solidariedade, mas sempre exigem pagamentos vultuosos” (FUNAI 1978).

³² Esse período, vale lembrar, é o imediatamente posterior à edição da MP responsável pela normatização do acesso aos recursos genéticos brasileiros. Essa MP foi alvo de severas críticas e essa indefinição legal interferiu no contexto do projeto de pesquisa. Um grupo de trabalho, envolvendo a UNIFESP e o advogado sugerido pelo antropólogo do CII para auxiliar os índios nessa empreitada jurídica, foi estabelecido para a realização de um estudo aprofundado dessa nova modalidade de direitos de propriedade intelectual (ibid.).

³³ O Procurador acentuava a diferença com causas de indenização ambiental como a que ocorreu entre os Xerente e que teve a sua participação.

³⁴ Reconheço que a aldeia Morro do Boi, formada pela decisão de um chefe indígena de casar suas filhas com negros sertanejos, é um caso à parte. Os Krahô de outras aldeias costumam chamá-los de *cup? kabögré*, literalmente os quase brancos.

“DEUS AJUDA A QUEM CEDO MADRUGA?”
TRABALHO, INFORMALIDADE E DIREITOS
CIVIS NOS TRENS DA CENTRAL DO BRASIL

Lenin Pires

Era pouco mais de 18hs de um dia de maio. Havia trabalhado em minha pesquisa desde a manhã. Tinha feito entrevistas e conversado com alguns de meus principais interlocutores. À tarde tinha participado de reuniões na universidade. Naquele horário, para chegar em minha casa, em um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, o trem para Santa Cruz era a minha melhor opção. Faltavam poucos minutos para a composição sair da estação Central do Brasil. A fila para comprar bilhetes estava grande e eu apressado. Após conseguir pagar a tarifa, acelerei o passo. Quando apontei na plataforma, percebi que havia um ligeiro tumulto na entrada do último vagão.

Em poucos segundos, a causa da retenção assumia forma e cor diante de meus olhos. Policiais do Batalhão Ferroviário da Polícia Militar, com seus uniformes azuis, botinas e cartucheiras pretas, realizavam uma *batida* nas carteiras e bolsas de homens e mulheres que pretendiam utilizar o último vagão para a viagem. O objetivo, possivelmente, era detectar a hipotética posse de entorpecentes.¹

Imediatamente me lembrei de que um jornal de grande circulação em minha cidade havia noticiado, dias antes, que a empresa SUPERVIA, que detinha a concessão dos transportes ferroviários, estava mergulhada em dívidas. Devia a uma outra empresa privada que lhe fornecia energia elétrica para movimentar as suas composições. Da mesma forma, vários compromissos assumidos com o governo do estado em 1998, quando do processo de privatização dos serviços ferroviários, não haviam sido cumpridos. Em um *Box*, complementando a matéria, relacionou-se também o calor que incomodava os usuários e a falta de infraestrutura por

parte da SUPERVIA. Dizia ainda que a situação se agravava com a presença de ambulantes, pregadores e, sobretudo, pelo uso de maconha no último vagão.² A matéria fazia crer que o trem, apesar da privatização, estava uma *bagunça*.

Parecia-me que no interior de diferentes instituições – da SUPERVIA à Polícia Militar – pessoas teriam se sentido incomodadas com o teor da matéria. As providências cabíveis começavam a ser tomadas. Naquele dia, a ação policial era desenvolvida com a assistência de profissionais da GPS, vigilantes privados contratados de forma terceirizada pela concessionária de transportes. Um jovem de vinte anos, aproximadamente, foi detido. Ficava nervoso quando um dos policiais pegara sua carteira. Era magro, estava bem vestido, carregava uma mochila e tinha a pele morena clara. Ele advertira o agente de que a sua carteira tinha apenas dinheiro. Os policiais aparentemente se ofenderam, “O que você quer dizer com isso?”, perguntaram. Em seguida tiraram-no do trem e ordenaram que a composição partisse.

Quando o trem iniciou a sua viagem, os comentários entre os que ficaram no trem foram repletos de conceitos prévios sobre a prática da polícia. Da mesma forma, o jovem, na opinião de um grupo à minha frente, teria *dado mole*.³ Para os rapazes e uma moça neste grupo de mais ou menos dez pessoas, o que os policiais queriam mesmo era dinheiro – e conseguiram.

Este tipo de comentário, envolvendo a polícia no estado do Rio de Janeiro, não me era estranho. Fosse ela civil ou militar⁴. Particularmente nos trens, onde havia alguns meses acompanhava as atividades de comerciantes ambulantes nas composições e plataformas das estações. Em minha pesquisa, buscava um entendimento sobre aquelas práticas e responder a uma pergunta: como era possível que quase 2.000 pessoas desenvolvessem aquela atividade sem autorização das autoridades governamentais ou da SUPERVIA? Acabei por conhecer outros atores, discursos e práticas naquele espaço social.⁵

Estava de pé em frente à última porta da composição. À minha direita, em um banco de quatro lugares, estavam sentados dois rapazes e a jovem. O mais falante tinha uma das pernas amputada, o que não o impedia de volta e meia se levantar, apoiado em sua muleta, e agitar quase um metro e noventa de seu corpo. Todos os três eram negros, e a moça tinha os cabelos alisados. À minha frente, quatro rapazes haviam aberto a porta da composição, o que não é permitido. Acionando dispositivos pneumáticos sobre a mesma, conseguiam viajar com as portas abertas, o que favorecia a circulação de ar no interior do trem. “Ainda bem”, pensei. Afinal, fazia calor e aquela composição, diferente de muitas das que atendiam o ramal de Deodoro, utilizado por um público de melhor poder aquisitivo, não tinha ar condicionado.

Uma roda de sueca – popular jogo de baralho praticado por passageiros nos trens – começava a ser montada. A jovem de cabelos alisados estava agitada. Ela falava em alto e bom som: “Tem um X-9 nessa porra!”. Os rapazes, em seus burburinhos desencontrados, pareciam concordar com ela. Nesse momento, temi que aquilo fosse comigo. X-9, na linguagem popular, é um informante da Polícia que age secretamente se infiltrando entre as pessoas. Como não era usuário daquele transporte, particularmente naquele horário, preocupe-me. Quase instintivamente, puxei da mochila um de meus textos xerografados em inglês e me pus a ler. Procurava ter o controle de minha representação (Bereman *apud* Zaluar, 1980), não apenas para prosseguir observando livremente a viagem, mas também porque temia que aquele grupo me hostilizasse fisicamente. O negro sem uma das pernas, olhando por cima de todos no vagão, falava também da presença de um X-9. Este, brandindo a muleta em um espaço exíguo, afirmava: “Esse X-9 vai se ver comigo!”. Fingia me concentrar na leitura. Na verdade, utilizava minha visão periférica para tentar descobrir se, ao falar do *espião*, eles se referiam a mim. Não demorou muito, porém, para que os acontecimentos se precipitassem sobre todos naquele vagão.

Cerca de 5 minutos depois, o trem estava chegando na estação de

São Francisco Xavier. Um pouco agoniado, me preparava para puxar do bolso uma moeda para comprar alguma coisa dos ambulantes que costumavam entrar nesta estação. Todavia, para minha surpresa, não foram os rapazes com suas geladeiras de isopor ou sacos de bala que entraram. Aproveitando a porta aberta pelos rapazes, entrou um homem muito alto, forte e de pele clara. Cabelo ralo, sem barba, não trajava camisa e tinha uma bolsa atravessada, como uma faixa. Na mão direita trazia uma pistola prateada. Atrás dele, outros homens, também armados, pareciam se posicionar para evitar que alguém sáísse da composição. Foi quando percebi que um rapaz à minha esquerda saía do trem por uma das seis portas do vagão e se fixara na plataforma. Via-o, através da janela, conversando com outros homens que faziam parte da operação. Apontava freneticamente para o interior do vagão. A jovem tinha razão. Havia um X-9 entre nós.

O homem munido com a pistola olhava para cada um dos passageiros localizados no fundo do vagão e decidia quem ficava e quem saía. “Você” – dizia – “para fora!”. Alguns rapazes retrucavam sobre o porquê daquela atitude. A resposta era um tapa na orelha, ou na cara. Muitos jovens foram retirados para fora da composição desta forma. Eram jogados na plataforma, onde ficaram sentados, com as mãos na cabeça. Ficaram ali, sob a mira de revólveres dos outros homens que, conforme, vim a saber dias depois, seriam ligados à Polícia.⁶

Lembro que o tal homem olhou para baixo, encontrando-me em minha insignificância. Minha representação de estudante dedicado parece ter surtido algum efeito. Ou, talvez, minha pele não fosse tão escura como a de todos os outros que foram retirados. A já mencionada jovem, de cabelos alisados, não teve a mesma sorte. Um outro homem, negro, magro, meia altura, também armado, procurava por ela no interior do trem: “Cadê aquela neguinha do cabelo esticado? Eu quero aquela neguinha do cabelinho de *henê*”.⁷ O X-9 parecia ter encomendado a alma da coitada.

Em meio à agitação que se instalara, ainda que colhido pela surpresa,

não pude deixar de registrar algumas situações que mais tarde procurei fixar em meu caderno de campo. Um homem, por exemplo, estava sentado no meio do vagão segurando uma enorme bolsa negra sobre o colo. Na verdade, era um ambulante que estava com mercadorias para vender. Até então, buscara dissimular sua atividade.⁸ Quando a pancadaria começou, porém, ele não teve temor algum em expor a sua identidade. Pôs à mostra as suas mercadorias. O homem armado olhou para ele e seguiu adiante, em direção a um outro sentado em um canto. Este segundo, diante de figura tão ameaçadora, tirou sua mão de cima de uma pequena Bíblia que tirara do interior de uma mochila surrada. O grandalhão desviou o olhar. Eu, o camelô e o evangélico tínhamos algo em comum naquele instante: não éramos quem aqueles homens procuravam.

Encontrar a garota havia virado uma obsessão para aqueles homens. De uma ponta à outra dos 30 metros de vagão eles gritavam que não adiantava protegê-la. Andando em zigue-zague entre os 3 metros que separam as paredes internas da composição, resvalando nos passageiros amedrontados, um deles afirmava: “Ela vai pagar, como os outros!”. A um comando dos vigilantes, que permaneciam fora da composição, as portas se fecharam. Seguiu-se a isso um procedimento ainda mais inesperado: os homens armados forçaram os passageiros a se concentrar em apenas uma das extremidades do vagão, espremendo-nos. Apontando a sua arma com uma das mãos, um deles empurrava o meu peito. Ao seu lado, um outro agia da mesma forma. Alguns tapas foram dados em um rapaz que reclamava daquele tratamento adicional. Após alguns minutos, eles encontraram a garota. Ela foi retirada do vagão com as mãos nas costas e com um dos homens apertando o seu pescoço, por trás.

Voltamos a respirar aos poucos. Os indivíduos armados começaram a deixar o trem. Antes que os vigilantes, do lado de fora da composição, comunicassem por um rádio que o maquinista podia sair, um deles, com um tom aparentemente sério, que me resultou

irônico, se dirigiu para os passageiros e disparou: “Boa noite às senhoras e aos senhores. Obrigado pela colaboração. Desejamos que vocês tenham uma ótima viagem, pois amanhã é dia de trabalho”. Assim que este último se retirou, as portas fecharam. Um falatório geral irrompeu no interior do vagão. Uma senhora próxima a mim exclamou: “Quem saiu é porque estava devendo!”. O camelô arrumou as balas e bombons que trazia consigo e começou a gritar: “Tem pro senhor, tem pra senhora. Aqui comigo o passatempo de sua viagem!”. Tudo voltara à mais absoluta normalidade, como em um passe de mágica.

~~~~~ I ~~~~~

O episódio descrito acima é parte de minha experiência no lugar onde desenvolvi a pesquisa para elaboração de minha dissertação de mestrado. Em 2002, quando ocorreu, não o tinha relacionado imediatamente com o objeto da minha dissertação: o *esculacho*, que pode ser entendido como uma forma violenta de relacionamento, em termos físicos e morais, e que muitos atores nos trens reclamavam sofrer por iniciativa de outros atores – particularmente comerciantes ambulantes, ou camelôs, em relação aos vigilantes privados. Por outro lado, no processo de conclusão daquele trabalho não relatei o ocorrido com o tema dos direitos humanos; não que o negligenciasse, mas por acreditar que seu caráter implícito fosse suficiente. Essa é uma oportunidade de revisitar minha etnografia e fazer injunções que lancem novas luzes sobre o material. Aquecendo-o de outro ângulo, espero dar efetividade uma das motivações que me moveram naquele trabalho: contribuir para dar alguma visibilidade a um segmento social marginal e marginalizado, em termos sociais e políticos.

A minha proposta aqui, portanto, é discorrer sobre situações etnográficas que nos levem a entender por que se podia reservar semelhante tratamento àquele público e, mais do que isso, por que, aparentemente, se podia naturalizar acontecimentos como os que acabei de narrar. Ao mesmo tempo em que buscarei apresentar situações envolvendo segmentos distintos entre aqueles que

utilizavam os trens à época, focalizarei as atividades comerciais ambulantes, que acompanhei mais de perto durante o tempo da pesquisa.

Em minha perspectiva, é possível demonstrar formas de representação do “outro”, e ações baseadas nestas construções, que remetem não apenas à demarcação de diferenças mas, primordialmente, à fixação de desigualdade como princípio ordenador das relações no espaço público fluminense, quicá brasileiro.

### **Aspectos iniciais da viagem**

Quando desenvolvi meu estudo, no período compreendido entre 2002 e 2004, cinco ramais de trens, contabilizando 89 estações, proporcionavam transportes para cerca de 400 mil pessoas.<sup>9</sup> A maioria delas, todas as manhãs, se dirigia para a Central do Brasil. Elas provinham de bairros das zona norte e oeste da cidade, assim como de 11 municípios que circundavam a antiga capital do Brasil. Este movimento diário de ir e vir, de uma localidade de moradia para o Centro, e depois o seu inverso, se apresentava para mim como constituído de dois momentos distintos.

Pela manhã, preparando o deslocamento coletivo para um mundo mais distante, “descendo para o centro”, onde os laços de intimidade com a família, com os vizinhos, tinham sido desatados na expectativa de imposição de um novo padrão de sociabilidade. No final da tarde, o processo inverso proporcionava a reintegração ao mundo conhecido. No primeiro poderia se requerer, idealmente, um maior recolhimento por parte das pessoas, resultando num maior distanciamento, como apraz a um mundo de regras pretensamente universais, particularmente no que dizia respeito aos relacionamentos nos espaços públicos. No segundo, uma maior informalidade e liberdade na formulação das regras de convivência. Nas inúmeras viagens que fiz, percebi que nos trens os usuários se representavam como membros de comunidades de passageiros, e não como

indivíduos isolados a utilizar um meio de transporte.

A Central do Brasil, assim, parecia para mim um portal entre dois mundos. Um lugar de passagem (Van Gennep, 1978), por onde muitas pessoas acessavam os meios para o seu sustento no próprio centro do Rio ou em bairros como Copacabana, Leblon, Ipanema, Urca, Laranjeiras, Barra da Tijuca, Tijuca, entre outros que abrigavam estratos das chamadas classe média e classe média-alta.<sup>10</sup>

A maioria dos passageiros dos trens trabalhava em bares, lojas de todo tipo, mercearias, oficinas mecânicas, gráficas, barracas de camelôs, entre muitas outras modalidades de empreendimentos. Também havia aqueles que trabalhavam em repartições públicas municipais, estaduais ou federais, escritórios de contabilidade, engenharia, advocacia, além, é claro, dos que prestavam serviços domésticos às pessoas dos segmentos de maior poder aquisitivo em suas residências.

Com rendimentos médios oscilando entre um e cinco salários mínimos, parte destas pessoas costumava ter outras ocupações para complementar as suas rendas. Algumas delas, em conversas informais, me disseram que organizavam festas, vendiam doces e salgados, trabalhavam como diaristas ou ajudavam a tocar algum tipo de empreendimento familiar, como uma birosca instalada na varanda de casa, por exemplo.

Estes trabalhadores eram homens e mulheres, de todas as cores e idades. Percebia-se uma ligeira predominância do gênero masculino na constituição daquele contingente, ainda que, em determinados horários, o público feminino fosse bastante significativo na composição do fluxo. A maioria era composta de pessoas jovens, na faixa entre 20 e 50 anos, predominantemente de cor *parda*. Contudo, chamava minha atenção o número significativo de negros. Àquela altura de minha vida havia circulado pelos quatro cantos da cidade do Rio de Janeiro e estava acostumado com o aspecto *moreno* da cidade.<sup>11</sup> Acreditava, por fim, que nos trens da Central transitava um público no qual traços étnicos chamados de afro-descendentes

podiam ser observados com maior frequência do que em qualquer outro lugar público no centro, zonas norte e sul do Rio, excetuando-se os seus morros e favelas.

### **Afunilando a questão**

O público para o qual foi designado o *corretivo* relatado no início, considerado por mim inusitado, cabia, portanto, nesta gradação étnica e sócio-econômica. Considerar o episódio inesperado, evidentemente, era algo inerente à minha perspectiva, uma vez que tomava como referência os padrões de relacionamento que correspondiam à minha experiência enquanto funcionário público federal, estudante universitário, morador de um bairro de classe média e usuário de serviços de transportes urbanos que atendem a este mesmo segmento sócio-econômico. Mas, como sugere a frase da senhora, ao final daquela pancadaria toda, o acontecido não parecia assim tão absurdo. Com o tempo, compreendi que, de fato, violência física, desconsideração e desrespeito à condição humana de determinados segmentos, patrocinados por pessoas que se julgavam momentaneamente acima de outras, eram formas de sociabilidade recorrentes naquele cotidiano.

### **A exposição à violência e a tênue linha entre legalidade e ilegalidade**

Durante parte de minhas viagens, por exemplo, testemunhei relatos cujos conteúdos podiam ser reveladores dos fatos vivenciados e das percepções dos indivíduos acerca das instituições sociais, particularmente aquelas responsáveis pela segurança pública. Os discursos expressavam que a convivência com a violência era significativamente maior no público que se deslocava através do ramal de Japeri, Santa Cruz e Belfort Roxo, por exemplo.

As formas como eram discutidas revelavam uma longa exposição ao problema e, em certa medida, uma certa banalização de um tema. Com frequência se arrolavam instituições como a Polícia na

condição de agremiação adversária, quando não inimiga, de segmentos populares. Mas a violência era também patrocinada por indivíduos em situação de desvio, ou por pessoas próximas àquelas que comentaram as suas experiências. Na época, para mim, isso era curioso. Organizações da sociedade civil – como ONGs e veículos de imprensa, orientados por representações de segmentos sociais médios – opinavam que as principais vítimas da violência se encontravam nas classes médias do Rio de Janeiro. Não era essa a minha constatação.

Foram muitos os episódios comentados. Nos meus registros de campo, entre os mais significativos consta um no qual um rapaz, num intervalo de quinze minutos, relatou quatro situações de violência na baixada fluminense. Lembro que ele contava os casos animadamente, em uma roda de pessoas no trem de Japeri, nas proximidades de uma das portas de um vagão.

Ele era proveniente da localidade de Austin, na cidade de Nova Iguaçu, e trabalhava em uma firma no centro da cidade. Segundo ele, numa certa noite havia desconfiado de que dois homens que entraram no ônibus em que viajava seriam assaltantes. Na primeira oportunidade, saltou do ônibus, não sem antes convidar um amigo que o acompanhava a fazer o mesmo. Ele teria advertido o companheiro com sinais feitos com os olhos, “característicos dessas ocasiões”. O amigo não entendeu ou não quis acompanhá-lo. Acabou sendo assaltado, conforme lhe fora informado posteriormente.

Em uma segunda ocasião, ele fora assaltado, mas para sua sorte os ladrões só haviam levado seu dinheiro, que somava pouco mais de setenta reais. “O dinheiro da firma”, disse ele, “os bandidos não viram”. Ele prosseguiu dizendo que ao registrar na polícia o ocorrido não teve dúvidas: informou que todo o dinheiro havia sido roubado, mais ou menos R\$ 400,00. “Me dei bem”, concluiu.

O terceiro comentário surgiu em consequência de uma pergunta surgida em sua roda de amigos. Indagaram-no se nos casos

anteriores havia ocorrido a utilização de armas. Ele disse que não tinha visto, particularmente no primeiro caso. Mas acabou falando de um acontecimento em uma festa, onde dois homens teriam se enfrentado. Um deles teria morrido. “Aquele parceiro, lembra dele?”, perguntou a um de seus interlocutores, para afirmar em seguida: “Não conseguiu puxar a sua arma a tempo”.

Chamou-me a atenção, nesses relatos, o tom de absoluta naturalidade com que foram veiculadas as histórias. Todavia, a liminaridade entre legalidade e ilegalidade em que viviam esses indivíduos não me podia passar despercebida. Nessa mesma direção, não era raro um policial surgir como uma personagem envolvida nos conflitos – geralmente como empreendedor de violência contra o próprio narrador ou contra terceiros, constituindo diferencial relevante diante da representação que tinham as aludidas ONGs em relação à violência.

Certa manhã, por exemplo, conheci na estação de Engenho de Dentro um jovem de nome Roberto. Ele era morador de Piedade e trabalhava em Nova Iguaçu. Achei aquela inversão curiosa, pois geralmente acontecia o contrário. O pessoal da *baixada* é que trabalhava no Rio. Comentei que não conhecia a cidade na qual ele trabalhava e queria saber o que achava dela. Disse-me que era tranquila. Muita gente tinha a *baixada* como perigosa mas, segundo ele, não era bem assim. Para Roberto a violência, onde existia, era “culpa” da polícia.

Contou-me, para ilustrar a sua afirmação, uma situação em que fora atropelado por uma mulher quando andava de bicicleta. Ele não se machucou, mas a bicicleta “ficou toda torta”. A mulher não fez menção de socorrê-lo. Quando acelerava para se retirar, foi detida por policiais militares que estavam próximos e tinha visto o atropelamento. A motorista fora levada para longe dele e conversou alguns minutos com os policiais. Estes mediarão no local do acidente a indenização a ser paga pela mulher ao rapaz. O jovem recebeu das mãos de um deles a quantia de R\$50. Depois de ser deixada

pelos agentes, a mulher revelou para Roberto que dera aos mesmos R\$150. Roberto alcançou os policiais, que aguardavam um sinal abrir, dizendo que R\$50 não consertaria a sua bicicleta. Segundo ele, a sua indenização ficou reduzida a R\$30.

A convivência com a violência, combinada com uma construção negativa das instituições formais de segurança pública, a partir da prática dos seus agentes, fazia com que muitos se mantivessem atentos aos procedimentos de homens que utilizavam fardas a pretexto de resguardar a ordem. Era o caso, por exemplo, de como os passageiros se relacionavam com os vigilantes dos trens. Isso não os fazia necessariamente insubordinados, nem desrespeitosos com relação àqueles homens, ou ainda com a própria polícia. Todavia, as suas experiências tinham-nos ensinado a desconfiar, tanto quanto possível, das verdadeiras motivações daqueles que usavam uniformes e se diziam vigilantes da ordem.

### **Os camelôs: um público dentro do público**

Voltando à interpretação do episódio que narrei na abertura desse texto, era pouco factível, em um primeiro momento, refletir sobre as razões para aquele tipo de tratamento dispensado ao público, como presenciei. Também era pouco plausível entender como era possível a naturalização que se seguiu ao ocorrido. Acompanhando, porém, o dia-a-dia das pessoas, as suas conversas e reações aos acontecimentos, foi possível ter um melhor entendimento sobre parte dessas percepções.

No entanto, foi acompanhando os comerciantes ambulantes dos trens da Central do Brasil que me foi possível visualizar os mecanismos de construção de lógicas que pareciam possibilitar a convivência com essa ordem de coisas. Afinal, os camelôs eram construídos enquanto sujeitos das mais variadas formas por aqueles que procediam de maneira discriminatória, seja na organização dos serviços de transportes, seja pelos responsáveis pela segurança dos trens e de nossa cidade.

Minha pesquisa no ambiente ferroviário passou a se deter sobre as práticas dos camelôs, e seu cotidiano, onde se buscava driblar a ausência de autorização e a repressão às suas atividades. Acabaram por permitir visualizar uma moralidade extensa, para além dos trens urbanos, e que parece estar em distintos lugares da sociedade carioca, quiçá fluminense. Estas se desenvolviam a partir de operações cotidianas que se davam nos limites possíveis dos conflitos, envolvendo comerciantes ambulantes e operadores de segurança pública e privada.

Neste exercício, onde combinei a análise de meus dados de campo e as discussões teóricas no âmbito do núcleo de pesquisa ao qual estou vinculado, me foi possível interpretar modos de se representar e classificar as pessoas demandando diferentes padrões de tratamento. Não raro, observei formas de violência difusa, de abrangência física e moral. Essa prática era de tal forma difundida que posso dizer, ainda que corra o risco de veicular termos opostos e pouco esclarecedores, que percebia uma prática de promoção da desigualdade entre iguais.

Talvez seja conveniente, numa tentativa de me fazer entender, focalizar os conflitos mais recorrentes que testemunhei nos trens da Central do Brasil: aqueles que podiam ser observados entre comerciantes ambulantes e vigilantes contratados pela SUPERVIA. Pode-se visualizar nestas relações parte das lógicas e valores que contribuía para a verificação de episódios como aquele que descrevi há pouco – lógicas e valores essas que me parecem presentes em outros contextos conflituosos.

### **O dia-a-dia**

O dia de um camelô típico, daqueles que já tinham uma clientela estruturada, começava muito cedo. Por volta das 5 horas da manhã muitos deles já se encontravam nos vagões, ou mesmo nas plataformas, oferecendo as suas mercadorias aos primeiros passageiros que se deslocavam para o centro do Rio ou para outras localidades nas quais trabalhavam.

Ele podia embarcar, geralmente, na estação mais próxima ao bairro em que morava e fazer sua primeira viagem em um trem que estivesse dirigindo-se ao centro do Rio. Procurava entrar no último vagão da composição e evoluir em direção ao primeiro, oferecendo os seus produtos. O ambulante conseguiria cumprir esse trajeto dependendo da lotação dos vagões. Um trem muito cheio dificultava a progressão do trabalho ambulante em seu interior, o que podia fazer com que o camelô só se dirigisse aos compartimentos a que julgasse conveniente, caso avistasse um cliente, ou que ele julgasse estar menos cheios do que outros. Ao se dar por satisfeito, em relação àquela composição, o camelô desembarcava em uma estação no meio do caminho e voltava, em um trem que se deslocasse até ao ponto de onde tinha saído. Com esse procedimento, esperava voltar a ter acesso a uma clientela igualmente conhecida, existente em outra composição, em horário distinto. No trajeto de volta, é claro, ele comercializava o que podia.

A maioria dos ambulantes morava em localidades servidas pelas estações do ramal no qual atuava. Um camelô que, por exemplo, comercializasse seus produtos preferencialmente no ramal Japeri moraria, provavelmente, em Engenheiro Pedreira, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, entre outros bairros ou distritos de municípios atendidos pelos trens. Um ambulante que morasse em Madureira, ou adjacências, poderia vender sua *carga*, preferencialmente, no ramal Japeri ou Santa Cruz.

Não quer isso dizer que ele não pudesse efetuar as suas vendas no ramal Deodoro; caso optasse por isso, teria de se haver com a forte repressão das equipes de vigilantes contratados pela SUPERVIA, concentradas ao longo desse ramal devido às estratégias adotadas pela empresa. Um camelô que residisse em Barros Filhos ou Vila Rosali iria atuar prioritariamente no ramal Belfort Roxo; da mesma forma, comercializariam no ramal Gramacho aqueles que morassem próximos às estações servidas pelo mesmo. Dificilmente um camelô residia em regiões mais próximas do centro. Como a maioria dos usuários do trem, os camelôs também podiam ser

considerados parte do público de baixa renda. Mais do que isso, viviam em regiões e sob condições análogas àqueles.

### **Faixas de atuação e administração de conflitos**

Usualmente, um camelô não exercia a sua atividade em toda a extensão de um ramal, mas numa determinada faixa de estações. Nos horários de maior número de passageiros, ele podia operar em um número mais reduzido de estações. Do final da manhã até por volta das 16hs., quando os trens, em geral, estavam um pouco mais vazios, os ambulantes podiam atuar em um número maior destas. Dessa maneira, procuravam ter acesso a um número maior de potenciais compradores, como também evitar melhor a atuação da vigilância.

Percorrendo estas estações, indo e voltando inúmeras vezes, ele poderia ter acesso às clientelas construídas ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, porém, ele resguardava distância de outros domínios, das clientelas de outros camelôs. Essa conduta era parte de uma negociação tácita que os camelôs faziam entre si. Em minhas observações, percebi que poucos camelôs saíam das suas faixas de atuação e menos ainda trocavam de ramal. Por outro lado, era mais comum vê-los no interior das composições do que nas plataformas.

### **Galera do contexto**

Um ambulante conhecido como Azulão era um camelô que morava em Jardim Primavera e atuava preferencialmente no ramal de Gramacho. Estava nos trens desde 1992. Ele era o secretário geral do chamado SINDATREM, entidade associativa de caráter informal que buscava a normalização das atividades ambulantes junto à SUPERVIA. Muito conhecido entre seus pares, era considerado como “*sendo do contexto*”. O produto que ele vendia era muito peculiar: revistas de entretenimento (palavras cruzadas, cartilhas, entre outras publicações *utilitárias*).

Ser do *contexto* e comercializar mercadorias específicas lhe permitia flunar em outros ramais com desenvoltura. Mesmo ele, porém, atuava a maior parte do tempo entre as estações de Caxias e Triagem. Uma parte do dia ele reservava para atender à sua clientela entre as estações de Caxias e Penha Circular; na outra parte, ele atuava mais entre Penha Circular e Triagem. Utilizando um pequeno espaço de tempo, Azulão costumava ir a outros ramais, até para poder conversar com seus colegas e organizar o *movimento*. Todavia, nos horários de maior circulação de passageiros no ramal de Gramacho (manhã e tarde, como os demais), ele cuidava da sua clientela; ao mesmo tempo, deixava livre a clientela dos seus colegas.

Quem não era do *contexto* tendia a proceder mais discretamente. A maioria, portanto, se mantinha fixa em um ramal e em uma determinada faixa de estações por diferentes razões: razões práticas, relacionadas ao acesso à clientela; éticas, em se tratando dos acordos tácitos que resguardavam os ramais para aqueles que eram *do lugar*, e, por fim, de segurança. Como dito anteriormente, a SUPERVIA mantinha um serviço de vigilância cuja principal função era a de não permitir o *assédio* dos camelôs aos passageiros, fazendo cumprir uma legislação específica, de que falaremos detalhadamente mais adiante. Quem atuava em uma determinada faixa de estações, acabava por desenvolver um conhecimento junto à clientela, que podia ser transformada em aliada contra a aproximação dos vigilantes. Várias vezes presenciei passageiros advertindo camelôs a este respeito. Eu mesmo já agira assim, quando percebia que um deles não dominava bem o seu ofício. Por outro lado, resguardar-se em uma faixa de estações possibilitava estabelecer maiores proximidades com os vigilantes, o que poderia garantir formas negociadas de permanência no lugar, gerando condições de convivência e de trabalho para ambos.

### **Cascudos, turistas e novatos**

Essa prática apurada era comum àqueles que, efetivamente, eram *do lugar*. Isto é, aqueles que diuturnamente, fizesse chuva ou sol,

estavam no trem e que a SUPERVIA, quando eu estava concluindo a minha pesquisa, calculava em cerca de 200 camelôs. Tais cuidados não eram comuns, por exemplo, entre os chamados *turistas*. Eram denominados assim, por parte dos próprios camelôs, aqueles que juntavam uns trocados, compravam umas balas, uns doces ou “enchiam um isopor” e partiam para dentro do trem durante um dia ou dois; estes, depois, desapareciam para comercializar suas mercadorias na praia, nos ônibus ou nas ruas. Os turistas eram considerados um problema pelos camelôs *casados*, justamente por não dominarem a ética do lugar. Não resguardando as faixas de atuação, já que não possuíam uma clientela fixa, assim como ignorando o procedimento-padrão frente aos vigilantes, acabavam protagonizando conflitos – seja com vigilantes, seja com outros camelôs – que podiam colocar em risco o sistema de acordos, sustentado por uma sofisticada etiqueta local.

Diferente do turista era o *novato*. A princípio, todo novato é turista. Afinal, não se sabia quanto tempo ele ia ficar por ali. No entanto, a condição de novato começava a ser assumida quando o camelô iniciante percebia que havia uma regra a ser seguida por ele em suas relações com outros camelôs e, principalmente, com a *guarda*. Quando isso era percebido e, pouco a pouco, o principiante começava a procurar um dos camelôs antigos para pedir orientações ou se queixar de alguma coisa, ele adquiria a condição de *novato*. Muitas vezes ele podia acabar sendo *peixe* de alguém mais experiente, que lhe passaria *a real*, ou, como era dito, que lhe ensinava “como é que a coisa funciona”.

### **Mercadorias e estratégias de venda**

A escolha da mercadoria a ser vendida era um dos conhecimentos mais importantes para que um camelô se pudesse fixar nos trens da Central. Diferentemente dos camelôs do asfalto, que contavam com depósitos para guardar as suas mercadorias, de forma a poder alternar a venda de produtos de acordo com as diferentes procuras ao longo de um dia, os ambulantes do trem não podiam errar.

Caso decidissem vender picolés e, de repente, o tempo ficasse chuvoso ou esfriasse, o risco da mercadoria encalhar era grande.

O camelô que começava a trabalhar cedo comprava a sua mercadoria de véspera. A maioria dos produtos que eram comercializados provinha de processos de industrialização. Desta forma, o camelô não só teria de tentar adivinhar a condição do tempo, como também levar em consideração o dia da semana em que estava.

As mercadorias comercializadas nos trens eram bastante variadas. Havia as mais comuns, entre aquelas utilizadas para alimentação, como bananadas, paçocas, balas, amendoins, biscoitos, chocolates em barra, bombons; para os dias de calor eram recomendáveis picolés, água mineral, refrigerante, refrescos industrializados e cerveja. Para comer, um biscoito leve (na época de minha pesquisa, o mais vendido era o *Torcida*). Episodicamente, entre os alimentos, alguns camelôs vendiam batatas fritas, barras de cereais, mas isso dependia do clima, do ramal (estes eram oferecidos prioritariamente no Deodoro) e dos preços no atacado.

Dependendo da pertinência e da aceitação das mercadorias pelos clientes, aliadas às suas táticas de venda – anúncio criativo, simpatia no trato com as pessoas, entre outras variáveis –, o camelô podia construir o seu “lugar ao sol”. A criatividade, muitas vezes, era um diferencial importante. Testemunhei as mais ousadas peripécias dos comerciantes para seduzir os fregueses. Alguns soltavam pipa ou jogavam pião dentro do trem; outros, que vendiam componentes de panela de pressão, antes de anunciar os produtos, imitavam com perfeição os chiados das panelas.

A criatividade era importante, mas eram as mercadorias, em suas pertinência e qualidade, os elementos mais significativos a embalar as diferentes trocas entre camelôs e seus clientes. Através delas o camelô podia construir a sua aproximação com o público e, a partir daí, a sua clientela.

## **Quanto ganhava um camelô?**

A comercialização de todas essas mercadorias rendia para um camelô experiente, em média, cerca de R\$600 por mês. Na época, isso era pouco mais de dois salários mínimos. Alguns ganhavam bem mais do que isso, outros nem sonhavam em chegar perto dessa cifra. Muitos reconheciam, porém, que se ganhava ali bem mais do que em muito trabalho formal.

A maioria, no entanto, sonhava em ter “um emprego de carteira assinada”. “É para garantir”, diziam alguns, se remetendo à possibilidade de problemas de saúde e à chegada da velhice, quando a aposentadoria poderia ser uma opção.

Os camelôs, em sua maioria, eram negros e pardos. Era comum desempenharem suas atividades de bermudas, camisetas e chinelos. Também era usual, em determinados horários, e dependendo do ramal e das mercadorias, comporem as suas vestimentas de forma mais sóbria, com calças jeans ou de tergal, sapato e camisas leves. Moravam, como disse, em localidades distantes, mas poucos pagavam aluguel. A maioria vivia em terrenos de posse, em favelas ou em casas próprias, pertencentes à família. A maioria era casada e tinha filhos. Aquelas pessoas viviam, como diziam, “correndo atrás do prejuízo”.

## **A segurança nos trens: quem vigia os vigilantes?**

Na época de minha pesquisa havia três tipos de vigilantes contratados pela SUPERVIA. No total, cerca de 600 homens estariam ligados àquela atividade. A maioria era contratada junto a uma empresa denominada GPS – Guarda Patrimonial e Segurança. Esta atuava na vigilância da maioria das estações e, em alguns casos, profissionais eram destacados para circular no interior dos vagões na tentativa de prevenir os chamados *furtos de clientes no sistema*, como me explicou em uma ocasião o diretor de segurança da SUPERVIA. Um outro grupamento era contratado junto à empresa *High Protect* (HP). Este efetivo ficava responsável pelo controle da chamada

evasão de renda e pela proteção ao patrimônio físico da empresa, começando pelos recursos encerrados nas bilheterias. Era atribuição dessa vigilância privada coibir as práticas de alguns passageiros que tentassem utilizar os trens sem pagar, manter vigilância permanente contra o roubo de bilheterias e – durante a madrugada – de cabos e fios. Por fim, existiam os profissionais denominados GACs – Grupo de Apoio ao Cliente –, que eram contratados diretamente pela SUPERVIA. Teoricamente, todos esses profissionais trabalhavam sem portar armas de fogo, com exceção de alguns ligados à HP, os quais, segundo a empresa, eram devidamente licenciados e atuavam mais no período noturno.

Na concepção da SUPERVIA, porém, ainda que não figurasse como o principal problema a comercialização de produtos em si, a atividade dos camelôs contribuía para encobrir a ação de indivíduos criminosos. Dirigentes da empresa me disseram que alguns se camuflavam na atividade de camelô, mas atuavam enquanto “passadores de drogas”, “olheiros” dos movimentos relativamente às bilheterias e às condições da segurança e como “informantes” de criminosos, que poderiam molestar os clientes nas saídas das estações. A empresa alegava, inclusive, que empreendera um serviço de *inteligência*, que levantara estes dados.

Estes argumentos, em certa medida, coincidiam com aqueles utilizados pelo Comandante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro à época. Em diferentes oportunidades, o coronel Antunes atribuía à atividade comercial de ambulantes, nas ruas da cidade, a possibilidade da atuação de quadrilhas envolvidas com mercadorias roubadas ou contrabandeadas.<sup>12</sup>

Os vigilantes da SUPERVIA, por sua vez, eram orientados de acordo com essas representações contra o segmento ambulante nos trens. Em uma ocasião, numa viagem no trem de Deodoro, um profissional da GPS me disse ser solidário com os pais de família que estavam ali para “ganhar algum”. Contudo, ele tinha de pensar no passageiro e não permitir que nenhum camelô atuasse. Ele tinha informações de que entre os camelôs havia aqueles que

atuavam como *olheiros* de assaltantes que rendiam passageiros na saída das estações.

É possível que estivesse em curso, sobre a atividade comercial ambulante, o que o sociólogo Michel Misse designou por *sujeição criminal*, “um processo social que incide sobre a identidade pública, e muitas vezes íntimas, de um indivíduo” (Misse, 1999: 210). Vários elementos destacados pelo autor pareciam presentes nestas linhas de argumentação contra os camelôs. Além de serem considerados “desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais”, passavam, de acordo com os discursos relatados, a ser interpretados como *criminais*. Os ambulantes, por outro lado, procuravam opor a essa identidade atribuída pela SUPERVIA e seus dirigentes a representação de trabalhadores, muito embora reconhecessem que havia entre eles “alguns que vêm aqui para fazer bobagem”.

### Os “GPS”

O grupo mais numeroso, entre os vigilantes, era formado por profissionais da GPS, conhecidos por utilizar uniformes cinza, coletes de cor amarela e sapatos pretos, reforçados. Munidos de rádios, andavam sempre em grupo. Como mínimo, atuavam em dupla. Na rotina de serviço eram organizadas equipes distintas, umas para atuar nas plataformas, de maneira fixa, e outras para circular nos trens. As equipes de vigilância eram organizadas por ramal e, em praticamente todos os segmentos, desempenhavam a atividade de *recolhimento* das mercadorias dos camelôs.

A rotina dos guardas da GPS podia ser resumida da seguinte maneira: por volta das 4h30 de cada manhã alguns vigilantes assumiam o controle das estações, dispensando vigias da HP que guardavam as mesmas no período noturno. Muitos destes vigilantes moravam em localidades próximas às estações e ficavam responsáveis por estas. Outros, que assumiam estações mais distantes, se deslocavam pela cidade de acordo com as ordens elaboradas por um supervisor. Eram levados às estações através de transportes contratados pela SUPERVIA. Outros, já nas primeiras horas,

ficavam responsáveis por circular nos trens, atuando preventivamente contra o surgimento de conflitos pela manhã. Nos horários de pico, os vigilantes se concentravam mais nas plataformas e, principalmente, em localizações-chave que permitissem o acesso aos mais variados ramais.

A estratégia da vigilância da GPS, ao longo do dia, era concentrar as suas atividades no ramal Deodoro, que recebia um público distinto, do ponto de vista sócio-econômico, se comparado com os demais ramais. No meu entender, isso fazia parte da estratégia da empresa de disputar com as empresas de ônibus um público de classe média que residia nos bairros da zona norte carioca. O aumento dessa clientela não só reverteria em aumento da receita direta, como também na possibilidade de estabelecer contratos de propaganda com empresas que se interessassem por esse perfil consumidor.

Além disso, os vigilantes se detinham também em algumas estações chave, que permitiam acessar trens em diferentes direções. Assim, equipes se revezavam nas atividades de andar nos trens e se fixar nas plataformas, em cada ramal. Partindo da Central, a primeira estação a concentrar um contingente significativo de vigilantes era São Cristóvão, pois permitia o acesso a praticamente todos os ramais. Apenas os trens que iam para Japeri e Santa Cruz não paravam lá. Estes, no entanto, paravam duas estações depois, São Francisco Xavier, que era lugar de nova concentração de vigilantes. Ali se podia acessar os ramais Deodoro, Japeri e São Cristóvão. Por essa razão, era também um dos lugares que abrigava uma concentração de camelôs que procuravam, no entanto, se colocar em uma das extremidades da plataforma, evitando tanto quanto possível a presença dos profissionais de segurança.

Outros dois pontos de concentração de vigilantes eram as estações Engenho de Dentro e Deodoro, pelo mesmo motivo anterior. Acima de Deodoro, tanto em direção a Santa Cruz, quanto em direção a Japeri, a atuação dos GPS se restringia, praticamente, a algumas poucas estações. Evitava-se, tanto quanto possível,

confrontos com pessoas com histórico criminal nas chamadas estações *problemáticas*, com registro de violência e penetração do tráfico de drogas, conforme informações da BPFer.

Paralelamente à estação São Francisco ficava a de Triagem, que permitia o acesso aos ramais Belfort Roxo e Saracuruna. Esta poderia ser um lugar para fixação dos vigilantes se não fosse um problema: a estação de Triagem era, segundo se dizia, controlada por traficantes de droga da favela do Jacarezinho. Assim, a supervisão da GPS orientava seus subordinados a evitar, tanto quanto possível, parar por ali. Afinal, além dos guardas não terem proteção e treinamento para lidar com aquele tipo de situação, aquela era uma atribuição do Batalhão de Policiamento Ferroviário da Polícia Militar, enfatizavam os vigilantes em algumas das conversas que travamos.

Talvez por esse motivo, muitas reuniões dos camelôs, para discutir as suas estratégias de ocupação nos ramais, se davam na estação de Triagem. Ali, dificilmente os vigilantes ousariam lançar mão de alguma forma de violência contra os ambulantes. Alguns profissionais de segurança, reafirmando a representação orientada pela SUPERVIA, se aproveitavam dessa tática para enfatizar a opinião de que a atividade do camelô servia para encobrir “atividades criminosas” no ambiente dos trens. O fato é que, não podendo se fixar em Triagem, a estratégia da guarda era circular pelos dois ramais, evitando uma vez mais as chamadas *estações problemáticas*. Esse esquema de operação acabava, em certa medida, servindo de padrão para outros segmentos de vigilantes, cujas atribuições deveriam ser diferenciadas.<sup>13</sup>

Um vigilante, considerando-se a sua localização na estrutura de uma das empresas, a incidência de gratificações e outras vantagens, recebia entre R\$600,00 e R\$1.300. Como se vê, dispunham de rendimentos próximos ao público que serviam. Alguns deles não ganhavam mais do que muitos ambulantes. A maioria igualmente era constituída de negros e pardos e apresentava estatura mais alta e de maior compleição física, se comparada à média observada entre camelôs e usuários dos trens.

Curioso era notar que algumas das aspirações dos vigilantes não se distanciavam daquelas que haviam sido reveladas para mim por camelôs. A maioria dava muito valor ao título universitário e, por isso mesmo, quando se convenciam de minha identidade de pesquisador, contribuíam sem muitas hesitações. Conheci igualmente ambulantes que eram detentores de títulos de nível superior e eram destacados nos relatos dos demais colegas como gente que não deveria estar por ali.

### **A polícia militar observa**

Quem acompanhava ao largo esse conjunto de operações, envolvendo vigilantes e camelôs, eram os policiais militares ligados ao Batalhão de Policiamento Ferroviário (BPFer). Estes me diziam que a atuação de todos eles, camelôs, GPS, HP, GAC, “era tudo ilegal”. O camelô não podia estar ali, pois não tinha autorização. Estava errado. Mas entendiam que aquele era um “problema social”, relacionado ao desemprego que se observava no país. A função dos vigilantes, portanto, era tirar o ambulante do local e não sua mercadoria. Logo, estava errado também. Um HP que agisse com violência contra uma pessoa que estivesse pulando um muro (e volta e meia isso acontecia), estava extrapolando as suas atribuições, e por aí vai.

Um policial me disse, em uma entrevista, que já estava até cansado de levar GPS para a delegacia, pois vários camelôs denunciavam aquilo como furto. “O problema é que isso não é furto; é roubo mesmo”, disse. Para ele, os “guardinhas” tinham que ser detidos, pois volta e meio incorriam em “usurpação do poder da polícia”. E acrescentou: “Na hora de tomar tiro de vagabundo, eles botam o galho dentro e sobra pra gente. Que papo é esse, então, de esculachar trabalhador?”. A SUPERVIA, por sua vez, reconhecia como irrisório esse tipo de conflito entre vigilantes e a Polícia Militar. “5 casos em 100”, estimavam.

Voltando aos GPS, poucos reconheceram a existência de episódios

envolvendo a detenção de vigilantes pela Polícia Militar. No entanto, queixavam-se de que havia momentos nos quais um vigilante ficava exposto, sem a proteção da SUPERVIA e, principalmente, da empresa que o contratara, a qual “tirava o cu da reta”. Por outro lado, desconfiavam das atitudes de determinados policiais que atuavam nos trens à paisana. Diziam que aquele tipo de presença policial era ilegal – o P2 – mas que se viam constrangidos a se relacionar com eles, pois muitos já estavam lá “desde o tempo da Rede Ferroviária”. Não sabiam se a SUPERVIA tinha conhecimento da existência dos mesmos ou se era uma forma de inserção de outros agentes de segurança, de maneira autônoma.

### **Um sindicato informal**

Administrados com os recursos locais, os conflitos existentes no sistema ferroviário não agradavam aos atores, em particular os camelôs. Havia alguns anos que a regularização das atividades tinha passado a ser uma meta para aquele contingente, antes mesmo do surgimento da SUPERVIA. Quando a administração dos trens estava sob o controle da CBTU ou da FLUMITRENS, foram feitas gestões neste sentido, sem muito sucesso. Para dar fim aos “abusos”, segundo diziam os ambulantes, faltava uma melhor organização.

Com a SUPERVIA, as possibilidades de negociação, nos primeiros anos, parecia real. Afinal, a empresa estava assumindo o controle do sistema, propondo mudanças significativas. Uma delas dizia respeito à utilização de vigilância própria, em substituição à polícia ferroviária. Ainda que amparada pela criação do BPFer, também em 1998, o serviço de segurança da empresa apostava em um processo que ela chamou de “reeducação do público”, nas entrevistas concedidas a mim. Com o tempo, as negociações aconteceram, com resultados positivos.

Um dos efeitos das conversas entre camelôs e a empresa foi a criação do Sindicato dos Ambulantes dos Trens da Central do Brasil,

o SINDATREM. Foi fundado em março de 2000. Nunca, porém, conseguiu registro formal na Justiça do Trabalho. O pedido formulado fora negado sob a alegação de que a atividade comercial ambulante não era uma atividade regulamentada pelo governo federal. Apesar disso, aquela organização, no seu primeiro ano de mandato, conseguiu promover o que os camelôs designaram como uma “trégua” entre camelôs e vigilantes. Em um período de 14 meses, foi interrompida a atividade de *recolhimento* de mercadorias por parte da vigilância da GPS, que antes dessa época chegou a contar com, aproximadamente, 900 homens empregados. Em contrapartida, os camelôs eram orientados a não sujar trens e plataformas e, percebendo sujeira, recolher o lixo com saquinhos. A entidade tinha, em pouco tempo, atingido o *status* de interlocutor reconhecido da SUPERVIA para discussão dos conflitos entre a empresa e os camelôs.

A sua principal função, no entanto, era tentar junto à SUPERVIA a normalização da atividade ambulante naquele espaço. Apesar da difícil tarefa, o sindicato não existia materialmente. Não tinha sede, cadastro ativo de sócios, mensalidades fixas, ou outros elementos que caracterizariam uma entidade desse porte. No entanto, do ponto de vista dos atores sociais que o conceberam, ele era muito ativo. Logo nos primeiros meses de atividade, realizaram um levantamento relacionando 950 ambulantes por ramal, locais de moradia, mercadorias vendidas, entre outras informações relevantes sobre aquele público. Logo se percebeu que o contingente era muito heterogêneo, havendo um número razoável de camelôs relacionados que não concordavam com a legalização, assim como um grande número que sequer respondeu aos questionários do sindicato.

O sindicato era constituído por uma diretoria de quatro membros: presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro. A principal recomendação que esse passava a seus representados era que evitassem sujar os trens, “para não perturbar os clientes”. Coincidentemente, essa era a argumentação central da empresa contra os ambulantes.

### **Regularização e conflito: a sujeira como símbolo**

Em 2000, o SINDATREM e a SUPERVIA realizaram reuniões nas quais se discutiu um projeto de regularização da atividade ambulante. A SUPERVIA encomendou a elaboração do mesmo a uma empresa de consultoria denominada SPECTATORE. Tratava-se da constituição de uma cooperativa, por parte dos camelôs, ficando o sindicato como responsável pela mobilização da mão-de-obra. Nem todos os ambulantes em atividade teriam lugar no novo projeto. A venda de mercadorias seria centralizada em uma única empresa, e os camelôs passariam a utilizar uniformes e equipamentos padronizados. Todos os ambulantes teriam de ter autonomia e pagar a Previdência Social.

A proposta dividiu as opiniões entre os camelôs. Alguns achavam que a proposta permitiria manter a atividade e poria fim à violência. Outros, no entanto, achavam que os camelôs legalizados passariam a ser vítimas da violência de uma minoria que não conseguiria ou não podia se regularizar, devido a problemas com a justiça ou seus vínculos com outras atividades observáveis no sistema ferroviário. Diante do impasse, as negociações não avançaram.

A versão da SUPERVIA para a paralisação, porém, era calcada em uma visão de desorganização do segmento ambulante. Para ela, o sindicato não representava os camelôs, mas apenas uma pequena parcela que, segundo eles, “seguia o Azulão”. Por outro lado, os dirigentes da empresa que haviam se envolvido nas negociações desconfiavam que os camelôs não conseguiriam manter aquela atividade com os contornos disciplinares que o projeto delineava. Já estavam, por assim dizer, acostumados com a desorganização, com a sujeira e a baderna.

Em uma das oportunidades em que ouvi os dirigentes da SUPERVIA, eles deixaram claro que a sujeira resultante da atividade ambulante era o que mais incomodava a empresa. “Os clientes reclamam muito”, disse um dos coordenadores de estações e segurança. A informação, porém, não condizia com os dados que

a própria empresa coletava junto aos usuários e que perfaziam um quadro de reclamações e elogios mantido pela empresa, tendo em vista premiar os funcionários que desempenhavam suas atividades nas estações e composições.

Os camelôs, no entanto, procediam levando em conta os argumentos da empresa, muito embora não concordassem inteiramente com ela. Diziam em várias oportunidades que “quem suja o trem é o passageiro”; com discursos como esse, reduziam a sua participação na poluição do ambiente à sua condição de repassador de mercadoria. Isso, evidentemente, era apenas parte do que realmente acontecia. Vários camelôs não só sujavam deliberadamente composições e plataformas, ao consumir os próprios produtos, como poluíam ritualmente o espaço; seja ao desembalar as caixas dos produtos que iam comercializar, seja acionando o dreno das caixas de isopor, para aliviar o peso da água resultante da liquefação do gelo. Contudo, a orientação do sindicato era para que, além de não sujar, se recolhesse o lixo deixado para trás.

Noções de pureza e impureza, como assinalara Mary Douglas (1976), uma vez mais surgiam no horizonte discursivo e explicativo, contribuindo para formulações de categorias e estratificações sociais, hierarquizando práticas e posições no ambiente urbano. Elas estariam dispostas, portanto, em um universo semântico e de sentidos onde o lixo, em si, configuraria um símbolo dotado da capacidade de evocar múltiplos significados, relacionando não só características indesejáveis para o ambiente, mas também para determinado grupo humano, na perspectiva de outro grupo.

Um símbolo, no entanto, vincula-se a ritos, nos quais os homens recriam as categorias. Neste processo, emprestam significados que, uma vez sensorialmente perceptíveis, passam a ser acessíveis à ação propositada da sociedade (Turner, 1974: 42).

## Camelôs e vigilante: um ritual a explicitar o conflito e a complementaridade

*Se eles vêm, eu não vou. Se eles estão num canto eu 'tô no outro.  
E assim vou passando o dia e levando pra casa o leite dos meninos  
(Camelô falando de seu cotidiano nos trens da Central).*

Camelôs e vigilantes, embora não fossem segmentos homogêneos, tinham formas peculiares de apropriação do espaço, baseadas em diferentes motivações e vínculos. Tendo em vista a inevitável proximidade das suas inserções, e os valores morais estruturantes dos diferentes espaços sociais que compartilhavam – os trens, as plataformas, os bairros de moradia, o pertencimento étnico-cultural à categoria *pardo* e, em muitos casos, religioso e de gênero –, as suas práticas, ao meu ver, podiam ser complementares. A existência de um alicerçava a permanência do outro. Ainda que os vigilantes encerrassem em si a representação do poder, este era mediado pela atenção dos demais atores, vigilantes alternativos sobre a moralidade que cobrava respeito e consideração de forma permanente nas diferentes apropriações do espaço.

Neste sentido, uma das respostas à questão que formulara inicialmente – ou seja, como os camelôs comercializavam suas mercadorias se suas atividades não eram autorizadas e, por outro lado, eram reprimidas – é que ambas as práticas transcorriam tendo como referências valores comuns que estruturavam não só as práticas dos comerciantes ambulantes e dos vigilantes, mas a quase totalidade das formas de conduta observadas no interior do sistema ferroviário.

A convivência entre estes atores se desenvolvia em um drama diário, acompanhado e testemunhado por muitos outros atores que, assim como eles, lutavam “pelo pão de cada dia”. Logo, cumpre-me apresentar a forma ritual como essa convivência complementar se viabilizava e, por fim, apontar para possibilidades de interpretação para duas categorias-chave inerentes àquele “processo ritual”: o *derrame* e o *esculacho*.

A idéia de ritual é utilizada aqui em um sentido amplo, dissociado do sentido moral-religioso que este termo detinha até ao trabalho seminal de Van Gennep (1978), dada a influência que Émile Durkheim exerceu na antropologia ocidental (Mercier, 1986:112-113). Sentido este que continuou sendo desafiado por estudiosos como Edmund Leach, um dos primeiros antropólogos a questionar o ritual como uma técnica para atingir fins, como teria sugerido Malinowski em suas observações entre os trobriandeses, e a entendê-lo como um processo que diria algo sobre aqueles que o praticam (Leach, 1995:75).

Adotando essa perspectiva inicial, tais processos encerrariam “uma reafirmação periódica dos termos nos quais os homens de uma dada cultura devem se comportar uns com relação aos outros para que haja o mínimo de coerência na vida social” (Mello & Cunha, 1998:71). Essa definição resulta, por fim, das contribuições teóricas de Victor Turner, que adotou o ponto de vista de Monica Wilson ao concordar que “os homens revelam no ritual aquilo que os toca mais intensamente e, sendo a forma de expressão convencional e obrigatória, os valores do grupo é que são revelados” (Wilson *apud* Turner, 1974:19).

A abordagem de Turner sobre os processos rituais privilegia as dimensões do drama social e do conflito, assim como a incidência do estado de liminaridade, onde as entidades e os sujeitos liminares “não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimoniais” (Turner, 1974:117).

Tais processos, no ambiente dos trens da Central, estavam encerrados no interior de dramas sociais onde, mesmo considerando as particularidades hierarquizantes da sociedade brasileira, se podia desenvolver uma consciência de direitos ou a percepção de vilipêndio dos mesmos. Tratava-se de um contexto onde, como lembrou Roberto DaMatta, as formações sociais “altamente diferenciadas, atomizadas e individualizadas” pareciam

estar ao serviço dos indivíduos que, por definição, já se encontravam separados. Os ritos, portanto, “seriam ocasiões de totalização, momentos onde é possível discernir concretamente ou não (dependendo do rito) grupos e categorias, inclusive de pessoas”.

Para melhor explicar o que chamo aqui de ritual, tomarei como referência apenas um dos muitos trajetos possíveis para comercialização das mercadorias, partindo da Central do Brasil.

Assim, na convivência cotidiana nos trens entre camelôs, passageiros e vigilantes contratados pela SUPERVIA (para nomear alguns dos principais atores em contato permanente) as formas de comunicação envolviam, principalmente, atitudes corporais, gestos, olhares e não-olhares, característicos de cada segmento social – inseridos, contudo, numa ética-estética de quem é do lugar e conhece os códigos para que se tornem possíveis interações que alinhavam práticas e discursos.

Os conceitos de *interação*, *desempenho* e *representação* serão empregados a seguir com os significados que lhes atribuiu Erving Goffman (2002), ou seja, como atividades de indivíduos ou grupos de indivíduos visando influenciar outros. Particular importância tem aqui o conceito de *desempenho*, sobretudo porque este se efetiva diante de uma platéia de observadores e co-participantes. No caso dos trens, as interações relacionando camelôs, vigilantes e outros atores eram permanentes, possibilitando o surgimento de relacionamentos sociais e, nestes, a definição de papéis sociais a promulgar direitos e deveres ligados a uma determinada situação (Goffman, 2002: 24).

### **Aspectos normativos regulamentados**

A contratação de vigilantes pela SUPERVIA, e as orientações que informavam as suas atividades, propugnavam a manutenção da ordem – que, naquele lugar, significava a observância do que estava exposto no Regulamento do Transporte Ferroviário. O referido regulamento, no que tangia as relações entre vigilantes e camelôs, era expresso nos trens e nas plataformas como o conteúdo do seu artigo 40, recitado de cor por estes dois personagens:

*É vedada a negociação ou comercialização de produtos e serviços no interior dos trens, nas estações e instalações, exceto aqueles devidamente autorizados pela Administração Ferroviária.*

**Parágrafo Único:** *É proibida também a prática de jogos de azar ou de atividades que venham a perturbar os usuários.*

## **O artigo 41 da mesma portaria ainda versava que**

*A Administração Ferroviária poderá impedir a entrada ou permanência, em suas dependências, de pessoas que se apresentem ou se comportem de forma inconveniente.*

O equilíbrio da convivência, de que falamos no capítulo anterior, estava pendente de um exercício diário e dinâmico de interpretações dessa regulamentação. Tais interpretações eram alcançadas de acordo com um ritual muito preciso, do qual participavam não só estes dois atores principais – o camelô e o vigilante (particularmente, o GPS) – mas outros tantos que exibiam a simples identidade de *passageiro*.

## **O ritual**

Durante a maior parte do dia, o comércio ambulante se apresentava como uma dinâmica ativa e discursiva. Como vimos, a comercialização de produtos na estação Pedro II tinha sido proibida pela empresa SUPERVIA. “É o cartão de visitas”, dissera-me um vigilante, certa vez. Nas primeiras horas da manhã e no final da tarde, também não se percebia concentração de ambulantes nas estações próximas ao centro, como Lauro Muller (Praça da Bandeira), São Cristóvão, Derby Clube (Maracanã) ou Mangueira. As atividades eram desenvolvidas mais incisivamente a partir de dois pontos: as estações de São Francisco Xavier e Triagem.

Os vagões dos trens que saíam da Central do Brasil, durante todo o dia, eram vistoriados por pelo menos dois vigilantes. Em seus inconfundíveis uniformes, eles se certificavam de que não havia

pessoas que se apresentassem ou se comportassem “de forma inconveniente”.

Ele era repetido em outras estações grandes, como Engenho de Dentro, Deodoro e, claro, nas estações terminais. Nestas inspeções, a venda de produtos, que contrariava o artigo 40 do Regulamento dos Transportes Ferroviários, era a atitude inconveniente que, teoricamente, não podia ser tolerada. Todavia, como já ficou transparente, a vistoria não impedia que o comércio se realizasse.

Mas quando se iniciava o ritual? As vendas, como disse, podiam começar em uma estação mais distante. Isso não significava, porém, que os ambulantes surgiam obrigatoriamente de uma plataforma no meio do trajeto. Muitos deles, na verdade, partiam da origem com o trem. Entender como isso era possível permitia visualizar o início do ritual. Um passageiro de primeira viagem podia se surpreender quando, como que num passe de mágica, caixas de isopor enormes, carregadas de refrigerantes e cervejas, ou então *varais* com dezenas de produtos surgiam não se sabia bem de onde. Uma observação atenta sobre os momentos que antecediam a partida do trem, assim como em relação aos momentos de inspeção dos vagões, me ajudaram a esclarecer o mistério.

O fato é que os produtos que eram comercializados nos trens haviam sido comprados nos depósitos de atacado. O Rio de Janeiro estava repleto destes estabelecimentos, particularmente nas imediações da Central do Brasil. Havia, como já foi dito, aqueles que o faziam em mercados de atacado localizados em Madureira, Campo grande, Caxias, entre outros. Segundo os camelôs, uma parte significativa das mercadorias era adquirida pelos ambulantes ali mesmo, no centro do Rio.

Os ambulantes acessavam os trens com estas mercadorias pela roleta como todo e qualquer *passageiro*. Afinal, muitos portavam as mais diferentes modalidades de bolsas e pacotes. Isso parecia razoável. Por outro lado, o direito de ir e vir não podia deixar de ser reconhecido pela SUPERVIA, pelo menos no contexto social da

vida urbana onde uma pessoa pagava para ter acesso a um serviço. Contudo, ao passar na roleta com os produtos, os camelôs deveriam chamar a atenção, mas isso não ocorria.

Era comum perceber, por exemplo, a movimentação de muitas caixas grandes, de variados produtos, passando, por exemplo, pelas roletas da Central do Brasil. Estas, às vezes, congestionavam o acesso dos demais usuários. Estas caixas quase sempre estavam bem amarradas, como se fossem aguardar muito tempo até chegar a algum destino. Muitas vezes, porém, eram desamarradas e seus conteúdos divididos dentro do próprio trem, entre quatro ou cinco ambulantes. Estes iniciavam no melhor momento a venda das mercadorias em seu interior: doces, pirulitos, chocolates, biscoitos, batatas fritas, entre outras. Esta movimentação de produtos acontecia durante todo o dia, em muitas estações. Passavam, na maioria das vezes, pela roleta e não sofriam nenhum tipo de restrição.

Por outro lado, quando os vigilantes iniciavam suas vistorias, uma grande quantidade de pessoas aguardava junto à saída da composição com bolsas enormes, a maioria delas negras ou azul-marinho. Muitas destas últimas, porém, se apresentavam molhadas ou pingando água de seu interior, resultado do processo de liquefação do gelo que era utilizado para gelar refrigerantes, águas e cervejas que seriam, claro, comercializados. Não raro percebia-se bolsas e sacolas em formato de geladeiras de isopor ou saliências denunciando latas cilíndricas, daquelas que acondicionam refrigerantes, entre outros formatos. Em muitas situações os vigilantes passavam por estes *passageiros* como se nada percebessem.

Uma vez o trem em movimento, era preciso, na ótica do ambulante, saber qual o melhor momento para que os produtos fossem oferecidos aos seus clientes. Como disse anteriormente, as estações em que a maioria dos ambulantes entrava em ação eram as de São Francisco Xavier ou Triagem; estas serviam para transferência entre vários ramais, ainda que, vez por outra, a própria estação ou o trem pudessem estar *lombrados*. O segredo da atividade residia no

domínio das informações contidas na grade de horários dos trens. Saber, com precisão, o momento em que cada trem passava, em cada uma das estações, de forma a evitar o encontro com os vigilantes.

O ideal era sair de um trem e entrar imediatamente no outro. Ao deixar a composição, sempre que possível, os produtos deviam ser guardados nas bolsas ou nas caixas, protegidos dos olhares do público. Contudo, caso fosse necessário se deter por alguns minutos em uma estação, o usual era que o camelô se posicionasse sempre em uma das extremidades. Percebi que em muitas estações havia acordos tácitos. Os vigilantes andavam até a uma certa região da plataforma. Os camelôs deviam se manter discretos, com suas bolsas fechadas e mercadorias guardadas. Alguns optavam por esconder os seus pertences nas plataformas. Essa operação, contudo, devia ser conduzida cuidadosamente para que os vigilantes não percebessem. Podia ser considerada falta de *respeito*, sobretudo aos olhos dos passageiros que testemunhavam tais movimentos nas plataformas, o que desmoralizaria a autoridade do vigilante.

Caso ocorresse um encontro com os guardas, particularmente no interior dos trens, era preciso agilidade para guardar as mercadorias na tal sacola ou saco plástico, e fingir que sua presença ali não se vinculava às práticas comerciais. Caso houvesse um culto em curso, bastava se colocar nas proximidades, com cuidado para não invadir o espaço da *igreja*. Mesmo que determinado ambulante já fosse conhecido da vigilância, ou tivesse sido vítima de um *derrame*, ele poderia se esquivar da repressão às suas atividades comerciais se tivesse tempo de dissimular a sua prática e os vigilantes ficassem satisfeitos com a sua *interpretação*.

Essa satisfação, no entanto, dependia de que os mesmos acreditassem que o público que assistia à manobra interpretava essa atitude como *respeitosa*. Os atores, a meu ver, procediam a uma espécie de *representação*, cujas *performances* deviam conduzir a um resultado tal que a vigilância não parecesse enganada frente aos

olhos dos outros usuários dos trens. O ambulante, portanto, devia demonstrar *respeito* ante a presença do vigilante e este, por sua vez, *consideração* com a situação social do camelô, redundando em tolerância com o fato de que a prática comercial continuaria após a sua saída das imediações.

O sistema ferroviário, enquanto um processo, surgia assim como uma *communitas*, na qual, independentemente das posições sociais dos atores – se camelôs, vigilantes ou passageiros –, eles estariam “uns com os outros”. Os atores agiam de acordo com uma moralidade que combinava, simultaneamente, os direitos dos indivíduos de acordo com a posição na estrutura social – resultando no respeito –, e a atenção a um sentimento de bondade humana – a consideração (Turner, op. cit.: 129).

### **O derrame**

Havia situações em que os camelôs se viam privados das mercadorias que comercializavam, quando estas últimas eram tomadas pelos vigilantes. Tais episódios eram qualificados pelos camelôs como *derrame*. Não se sabe ao certo a origem dessa categoria nos trens, mas na época da minha pesquisa ela era também utilizada nas ruas por outros camelôs.

Em uma certa ocasião, tive a oportunidade de conversar conjuntamente com profissionais de segurança e camelôs, que conviviam pacificamente em uma das estações do sistema. Perguntei sobre os motivos que levavam a um *derrame*. Um vigilante disse-me que isso só acontecia quando havia uma ordem superior, geralmente da supervisão de segurança. Um deles disse que quem era “punido” mesmo era “aquele ambulante que não atende à ordem de se retirar do local”. Os camelôs, por outro lado, me informaram que, na maioria das vezes, os derrames aconteciam porque certos ambulantes costumavam *pisar na bola*. Um importante interlocutor entre os camelôs dizia, na ocasião, que havia ambulantes que estavam ali para “*bagunçar e todo mundo acaba pagando o pato*”.

Havia situações em que um supervisor pedia a um vigilante, geralmente um GPS, que recolhesse a mercadoria de um camelô – o que, aliás, não era previsto em nenhuma norma legal vigente. Cumprindo a ordem, o vigilante “dava um papo”, ou seja, explicava que o seu emprego estava em jogo e negociava a apreensão de metade da mercadoria. Caso fosse possível, quando o supervisor deixasse a estação, ele a devolveria. Segundo os camelôs, esse tipo de procedimento sequer podia ser qualificado plenamente de derrame, pois o ambulante ficara com parte da mercadoria e podia correr atrás para refazer o seu capital e, pelo menos, retornar no dia seguinte.

Na maioria dos episódios, porém, não havia conversa e os camelôs perdiam tudo. Isso acontecia, por exemplo, quando um camelô não tomava os devidos cuidados rituais e permitia que um vigilante chegasse perto demais, não lhe dando tempo de dissimular respeitosamente a sua condição. Nestas situações, perdia-se tudo “na moral”, diziam alguns ambulantes, reconhecendo que haviam “dado mole”. O derrame, portanto, era uma prática igualmente não autorizada, mas muitas vezes qualificada como legítima pelo segmento que sofria os seus efeitos.

Esta reflexão me levou a considerar a possibilidade de ser o derrame um instrumento com um papel bem definido dentro do ritual. Parecia se constituir como uma sanção aos desvios dos camelôs diante das regras estabelecidas tacitamente entre os mais diferentes atores que compartilhavam aquele espaço social. A sua ocorrência, independentemente da sua previsão legal, poderia ser uma espécie de *castigo* a alguma atitude equivocada em meio ao ritual descrito. Em outras situações, poderia ser uma maneira de “mostrar serviço”. O recolhimento de mercadorias era a atividade que mais mantinha os vigilantes ocupados, conforme se pode constatar a partir da análise dos dados sobre os índices de segurança da SUPERVIA para o ano de 2004.

| Índices de Segurança       | Ano de 2004 |
|----------------------------|-------------|
| Roubos à bilheteria        | 63          |
| Furtos e roubos a clientes | 46          |
| Furtos de Fios e Cabos     | 190         |
| Prisões e flagrantes       | 233         |
| Mercadorias recolhidas     | 9.439       |

Fonte: Coordenação de Estações e Segurança da SUPERVIA S.A.

O *derrame*, por outro lado, também poderia ser interpretado como uma prática que legitimava a presença de ambos os atores, por razões distintas.

No plano objetivo, reunindo os vigilantes e as empresas para as quais trabalhavam, expressava em números a suposta eficiência das ações daqueles profissionais. Do ponto de vista simbólico, na relação entre ambulantes e vigilantes, o derrame os igualava a partir de supostos desvios. Ambos atuavam à margem de uma autorização, mas, ao mesmo tempo, nos limites concebidos pela moralidade local, dramatizada no ritual cotidiano.

O *derrame*, utilizando a perspectiva dos policiais militares do BPFer, poderia ser associado a um plano ilegal e, portanto, de avacalhão dos estatutos legais. Confrontava-se a legitimidade do papel de um vigilante com a ilegalidade de seus atos, promovendo a *anarquia* na relação destas agremiações de segurança privada com aquelas oriundas do poder público. Elementos que podem ser resumidos, portanto, como uma *esculhambação* da lei e da justiça, mas, de acordo com Kant de Lima, tolerável em nossa sociedade, em consequência do “capital simbólico” do campo do direito reproduzir “uma imposição das ‘autoridades’, não importa quão legal e legitimadamente produzidas e postas em vigor” (Kant de Lima, 2000: 109). A ilegalidade dos atos dos vigilantes, assim, ficava em segundo plano, na mente dos participantes do cotidiano dos trens,

diante da legitimidade dos mesmos dentro dos processos rituais que reinterpretavam o artigo 40.

O problema, no entanto, era quando os vigilantes, que sempre andavam em grupos, decidiam reter a mercadoria de um camelô e *esculachar*. É esse o ponto em que minha interpretação dá lugar a conjecturas em torno dessa categoria – o *esculacho* – que me parece igualmente importante para entender o ritual e, por conseguinte, por que razão o comércio ambulante se mantinha regularmente em atividade.

### **O esculacho**

Qualificado por diferentes atores que utilizavam os trens como forma de relacionamento violento, tanto físico quanto moral, muitas vezes o esculacho se seguia ao derrame. Era o que mais revoltava os camelôs. Uma vez, durante uma reunião do SINDATREM, ouvi um camelô conversando com um outro e, em tom de desabafo, afirmou que “o derrame é do jogo, tudo bem. O problema é o esculacho”. Mas o que seria, afinal, o esculacho?

Ao questionar diretamente os meus interlocutores, obtive as mais variadas respostas, em diferentes situações, em forma de exemplos.

Numa certa ocasião, uns garotos vendiam picolé e foram cercados na estação de São Francisco Xavier. Cerca de dez vigilantes tomaram as suas mercadorias, perfilaram as mesmas na plataforma e chutaram, como se de bolas de futebol se tratasse. Depois, ficaram rindo. Noutra ocasião, após tomar as mercadorias de uns adolescentes na mesma estação, vigilantes mandaram-nos sair andando de pés descalços, pelos trilhos, sob um forte sol de verão.

Rivaldo, o camelô que vendia doces caseiros que citei anteriormente, e que foi um dos meus principais interlocutores, falou-me numa entrevista sobre a sua prática e, adicionalmente, contou-me um episódio vivenciado por ele na extinta estação da Leopoldina.

*no tempo da guarda da Rede Ferroviária [Federal] eu era*

*bastante conhecido. Os guardas sempre me respeitavam e eu também respeitava todos eles. Apesar de que tem alguns que são muito carrascos. Teve uns que fizeram até umas covardias comigo. (...) me colocaram num quartinho lá na [Estação} Leopoldina; um quartinho que só cabia umas dez pessoas, botaram deztoito. Aí eu passei mal e me tiraram de dentro. Deixaram os camelôs tudo preso dentro. Foi um trabalho danado. Mas a maioria da guarda sempre me considerou muito.*

Como se vê, a prática do esculacho era antiga e, em certa medida, parecia mesmo ter sido inspirada nas práticas contumazes dos agentes estatais de segurança. Inajá, um jovem camelô com pouco mais de vinte anos, mas já considerado *cascudo* na época de minhas inserções no trem, explicou de forma concisa o seu conceito para esculacho:

*Esculacho é humilhação. Não é tirar a mercadoria, pois isso a gente já tá acostumado. Mas tirar o que é nosso e ainda dar um tapa na cara de um homem, isso sim é esculacho. É coisa que não se esquece e que a gente depois tem que correr atrás para não perder o respeito.*

A categoria *respeito*, nos mais variados contextos em que era empregada, parecia soar como similar à idéia de honra, ou seja, “o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade local” (Pitt-Rivers *apud* Velho & Alvito, 1996: 148). Era, por assim dizer, um bem intrínseco à pessoa, um direito natural a que todos naquele contexto faziam jus e, portanto, inviolável, independentemente da posição social dos atores. Mereciam respeito os camelôs na sua luta diária, assim como os vigilantes que estavam ali, pois eram “pais de família”.

Discutindo a noção de *respeito* entre moradores de *Brasília Teimosa*<sup>14</sup> e empregadas domésticas, no Recife, Dominique Vidal opinou que esta categoria poderia possuir significados distintos, dentro de um quadro de ambivalência que caracterizaria a modernidade à brasileira, em seu manuseio pelos segmentos urbanos mais empobrecidos.

De uma maneira geral, para ele, o respeito exprimiria, no Brasil, “o reconhecimento do pleno pertencimento social de um indivíduo, definido como pleno pertencimento à humanidade por oposição ao que evoca a condição, por exemplo, de escravo” (Vidal: 2004: 15). O respeito reivindicado por aqueles atores sociais subentenderia um pertencimento a uma totalidade ordenada e harmoniosa, na qual cada um teria o seu lugar reconhecido, ainda que em uma posição subalterna. Segundo Vidal, “a reivindicação de respeito exprime tanto uma preferência pelas formas antigas de relações hierárquicas, entre dominantes e dominados, quanto uma demanda de igualdade, ela mesma complexa” (Vidal, op.cit.: 16).

A idéia de “correr atrás” para não perder o respeito, quando veiculada no trem, investia-se de um significado distinto do “correr atrás do prejuízo”, do “se virar para não deixar faltar o leite das crianças”, muito embora se inscrevesse em uma ética masculina por uma idéia de *respeito* construído com valores masculinos, mas válidos para todos os gêneros e faixas etárias. O “correr atrás”, mais do que uma ação pela sobrevivência, se apresentava como uma reação pela manutenção do *respeito*, sem o qual não se podia sobreviver com autonomia naquele ambiente.

### **A reação ao esculacho**

A incidência do esculacho parecia suscitar reações que propiciavam a emergência de diferentes dispositivos e instrumentos que, buscando pôr fim ao mesmo, concorriam para administrar os conflitos latentes e efetivos, não só entre camelôs e vigilantes, nos trens, mas em muitos outros contextos, relacionando muitos outros atores sociais.

Nas ruas da Central, por exemplo, os sucessivos abusos cometidos por agentes de segurança, que atuavam de forma repressiva contra o comércio informal, motivaram a organização de um contingente muito significativo de comerciantes. Dessa organização resultaram formas associativas que conquistaram junto ao poder público municipal, na década de 1990, a concessão de espaços públicos

para a legitimação de suas práticas comerciais. Segundo Bruno Lautier, até 1997 verificara-se na cidade do México uma situação análoga, que ele considerava muito rara, devido ao peso político inferior dos comerciantes informais frente àqueles estabelecidos formalmente (Lautier, op.cit.: 78). Só no centro do Rio, naquele mesmo período, já existiam pelo menos três pontos como esses.

Nos trens, uma forma crescente de reação era o indiciamento de vigilantes por roubo ou furto de mercadorias. Em um episódio que era contado como um verdadeiro mito no sistema, vigilantes abordaram um camelô chamado *Russo*, tomaram as suas mercadorias e, sem muitos rodeios, lhe exigiram dinheiro para liberá-las. O camelô disse que não dava. Como resposta, um dos vigilantes pediu-lhe que entregasse a carteira. Russo afirmou que não tinha carteira nenhuma. Irritado, o vigilante (que também era conhecido pela alcunha de *Russo*) começou a xingá-lo e, puxando-o pela camisa, expulsou-o da estação. O camelô não pensou duas vezes: procurou a delegacia mais próxima e, portando a nota fiscal dos produtos, deu queixa de roubo contra o vigilante. O caso, como me foi contado, foi parar no Juizado Especial Criminal onde as partes foram ouvidas pelo juiz. O camelô se vangloriava do meritíssimo lhe ter dado ganho de causa. No entanto, para ele, o melhor da decisão foi a forma como o magistrado decidiu fazer com que o vigilante indenizasse o camelô: “Ele foi acompanhado até um caixa eletrônico por um policial militar e teve de sacar o dinheiro”.

### **Direções e sentidos alternativos na prática do esculacho**

A concorrer para a noção de complementaridade entre os dois principais atores, segundo a trama que exponho neste texto, havia situações nas quais vigilantes pareciam sentir-se vítimas de um esculacho. Em agosto de 2004, por exemplo, um camelô acionou parentes seus, ligados à polícia militar, para reaver as suas mercadorias, subtraídas por vigilantes no ramal de Deodoro. A sua atitude levou ao indiciamento penal de parte daqueles profissionais. Tempos mais tarde, ele foi interceptado por vigilantes

no ramal de Deodoro. Foi surrado violentamente, sofrendo fraturas nas pernas. Tinha conhecido o rapaz meses antes, em uma manifestação de camelôs, e ele me contou que volta e meia recorria à sua rede familiar para resolver problemas dessa natureza. *Lamir*, o ambulante, dizia ser estudante de cinema da minha universidade e demonstrava confiança em suas estratégias para seguir atuando no ramal de Deodoro.

Mais ou menos no mesmo período, um grupo de ambulantes havia cercado uma equipe de vigilantes da GPS que haviam ido à estação de Triagem, onde acontecia uma reunião de camelôs. Feito o cerco, os camelôs exigiram o estabelecimento de uma negociação que solucionasse a principal reivindicação da reunião: a permissão da prática de comercialização nas estações localizadas entre Penha Circular e Gramacho. Em menor número e cercados numa estação considerada problemática, os vigilantes aceitaram o acordo. No dia seguinte, porém, a equipe foi reforçada e, segundo os camelôs, houve um cerco aos comerciantes ambulantes na estação de Manguinhos. Muitos levaram socos e pontapés e, segundo um dos líderes do SINDATREM, três chegaram a ser baleados. Não tive tempo de procurar as supostas vítimas e conversar, mas, de qualquer forma, foi a primeira vez que ouvira falar em uso de armas de fogo nos confrontos diretos entre camelôs e vigilantes.

### **Esculacho multidirecionado**

Ao longo do meu trabalho de campo, os camelôs eram os que mais denunciavam a ocorrência do que eles qualificavam como esculacho e, quase sempre, os vigilantes praticavam tais ações. Na maioria das vezes, isso era levado a cabo em lugar reservado, longe dos olhos do público. Testemunhas das idas e vindas daquela gente com os seus varais e isopores, as suas caixas, as suas revistas de passatempo e sacolas pretas, sabiam bem o que era se esconder sob o manto de invisibilidade, constituído por uma moralidade relacional (DaMatta, 1985), presente nos trens, como nos bairros da cidade e regiões circunvizinhas de onde eram provenientes para

servir às elites da cidade. O esculacho era um velho conhecido, que a todos indignava.

Nos trens, de tempos em tempos, acontecia o que interpretei como *esculacho multidirecional*. Nestas ocasiões várias pessoas eram atingidas, independente da maneira como se comportavam nas composições. O episódio que narrei, abrindo este texto, é um exemplo desse tipo.

### **O esculacho: uma interpretação sociológica**

Em decorrência do meu trabalho de pesquisa, acabei escolhendo o *esculacho* como objeto dissertativo, muito embora já conhecesse a expressão desde a minha mais tenra idade. A sua veiculação, nos mais variados contextos da vida urbana brasileira, é quase sempre alternada com uma outra: a esculhambação. As duas, inclusive, são consideradas sinônimos por um importante dicionário da língua portuguesa, no Brasil.

Nos trens, a categoria nativa do esculacho designava uma forma de se expressar sentimentos de desconsideração, desrespeito e ausência de reconhecimento, seja da parte de quem sofria os seus efeitos – o *esculachado* –, seja da parte de quem testemunhava ou, na maioria das vezes, tomava conhecimento de tais ações.

No entanto, a idéia de desconsideração era muito difusa. O derrame, como vimos, caracterizava-se pela tomada de mercadorias dos comerciantes ambulantes dos trens por parte de supostas autoridades, geralmente vigilantes contratados. Quando ocorria, acarretava prejuízos significativos, do ponto de vista material, aos camelôs. Estes, muitas vezes, classificavam seu infortúnio como sendo “do jogo”, um acontecimento previsível dentro do quadro de imprevisibilidade a que estavam acostumados. Se preferirmos, podemos chamar mesmo de uma *imprevisibilidade previsível*, oxímoro<sup>15</sup> esdrúxulo, mas que se insere sem maiores problemas de entendimento no quadro relacional da nossa sociedade, já descrito por outros autores (DaMatta, 1985; Kant de Lima, 1995; Santos, 1979). Destas situações podia resultar o *esculacho*, onde, a meu ver,

se verificaria um *déficit de cidadania* (Cardoso de Oliveira, 2002: 14) ainda maior.

Isso me levou a considerar as reflexões de Luís Roberto Cardoso de Oliveira em torno dessas questões relacionando *direito legal* e *insulto moral*. Ao apresentar uma reflexão comparativa sobre suas pesquisas empreendidas nos EUA, Canadá e Brasil, Cardoso de Oliveira cunhou o conceito de *insulto moral* relativo a um conjunto de atitudes que agridem expectativas de reconhecimento por parte dos atores sociais, e que não pode ser mensurado ou classificado de maneira formal.

Nos EUA, por exemplo, tais iniciativas se circunscreveriam, justamente, em um plano ritualístico onde se encontram os indivíduos. Neste, as regras positivas presidiriam as relações entre estes últimos, deixando em segundo plano o referencial da *pessoa*. Esta última é uma entidade moral, segundo a perspectiva de Marcel Mauss, cujas expectativas reúnem elementos para além das convenções formais e legais, particularmente nas sociedades anglo-americanas onde subsiste o mito de serem as leis produtos de uma tradição calcada na origem local dos acordos e contratos (Kant de Lima, 1995). Assim, segundo Cardoso de Oliveira,

*Diferentemente das agressões a direitos jurídicos-legais, o insulto moral não pode ser traduzido, de imediato, em evidências materiais. Embora se trate de uma agressão à pessoa do ator efetivamente ofendido, e não se confunda com a perda eventualmente sofrida com a quebra de um contrato ou em decorrência de um ilícito civil (...) também se distingue de uma agressão física de caráter criminal, que sempre deixa marcas palpáveis, facilmente identificáveis e percebidas como tais por terceiros* (Cardoso de Oliveira, 2000: 9).

O conceito de *insulto moral* pode ser aplicado aos contextos para os quais dirigi meu olhar e produzi minha reflexão, dentro de minha sociedade, onde, a meu ver, se observava a ausência da *dádiva*, ou seja, a ausência de tratamento com *respeito*. Nessas situações,

determinados atores podiam considerar terem sido vítimas do *esculacho*.

Considerando essa possibilidade, não se pode perder de vista, como sugeriu Kant de Lima, que as regras – ou a *lei à brasileira* – de maneira geral incorporadas à tradição da *Civil Law Tradition* (Merryman, 1969) podem ser representadas entre nós como regras instituídas pelas autoridades, constituindo sistemas oficiais que parecem ter por objetivo “*o controle de uma população sem educação, desorganizada e primitiva*” (Kant de Lima, 2001: 108). Assim, o *insulto moral*, entre nós, pode ser expressão de sentimentos, como sugere Cardoso de Oliveira, porém referidos a uma forma distinta de percepção se comparada, por exemplo, com a cultura anglo-saxônica, na qual se insere outra tradição jurídica.

Em outras palavras, a aplicação direta de regras positivadas, sem a intermediação de outros elementos constituídos localmente, pode ser interpretada pelos atores sociais, em determinados contextos da vida social brasileira, como a violação de regras que vigem cotidianamente naqueles espaços. Nessa espécie de *common law à brasileira* parece ser comum considerar que a lei positiva deve ser, sempre que possível, reinterpretada, quando não desconsiderada, contribuindo para percepções presentes em nossa sociedade que a julga um lugar onde se “age conscientemente à margem das leis ou evitando tanto quanto possível obedecer às regras legais” (Dalmo A. Dallari, *apud* Shirley, 1987, IX). Era justamente o que se podia observar nos trens da Central do Brasil, no processo que resultava na prática comercial ambulante, ao arrepio das normas regulamentadas positivamente.

Na minha percepção, portanto, o *esculacho* podia ser o ponto de culminância de um processo que poderia ter, ou não, a ver diretamente com o desrespeito aos direitos dos indivíduos, a partir da não observância das regras positivadas. A aplicação da lei podia ser pretexto para um procedimento desrespeitoso com a pessoa do camelô, por exemplo, mas também com outros atores. Quando

Lamir deu parte dos vigilantes que lhe tiraram as mercadorias em Deodoro, não foi sua ida à Polícia que motivou os mesmos a quebrarem suas pernas, mas a ostentação do desfecho relacionado com a sua rede familiar, atribuindo um poder maior a todos os demais camelôs e aos vigilantes. Era preciso mostra a Lamir, e por extensão aos seus pares, “quem mandava no pedaço”.

Dependia, portanto, da forma como estas regras eram representadas a partir das sensibilidades jurídicas (Geertz, 1989) presentes no espaço público, que vinham a perceber esse Direito de permanência, assim como o Direito de censura e, principalmente, os limites entre ambos, representados ritualmente ao longo de um dia.

### **Esculhambar ou esculachar?**

Muito embora expressassem ações e sentimentos envolvendo violência física e, principalmente, moral, *esculbambação* e *esculacho* eram empregados, nos trens, em níveis diferentes de percepção por parte dos atores. O esculacho soava como uma denúncia grave, uma desconsideração singular, em meio a tantas outras características de nossa sociedade, que frequentemente desiguala seus integrantes de acordo com sua posição social, seu *status*. Parecia representar um nível de desconsideração que impossibilitava a manutenção da ordem vigente, mesmo que esta já fosse estruturada de forma desigual; era um procedimento que arriscava arremeter a vítima para fora da escala aceitável daquele cotidiano hierarquizado.

Analisando a noção de esculacho a partir do seu uso em outros contextos, ela parecia redundar em um tipo de procedimento que se veiculava em desafio aos limites estabelecidos dentro das normas estamentais da sociedade brasileira. Não bastando submeter o oponente a tais regras, fazia-se necessário, via de regra, humilhá-lo. Como me disse uma delegada de polícia, em uma certa ocasião em que lhe perguntei o significado do referido termo nas relações entre policiais e presos nas delegacias do Rio: “mostrar a ele o seu devido lugar”.

As formas de reação ao esculacho, por outro lado, eram as mais diversas. Podiam-se consumir em atos violentos contra detratores ou, pelo contrário, na busca pacífica por promover a reparação da injustiça, a retratação do detrator ou, o que era preferível, o reconhecimento da dimensão da *pessoa* em diferentes instâncias, desde que os atores julgassem que estas eram capazes. O mais importante era que tais reações eram reconhecidas, quase sempre, em sua legitimidade – seja por aqueles que observavam os acontecimentos à distância, embora com empatia, seja pelos próprios detratores, que, muitas vezes, “enfiam a viola no saco”.

### **Proximidades e distanciamentos**

Há mesmo uma origem comum, em termos filológicos, na classificação dos termos *esculhambação* e *esculacho* enquanto sinônimos. Ambas se originam de um vocábulo considerado chulo: trata-se do termo “*colhão*”, apresentado também como “*testículo*”.

A veiculação dos termos *esculhambar* ou *esculachar*, assim me parece, estaria associada à prática de castração de homens, tal como operacionalizado para produzir a figura do *enuuco*, em certas culturas não ocidentais. Na representação mítica mais recorrente, estes homens desprovidos de sua genitália seriam encarregados da guarda de haréns. Uma vez mutilados, não ofereceriam perigo moral e material aos seus senhores. Por serem desprovidos de instrumento vital para a coabitação com as esposas destes homens de poder, não seriam inoculadores de sua genealogia entre aquelas provenientes de castas superiores e, por isso mesmo, destinatários dos bens e da transmissão do poder, conforme os códigos daquelas culturas.

Logo se vê que *esculhambar* ou *esculachar* tem significação simbólica, por poder ser associado a um ato ou prática onde se busca, mais do que ofender, tornar inofensivo o opositor, impotente do ponto de vista de diferentes lógicas de reprodução social. Não me parece exagero supor que, na origem, fora um termo de extrema eficácia classificatória no universo masculino e que, por isso mesmo,

fluiu socialmente, emprestando diferentes significados a variados eventos onde estivessem em questão elementos ligados à honra e à dignidade dos indivíduos.

Quando os atores, nos trens, acusavam a prática do esculacho – seja porque foram vítimas dele, seja porque foram expectadores de sua veiculação (a outra possibilidade reúne aqueles que foram seus autores, os quais raramente denunciavam a própria prática) –, era como se estivessem a afirmar o alcance de um limite do dinâmico jogo no qual valores igualitários e hierárquicos se imiscuem, se relacionam, concorrendo a sua resultante para a produção e a reprodução da vida social – como naqueles momentos nas lutas de *box* em que o árbitro acusa um golpe abaixo da linha da cintura, separando os lutadores de forma que cada um assuma um canto do *ring*, até que seja autorizado o recomeço da luta.

É como se fosse dito que as desvantagens observadas legal e socialmente entre os atores deveriam ter limites. E assim, o momento da denúncia do procedimento *esculachante* e seu reconhecimento por parte de diferentes atores e, eventualmente, do próprio detrator, culminariam em um processo de reconhecimento de um direito comum a todos: o direito de não ser esculachado. É justamente no soar do gongo, levando a separação dos dois lutadores, que se produz um momento em que ambos são iguais, a despeito da força e retrospecto de cada um, para, logo em seguida, a luta se reiniciar com as desigualdades antes colocadas. Um caso *sui generis* de igualdade à brasileira.

## Conclusão

Como sugeriu o sociólogo francês Dominique Vidal, a demanda por igualdade, no Brasil, pode se expressar de forma complexa. Em minha pesquisa, tal complexidade parecia residir em uma característica fundamental: a percepção da idéia de igualdade associada ao alcance de semelhança substantiva entre atores de origens sociais distintas, derivando em complementaridade (Kant de Lima, 2001: 117).

Ora, esta perspectiva parece mesmo bastante distinta da tradição político-jurídica dos países do chamado primeiro mundo, nos quais a igualdade se expressa justamente pela valorização das diferenças encontradas na sociedade (Marshall, 1965: 62). Tradição essa na qual o direito humano ao trabalho,<sup>16</sup> por exemplo, se veiculou como um direito civil anterior ao direito de igualdade política.

Por outro lado, diferentemente das sociedades onde a diferença institui o conceito de igualdade – fazendo com que o conflito seja inerente à estrutura social –, a administração de diferentes interesses, no Brasil, envolve o emprego de práticas repressivas (DaMatta, 1997; Kant de Lima, 2001:118-119). Diferente, portanto, das sociedades de tradição liberal estudadas por Kant de Lima e Cardoso de Oliveira, onde o direito à diferença parece ter se firmado, idealmente, como o mais fundamental entre os humanos.

Nos trens, os camelôs discursavam que perseguiam a condição de trabalhador. Desejavam, portanto, ser tratados com o respeito devido a essa condição. Todavia, não era essa a perspectiva daqueles que estariam, supostamente, encarregados de administrar a ordem social vigente. Na visão destes, os primeiros não eram detentores de uma cidadania plena – seja do ponto-de-vista da justiça do trabalho, que não lhes concedeu o registro sindical, desconhecendo a sua condição de trabalhador, seja na perspectiva da SUPERVIA, que se negava a negociar as suas demandas.

Uma vez que não se encontravam definidos enquanto cidadãos pelo Estado, a repressão era uma forma de mantê-los submetidos a uma estrutura social hierárquica e desigualadora – repressão essa levada a cabo por atores que se encontravam, em termos sociais e econômicos, muito próximos da condição dos camelôs, mas que tinham a sua cidadania reconhecida, ainda que subalternos na hierarquia social. Assim, vigilantes, policiais militares ou similares, no trato com camelôs ou com a população usuária dos trens, utilizavam métodos repressivos com o intuito de “pôr as coisas no lugar”.

Em alguns contextos observados nas sociedades de tradição política liberal, a reafirmação de um direito humano de valor universal, e de certa forma arraigado em um senso comum (Geertz, 2002), parece possibilitar a conformação de cenários nos quais os atores sociais podem praticar as suas diferenças. Em outras palavras, a referência a um direito humano universal, uma vez acionado, poderia favorecer as negociações das diferenças e as suas expressões no espaço público. O direito ao trabalho, por exemplo, poderia encerrar um consenso de que “sem o seu trabalho um homem não tem honra”.

No Brasil, entretanto, o trabalho não se inscreve como um direito civil. É antes uma tutela outorgada pelo Estado, que regula e define quem é trabalhador ou não, regulando desta forma uma noção de cidadania (Santos, 1979). O não-cidadão, nestes termos, ao manifestar os seus interesses e demandas, pode ser interpretado como ameaçador à ordem pré-estabelecida. Para estes casos, a repressão na forma de derrame, de esculacho, ou de uma surra generalizada em um vagão de empregadas domésticas, biscateiros e outros segmentos sub-empregados no ambiente urbano, moradores da periferia de uma cidade cosmopolita, é o receituário comum partilhado nestas tradições.

Conseqüentemente, o tratamento igualitário perseguido pelos indivíduos na condição de trabalhadores naquele espaço social era entendido com um recurso mínimo. O objetivo, quase sempre, era o estabelecimento de relações diferenciadas, minimizadoras das distâncias sociais. Nesta operação, a igualdade buscada se definia em termos de uma semelhança substantiva, e sucessiva, com pessoas ou grupos considerados superiores. Uma noção de igualdade entre pessoas que resulta em combinações complexas com indivíduos hierarquizados, para propor uma releitura do genial ensaio de Roberto DaMatta.<sup>17</sup>

Estas reflexões me permitem um entendimento acerca da operação cognitiva acionada pela senhora do último vagão, enquanto arrumava

o vestido amassado na pancadaria. Para ela, pensar que “quem saiu é por que estava devendo” significava a sua impossibilidade de saber, em meio a uma estrutura hierarquizada de sujeitos e papéis sociais, o que efetivamente tinha acontecido. Mais do que isso: significava a aceitação de que em nossa sociedade alguns, definitivamente, sabem mais do que outros (Kant de Lima, 2001: 120-121).

O curioso é que se poderia dizer que uns podem não saber muito bem por que apanham, mas outros sabem por que batem. Contudo, estes últimos costumam dizer que não sabem muito bem por que batem, mas dizem que os outros sempre sabem por que apanham. Talvez resida aí, em parte, o segredo do aparente equilíbrio social que observava naquele espaço social e que, analogamente, assim me parece, pode ser observado em outros contextos sociais brasileiros.

Costuma-se dizer, no Brasil, que “Deus ajuda a quem cedo madruga”. A expressão busca conferir legitimidade social a quem trabalha. Toda uma rede social estaria disponível para o ator social que vive do trabalho. Geralmente, a crença neste adágio, talvez em função de processos políticos endógenos, associa legitimidade a direitos sociais que deveriam ser providos pelo Estado. Todavia, nem todos os que acordam cedo são considerados oficialmente trabalhadores. Logo, o Estado por aqui não lhes confere direito social algum e, pior, pode não lhes reconhecer direitos civis. Conseqüentemente, há situações em que o arbítrio e a violência de indivíduos que se apropriam da representação estatal comprometem a expectativa dessa legitimidade.

## Referências

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal e Insulto Moral – Dilemas da Cidadania no Brasil, Québec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002 (pp. 158).

\_\_\_\_\_. “Honra, dignidade e reciprocidade”. In: *Direitos Negados – Questões para uma Política de Direitos Humanos*. Revista Cadernos de Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, 2004 (pp. 31-48).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio: Editora Rocco, 1997

\_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984

\_\_\_\_\_. *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DAVIS, Shelton (org.). *Antropologia Jurídica – Estudo Comparativo de Categorias de Dívida e Contrato*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. (pp.9-24).

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens – Para uma Antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

KANT DE LIMA, Roberto. Carnaval, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In GOMES, Laura Graziela, BARBOSA, Livia, DRUMOND, José Augusto (orgs). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2001 (pp. 105-123).

\_\_\_\_\_. *A Polícia da cidade do Rio de Janeiro – seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: editora Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. & NOVAES, Regina Célia Reyes. *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói, RJ: EDUFF, 2001 (pp. 7-15).

LAUTIER, Bruno. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris: Éditions La Découverte, 1994.

\_\_\_\_\_. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, Ano II, nº 1, maio de 1997 (pp. 59-91).

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

LOPES, Nei. *Guimbaustrilho e outros mistérios suburbanos*. Rio de Janeiro: Livraria Editora, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Crimen y Costumbre en la Sociedad Salvaje*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

\_\_\_\_\_. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 3ª ed. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

\_\_\_\_\_. Fenômenos Jurídicos. In *Manual de Etnografia*. Lisboa: Editora Pórtico, 1972 (pp.147-212).

MARSHALL, H. T. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1965.

MELLO, Marco Antonio S. & Vogel, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª edição. Relatório do projeto de pesquisa “Espaço Social e Lazer, Estudo antropológico e Arquitetônico do Bairro do Catumbi”, realizada com o apoio da FINEP. 1985.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa: Editora Teorema, 1986.

MERRYMAN, John Henry. *The Civil Law Tradition – An introduction to The Legal Systems of Western Europe and Latin America*. Stanford, California: Stanford University Press, 1969.

MISSE, Michel. *Malandros, marginas e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia. Rio de Janeiro: 1999.

MOORE, Sally Falk. *Law as a process*. London, Henley and Boston. 1978.

PIRES, Lenin. “Esculbamba, mas não esculacha!” – *Um relato sobre os usos dos trens urbanos na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas dos comerciantes ambulantes naquele espaço social*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SANTOS, Wanderley G. Dos. Do *laissez faire* repressivo à cidadania em recesso. In: *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SHIRLEY, Robert. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1987.

STAR, June & COLLIER, Jane (eds). History and Power in the Study of Law. In: *New Directions in the study of law*. Cornell University Press, 1989.

TEIXEIRA MENDES, Regina Lúcia. Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. *Revista de Ciências Criminais*, n.13. PUC/RS, Porto Alegre: Notadez, 2004.

TURNER, Victor W. *O Processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 1978.

VIDAL, Dominique. Demandas por respeito: direitos humanos nas camadas populares urbanas. In: *Direitos Negados – Questões para uma Política de Direitos Humanos*. Revista *Cadernos de Direitos Humanos*. Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, 2004 (pp.9-30).

ZALUAR, Alba. *Desvendando Máscaras Sociais*. 2ª ed. Rio: Francisco Alves, 1980.

## NOTAS

<sup>1</sup> No último vagão dos trens da Central do Brasil, particularmente nos trens dos ramais de Japeri e Santa Cruz, era comum entre 2002 e 2004 observar pessoas fumando cigarros de maconha. (Pires, 2005: 96).

<sup>2</sup> Jornal *O Globo*, edição de 17/5/2002, caderno Rio.

<sup>3</sup> Expressão que significa facilitar, ser descuidado com alguma coisa que requer atenção.

<sup>4</sup> No Brasil, as instituições policiais são denominadas federal, civil e militar, conforme disposto na Constituição Federal do Brasil.

<sup>5</sup> Pires, Lenin, “Esculhamba, mas não esculacha!”, dissertação de mestrado, 2005 (cf. bibliografia).

<sup>6</sup> Um vigilante com quem costumava conversar me informou que aqueles homens, volta e meia, exerciam atividades extra-policiais para as empresas de segurança, o chamado “bico”.

<sup>7</sup> Henê é o nome de um produto utilizado para alisamento de cabelos. Há décadas é utilizado no Rio de Janeiro, e em outras regiões do Brasil.

<sup>8</sup> Os camelôs eram proibidos, segundo o artigo 40 do Regulamento de Transportes Ferroviários, de comercializar mercadorias nos trens e plataformas sem autorização da administração ferroviária. Assim, só vendiam seus artigos quando tinham certeza de que não encontrariam vigilantes responsáveis pela coibição daquela atividade. Cf. Pires, Lenin, op. cit: 131.

<sup>9</sup> Em termos sócio-econômicos, tratava-se de um público assalariado que recebia entre 1 e 5 salários mínimos. Era, assim, considerado de baixa renda, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos da classificação étnica adotada pela mesma instituição, e segundo minhas observações, o referido público era formado predominantemente por negros e pardos.

<sup>10</sup> Também de acordo com as classificações do IBGE, estas classes tinham renda entre 5 e 20 (ou mais) salários mínimos e eram predominantemente brancas.

<sup>11</sup> Nos idos de 1982, no processo eleitoral para o governo do Rio de Janeiro, o então candidato Leonel de Moura Brizola propunha um programa de gestão baseado em um *socialismo moreno*, em alusão à representação mestiça que se cultiva no estado, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Cf. em [http://www.estradas.com.br/new/materias/114\\_roubo\\_cargas.asp](http://www.estradas.com.br/new/materias/114_roubo_cargas.asp)

<sup>13</sup> Como referido, além dos vigilantes da GPS, atuavam nos trens profissionais de segurança ligados à empresa High Protect e à própria SUPERVIA. A observância dessa estrutura favorecia a emergência de numerosos conflitos entre os vigilantes, o que beneficiava os camelôs nas suas estratégias de permanência naquele espaço. Para maiores detalhes, ver Pires, Lenin, op. cit.:113-120.

<sup>14</sup> Nome de uma favela localizada na cidade de Recife, Pernambuco.

<sup>15</sup> Figura de linguagem na qual se veiculam categorias de sentidos opostos.

<sup>16</sup> Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos

<sup>17</sup> “Sabe com quem está falando?” – Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In DaMatta, 1997: 179-248.

# O CORPO DO ACUSADO: ESCRITA, ORALIDADE E DIREITOS NA JUSTIÇA FEDERAL ARGENTINA NA CIDADE DE BUENOS AIRES

Lucía Eilbaum

## 1. Introdução

No dia 14 de Janeiro de 1998, numa tarde de verão numa praça da cidade de Buenos Aires, encontravam-se quatro amigos em busca de algum biscate na bolsa de trabalho da Igreja de *San Cayetano*.<sup>1</sup> Enquanto conversavam na fila para entrar na Igreja, um senhor se aproximou deles e ofereceu-lhes um trabalho para mudar um conjunto de livros em um município vizinho a cidade. Precisava de apenas uma pessoa. Foi escolhido RM, um homem de uns 50 anos com uma estrutura corporal forte. Pegou a sua bolsa de trabalho, onde ainda guardava o sanduíche que a mulher lhe tinha preparado prevendo as demoradas esperas na Igreja, e acompanhou o senhor em um táxi até à Estação de trem *Constitución*, na zona sul da cidade. O trem conduzi-los-ia até ao lugar da mudança. Enquanto esperavam, RM foi convidado para comer uma pizza no bar da estação. Quando terminaram, o senhor pediu a RM que esperasse no bar enquanto ele comprava as passagens. RM ficou sentado no bar, cuidando de sua bolsa e da bolsa do senhor. Minutos mais tarde, dois policiais à paisana se aproximaram da mesa. Pediram a RM para abrir as bolsas, sendo que naquela deixada pelo senhor acharam 52 gramas de maconha em cigarros e 10 gramas de cocaína em envelopes. Foram chamadas duas testemunhas para certificarem que RM estava com a droga e que a detenção tinha acontecido conforme as normas legais. RM foi conduzido à sede policial, onde o responsável informou sobre a operação ao *juzgado* de plantão da Justiça Federal da cidade. O secretário ordenou que RM ficasse detido na sede policial, que a droga fosse periciada e o réu conduzido ao *juzgado* na manhã do dia seguinte para ser interrogado. A história de RM tinha ingressado o Sistema de Justiça Criminal.

O caso foi investigado pelo *juzgado*. A interpretação do juiz foi que as provas eram suficientes para acusar RM de posse de entorpecentes. Os policiais tinham-no encontrado com a droga e as testemunhas tinham visto a bolsa junto a RM. A versão de RM no interrogatório não lhe resultou verossímil. Assim como ele, eram muitos os acusados que *se diziam inocentes*, declarando que não tinham nada a ver com os fatos da acusação e que tudo era uma armadilha policial. Assim, o caso passou a uma segunda etapa para ser julgado. RM aguardou a audiência de julgamento na prisão.

Em outubro de 2000, mais de dois anos depois, foi julgado em uma audiência oral e pública. RM foi chamado para depor. Avançou até ao meio da sala e sentou-se olhando para o Tribunal. Contou que “desesperado pela falta de emprego, ia a *San Cayetano* com a esperança de que alguém o contratasse”. Disse também que tinha dois filhos e que caiu em uma armadilha policial. Nunca antes tinha sido preso.

Um dos juízes do Tribunal lhe perguntou se estava sozinho quando foi recrutado. RM respondeu que não, que estava com seus companheiros: o *Uruguai*, o *Cordobés* e *Poca Vida*. Disse também que não conhecia seus nomes, só os apelidos. Com essas informações o defensor de RM solicitou que os três companheiros fossem localizados e citados a declarar. O único localizado foi *Poca Vida*, porque quando foram à Igreja de *San Cayetano* o padre disse que o mesmo estava preso por roubo a mão armada. Uma vez localizado na prisão, foi citado para depor, como testemunha, no julgamento de RM.

No segundo dia do julgamento, *Poca Vida* se apresentou no Tribunal Oral. Segundo o relato do secretário do promotor, “*foi um momento cinematográfico. Em um momento se abriu a porta e entrou um sujeito de não mais de um metro e cinquenta, que deveria pesar 45 quilos, completamente chupado, de 65 anos de idade, de cabelos brancos. Entrou escoltado por dois agentes penitenciários e algemado. Declarou que, enquanto estava com seu amigo RM, chegou um patrão e ofereceu um biscate. Como sempre escolhem os mais*

*fortes, explicou que naquela ocasião ficou fora do negócio*". Sobre por que se encontrava preso não lhe foi perguntado.

Diante das coincidências entre os depoimentos de *Poca Vida* e RM, a versão dos policiais perdeu credibilidade. O promotor da causa desistiu da acusação, pediu que RM fosse declarado inocente e denunciou os policiais. O argumento: estes tinham *armado* o processo para incriminar forçosamente um trabalhador desempregado. O Tribunal declarou RM inocente, mas não pediu a investigação dos policiais.

Tempos depois, a história de RM e a de *Poca Vida* integraram um relatório de casos semelhantes apresentado por uma Comissão de Promotores da Justiça Argentina criada para investigar a produção de "procedimentos *falsos* por parte de grupos da *Policía Federal Argentina*". Esse tipo de operações foi denominado procedimentos policiais "*fraguados*". Esta foi uma categoria cunhada pelos promotores para designar uma modalidade de intervenção policial conhecida e denunciada anteriormente sob as denominações de "*causas armadas*", "*fabricação de processos*", "*procedimentos falsos*" ou, mais popularmente, "*procedimentos truchos*".<sup>2</sup>

Todavia, a incorporação de uma nova designação não foi apenas uma nuance da linguagem. A nova categoria teve efeitos na definição de um universo específico de casos, na forma de organização das denúncias e nas implicações das mesmas. Desta maneira, os procedimentos "*fraguados*" foram, por motivos técnicos e políticos, separados do universo dos procedimentos "*truchos*". Na cidade de Buenos Aires, os procedimentos *fraguados* se constituíram em uma causa de "direitos humanos".

### **Violência policial e "direitos humanos"**

Na Argentina, a partir da década de oitenta, a categoria "direitos humanos" foi associada à luta pelos presos, mortos e desaparecidos políticos do regime militar (1976-1983). O "*movimento pelos direitos humanos*" foi constituído principalmente pelos familiares das vítimas

atingidas pelos militares, apoiados também por organizações civis. “*Aparición con vida y Castigo a los culpables*” e “*Verdad y Justicia*” foram algumas das divisas levantadas por grande parte do movimento.

Era o ano de 1978 e o governo se preparava para recepcionar os times da Copa do Mundo. Paralelamente, cresciam as denúncias do movimento de familiares e das organizações de direitos humanos e ameaçavam apresentar-se diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os governos de outros estados pressionavam pela “*grave situación dos derechos humanos no país*”. Diante dessa situação, o governo militar organizou uma campanha para reverter as pressões internacionais. “*Los argentinos somos **derechos y humanos***” foi o coração da campanha. Dessa forma, ele mesmo se valia da categoria que servia de eixo às denúncias contra o governo. Contudo, os militares não demoraram em perder o poder no governo. Em 1983, tomou posse o novo governo eleito em regime democrático. Concorrentemente, a luta do movimento de *derechos humanos* ganhou maior espaço público e as suas demandas foram crescendo progressivamente, abrindo-se em variadas estratégias (Catela, 2001).

Com o passar dos anos, sobretudo a partir dos anos noventa, a denúncia sobre a *violência política* da ditadura declinou-se na *violência policial* do regime democrático (Tiscornia, 1998). A juventude foi um dos alvos dessa violência: mortes em confrontos, batidas em shows de rock, tortura nas celas policiais. Essas diferentes modalidades foram denunciadas e levadas ao espaço público por parte de organizações civis e pelos nascentes movimentos de familiares de vítimas da violência policial (Pita, 2004; 2005). A *violência policial* se constituía, assim, em um novo referencial da luta pelos *derechos humanos*. A atividade ilegal das forças de segurança do Estado foi alvo de denúncias por parte de organismos civis e dos familiares das vítimas (Tiscornia, 2006). No entanto, as políticas públicas de controle das policiais demoraram a chegar.

Em ambos os casos, a categoria *derechos humanos*, no seu significado local, remitiu às violações dos direitos das pessoas por parte do

Estado. A ação violenta dos agentes estatais foi denunciada por movimentos da sociedade civil, seja através de manifestações no espaço público, seja através de ações na Justiça Criminal, exigindo o castigo dos responsáveis (Pita, 2004). De alguma forma, os *dereitos humanos* e a luta pelo seu respeito ficaram atrelados ao direito penal.

Como referi, a investigação e a denúncia dos procedimentos policiais “*fraguados*” se constituiu em um caso local de *dereitos humanos*. Tratou-se da luta contra a intervenção violenta de policiais. Não uma violência explícita, brutal, sangrenta; mas uma violência exercida por quem, abusando de suas atribuições legais, cancela o direito de ir e vir das pessoas, o direito ao trabalho, à liberdade e à dignidade.

A polícia detém o poder de, em virtude de suspeitas ditas razoáveis, deter pessoas na rua sem mandado judicial. Pode levá-las às sedes policiais e, dando aviso ao Judiciário, indiciá-las de forma tal que seja aberto contra elas um processo penal. O Judiciário, por sua vez, tem a função de dar prosseguimento a esse processo e, finalmente, decidir sobre a inocência ou culpa dos acusados. O sistema criminal é, sem dúvida, um poder que o Estado tem se reservado a si próprio para decidir sobre a vida e liberdade das pessoas e, assim, sobre os limites dos direitos civis e da cidadania (Tiscornia, 2006; Kant de Lima, 1991).

O trabalho da Comissão de Promotores que investigou os procedimentos *fraguados* era resultado da luta de um grupo pequeno de funcionários do Judiciário. Não foi acompanhado de movimentos sociais apoiando a sua intervenção. Grande parte do seu trabalho foi realizado no interior do sistema judiciário e das repartições estatais vinculadas à Segurança Pública. Os momentos de visibilidade pública foram esperados e cuidadosamente escolhidos. Tratou-se, fundamentalmente, do trabalho de *operadores* do Judiciário que, como tais, souberam aproveitar o seu conhecimento sobre a estrutura do sistema e as relações dentro do mesmo (Eilbaum, 2005, 2006).

Com a sua investigação, demonstraram a ausência de controle por

parte do Judiciário e de outras instituições sobre as atividades da polícia. Por muitos anos, os procedimentos “*fraguados*” permitiram à polícia majorar os seus índices de produtividade e melhorar a sua imagem na imprensa, sem que as suas armadilhas fossem descobertas. Esse fato só pode ser entendido conhecendo-se as *formas e rotinas de trabalho* da Justiça com os casos que ingressam pela via policial, bem como as *relações* entre os funcionários do Judiciário e os policiais.

Neste artigo, apresentarei uma etnografia do trabalho da Justiça Federal Argentina nos “casos de polícia” na cidade de Buenos Aires. A partir dessa descrição, pretendo mostrar que os procedimentos *fraguados* não são um desvio da rotina do judiciário, nem uma anormalidade do sistema. São parte integrante do processo penal e, de forma mais ampla, de valores presentes na cultura argentina.

No caso do Judiciário, existem elementos da estrutura e do funcionamento do sistema penal de investigação e julgamento dos crimes que podem ora permitir, ora obstaculizar o desrespeito dos direitos e a produção de desigualdades sociais (Kant de Lima, 1995). Neste trabalho, centrar-me-ei na relação entre o processo *escrito* e *oral* de produção da verdade jurídica. Primeiro, descreverei algumas características da produção escrita da primeira etapa do processo – a investigação do caso. Em seguida, enfatizarei a presença da escrita durante a etapa oral de julgamento. Por último, abordarei as particularidades da oralidade apontadas por meus interlocutores.

## 2. A produção da etapa escrita

A estrutura do processo

A partir da reforma do processo penal nacional, acontecida em 1992, a estrutura da Justiça Criminal Argentina foi separada em duas etapas. Na primeira, os *juzgados de instrucción* estão destinados à investigação do caso e decidem sobre a passagem, ou não, do caso para a segunda etapa de julgamento (*elevação a juízo*). Na segunda, os Tribunais Oraís procedem a seu julgamento, através de uma

cerimônia oral e pública.

Enquanto os  *juzgados de instrucción*  são comandados por um juiz titular, os Tribunais Oraís são compostos por três juízes, um deles presidente do Tribunal. Em ambas as estruturas existe um amplo grau de delegação de atribuições e responsabilidades para os funcionários inferiores.

Nos  *juzgados de instrucción* , essa delegação recai especialmente no secretário do  *juzgado* . Este é uma das figuras centrais do  *juzgado* .<sup>3</sup> A delegação de funções é percebida como uma transmissão de confiança. É o secretário quem conhece os processos e quem coordena e dirige as atividades dos funcionários inferiores, distribui as causas entre eles e estabelece os critérios de atuação. Além disso, prepara as sentenças para a posterior revisão do juiz e, em muitos atos processuais, referenda a assinatura do titular do  *juzgado* . Em todo ofício incluído no processo, abaixo da assinatura do juiz aparece a assinatura do secretário precedido da legenda “ *Ante mí?* ”. As outras figuras importantes na rotina dos  *juzgados*  são os funcionários de menor hierarquia, responsáveis por  *instruir*  os processos, chamados  *instrutores* . São eles os que, de fato, investigam o caso e fornecem as informações necessárias para decidir nessa instância. Toda a produção nesta primeira etapa é escrita e constitui o chamado “expediente judicial”.

No caso dos Tribunais Oraís, embora exista delegação dos juízes para o secretário e deste para os funcionários, os primeiros têm um protagonismo maior na hora do julgamento durante a audiência oral. A cerimônia ocorre sob a direção do presidente do Tribunal, principalmente através do seu controle da palavra. Ele modera a discussão, preside o interrogatório do acusado e das testemunhas, dá a palavra ao promotor e à defesa e recebe os juramentos e declarações, pois as perguntas e respostas devem ser dirigidas a ele.<sup>4</sup> Sob esta forma de comunicação, pode também controlar a aprovação ou não das perguntas que considere “ *impertinentes ou que não conduzam ao esclarecimento da verdade* ”.<sup>5</sup> Os outros dois juízes

mantêm uma postura menos ativa, porém também intervêm nos interrogatórios formulando perguntas. Por sua parte, o secretário do Tribunal Oral está sempre presente nas audiências. Durante as mesmas, a função mais importante é levar a *ata do debate*, onde escreve informações formais sobre a audiência e aqueles trechos do debate que a defesa ou o promotor querem que sejam registrados por escrito, solicitando que “constem em atas”.<sup>6</sup> Uma vez finalizado o debate oral, o Tribunal se reúne em *sessão secreta* para decidir sobre o caso. Nessa sessão se decide sobre a inocência ou culpa do réu, e, no último caso, pelo tipo de pena.

### O corpo do expediente

Nas minhas primeiras incursões na área dos Tribunais, chamou-me a atenção a quantidade de carrinhos que se trasladam de um prédio a outro, portando expedientes. No interior dos prédios, no caso da Justiça Federal, também topei nos corredores com pessoas alçando pacotes com vários autos amarrados. Foi quando se materializou em imagens um discurso que tinha ouvido muito na rotina dos operadores, a referir que as causas “*sobem*” e “*descem*” de uma instância para outra, da promotoria à defensoria, da defensoria ao *juizado*, do *juizado* para a Câmara.

Uma vez dentro dos *juizados*, resultavam envolventes as estantes cheias de papéis que quase nem cabiam nos escaninhos. Também era comum ver, em algum canto, um funcionário *pinchando* (espetando) e costurando os autos.<sup>7</sup> Isso se faz toda vez que se acrescenta qualquer tipo de “escrito jurídico” ao processo.

*Escritos* jurídicos é o nome que recebem as solicitações, decisões, questionamentos, denúncias ou qualquer outro papel produzido sob as regras de escrita do direito processual. Devem ser feitos conforme uma série de formalidades, sem as quais carece de validade (encabeçado, assinaturas, carimbos, etc.). Uma vez costurado, o escrito integra o expediente, sendo-lhe designado um número de folha consecutivo ao último escrito incorporado.

Os *escritos* se apresentam diante de um funcionário na “Mesa de Entradas” dos *juzgados* ou promotorias. Um certo dia, durante meu trabalho de campo, enquanto aguardava para me entrevistar com um promotor, entrou na sala uma mulher com alguns papéis na mão. Como a funcionária estava ocupada fazendo alguma outra coisa, disse: “*Já te recebo*”. Diante dessa resposta, achei que a mulher quisesse conversar com a funcionária. No entanto, a frase não se referia à pessoa, mas à recepção dos *escritos* e outros ofícios.

A presença física do expediente nos Tribunais foi reforçada com algumas categorias que ouvia dos operadores. Uma que despertou o meu interesse foi quando falavam dos “corpos” de um expediente. “O processo tem dois corpos”, “o promotor levou o corpo dois da causa X”, “pediram fotocópia do terceiro corpo”. Através destas e outras frases do tipo, o expediente parecia ganhar vida. Fiquei ainda mais intrigada por esta presença quando soube que quantos mais corpos tivesse um processo, mais importante era considerado, ou pelo menos se entendia que tinha mais trabalho incorporado.

Um ex-secretário me contava que quando era oficial de Justiça competia com um colega amigo para ver quem fazia o maior processo sem fazer nada. Pediam relatórios, informações, tudo relacionado com a causa, mas que não servia para muito. Assim, chegavam ao *juzgado* pastas e pastas de documentação. Uma vez que decidiam parar, já tinham produzido um expediente de onze, doze corpos. “*Competíamos demonstrando uma coisa que era evidente: o que é que você tinha nesses corpos? Nada. Que prova você tinha aí? Nada*”. Essa prática é conhecida na gíria judicial como “*fulbito*”<sup>28</sup>: “*um ofício para cá, um ofício para lá, dois ou três anos, quatrocentas folhas de atuação e nada*”. Muitos foram os operadores que enfatizaram este caráter altamente burocratizado do sistema, no qual a quantidade de papéis virava um símbolo de trabalho e produtividade.

A circulação de papéis não bastou para saciar minha curiosidade. O que continham esses corpos de expedientes? De onde surgiam?

## Na rua: o início do caso

Quando um policial percebe, na rua, que alguém está cometendo um delito, deve dar aviso imediato ao *juzgado* de plantão. Esse procedimento, de fato, não é bem um aviso; é chamado de “consulta policial”.<sup>9</sup> Durante o plantão de um secretário de um *juzgado* federal da cidade, durante as 24 horas dos sete dias de uma semana, são realizadas, em média, trezentas e cinquenta consultas.

O objetivo da consulta é *dar aviso* ao Judiciário das intervenções da polícia na rua. Por isso, muitos funcionários dizem que é uma forma de controle sobre o que a polícia faz nesse espaço. Trata-se também do primeiro contato que o *juzgado* tem com o fato que virará, ou não, um processo judicial. Com os dados que o policial informa ao funcionário, este deve decidir os passos seguintes do caso: a detenção ou não da pessoa, a realização de perícias, a tomada de fotografias e digitais, entre outros procedimentos.

Com a acumulação de anos de experiência trabalhando no Judiciário e a repetição de casos semelhantes, muitos dos secretários me contavam que a consulta em muitos casos acaba sendo um *cliché*, uma vez que as situações se repetem uma trás da outra, e o *juzgado* dá sempre as mesmas instruções. Um secretário, inclusive, dizia que até a mulher dele sabe o “versinho” de cor. No entanto, existem modos distintos de repetir o “versinho”. Essas distinções são indicativas de diferentes estilos de trabalho entre os secretários.

O trabalho de campo sobre os *juzgados*, através de observações e de entrevistas, permitiu identificar, ao menos, duas formas típicas dos secretários conduzirem a consulta policial. Uma é conhecida como “ligação de constância”, “*um atendo e desligo*”. O policial dá informações mínimas sobre o caso e notifica o *juzgado* sobre a existência da sua intervenção. O secretário, por sua parte, se limita a indicar ao policial que aja “*a rigor*” ou “*de estilo*”. Essas duas frases, não especificando as medidas a serem tomadas, confiam as decisões ao policial, conforme as instruções que ele costuma ouvir da parte de um ou de outro secretário.

O segundo tipo é identificado com uma forma mais incisiva de tomar conhecimento de, e instruir a atuação da polícia. Por um lado, através de perguntas mais detalhadas sobre a situação da detenção: hora, circunstâncias, nome, idade e nacionalidade do detido. Por outro lado, através do detalhamento dos procedimentos, marcando de forma explícita não só o que deverá fazer, mas também o que será cobrado na hora do envio das informações da polícia para o *juzgado*.

No entanto, os secretários que trabalham dessa última forma reconhecem as dificuldades de exercer um estrito controle sobre a atividade da polícia. Por um lado, porque em sete dias da semana, 24 horas por dia, atendendo por volta de 400 consultas, “*ao quinto dia você não quer saber de controle nenhum*”. Por outro lado, porque opondo os espaços da rua e do *juzgado*, reconhecem que “*o verdadeiro controle seria ir à comisaría*”. Como se entende que isso é materialmente impossível, existem outras formas de exercer o controle.

Essas formas alternativas têm a ver com o estilo pessoal do secretário se relacionar com os policiais. Às vezes, através de um tom irônico na resposta: “*Eu sei que ao perguntar ao policial, pelo menos tem de se fazer o esforço de inventar uma história (conto) e de inventá-la bem, porque eu vou me lembrar quando a segunda vez me contar a mesma história: ‘mas como!? O senhor sempre apreende maconha? Nunca cocaína?’*” (Secretário de *juzgado* federal). Outras vezes, através de um modo metódico: “*Eu tomo a precaução de anotar tudo: quem me liga, a que horas me liga e tudo o que me dizem. Porque mais de uma vez quando você verifica o que está no expediente com o que te disseram na consulta há coisas que são diferentes. Eu gosto de ser metódica*” (Secretária Federal).

Estes diferentes estilos de trabalho são pessoalmente definidos pelos secretários. Os critérios e exigências formais são combinados com essas formas pessoais de desenvolver o trabalho junto à polícia. Um jeito irônico, uma advertência administrativa ou a reputação de um estilo rigoroso se mostraram como formas de chamar a atenção sobre possíveis irregularidades possibilitando que “*o processo continue seu curso*”.

## O embrião do expediente

Passada a consulta, os policiais seguem os passos indicados pelo Judiciário. No caso dos flagrantes,<sup>10</sup> a etapa inicial do processo é produzida pela polícia e registrada por escrito através do sumário policial. Na rua, os policiais registram o realizado confeccionando os autos correspondentes. Uma vez na repartição, produzem as outras informações: declarações testemunhais, exame médico, fotos, digitais, ficha criminal, entre outras. Essas informações são registradas com a assinatura e carimbo dos responsáveis da repartição. Todo esse material escrito constitui o *sumário de prevenção* ou, informalmente, *sumário policial*.

Essas informações escritas da polícia têm a qualidade de documentos públicos. Como servidores do Estado, todo papel emitido ou reconhecido pelos policiais, através da assinatura e carimbo correspondentes se transforma em um “instrumento público”. A particularidade desse instrumento é que outorga *fé pública* ao conteúdo do mesmo. De alguma forma, a *fé pública* seria uma crença do sistema na validade e veracidade do que passa ou é produzido pelas mãos dos seus operadores. Em função dessa particularidade, se presume que as informações do sumário policial são *legítimas* e *verdadeiras*. Para demonstrar o contrário, que “*alguma coisa está fora do lugar*”, a versão do acusado é pouca coisa. Até porque, ao contrário da polícia, no seu interrogatório ele está legalmente autorizado a mentir. A presunção de *verdade* sobre a versão escrita da polícia se contrapõe de forma desigual com a presunção de *mentira* do depoimento do acusado. Dessa forma, a interpretação daqueles policiais intervenientes nas situações de detenção constitui a versão *autorizada* para o juiz formular a acusação. Essa versão é construída previamente à possibilidade de ouvir o acusado. Portanto, este vai ao *juizado* para, ao ser interrogado, tentar reverter as acusações promovidas pela polícia, tendo como intermediário o instrutor da causa.

Especialmente nos casos de flagrantes, o valor probatório da versão policial é ainda mais relevante porque dificilmente se produz muito

mais prova por parte do Judiciário, “*só quando há coisas que realmente mereçam ser trazidas ao juzgado se estudam fino, mas a rigor nós trabalhamos muito com a versão da polícia*”. Segundo o secretário que disse isso, o resguardo de trabalhar com essa versão é que sua produção é controlada através das instruções do *juzgado*.

Basicamente, o que se pretende controlar desde o *juzgado* são as diferenças entre o que policial descreve na consulta e o que chega informado no sumário. Nos casos que acompanhei, por exemplo, faltou quantidade de droga ou outro tipo de objetos apreendidos, ou mesmo a polícia informou que havia três pessoas detidas para, em seguida, uma delas figurar como testemunha.

Por outro lado, outro aspecto que requer o controle do *juzgado* é aquele relativo à confecção dos autos de detenção e de apreensão. É muito comum estes serem preenchidos com erros ou com falta de dados. Também as declarações tomadas na sede policial podem apresentar problemas. Estes têm a ver com a repetição idêntica das declarações das testemunhas e as dos policiais entre si e aquelas quase idênticas entre os dois atores. Como me comentou um secretário, uma estratégia de repetição “*agora ajudada por um meio técnico espetacular que é o computador. Só há que mudar o nome de quem declara, mudar o sexo feminino ou masculino e o demais é igual*”. De alguma forma, esta técnica permite que a versão do sumário policial seja uma única versão integrada e coerente (quando não idêntica) das versões de todos os policiais e das testemunhas. Favorece também a despersonalização dos depoimentos, sendo que ao *juzgado* só chegam papéis impressos, cujo signo mais personalizado é a assinatura do declarante.

### **Costurando o expediente**

Uma vez pronto o sumário, por indicação do secretário, é *elevado* pelo policial responsável ao *juzgado*. Ao ingressar no sistema, o caso é designado pelo secretário a um ou dois instrutores que trabalharão o processo judicial. O *pinche* prepara a capa do expediente com as

informações básicas sobre o caso<sup>11</sup> e *costura* a esta o sumário policial. Em seguida, começa a produção estritamente judiciária do expediente.

Todas as decisões tomadas no quadro de um processo constam por escrito no expediente: solicitação de medidas de prova, de exames de corpo delicto, de perícias de drogas, atas certificando as medidas realizadas, as respectivas notificações ao promotor e aos defensores, os resultados dessas medidas informados pelas instituições competentes, atas de depoimentos, solicitações de prorrogação de certas medidas, entre outros. Cada movimento realizado no processo gera aproximadamente cinco documentos diferentes.

Uma vez que o expediente vai ganhando volume, se desprende em um segundo corpo. Na capa se identifica, à mão, *I Corpo, II Corpo*, e assim por diante. Por sua vez, dentro de cada corpo cada folha é numerada e carimbada, certificando sua validade dentro do Judiciário.

Esses *escritos*, que vão constituindo o corpo do expediente, constroem a versão sobre a qual se fundamenta a elevação ou não à etapa de julgamento oral, por parte do *juzgado de instrucción*. Nessa versão, sustentada fundamentalmente no sumário policial, a palavra do acusado tem um valor menor. Para ser aceita, sua versão tem que ser verossímil. Por sua vez, essa verossimilhança é examinada sob a luz da lógica dos fatos apresentados no sumário pela polícia. Por isso, o que geralmente se busca na palavra do acusado é a confirmação das informações policiais. Através de perguntas que, como me disse um secretário, até “*podem parecer uma bobagem*”, se procura que o próprio acusado confirme a versão da acusação. O momento destinado para o acusado expor sua versão é o interrogatório, realizado no *juzgado*, e chamado *declaración indagatoria*.

### **A declaração *indagatoria***

L: E quando o acusado na declaração *indagatoria* indica

alguma coisa que não quer que apareça?

Secretária de *juizado*: Olha, em geral, a verdade é que você deveria fazer o que o código diz, que é pô-lo e pôr que se nega a assinar, e aí vai.

L: O código diz isso?

S (com um sorriso): Sim, diz isso.<sup>12</sup> Nesses casos, você trata de ser respeitoso. Se ele não quer botá-lo, não quer dizê-lo, embora o escute, você não o bota. Obviamente há um limite: se o que está dizendo é, por exemplo, que a polícia lhe bateu e desfigurou a cara do outro imputado, não há possibilidade de que não o diga. Mas quando simplesmente diz que a polícia o empurrou, você lhe pergunta: “O senhor quer dizer isso?”. E se ele não quer dizê-lo, nós não o forçamos. Em geral lhe dizemos: “bom, olhe, espere, paremos aqui e fale com a defensoria”. E aí, que o defensor o aconselhe. Às vezes até o aconselhamos nós.

L: Você pode usar o que ele diz na *indagatória* como prova no processo?

S: Não, se ele não o diz. O que ele não declara não está no expediente. O que não está no expediente não existe. (...)

L: Qual é o papel ou a atitude dos defensores?

S: Bom, na grande maioria dos casos não assistem às *indagatorias*. Em parte – eu acho – porque, como os sumários geralmente não estão instruídos da melhor forma, a declaração do imputado contribui a convalidar alguma coisa que a defesa quer questionar. Porque, embora seja certo que a declaração *indagatória* é o primeiro ato de defesa da pessoa, é a primeira vez que lhe dizem: “olhe, o senhor está acusado de tal coisa”. É a primeira vez que pode aceder a essa informação e explicar: “não, olhe, isto é uma coisa diferente, porque eu não tinha isso aqui, eu tinha isso lá”, “não, olha isto não foi assim, foi assado”. Ele pode dar uma série de explicações. Ora, você também tem aquele que declara tendo uma boa estratégia. Porque

se vai inventar ou tergiversar, a verdade tem que ser uma coisa mais elaborada, porque tem que provocar que, a partir de sua defesa, se produza prova que provoque um olhar diferente sobre o expediente. E às vezes a defensoria não quer fazer isso de forma imediata. Por isso, muitas vezes, aconselham aos acusados que não declarem.

Quando no *juizado* se têm suspeitas suficientes de que uma pessoa participou de um crime, esta é convocada para dar sua versão sobre os fatos que lhe são imputados. Por isso, o interrogatório é considerado o primeiro ato de defesa do acusado. Trava contato com a acusação do processo: “*O senhor está acusado de tal coisa*”.

No caso dos flagrantes, essa “*tal coisa*” são os fatos inscritos no sumário policial. Essa é a versão que existe (no expediente) e a partir da qual o imputado poderá dizer “*isto não foi assim, foi assado*” ou “*eu não tinha isso aqui, eu tinha isso lá*”. Nessa perspectiva, a versão do imputado terá de reverter a versão fixada no expediente, convencer o instrutor de “*que a partir de sua defesa se produza prova que provoque um olhar diferente sobre o expediente*”.

Em ocasião de uma declaração *indagatória*, devem estar presentes o acusado, o juiz e o secretário. Também podem estar o defensor e o promotor da causa. Além deles, teoricamente não pode assistir mais ninguém. Assim, diferentemente da declaração do imputado no julgamento oral e público, na etapa de instrução o ato é secreto. Na verdade, o que é secreto é a produção da declaração, já que uma vez escrita, seu conteúdo costuma ser reproduzido nas audiências orais da etapa posterior, que são públicas.

A declaração *indagatória* deve ser tomada pelo juiz titular do *juizado*. No entanto, conforme a cadeia de delegação informal, este transfere essa tarefa ao secretário que, por sua vez, a transfere aos funcionários. Esta delegação informal tem um reconhecimento unânime entre os operadores do sistema. Todos eles reconhecem que é material e fisicamente impossível que o juiz e/ou o secretário estejam presentes em todas as *indagatórias*. Portanto, quem toma a

declaração é o instrutor da causa.<sup>13</sup> O que acontece em algumas ocasiões é que o secretário e pouquíssimas vezes o juiz entram na sala, se apresentam, façam alguma pergunta e saem. O objetivo é que o acusado conheça o secretário ou o juiz e que estes *vejam* o acusado, seus *gestos*, sua *corporalidade*. Na prática, durante toda a primeira etapa, o primeiro juiz do processo, não conhece nem se encontra com o acusado.

Ora, quando você lê o expediente sempre aparece *como se* a declaração tivesse sido prestada diante do juiz e do secretário. O formulário da ata se inicia sempre com o local e a data da declaração seguida da frase: “*comparece diante de S.S. (Sua Senhoria) e Secretário Autorizante, uma pessoa...*”. Por isso, embora não estejam presentes e apenas passem por um momento, o que não pode faltar de jeito nenhum é a assinatura de ambos. Se faltar, a declaração poderá se declarar nula. De alguma forma, a omissão do requisito formal da assinatura torna evidente a ausência que todos conhecem e aceitam pela própria rotina e dinâmica do trabalho. Desse modo, o juiz e o secretário podem ou não estar presentes, porque o que vale no expediente escrito é a sua assinatura. É como se esta corporificasse a presença deles.

Durante a declaração, o acusado não necessariamente deve estar acompanhado do advogado defensor.<sup>14</sup> Também pode se negar a declarar. Uma secretária me comentava que para ela o objetivo principal da declaração *indagatória* é justamente que a pessoa entenda e saiba do que está sendo acusado. Por isso, a leitura do fato imputado é sempre obrigatória, quer o acusado aceite ou se negue a declarar.

Geralmente, a declaração se desenvolve como um diálogo entre o instrutor e o acusado, cujo produto final é a ata confeccionada pelo funcionário. Não se trata de uma tomada de notas integral da fala da pessoa, mas de uma transcrição por parte do instrutor sobre a fala do acusado e sobre o que lhe é perguntado. As formas de registro podem ser *mais ou menos* literais. Estas diferem conforme o

estilo pessoal do funcionário e algumas orientações do secretário: tentar manter os termos que o acusado utiliza, digitar ao mesmo tempo em que a pessoa fala, digitar depois de cada resposta, entre outras.<sup>15</sup> Como mencionado, as transcrições sempre se fazem de forma indireta: “perguntado sobre... respondeu que...”.

Finalizada a declaração, o instrutor lê a declaração, ou a entrega para o acusado ler. Este pode pedir para acrescentar, tirar ou alterar frases da ata. De qualquer forma, nos casos de flagrantes, poucas vezes os acusados pediram para modificar alguma coisa. Na maioria dos casos também estão sem defensor.

Ao ler as atas de declaração *indagatória*, eu sempre ficava com a sensação de se tratar de um momento muito formal. O acusado fazia seu relato dos fatos e, depois do relato, o instrutor formulava as perguntas. No entanto, as posteriores conversas com acusados e secretários e as declarações que consegui assistir me mostraram que o desenvolvimento da situação respondia a uma interação mais fluida do que aparece na versão escrita. Por exemplo, a parte que na ata aparece como o relato da pessoa sobre os fatos da acusação é guiada em grande medida pelas perguntas do instrutor.

Desta forma, na versão do imputado aparecem mencionados como parte do seu relato aspectos da situação que ele talvez não tivesse considerado, não fosse pela orientação do instrutor. O que ele disse, o que ele disse “*e não quer pôr*” e o que ele disse e é sugerido para não dizer, fazem parte do desenvolvimento da situação da *indagatória* e, finalmente, da forma em que é inscrita a versão do imputado.

Um aspecto que me chamou a atenção na conversa com a secretária citada no início foi a forma em que apresentava a relação entre *o que se diz* e *o que se escreve*. A secretária disse que, quando o imputado diz alguma coisa que contradiz a versão da polícia, às vezes se pergunta para ele “*“O senhor quer dizer isso? E se ele não quer dizê-lo não o forçamos?”*. Nesse caso, “*dizer isso*” quer dizer *escrever isso* na ata. Ao tomar nota, o que se fala fica inscrito no expediente. Nessa visão, ao ficar inscrito no expediente, existe. Se por algum motivo o

imputado não quer dizer ou escrever partes de sua versão, a sua palavra não tem valor nenhum. Ela só tem valor quando posta no papel, “*embora você o escute*”.

Como os acusados conhecem seu defensor poucos minutos antes de ser interrogados, a possibilidade de apresentar uma versão que “*provoque um olhar diferente sobre o expediente*” é muito remota. Por isso, muitos defensores aconselham a não declarar. A meu ver, esta tomada de decisão de não declarar, de não se expor, diante de circunstâncias que são adversas ao imputado, mostram de alguma forma uma visão do momento da *indagatória* como um espaço de acusação onde cabe ao imputado rebater a versão que lhe é imposta. Por isso, talvez, somente com uma boa estratégia de defesa “*você possa inventar ou tergiversar a verdade*”. Essa verdade do expediente é apresentada como a versão de acusação. Revertê-la é “*coisa mais elaborada*”.

Até a etapa aqui descrita, toda a atividade produzida foi registrada por escrito e incorporada ao expediente, com caráter de fé pública. A etapa seguinte, pelo contrário, estaria caracterizada pela predominância da oralidade e a produção imediata da prova nas audiências orais e públicas. De alguma forma, era de supor que o expediente escrito iria “perdendo corpo”. No entanto, um dos objetos que imediatamente chamaram a minha atenção, nas mesas do Tribunal, da defesa e da promotoria, foram os *corpos* dos autos produzidos na etapa de instrução.

### 3. A escrituração do oral

Secretário de *juzgado* federal: O julgamento oral, idealmente, deveria ter a lógica de um jogo de futebol: o juiz assistindo, as duas partes jogando. Não importa o treinamento que tiveram antes, quanto treinaram, com quem treinaram. São eles dois no jogo. E o juiz deveria ir ao julgamento da mesma forma que você vai ver um jogo de *Boca x River*, sem saber nada. Mas aqui é uma cultura escrita, os juízes lêem o expediente antes,

necessitam ter o expediente aí, tê-lo lido. Por isso, o julgamento oral muitas vezes é vazio, é uma reprodução de instrução. Eles têm que ter tudo escrito.

L: E formalmente isso é permitido?

S: Sim, está contemplado nas normas processuais na *incorporação de depoimentos por escrito*. E, se o defensor quer ir embora rápido, não duvide que vai incorporar por escrito.

Como mencionado, um caso chega à etapa de julgamento oral quando o juiz de instrução considera que a prova produzida nessa instância merece ser *elevada* para julgamento. O objetivo da reforma do processo penal foi que toda a prova tendente à condenação ou à absolvição, que foi produzida na etapa de instrução, seja reproduzida durante o debate oral. Nas audiências, o defensor e o promotor têm a oportunidade de argumentar pela prova a seu favor, bem como de contra-argumentar pela prova desfavorável, possibilidades que não tiveram durante a etapa escrita da instrução.

Todavia, nem sempre a prova é reproduzida, nas audiências, de forma oral e contraditória. Porque com o acordo do promotor e da defesa, podem ser incorporados ao debate depoimentos, perícias ou outras provas que foram produzidas na instrução. Essas provas chegam ao debate inscritas nos *corpos* do expediente. E a incorporação das mesmas se realiza através da sua leitura.

É evidente que nem sempre os depoimentos são lidos na audiência. Na maioria das vezes em que assisti a esta solicitação por parte das partes, quem pedia a incorporação por leitura mencionava o número de folha do expediente de instrução. Após ouvir o som da compulsão das cópias do expediente por parte das partes e do Tribunal, o presidente aprovava a incorporação. Isso acontece dessa forma porque se faz com o acordo das partes e porque se entende que todos conhecem o expediente. Logo, é melhor para poupar tempo da audiência. Por outro lado, o público presente pode livrar a sua imaginação do conteúdo que está sendo incorporado. Esta

forma *lida* de reiterar a prova produzida na instrução se opõe a uma das poucas vantagens que os operadores reconheceram na introdução do julgamento oral: *ver, ouvir e sentir* os depoimentos.

Existe outra forma em que a prova de instrução se imiscui no debate. Revisando meu caderno de campo de algumas audiências orais, percebi o quanto é comum que o Tribunal ou as partes façam referência, nos interrogatórios orais, aos depoimentos que constam no expediente:

Buenos Aires, nove de outubro de 2003. Primeira audiência do Julgamento contra C&B, acusados do crime de “posse de entorpecentes com fins de comercialização”. Trata-se de envelopes de maconha encontrados dentro de uma caixa de chocolates, dentro de uma bolsa de mulher, no carro em que foram detidos. As provas produzidas em instrução são declarações testemunhais e a perícia química sobre a droga. O secretário anuncia a entrada do Tribunal: “Todos de pé”. O secretário lê o requerimento de “*elevação a juízo*” do promotor de instrução. O presidente do Tribunal chama B, um dos acusados. Anuncia o direito a permanecer calado. B responde que vai declarar (...).

J: você já conhecia o motorista do carro (Mário)?

B: não.

J: conversou com ele no carro?

B: pouca coisa.

J: que conversavam?

B: não me lembro.

O juiz lê uma parte da declaração de B em instrução: “perguntado sobre se conhecia a Mário, responde que sim (...)”.

B: eu o conheci nesse momento.

J: mas na sua declaração anterior você disse que o conhecia.

B: é que lá há coisas que eu não disse.

J: e por que assinou?

B: eu tinha que assinar.

J: foi ameaçado?

B: não.

J: e por que assinou?

B: porque queria ir embora de lá (do *juizado*).

(...) Lembrando de outros julgamentos, percebi que, quando surgem contradições nos depoimentos dos acusados, a primeira coisa que faz o Tribunal é se remeter à declaração feita em instrução. Assim, aparece uma forte insistência em confirmar o que já foi manifestado e escrito na etapa de instrução. Lembro-me também do julgamento de F sobre “porte de explosivos”. Como F não quis declarar na audiência oral, o secretário leu a declaração da etapa anterior”.<sup>16</sup>

Nas minhas notas de campo sobre as audiências orais, também tenho registradas várias situações em que foram lidos trechos das declarações de acusados ou de testemunhas nas etapas anteriores. Casos, por exemplo, em que durante o depoimento de uma testemunha, o Tribunal ou as partes perguntavam novamente sobre a fala da pessoa: “*o Senhor está dizendo que quando chegou ao local a droga estava encima do porta-malas do carro. No entanto, na sua declaração na sede policial o Senhor disse que viu o policial tirando a droga da bolsa. O que é que o Senhor viu?*”<sup>17</sup>.

Em muitos casos, essa dinâmica de retomar os depoimentos anteriores me foi explicada, após o julgamento, como uma estratégia de trabalho das partes. Como a audiência oral acontece vários meses depois do fato, muitas testemunhas respondem que não se lembram do acontecido. Isto ocorre sistematicamente com os depoimentos dos policiais. Diante desta situação, os defensores costumam ler as atas das declarações prévias como uma forma de “*refrescar a memória*”.<sup>18</sup>

Um segundo motivo para a defesa lembrar e ler as provas de instrução são os problemas surgidos em relação à “forma” em que foram tomadas as declarações – em uma sede policial no caso dos depoimentos de testemunhas, e no *juizado* no caso do acusado. Coisas escritas que não foram ditas, atas que não foram lidas, falta de consulta com um advogado, ameaças explícitas e medos implícitos de contradizer a versão policial sugerida ao depor – todos esses problemas são atribuídos à forma *escrita* de produção da prova em instrução. Dessa maneira, em alguns casos, a constante menção a essas provas é uma busca por parte da defesa para impugná-las.

Diante destas características, o que acontecia nas audiências, mas do que “*o confronto entre as partes*” – como o caracterizou uma defensora pública – parecia um contraditório entre as duas etapas: instrução e julgamento; escrita e oralidade.<sup>19</sup> Interessada nesta questão, inquirei sobre a mesma em várias entrevistas e conversas.

Por um lado, alguns funcionários se referiram à representação já citada do “*jogo de futebol*”: os juízes do Tribunal deveriam ir à audiência sem ler o expediente. A base do argumento é que lendo a prova da acusação os juízes desenvolvem uma “*convicção prévia*” sobre o caso e, assim, o objetivo da audiência oral é “*apenas corroborar o que vem no expediente*”. Desta forma, prescinde-se do objetivo teórico do julgamento oral que é a construção de uma “verdade” produto do debate.

Outros funcionários discordaram deste ponto. Estes argumentavam que os juízes devem conhecer o expediente porque “*você tem que poder confrontar o que se declara com o que já foi falado; tem que buscar as contradições. Se você não leu o que as pessoas falaram antes, estas chegam à audiência e te contam qualquer história. O juiz não pode chegar virgem*”.

Nesta representação, a leitura e o conhecimento do expediente escrito são vinculados com a capacidade do Tribunal para fazer perguntas. Se o Tribunal leu os autos, poderá interrogar. Caso ele não conheça o expediente, será um Tribunal que deixa falar e cede maior espaço para o promotor fazer as perguntas. Segundo me

explicava um secretário de um Tribunal Oral Federal, esta última atitude não tem a ver com um perfil acusatório do Tribunal, mas com o fato de não lerem o expediente e não saberem o que perguntar. Desta forma, a meu ver, a *escrita* e o *rol inquisitivo*, explicitamente característicos da etapa de instrução, aparecem também associados na etapa oral.

Estas diferentes opiniões sobre a leitura prévia do expediente, porém, se articularam em um ponto de acordo. Todos afirmaram, sobre essa espécie de contraditório entre a etapa de instrução e a etapa de julgamento, que se trata de um contraditório desigual entre a escrita e a oralidade. O que é produzido na etapa de instrução é o ponto de partida sobre o qual se baseia “*a busca das contradições*”, bem como “*a convicção na verdade do expediente*”. A instrução é o ponto de partida. O julgamento oral pode ser uma possibilidade de reverter o que já foi feito, mas a instrução escrita é sempre a etapa que forma a opinião, guia os interrogatórios e o transcorrer do julgamento<sup>20</sup>.

A metáfora reiteradamente usada para me explicar isto foi a de “*um pacotinho atado*”. Quando, no *juizado* de instrução, se *eleva* o caso para julgamento oral, os *corpos* do expediente *sobem* ao Tribunal Oral. A informação neles voltada contém as informações que deram início ao caso, a prova produzida através da investigação e a interpretação da mesma na decisão do juiz ou do promotor. Dessa forma, esse “*pacotinho*” apresenta uma versão coerente e fechada do processo, conforme a informação produzida na polícia e no *juizado* de instrução. Versão essa que fica *inscrita* nos corpos do expediente.

Como vimos, ao serem as etapas anteriores ao julgamento escritas, o que as pessoas depõem é fixado no papel. No entanto, isso não é feito de forma textual, pois não é uma versão taquigráfica da fala da pessoa. O funcionário que estiver tomando a declaração vai transcrevendo e/ou resumindo o que a pessoa diz<sup>21</sup>. Através dessa função intermediária, posicionada entre a fala da pessoa e o papel, o que é dito sobre o acontecimento passado se *transforma* em um

relato, uma versão possível entre outras (Geertz, 2003:14), mas autorizada pela sua inscrição no expediente.

Essa inscrição no papel também permite que os registros desses depoimentos sejam retomados nas etapas posteriores (Goody, 1988:26). Em função dessa possibilidade que oferece a escrita, nas audiências orais as partes ou o Tribunal consultam suas cópias do expediente e confrontam a versão escrita com a versão oral. No entanto, trata-se de um jogo desigual. Nesse confronto, o que está inscrito é dotado de um valor maior. Um dos motivos consiste em que o suporte dessa escrita não é qualquer papel, porque todo *escrito jurídico* que sai de uma repartição judiciária tem presunção de verdade.

Nas entrevistas, quando conversava sobre a reforma e a introdução da oralidade no processo penal, os operadores me diziam que, em nosso sistema, o que efetivamente ocorria não era um julgamento oral. Era um “*debate zero*”, um “*juízo lido*” ou uma “*paródia de julgamento oral*”. As coisas se faziam *como se* fossem orais, mas na prática se transformavam numa outra coisa (*escrita*).

São várias as situações em que, nas audiências orais, se recorre à técnica da leitura. O secretário lê o requerimento de *elevação a juízo*, as partes lêem trechos de declarações de instrução, o secretário lê as provas incorporadas por leitura e este mesmo funcionário, no final do julgamento, lê também a sentença do Tribunal.<sup>22</sup> Por outro lado, também era insistente a referência às provas escritas da etapa de instrução, o confronto do inscrito com o falado, a busca de contradições e a convicção do Tribunal nas informações que chegavam através de um “*pacotinho atado*”. Com estes exemplos, as críticas ao julgamento oral sempre foram atribuídas ao domínio da escrita sobre a oralidade.

#### 4. Ver, ouvir e sentir

##### A vantagem da oralidade

L: como você trabalhava com o tema das nulidades?

Ex-Secretário federal: Com as nulidades o procedimento por escrito é muito mais tranqüilo. Quer dizer, o procedimento oral é muito mais eficiente porque permite que se represente seriamente o que aconteceu. Houve um caso escandaloso. Foi o primeiro caso de uma grande nulidade. O policial realizou tarefas de inteligência para identificar uma família de colombianos que morava em uma casa. No julgamento oral, perguntaram-lhe como tinha feito essas tarefas. E o policial responde: “bom, toquei a campainhinha e perguntei se era aí”. E era óbvio que se você é um traficante e um policial toca a campainhinha de sua casa e pergunta: “Senhor, aí mora a família Pires?”... Era uma coisa assim, grotesca. O policial acabou dizendo isso na audiência oral porque não estava preparado. Ninguém antes tinha lhe perguntado como havia feito. Acabaram os traficantes absolvidos e o policial preso. Antes, com o procedimento escrito você punha: “realizaram-se discretas tarefas de inteligência” e pronto. E agora o Tribunal lhe pergunta: o que são “discretas tarefas de inteligência”? E aí você tem que dizer: “bom, veio um vizinho, disfarcei-me de sorveteiro”. Enfim, tem que ter alguma história.

L: E no processo escrito não se citavam os policiais para deporem no *juizado*?

Ex-S: em geral não, entregavam por escrito. Uma coisa é interrogar uma testemunha e que depois você faça a alegação pelo que está escrito no papel; outra coisa é que o cara declare e tenha o promotor de um lado e o advogado defensor do outro. O advogado defensor vai disparar para matar assim que você se contradiga ou não se lembre de alguma coisa.

L: E por escrito a intervenção do defensor é...

Ex-S: É mínima. E na audiência pergunta: a quem seguiu? Como o seguiu? Que viu? Na audiência te deixam maluco. Para ir ao Tribunal Oral você tem que estar muito bem armado. Essa foi a grande mudança da oralidade. Uma coisa é ver o expediente, outra coisa é ter o cara aí.

Como mencionado, a reforma processual de 1992 criou uma nova etapa subsequente à etapa escrita de instrução que foi a etapa de julgamento. O julgamento foi previsto para se desenvolver em audiências orais, segundo o princípio do contraditório, chamadas “*debate*”. Vimos também que a forma local em que se desenvolveu essa mudança manteve na etapa do julgamento oral a predominância da escrita já presente na etapa de instrução. “*Julgamento lido*” ou “*paródia de julgamento oral*” foram algumas das imagens usadas pelos operadores para caracterizar essa etapa.

No entanto, todos eles concordaram em destacar uma característica vantajosa da introdução da oralidade em contraste com o procedimento escrito. A possibilidade do contraditório, “*o confronto e a dialética entre os contrários, entre promotor e defensor*”. Essa oportunidade de juntar presencialmente em uma mesma cena, tempo e espaço, todos os atores do processo foi apresentada pelos operadores como “*a grande mudança da oralidade*”, pois permitiria “*que se representasse seriamente o que aconteceu*”. Desta forma, aos olhos dos operadores, sua grande vantagem é o fato de facilitar um “*melhor conhecimento da verdade do que efetivamente ocorreu*”.

Como vimos, nas declarações tomadas na etapa de instrução raramente estão presentes o promotor, o defensor e o juiz. Por sua parte, as audiências orais contam com a presença obrigatória dos primeiros e do Tribunal. Esses três atores são imprescindíveis para que o julgamento oral seja realizado. Através da sua atuação, vai-se desenvolvendo um *debate* tendente a delinear a maneira como aconteceu a versão inscrita no *corpo* expediente.

As salas de audiências de julgamento oral dos Tribunais da cidade de Buenos Aires têm uma distribuição espacial que se repete para todas as salas. Nelas, cada parte conta com um espaço específico. Em um dos extremos da sala, encontra-se a mesa dos três juízes. É uma mesa única, onde o presidente do Tribunal se senta no meio e os outros dois juízes a cada lado. Essa mesa se encontra em um nível mais alto do que o resto do mobiliário disponível.

Descendo do pedestal, à esquerda, encontra-se a mesinha do secretário do Tribunal. Do lado dele, mais afastado, senta-se o promotor e seu secretário ou assistente. À frente do promotor, a mesa da defesa. Nela se sentam o defensor, o assistente e o(s) imputado(s). De cara para o Tribunal, se localiza o espaço destinado ao público, separado por uma cerca de madeira da cena onde ocorre o debate. A quantidade de cadeiras depende do tamanho da sala, mas em geral não são mais de quinze. Por trás das cadeiras ou do lado de uma das filas, se localiza a porta de ingresso à sala. Os únicos que ingressam por uma porta diferente, localizada do outro lado da cerca, próxima ao pedestal, são os juízes e o secretário do Tribunal.

Dentro do espaço formal do debate, fica delimitado um espaço entre o Tribunal, o promotor, a defesa e a cerca. Nesse espaço, distante de todos os atores, mas, sobretudo, do Tribunal, se localiza uma cadeira com um microfone na frente. Esta se localiza em frente do pedestal do Tribunal, com o promotor e o defensor para cada lado e o público nas costas. Destina-se para as pessoas que vão depor no debate: o acusado, as testemunhas e os peritos.<sup>23</sup>

Na maior parte do tempo do debate, se interroga e escuta as pessoas que depõem sentadas naquela cadeira. As únicas situações em que o foco se dirige para outro espaço são os momentos de leitura por parte do secretário e as alegações finais do promotor e da defesa. Desta forma, o eixo do debate se centra no “declarante”. Este é o objeto da indagação.

A dinâmica do debate se desenvolve em função dos interrogatórios dirigidos pelos operadores ao acusado e às testemunhas. Através das perguntas dos juízes, do promotor e da defesa vai se construindo uma versão do acontecido. Como mencionado, a orientação do interrogatório está definida pela hipótese da acusação inscrita no expediente e, nos casos de flagrante, anteriormente no sumário policial. De fato, a primeira coisa que lê o secretário, ao iniciar o debate, é o “*auto de elevação a juízo*” que é o requerimento da acusação.

Nesse sentido, não se trata de um mecanismo de indagação em busca do conhecimento de uma verdade que se desconhece (Foucault, 1995:79), mas de um método de conhecimento que busca confirmar ou rebater a culpa do acusado sobre os fatos e outras informações inscritos no expediente.

É uma técnica muitas vezes semelhante àquela descrita por Evans-Pritchard (1978) para explicar o funcionamento dos oráculos entre os Azande, um povo do Sudão, na África Central. A necessidade de averiguar sobre certo assunto, a especialização dos atores, as técnicas de formulação das perguntas e a interpretação “da verdade” a partir da reação corporal – das aves no caso dos Azande – são elementos que abrigam uma forma de construção da verdade e de produção de conhecimento com uma significativa semelhança a esta aqui descrita.

A “*grande mudança da oralidade*”, na visão dos operadores, consistiu na possibilidade de que essa indagação seja desenvolvida *com* a presença das pessoas e não exclusivamente através do papel. Trata-se de uma lógica de averiguação da verdade e construção do conhecimento envolvendo duas técnicas de comunicação diferentes, a escrita e a oral (Foucault, 1995; Goody, 1988).

Por isso, as vantagens atribuídas à forma oral de julgamento foram sempre colocadas em contraste com a produção escrita da etapa de instrução e do sistema anterior à reforma, em que a totalidade do processo era escrita.<sup>24</sup> Nesta perspectiva, a oralidade introduziu, no domínio do expediente, o *corpo* das pessoas.

### **A presença do corpo**

Advogada criminalista: O paradoxo é que as instruções escritas, inquisitivas, têm como fundamento a idéia de que são menos “*truchas*” ou “*fraguadas*”. Porque está tudo escrito, tudo referendado, tudo em autos. E os procedimentos “*fraguados*” o que mostraram é que você pode referendar e colocar em um auto praticamente

qualquer coisa. Como todo o mundo está olhando para as formalidades e diz “Ante mim”, ninguém vai perguntar sobre isso. Já vem dado, se está dado no expediente está dado no mundo, já existe.

L: Isso no julgamento oral é diferente?

A: Sim, a lógica é diferente. Você põe o corpo. E não há delegação, estão o promotor, o defensor e o juiz ponto no jogo os seus cargos, o tempo inteiro. Põem o corpo de forma diferente daquela escondida detrás de um expediente. Suas palavras, as coisas que se mostram, os acordos, estão muito mais comprometidos do que se não o conhece, se não o vê nunca (...), O fato do juiz e as partes estarem em posições diferentes quando a testemunha está falando e está ficando nervosa, está gaguejando, se contradiz, é diferente do fato de ler em uma ata o que a testemunha disse e outra pessoa escreveu.

A *presença física* foi o principal aspecto marcado pelos operadores para caracterizar a diferença entre a lógica escrita e a oral. Por um lado, a presença dos operadores, representando o seu papel e “*pondo no jogo*” o seu desempenho. Por outro, a presença do acusado e das testemunhas.

Em oposição ao expediente escrito, a audiência oral permitiu reincorporar a pessoa, anteriormente “*escondida por trás do expediente*”, seja de uma assinatura e um carimbo, seja através da transcrição realizada por um terceiro. A presença pessoal nas audiências implica uma contextualização do discurso da pessoa. Outorga a possibilidade desse discurso ser indagado, retrucado ou apoiado, no momento mesmo de sua produção. Desta forma, o que na produção escrita aparece como um produto fechado e autorizado, na oral é uma construção que pode ir adotando diferentes rumos ao longo do seu desenvolvimento e que pode ser corrigida (Goody, 1988:132), até ao momento da decisão. Ou seja, até se tornar escrita novamente.

Durante uma entrevista, um promotor de Tribunal Oral tirou de sua gaveta um desenho em branco e preto e me perguntou o que

eu via na figura. Respondi que uma velha com um nariz muito grande e um lenço na cabeça. Pôs a figura ao avesso e segundos mais tarde voltou a exibi-la para mim, perguntando se eu via a mesma figura. Respondi que nessa vez conseguia ver uma jovem aristocrata, de fino pescoço, com o cabelo preso dentro de um delicado chapéu. A brincadeira buscava me demonstrar como uma pessoa, em certo período de tempo, pode ver uma mesma cena de forma diferente.

No contexto de nossa conversa, se referia, por um lado, ao fato de uma testemunha perceber coisas ou aspectos distintos de uma mesma cena em momentos diferentes. Considerando também que a audiência de julgamento oral ocorre vários meses ou anos depois do fato que lhe deu origem, o promotor me explicava que essas distintas percepções envolvem “*jogos psicológicos da capacidade amnésica das pessoas*”. Por isso, acontece de declararem uma coisa no *juzgado de instrucción* e outra diferente na audiência. Por outro lado, também queria me mostrar que a perspectiva exposta no debate oral pode ser induzida pelos diferentes interlocutores. Quer dizer, o modo de formulação das perguntas por parte do promotor, da defesa e do Tribunal influencia na exposição oral do declarante.

Esse discurso também depende do contexto de enunciação do depoimento. Como me dizia um ex-juiz de instrução, “*uma coisa é declarar diante de um cara que está fumando em manga de camisas e quer terminar a declaração porque tem marcada outra ou porque tem que ir embora; e outra coisa é declarar na sala de audiência, diante do Tribunal e das partes que interrogam e põem de manifesto as contradições*”. Nessa visão, o âmbito formal do julgamento oral é percebido como um condicionante do discurso das pessoas, sentindo-se mais à vontade ou mais constrangidas.

Ao mesmo tempo, essa contextualização do discurso a partir da oralidade deriva da contextualização da própria pessoa. Quer dizer, uma coisa é ver quando “*a testemunha está falando e está ficando nervosa, está gaguejando, se contradiz*”, outra coisa é “*o fato de ler em uma ata o que*

*a testemunha disse e outra pessoa escreveu*". No último caso, a individualidade do declarante se perde atrás do papel, devido à formalização e descontextualização próprias da palavra escrita (Goody, 1988:26). Por outro lado, a tradução e a inscrição da sua fala por um terceiro dilui a autoria da pessoa e transforma a própria palavra em um texto autônomo relativamente a ela.

Por sua parte, no primeiro caso, a oralidade oferece a possibilidade de *ver, ouvir e sentir* a pessoa em sua integridade. Trata-se de uma capacidade desenvolvida e aperfeiçoada no transcurso da experiência de trabalho dos operadores. De alguma forma, é um conhecimento que visa extrair do próprio sujeito uma "verdade" (Kant de Lima, 1995).

Esta forma de conhecimento não foi apenas referida para o caso da etapa do julgamento oral, mas também para o ato da declaração *indagatória* na etapa de instrução. Em ambos os casos foi enfatizada a importância de "estar aí", de conhecer, ver e o ouvir o acusado.

## O corpo do acusado

L: Em algumas entrevistas me disseram que é muito comum que, nas *indagatórias*, os imputados digam "*sou inocente, a polícia me bateu, sou inocente*".

Secretária federal: E, sim, todos vêm e dizem... não, não sei se todos vêm e dizem que são inocentes, não me parece. Igualmente eu tenho certeza de que muitas poucas vezes trouxemos gente que seja inocente, que não tenha nada a ver e que esteja aqui por engano. Acho que muitas poucas vezes e quando chega essa gente você se dá conta logo.

L: Como é que você se dá conta?

S: Eu acho que deve ser igual na sua atividade, você vai conhecendo... Olha, com um menino que entrou no plantão passado aconteceu o seguinte. Esse menino chegou ao *juizado* e na *indagatória* disse que não tinha antecedentes. A polícia também nos disse que não tinha

anteriores. Eu fui à *indagatória*, o escutei, sai da *indagatória* e disse ao rapaz que estava escrevendo na máquina: “este menino tem antecedentes”. Então entrei novamente e lhe perguntei: “você nunca teve um processo penal?”. Ficou muito nervoso e me disse: “não, bom, não tenho antecedentes”. “Mas, alguma vez esteve em uma *comisaría*? Foi preso alguma vez por alguma coisa?”. E aí *deu mancada* e me disse que sim, que tinha um processo em tal *juzgado*. O advogado queria matá-lo! Quer dizer, a atitude corporal de uma pessoa muitas vezes diz coisas, lhe fala. E esse menino é claro que dizia que era inocente e que a polícia tinha botado droga. E a verdade é que eu não acreditava em nada do que estava dizendo. Não acreditava que não tivesse antecedentes e a verdade é que não acredito que a droga não seja dele.

Como mencionado, a *indagatória* é tomada pelo instrutor do processo, por delegação do secretário e do juiz. Também vimos que a ausência destes dois funcionários é aceita, mas que em alguns casos se exige deles que no transcurso da declaração se apresentem alguns instantes diante do imputado. O objetivo é que este conheça pessoalmente o juiz ou o secretário. Ao mesmo tempo, alguns secretários me explicaram que consideram essa “*passagem pela indagatória*” muito importante para seu trabalho porque lhes permite ver o imputado pessoalmente. Um deles, inclusive, me comentava que faz questão de insistir para o juiz dar uma passada em algumas *indagatorias* para, na hora de decidir, ter presente a *imagem* da pessoa.

A imagem pessoal, a atitude corporal, o gestual, o estado de ânimo – ficar nervoso ou tranqüilo, por exemplo – aparecem como indícios que permitem *ler* através da pessoa, além de sua fala. “*A atitude corporal de uma pessoa muitas vezes diz coisas, lhe fala*”, disse a secretária. É sobre esse dizer corporal, gestual e emotivo que também se constrói a crença na versão do imputado.

Como vimos, os interrogatórios têm como base a versão

apresentada por escrito pela polícia. Esta é a versão *autorizada* do processo. É o que se lê ao imputado ao começar a *indagatória*, o que ele tem de rebater e a partir de onde se medem as possíveis incongruências ou contradições mencionadas pelo imputado.

Desta forma, o que se confronta na etapa de instrução é a versão escrita e autorizada com a versão oral do imputado. A primeira é *autorizada* porque foi escrita pela autoridade. A segunda deve ser convincente, pois as perguntas são dirigidas em função de uma hipótese prévia. *Ser convincente* é uma tarefa difícil. A história contada deve se adequar “às regras da sana crítica (crítica sã) que regulam o processo, de senso comum e de experiência de vida”.<sup>25</sup> Estes critérios, que aparecem assim enunciados nas sentenças dos Tribunais, se repetiram em outros termos nas falas de secretários e instrutores. Em uma sentença, por exemplo, o Tribunal considerou que o imputado mentiu na declaração *indagatória* e ressaltou as contradições que o levaram a essa conclusão:

*A mendacidade do acusado se fortalece ainda mais quando se percebe a discrepância do manifestado na indagatória oral com o exposto no sumário de instrução. Neste disse ter estado em Constitución comendo com uns amigos, enquanto no debate oral disse ter ido lá com o objetivo de comprar azeite, carne e farinha no supermercado, para o que tinha quatro pesos.<sup>26</sup> Resulta inverossímil o alegado por GM, que gaste um peso e vinte para ir de seu domicílio até Constitución e retornar de lá até sua casa, com o objetivo de comprar mercadoria pela soma de quatro pesos (...). As regras da sana crítica que regulam o processo, as de senso comum e as de experiência de vida permitem concluir que GM é autor de delito imputado” (Auto de sentença de Tribunal Oral Federal).*

*Inconcebível, inverossímil, não crível* são algumas das categorias usadas nesta e em outras sentenças para avaliar as provas e decidir sobre as mesmas. Ouvi várias histórias que na percepção dos operadores não eram convincentes. Um acusado que declarou levar na mochila 43 CDs *truchos* (piratas), todos iguais, para presentear-los à irmã.

Outro que disse que pegou na rua 50 gramas de cocaína só porque é consumidor. Ou ainda outros, como RM e *Poca Vida*, dizem ter saído de casa em busca de trabalho, mas acabaram nas mãos da polícia.

Uma questão interessante colocada pela investigação dos procedimentos “*fragnados*” foi o fato das histórias consideradas *inverossímeis* ou *inconcebíveis* acabarem adotando uma legitimação dentro do sistema. Na visão de muitos dos operadores com os quais conversei a respeito, essa legitimação surgiu do fato da versão *inverossímil* de um acusado se repetir de forma quase idêntica com outras versões *inverossímeis* de outros acusados. A meu ver, esta situação sugere que o sistema exige, para funcionar, certa rotinização das situações com que trata. Em grande parte, é a repetição de um caso com outro caso, e assim por diante, que torna certas versões *verossímeis*.

Na avaliação dos operadores sobre a capacidade de convencimento dos imputados ou acusados foram mencionadas duas particularidades que, na perspectiva deles, permitem distinguir distintas habilidades para construir uma versão *crível*. Uma delas é a distinção entre réus com ou sem antecedentes. A segunda refere a relação do réu com seu defensor.

### **Ser *inocente* ou se dizer *inocente***

Instrutora: para mim é muito importante ouvir a pessoa, a presença da pessoa. É preciso ouvi-la porque é daí que surgem mais perguntas.

L: Depois da *indagatória* você faz alguma medida de prova?

I: Depende o que a pessoa fale na *indagatória*. Olha, as pessoas *com* antecedentes, que já entraram e saíram (do sistema) milhões de vezes, sabem muito bem o que dizer. Aqui é típico que digam “me botaram a arma” ou “a polícia me bateu”. Então, as *indagatórias* de pessoas *com*

anteriores, se o cara diz que é inocente, em geral, não chamam muito a atenção e não se faz muito mais. Mas, se um cara *sem* antecedentes diz que é inocente, com certeza, você vai ficar mais atento ao que ele diz.

Como vimos a partir da citação da secretária anterior, nem todos os operadores concordam com o fato dos acusados dizerem “*que são inocentes e que a polícia lhes armou o procedimento*”. No entanto, nas opiniões daquela secretária e desta instrutora, a distinção entre pessoas que “*são inocentes*” e pessoas que “*dizem ser inocentes*” é uma característica comum.

Por um lado, “*ser inocente*” parece associar-se à essência de uma pessoa. Neste sentido, é um estado que se presume verdadeiro, pois se apresenta como inerente às características pessoais do acusado. Entre elas, o fato de ser a primeira vez que este passa pelo sistema. Por outro lado, “*se dizer inocente*” refere mais um aspecto exterior à pessoa. Como tal, se mostra suscetível de suspeição e dúvida. Esse aspecto é associado com acusados que já conhecem o sistema e, em função de sua experiência, “*sabem como tergiversar a verdade*”.

Na prática, essa distinção entre *se dizer* ou *ser inocente* e entre *ter* ou *não ter antecedentes* responde a um saber dos operadores baseado na experiência de ver, ouvir e sentir a pessoa que está declarando. A atitude corporal e a forma de se expressar podem ser evidências, na visão de alguns operadores, de um domínio da situação do depoimento própria de quem já passou por ela, de quem “*tem ruído*”. Secretários e juízes identificaram diferentes estratégias utilizadas. Uma típica é “*montar uma cena de coro*”. Outra é “*pôr a culpa na polícia*”: a polícia me conhece e sabe que tenho antecedentes, a polícia me bateu, a polícia botou a droga, etc.

Em todos os casos, essa classificação das pessoas em função dos antecedentes evidencia uma representação sobre o fato de ter um processo na Justiça como uma coisa negativa. Um instrutor me explicava que “*o fato de uma pessoa chegar com uma ficha criminal abundante*

*é uma coisa que depõe contra ela. Por exemplo, diante da possibilidade de um procedimento estar armado, se o acusado tem antecedentes, intuitivamente vai ser mais difícil admitir que o procedimento seja trucho”.*

Parece-me que estes relatos mostram a suspeição acerca do acusado simular e mentir na sua declaração. Durante uma entrevista, um ex-juiz opinava que um dos grandes problemas do sistema processual é a proeminência outorgada às atuações escritas. Sugeriria que com oralidade total do processo penal se conseguiria quebrar a lógica escrita que desumaniza o processo. Dessa forma, dizia que “*seria muito mais difícil mentir e se perderia a ferramenta para a truchada*”. Ser um *trucho* é burlar de alguma forma o sistema. A *mentira* apareceu na visão dos operadores como a principal ferramenta desse intuito de burla.

### **O *feeling* do defensor**

L: Se o acusado estiver preso, é freqüente o defensor ir vê-lo?

Defensora de TOF: Bom, é uma obrigação. Mas é verdade que há para todos os gostos, como em todas as profissões. O maior problema é quando o imputado não liga para você, porque o grande desafio do defensor oficial é estabelecer uma relação de confiança, que permita que o imputado sinta que essa pessoa está realmente voltada para favorecer a situação dele. Mas isso depende muito da abertura das pessoas. Na minha experiência, eu tive um *feeling* muito bom com os imputados. Mas há vezes em que você tem pessoas que não querem nem falar com você, não querem se defender, não querem fazer nada. Mas é claro que é mais fácil para o imputado estabelecer uma relação de confiança e mais comunicativa. E se você for vê-lo pessoalmente é melhor ainda. Isso é importante porque antes de decidir se declara ou não tem que ouvi-lo e conhecer as circunstâncias do processo. Eu costumo ir aos centros de detenção para falar com eles. Nesse momento você já leu o expediente e acaba se

convencendo, pelo olfato do defensor, de que há alguma coisa estranha. Por exemplo, quando fui ver a C&B, me convenci logo de que lhes *tinham armado* o processo.<sup>27</sup>

Nas conversas com defensores públicos, advogados particulares e outros operadores, foi ressaltado o fato do defensor ser quem “*realmente sabe a verdade do acusado*”. Este lugar de *saber* pode parecer um paradoxo com a pouca presença do papel do defensor durante todo o processo. Poderíamos dizer, *o defensor sabe a verdade, mas não encontra espaço no processo penal para expor a mesma*. E isto se fundamenta no papel passivo que tem o acusado e a baixa legitimidade da sua versão dos fatos.

No entanto, o julgamento oral é identificado como um momento de maior proeminência do defensor. É a oportunidade que ele tem de expor o seu *saber*, sobretudo através da orientação sobre a exposição oral do acusado. Enquanto o defensor da primeira instância conhece e se reúne com o seu defendido poucos minutos antes da *indagatória*, o defensor da etapa oral conta com um tempo formal de quinze dias, mas que na prática podem ser, pelo menos, dois anos<sup>28</sup>. Nesse período, pode ler o processo e, principalmente, conhecer e falar com seu defendido.

Desta forma, o saber sobre os fatos é apresentado como um conhecimento sobre a pessoa. Esse conhecimento se baseia na relação pessoal que se estabelece com ele. Envolve um *feeling*, uma relação de confiança em que o acusado deve se *sentir* à vontade com seu defensor para *se abrir* diante dele. Para tanto, é importante conhecê-lo, vê-lo e ouvi-lo. Pelo contrário, quando o acusado não quer conversar com o seu defensor, não se predispôs a vê-lo, nem se abre com ele, o trabalho fica comprometido. O que o defensor *intui, percebe com seu olfato*, não pode ser corroborado. É difícil se *convencer*.

No caso de C&B, a defensora me contava que foi visitá-los na prisão. C era um homem magro, de aspecto enfraquecido. B era baixinho, um pouco mais forte. Ela soube nesse encontro que era

alcoólatra. Os dois eram flanelinhas. A defensora já tinha lido bem o expediente de instrução. Intuíva que a polícia lhes tinha *armado* o processo. Mas foi só quando os viu que *se convenceu* disso.

Por sua vez, na etapa de instrução, também existe uma distinção por parte dos operadores entre os acusados que declaram com defensor e aqueles que prescindem dele. Um secretário me contava que, conforme a experiência dele de mais de dez anos tomando declarações, os imputados que declararam sem defensor confessaram e assumiram rapidamente o que fizeram. Opinava o secretário que isso acontece porque “*quem se auto-defende é dono da verdade. Pensa: para que quero defensor se a verdade me favorece e eu vou dizer a verdade de coração. Eu vou ser exculpado*”. Esta explicação faz apelo a certa convicção interior dos acusados. Nessa visão, quem prescinde da assistência técnica do defensor parece confiar no seu *coração*.

A atitude daqueles que vão à *indagatória* com o defensor, ou pelos menos tendo uma entrevista prévia com ele, é percebida de forma diferente. Em geral, o defensor o aconselha na construção de uma versão apropriada que o beneficie. É o que se conhece como a “*estratégia da defesa*”.

Uma secretária me contava sobre um caso em que um dos acusados chegou à *indagatória* e disse que o defensor oficial lhe aconselhou “*dizer toda a verdade*”. Então, ele disse que era consumidor de droga e que estava acompanhando o outro acusado a comprar mais droga, porque esse outro vendia profissionalmente. Segundo a secretária, “*é uma estratégia de defesa péssima, porque, apesar de comprometer a verdade, você não pode mandar o cara a cuspir esse monte de verdades*”. Nessa perspectiva, uma boa estratégia da defesa deve estar preparada para admitir a mentira. Inclusive, “*uma boa defesa muitas vezes deve prescindir da verdade*”, “*deve jogar com aquilo que sabe e com aquilo que mostra*”. Muitos operadores admitiram que esse é o único jogo do defensor no processo penal. Saber esconder e saber mostrar na hora adequada.

## O corpo da polícia

Ex-promotor: quando começou a funcionar o julgamento oral, os juízes dos Tribunais Orais que já vinham do Judiciário, começaram a descobrir uma polícia de muitas mentiras. Às vezes mentiras sem sentido. Eu tive um caso, por exemplo, onde pegaram dois jovens tentando roubar um carro. O que aconteceu é que os policiais que os pegaram não eram os policiais que apareciam no (auto do) procedimento. Ou seja, o fato foi real, mas os policiais que os pegaram eram também guarda-costas de um político e o acompanhavam. Como o político estava saindo fora, eles tinham de sair também. Então, disseram aos policiais da *brigada*. olha, aconteceu isto, isso e aquilo. Então apareceram os policiais da *brigada* como os que tinham feito a detenção.

L: Como souberam que foi assim?

Ex-P: Aí está. Tudo isto se descobriu no julgamento oral, que derivou na absolvição dos jovens e na nulidade das declarações. Descobriu-se por outras testemunhas. Uma professora que, quando viu aos policiais, declarou: “sim, tudo bem, mas esses policiais não são os que os pegaram. Foram outros”. E isto não surgiu dos acusados porque, como eles estavam roubando o carro, se negaram a declarar (...). Ou seja, neste caso ocorre que a polícia, sobre a base de fatos reais, *falseia* o sumário. E por que faz isso? Porque está acostumada com que, no procedimento escrito, tudo o que passava pelo sumário estava bem, entrava. Então eram até pecados veniais, porque na verdade o que estavam dizendo era verdade, mas feito por outros.

Na etapa de instrução, os policiais atuantes em um procedimento raramente são citados a depor no *juizado*. As suas declarações chegam por escrito, incorporadas no sumário. Além disso, na maioria dos casos em que são citados *confirmam* o que declararam de forma escrita.<sup>29</sup> Só serão chamados novamente para depor na audiência oral.

Todos os operadores, defensores e acusadores concordaram em afirmar que a introdução da oralidade foi a oportunidade para o Judiciário ver irregularidades nos procedimentos, “*descobrir uma polícia de muitas mentiras*”. Ao terminar com a lógica “*de um papel sobre outro papel*”, a oralidade permitiu o contraditório entre as partes – o defensor e o promotor perguntando, um seguido do outro, sobre o acontecido. Desta forma, o que na lógica da escrita aparece exposto como uma seqüência coerente de fatos, no interrogatório oral se apresenta como um conjunto de frases, muitas vezes contraditórias com a versão escrita ou mesmo entre si.

Uma das características predominantes que me chamaram a atenção nos depoimentos dos policiais nas audiências orais foram duas respostas que se reiteravam sistematicamente de pergunta a pergunta e de policial a policial.

### **“Não me lembro” e “como de costume”.**

Caderno de campo do julgamento oral de B&C. Segundo dia da audiência, 9 horas da manhã, no térreo de *Comodoro Py*. Declaram os policiais. Mais uma vez reparo na insistência dos policiais em responder que não se lembram das coisas. O secretário anuncia o depoimento do suboficial que participou da detenção (...).

Juíz: Quantas pessoas estavam no carro?

Suboficial: não vi.

J: Como identificaram o carro?

S: Não me lembro.

J: Havia mais gente nos redores?

S: Não me lembro porque eu estava olhando para o carro que estava sendo revistado.

J: Havia outros policiais uniformizados?

S: Não lembro, mas é muito provável porque é habitual

que haja. É muito provável.

J: Quem revistou o carro?

S: O suboficial BH.

J: Revistaram as pessoas?

S: Não me lembro. Mas se revistamos o carro, devemos ter revistado as pessoas, pois é o mais normal.

J (mais impaciente): Deve responder pelo caso concreto, por favor, não pelo que vocês sempre fazem. No caso concreto, revistaram as pessoas?

S: Não me lembro. (...)

O Tribunal, cada vez mais impaciente, deu a palavra ao promotor e em seguida ao defensor. Mas a dinâmica continuou a mesma.

Em outras audiências, as explicações dos policiais reproduzem os critérios de atuação dos depoimentos escritos – sempre expressados através de fórmulas estereotipadas: “observou-se um elemento suspeito”, “demonstrou nervosismo”, “pareceu estranho”, entre outros.

Uma falha na memória, um ato de rotina, uma fórmula, todos esses modos de responder às perguntas do Tribunal e das partes envolvem uma avaliação sobre a verdade ou não da versão do policial. Ver o rosto do policial, a forma de responder “não me lembro”, a atitude arrogante ou calma, são aspectos que permitem “*descobrir as mentiras aceitas por um sistema escrito*”. Assim como no caso dos acusados, a presença física da pessoa se apresenta como o melhor método de “*averiguação da verdade*” (Foucault, 1995).

## O Oráculo

O processo penal argentino se define como um sistema que procura a “*descoberta da verdade*”. Uma das tarefas para essa missão é individualizar os autores e outros participantes de um crime. Uma

vez individualizados, o Código ordena verificar uma série de características pessoais dos mesmos: “idade, educação, costume, condições de vida, meios de subsistência, antecedentes, estado de desenvolvimento de suas faculdades mentais, as condições em que agiu, os motivos que puderam determiná-lo para delinquir e demais circunstâncias que revelem sua maior ou menor periculosidade”.<sup>30</sup>

A verificação destas características se realiza através de relatórios de peritos de disciplinas tais como psicologia, assistência social, medicina e psiquiatria, bem como de relatórios burocráticos produzidos por outras instituições estatais (Registro de Antecedentes Criminais, por exemplo). A maior parte desse material se produz na etapa de instrução, sendo incorporado no *corpo* do expediente como provas do processo.

Essas provas técnicas são realizadas sobre o corpo do imputado. Seja através de sua psique, seja explorando o seu estado físico com exames médicos ou através da indagação no seu ambiente social e familiar, são extraídas do sujeito informações concorrentes à *descoberta da verdade*. O que os técnicos vêem, ouvem e percebem durante a produção do seu conhecimento é posto em relatórios escritos. Estes são, posteriormente, lidos pelos diferentes operadores que tocam no processo.

Todavia, nas conversas, os operadores ressaltaram de forma unânime o fato deles formarem ou confirmarem sua *convicção* sobre uma versão dos fatos no momento de se encontrarem pessoalmente com o acusado ou as testemunhas. A oportunidade de *ver, ouvir e sentir*, através da presença física da pessoa, foi enfatizada como a possibilidade de, no final das contas, “*se representar seriamente o que aconteceu*”, “*conhecer melhor a verdade do que efetivamente ocorreu*”.

Como vimos, esta percepção já estava presente na importância outorgada à presença pessoal dos funcionários na *indagatória*. Com a introdução da oralidade, essa importância se estendeu também às testemunhas e peritos. Junto com essa oportunidade, a reforma também incorporou a presença física de todos os operadores no

debate oral. Possibilitou então o confronto entre versões e a indagação da pessoa a partir de diferentes posições. Permitiu, ainda, certa aproximação dos corpos.

Esta “*grande vantagem da oralidade*” é colocada pelos operadores como uma peça fundamental para a *descoberta da verdade*. Afinal, ela permite distinguir entre *verdade* e *mentira*. As contradições emergem na conversa oral, a pessoa reage às perguntas, seu estado de ânimo e seu corpo *dizem* diferentes respostas (Evans-Pritchard, 1978:212). Ficar nervoso, gaguejar, não lembrar, suar, ser fraco ou forte demais, são atitudes corporais, gestuais e emocionais que ajudam na convicção de um olhar treinado em valorizar e autorizar diferentes versões.

Deste modo, a reforma de 1992 introduziu uma nova forma de comunicação que modificou em alguma medida a anterior. Na perspectiva dos operadores, a oralidade se apresentou como um elemento de “*avanço*” e “*desenvolvimento*” para um modelo penal acusatório. Como vimos, fez isso dentro de um sistema dominado pela lógica da escrita. A única vantagem reconhecida pelos operadores nessa inovação foi a possibilidade de uma indagação presencial e contraditória sobre acusados e testemunhas – a oportunidade de extrair uma verdade do próprio sujeito. Porque, no frígir dos ovos, aquele que mente, aquele que faz “*truchadas*”, seja o acusado seja o policial, morre pela boca.

### **O *trucho*: quando o peixe morre pela boca**

#### **O *trucho* e sua técnica**

Recentemente, em novembro de 2005, a Secretaria Nacional de Cultura organizou em Buenos Aires um “Ciclo de Debates sobre Temas Argentinos”. O primeiro deles estava dedicado a “*Lo trucho*”. A iniciativa da Secretaria apresentava *lo trucho* como um traço, um aspecto da cultura argentina. Na apresentação, o secretário, um famoso sociólogo argentino, explicou que

o ponto de partida do evento era a hipótese de que nossa cultura tinha se deteriorado gravemente nos últimos vinte ou vinte cinco anos (...). O painel sobre *lo trucho* é um modo de entrar – através da linguagem – numa problemática muito séria: a ilegitimidade progressiva da lei. Se eu dissesse que fiz uma *truchada* a conotação é simpática, de picardia. No entanto, está ocultando um problema muito mais sério que é o não cumprimento da lei. Daí a importância dessa palavra.

A antropóloga Sofia Tiscornia foi convidada ao painel para dissertar sobre *lo trucho*. Na sua exposição, discutiu a perspectiva proposta pela Secretaria. Sugeri que “*lo trucho* não é só, nem fundamentalmente, uma evidência do ‘não cumprimento da lei’, nem uma manifestação de sua ‘ilegitimidade’ (...). *Lo trucho* é um efeito da lei, e não um desvio da mesma. Ser *trucho* e fazer *truchadas* não é impugnar a lei. É enfrentá-la se esquivando, burlando, trapaceando”.

*Trucho* é um termo usado popularmente na Argentina. Segundo o dicionário, significa “falso, fraudulento”. Neste sentido, *trucho* refere-se a uma coisa postiça, não genuína, que imita, porém, as características do original. Uma calça jeans é *trucha* quando imita uma Lee. Um CD é *trucho* quando é uma gravação pirata do original. Uma nota é *trucha* quando é falsa. Uma assinatura é *trucha* quando uma pessoa imita a assinatura de outra.

No uso local, a palavra *trucho* também tem um significado a mais. Não é unicamente falsear ou imitar um original. É fazê-lo com esperteza. Exige dominar as regras do que seja o original para poder imitá-lo, para simular com êxito. Assim, não só as coisas são *truchas*. O termo pode ser usado também para se referir a um pessoa: “Fulano é um *trucho*” ou “Que *trucho* que você é!”.

Quando chamamos uma pessoa de *trucha* queremos indicar que fez uma coisa por outra, que no fundo *devia* fazer as coisas de uma forma e as fez de outra. No entanto, não necessariamente queremos dizer que estivesse errada. O domínio do *trucho* não se define pelo

certo ou errado. E, embora envolva muitas vezes uma transgressão à lei, o *trucho* não é percebido como um bandido, um delinqüente. É alguém que, para atingir os seus objetivos, não hesita em burlar certas regras sociais.

O exemplo clássico do *trucho* é o estelionatário. Na Argentina, o estelionato é um crime. O Código Penal pune a “quem fraude a outro com nome suposto, qualidade simulada, falsa titulação, influência mentida, abuso de confiança ou aparentando bens, crédito, empresa ou negociação ou se valendo de qualquer outro ardil ou engano”.<sup>31</sup> O engano, a mentira, a falsificação de papéis, a fala enganosa são as principais ferramentas do estelionatário.

Os arquivos da polícia têm classificada uma série de modalidades criminosas relativas a esta atividade, como “mostardero” ou “conto do tio”. Todas elas são definidas como estratégias de engano e ardil para atingir um objetivo. O primeiro, por exemplo, mancha sua roupa com mostarda e, pedindo desculpas, se dispõe a limpá-la aproveitando a confusão para roubar sua carteira. Fazer o conto do tio a alguém é construir uma história para convencê-lo da necessidade de ajuda e, finalmente, enganá-lo e tirar proveito dele.<sup>32</sup>

Um dia, em um bar de Niterói, conversando com um amigo, soube que no Rio de Janeiro se comenta que na Argentina existe a maior escola de “171” da América Latina. Que muitos dos “171” brasileiros se formaram nessa escola, ou têm admiração por ela. Na Argentina, por sua parte, o *trucho* é admirado porque consegue seus objetivos imediatos. E alcança seus objetivos porque domina uma técnica. Conhece tão bem as regras que sabe como enganá-las, trapaceá-las. Diria mesmo que se vale delas, que as utiliza. Por isso, não só tem domínio do que elas dizem, mas também do que não dizem, dos espaços que deixam para a negociação, para o jeitinho. Ser *trucho* é circular pelos interstícios da lei e da norma.

Em alguma medida, o *trucho* confia em que o sistema não vai descobri-lo. Confia na sua técnica de simulação e de imitação do original, da regra e da lei. Conhece os mecanismos de controle.

Sabe que na Argentina a legalidade “é um enredo de leis, regulamentações, disposições e normas” que muitos desconhecem (Tiscornia, 2005).

### **O trucho e a escrita**

Lembro-me de que, na época em que fazia o Curso de Antropologia na Universidade de Buenos Aires, era um assunto reiterado nas conversas com meus colegas a brincadeira de que a técnica de avaliação de alguns professores era pesar os trabalhos que entregávamos. Quanto mais quantidade de folhas, maior o peso, melhor a nota. Achávamo-nos certos de que o tamanho do trabalho era um ponto a nosso favor, mais importante talvez do que o conteúdo. Inclusive, suspeitávamos que alguns professores não liam as monografias. Uma olhadela superficial e a pesagem resultavam na aprovação ou não do trabalho. Coisas de estudante.

No entanto, essa suspeita foi especialmente comentada durante uma disciplina em que a professora exigia a entrega de trabalhos semanais. Sistemáticamente os devolvia sem marcações nem correções. Apenas o visto. Um colega, atrevidamente, quis comprovar nossa suspeita. Escreveu o trabalho final da disciplina e no meio dele inseriu o relato de um jogo de futebol: “Seguindo Max Weber, Geertz entende que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Neste sentido, define a cultura como sendo essas teias e sua análise (1989:4). No jogo do domingo passado, o *Boca* venceu o *River* por três a dois. O jogo foi uma batalha dura. Os jogadores do time ‘*azul e dourado*’ fizeram um trabalho magnífico, graças às orientações do novo técnico. Dessa forma, o conceito de cultura proposto por Geertz é semiótico. Neste sentido, esta não seria uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa à procura do significado”. O trabalho continuava com as histórias de Cohen, o xeique árabe e as ovelhas. Recebeu nota dez. Todos nós pensamos que a “*truchada*” tinha passado. Foi bem.

Quando comecei a pesquisar assuntos vinculados à polícia e ao Judiciário, lembrei muito dessa história – a sensação de impunidade diante de certa desconfiança no funcionamento do sistema. As coisas andam, mas têm uma rotina que as torna mecânicas, reproduzíveis pela sua forma e não pelo seu conteúdo. Respeitando as formas, o sistema funciona.

No momento de pesquisar nessa área, fui conhecendo diferentes modalidades do *trucho*. No ano de 2001, acompanhei a investigação de um processo judicial contra a *brigada* de uma *comisaría* por cobrança de propinas. A investigação reuniu um conjunto de *Ordens do Dia* emitidas pela Chefia da Circunscrição correspondente à *comisaría*.<sup>33</sup> Uma boa parte destas estava destinada a incentivar a produtividade do trabalho dos policiais:

- Ordem do Dia, 22/03/98: “Com fins de conhecimento e cumprimento das dependências subordinadas a esta Circunscrição, por ordem do subscrito, se reitera o pedido para incrementar ostensivamente a quantidade de pessoas presas”.
- Ordem do Dia, 7/04/98: “Deverão se comunicar todos os fatos esclarecidos, por menos importantes que sejam. Do contrário, o índice de produtividade será zero”.
- Ordem do Dia, 2/05/98: “Realizar as autuações por infrações ao código contravencional vigente. Autuar de forma ostensiva os veículos que conversem com prostitutas”.
- Ordem do Dia, 7/05/98: “Solicita-se o envio para a Sub-Chefia desta PFA as planilhas de produtividade semanal”.

A investigação realizada no quadro do processo judicial mostrou que essas ordens dos superiores provocavam a produção abundante de autuações por contravenções. No entanto, muitas das atas apresentavam problemas. A maioria destas estava mal feita porque faltavam dados. O trabalho da promotoria demonstrou, por exemplo, que em um mesmo endereço, entre as seis e as oito horas

da manhã todos os dias dez homens urinavam na rua.<sup>34</sup> Além disso, mostrou a reiterada aparição dos mesmos nomes atuando como testemunhas. Raúl Lopez, por exemplo, testemunhou duzentas atas por venda ambulante em diferentes dias e endereços. Uma outra questão que chamava a atenção foi o aparecimento de figuras famosas que se ofereceram como testemunhas. Diego Maradona, Cláudio Marangoni, Leonardo da Vinci eram alguns dos gentis cidadãos que cumpriam com sua obrigação de testemunhar. Novamente, a *truchada* tinha passado.

O trabalho da Comissão de Promotores sobre os chamados procedimentos policiais “*fraguados*” mostrou também uma modalidade do *trucho* que foi selecionada e sistematizada para sua investigação. A produção reiterada de procedimentos de características idênticas com ingresso no Judiciário foi uma modalidade que teve amplo sucesso até, pelo menos, a introdução do julgamento oral. As histórias eram construídas de forma tal a serem verossímeis conforme a rotina do sistema.

As duas investigações evidenciaram características da forma do funcionamento do Judiciário, particularmente na sua relação com o trabalho policial. Ressaltaram a predominância da escrita. “*Um papel sobre outro papel*” vai se acumulando na burocracia do Judiciário. A produção e a recepção escrita das informações do processo conduzem a uma forma de conhecimento própria do Judiciário que, ao contrário de possibilitar uma análise e uma crítica do material (Goody, 1988:58-62), o presume como verdadeiro. Foram várias as vezes em que, ao longo do trabalho de campo, os operadores ressaltaram que, na lógica do sistema, o que não está no expediente não existe e o que está nele é verdade.

Neste sentido, a prática de ler e produzir expedientes, bem como de enquadrar os fatos apresentados pela polícia, segundo categorias e procedimentos predefinidos, produzem um tipo de conhecimento formalizado, descontextualizado e despersonalizado. A meu ver, esse conhecimento acostuma o sistema e seus operadores a receber

um tipo determinado de história. Por isso, é possível se convencer de que a experiência de ler expedientes permite imaginar o que efetivamente aconteceu, como disse uma secretária.

A polícia faz parte dessa construção da rotina do Judiciário. Ela o alimenta de casos. Portanto, sabe como apresentar suas histórias de forma tal que sejam verossímeis. Que não saiam da rotina, que passem. Para tanto, não só conhece os procedimentos: conhece as rotinas e os estilos de trabalhos dos operadores.

No foro federal da cidade de Buenos Aires, esse conhecimento se facilita pela sua estrutura reduzida. São doze  *juzgados de instrucción*  e doze promotorias. As relações são estabelecidas de forma personalizada. Os operadores do Judiciário e os policiais partilham uma cotidianidade de trabalho complementar – ainda que separada e hierarquizada. A partir de todos esses conhecimentos, os policiais aprenderam a fantasiar o  *trucho*  para ser verossímil.

### **O *trucho* e a oralidade**

*Trucha* tem outros dois significados. É um peixe (truta, no português) e, em relação a tal, é usado em determinados contextos para se referir à boca. Quando uma pessoa fica pensativa de boca aberta, ou bem quando fala muito, costuma-se dizer que “feche a *trucha!*”.

No caso analisado, falar ou abrir a boca foram percebidos como uma forma de controle do Judiciário sobre a polícia. O *trucho* funcionava bem na etapa escrita, mas era denunciado quando se expunha no julgamento oral. Essa denúncia evidenciou um interstício do sistema que permitia burlá-lo, trapaceá-lo.

Dessa forma, a introdução de uma mudança no sistema alterou as rotinas dos operadores e as formas de processar as informações. A oralidade os obrigou a expor seu corpo, seu gestual e sua oratória de forma inovadora em relação à lógica da escrita. Esse movimento do sistema permitiu, na visão dos operadores do Judiciário, reduzir “*o espaço para a truchada*”. Reduziu a distância e aproximou os corpos.

## O *trucho* e a polícia

O *trucho* nem sempre é usado para objetivos considerados ilegais ou ilícitos. É uma provocação das exigências de um sistema legal que não é fruto do consenso, mas de uma lei imposta de fora, resultado de formulações especializadas jurídica e legislativamente (Kant de Lima, 2000). Mas é também fonte de suspeição, de barganhas secretas e excludentes (Tiscornia, 2005; Kant de Lima, 1995).

Como assinala Sally Falk Moore (1977), o Judiciário precisa que outras instituições o alimentem de casos. A polícia faz esse trabalho no espaço de autonomia entre o Poder Executivo, do qual depende, e o Judiciário, com o qual trabalha (Kant de Lima, 1995). Cumpre as ordens políticas do primeiro e as exigências burocráticas e formais do segundo. Na visão dos operadores do Judiciário, o domínio da polícia é o espaço da rua. Neste, ela tem autonomia suficiente para escolher o material que apresenta ao sistema.

Um secretário dizia que eles só processam o que chega da polícia, porque “*nós não saímos a recolher casos, não vamos de carro dizendo ‘este pode ter alguma coisa’. E é bom que seja assim!*”. A opinião de que os funcionários do Judiciário não devem viajar de viatura, nem assistir às operações policiais, embora não unânime, foi várias vezes mencionada. O fundamento é que nesse espaço dominam os policiais.

Contudo, nas conversas com muitos operadores sobre a sua relação com, e a sua percepção sobre a polícia, estes mostraram uma posição ambígua a respeito. Por um lado, demarcavam a ocupação de posições sociais diferentes. Enfatizavam não só as distinções de papéis, mas também as diferenças socioeconômicas entre uns e outros. Nessa perspectiva, os policiais pertencem à rua e os Judiciários ao *juzgado*. Estes são apresentados como domínios separados, cada um com regras próprias.

Por outro lado, o domínio do espaço da rua por parte da polícia desperta certo fascínio na visão de parte dos Judiciários. Um ex-

secretário me contava as múltiplas sensações que despertava nele o contato com a polícia:

Há uma coisa de fascínio, não sei bem como defini-lo. Eu não troco minha vida pela de um *tira* por nada do mundo, quanto a conforto, segurança, etc. Mas o cara tem uma coisa que você não tem, uma coisa mais selvagem, não sei como explicá-lo. O cara vivencia coisas que você não vai vivenciar nunca. Os *tiras* têm uma coisa de velocidade, adrenalina, que desperta certo fascínio (...). Têm todo esse contato com o submundo, comem todas as *putas*, conhecem todos os restaurantes, pegam toda a droga. Você pense que para um jovem de classe média, média alta, como são os funcionários de *Tribunales*, todo isso é muito sedutor.

Fascínio, adrenalina, sedução, atração, qualificaram a percepção de alguns operadores do Judiciário sobre o trabalho policial. Essas opiniões que mostravam uma espécie de admiração somaram-se a outras que, embora não tão entusiasmadas com o fazer policial, também apresentavam uma compreensão do trabalho do outro. Embora se admitisse que muitas vezes alguns policiais fizessem as coisas de forma errada, apresentaram-se explicações de por que isso acontecia desse modo. Não necessariamente se justificava, mas se compreendia.

Por sua parte, aquele *trucho* que encontra a forma de burlar as regras que dificultam o funcionamento de certos espaços da vida cotidiana (conseguir um crédito bancário, tramitar um visto, obter um plano de saúde, legalizar o carro, entre outros) desperta muitas vezes a admiração popular. “*Eu não faria, mas ele sim que se deu bem?*”, é uma avaliação moral muito comum diante das *truchadas* populares.

Em certa medida, a percepção de admiração e fascínio por parte do Judiciário para com a atividade policial parece refletir uma compreensão da divisão do trabalho entre as duas instituições. Uns na rua, os outros em *Tribunales*, compõem um convívio muitas vezes desigual e hierárquico, mas complementar.

### **Conclusões: a volta aos procedimentos “*fraguados*”**

A separação hierárquica entre o “mundo” judiciário e o policial encontra-se entrelaçada a partir dos vínculos pessoais que os operadores de uma e outra esfera estabelecem entre si. Esses vínculos se cristalizam através de trocas e formas de sociabilidade, que ultrapassam a rotina de trabalho (Eilbaum, 2006).

A investigação da Comissão de Promotores sobre os procedimentos “*fraguados*” demonstrou a existência de vínculos fortes entre os policiais envolvidos e alguns funcionários do Judiciário. Os casos identificados posteriormente como “*fraguados*”, por exemplo, ingressavam sistematicamente nos mesmos *juzgados* cujos titulares ou secretários eram reconhecidos por manterem estreitas relações com os policiais – também, nesse sentido, por ter uma atitude de pouco controle sobre o trabalho da polícia (Eilbaum, 2005; 2006).

Apesar desses vínculos personalizados entre os atores de ambas as esferas, as estruturas institucionais e as representações sociais sobre elas são desiguais. E a investigação dos “*fraguados*” tem demonstrado que, embora tenha sido possível denunciar, processar e, inclusive, afastar da instituição os chefes policiais envolvidos, não foi realizado o mesmo investimento em relação aos membros do Judiciário. Essa ausência foi reconhecida, pelos participantes da Comissão e por outros operadores, como uma condição do sucesso da intervenção política e judicial do grupo de promotores. Em parte, isto quer dizer que foi possível punir e controlar aqueles que produziam procedimentos *truchos*, mas não aqueles que trabalhavam com eles.

Na minha opinião, por um lado, isso se deve ao reconhecimento de que o *trucho* faz parte do sistema. Convive-se e trabalha-se com ele. A única forma de lutar contra o mesmo parecia ser não deixá-lo entrar, eliminá-lo desde as suas origens. Por outro lado, deve-se a que o Judiciário, de forma desigual a polícia, tem se mantido mais incólume às denúncias públicas. A *violência policial* sempre foi

mais evidente e bestial do que a judiciária. Como mencionei na introdução, só a primeira tem sido alvo das denúncias dos movimentos sociais de *direitos humanos*.

Neste sentido, a particularidade dos *fraguados* foi existir na fronteira entre a polícia e o Judiciário e, assim, desenvolver uma violência escondida nos mecanismos escritos do processo penal. Por detrás dos papéis, sem ver os acusados, sem perceber seus corpos e sem ouvir suas histórias, não foi possível descobrir as *truchadas* policiais. Quando a oralidade aproximou os corpos das vítimas, dos policiais e dos funcionários do judiciário, as condições dessa violência policial foram alteradas.

Por sua vez, os procedimentos “*fraguados*” envolveram pessoas “*inocentes*” – na expressão usada pela Comissão – com a polícia, com o Judiciário e com a prisão. Estas se viram protagonistas de histórias de *fragua* e de angústia que as surpreendia no cotidiano de suas vidas. Uma certa vez, um homem que foi absolvido em um caso de um procedimento “*fraguado*”, que passou um ano na prisão aguardando julgamento, eximiu-se à minha solicitação de uma entrevista. Disse que não queria ser mais interrogado por ninguém. Foram em vão as explicações para me distanciar dos operadores do sistema criminal. Para ele, não fazia diferença alguma. Aquela negativa marcou de forma direta a distância que separa as instituições do sistema criminal e a população. Para finalizar, cabe se perguntar, em futuras indagações, se a diminuição da *distância física* provocada pela introdução da oralidade conseguiu também diminuir a *distância social* entre esses atores.

## Referências

CATELA, Ludmila da Silva. “Desaparecidos e Direitos Humanos: entre um drama nacional e um dilema universal”. IN: Kant de Lima e Reyes Novaes (orgs.) *Antropologia e Direitos Humanos*, EDUFF, 2001.

EILBAUM, Lucía. “La transformación de los hechos en los procesos judiciales: el caso de los ‘procedimientos policiales

*fraguados*”. IN: Tiscornia e Pita (orgs.), *Derechos Humanos, tribunales e policías en Argentina y Brasil*, Bs.As.: Editora Antropofagia, 2005.

EILBAUM, Lucía. “Quando o peixe morre pela boca. Os casos de polícia na Justiça Federal na cidade de Buenos Aires”, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2006.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*, México: Gedisa, 1995.

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. IN: *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. IN: *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. IN: *A interpretação das culturas*. RJ: LTC Editora, 2003.

GOODY, Jack. *Domesticação do Pensamento Selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da cidade do Rio Janeiro. Seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

———. “Ordem pública e pública desordem: modelos processuais de controle social em uma perspectiva comparada”, IN: *Anuário Antropológico/88*, ed. Universidades de Brasília, Brasília, 1991.

———. “Carnaval, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público”. IN: GOMES, Laura Graziela, BARBOSA, Livia, DRUMOND, José Augusto (Orgs). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAUSS, Marcel. “Esboço de uma teoria geral da magia”. IN: *Sociologia e Antropologia*. SP: Cosac & Naufy, 2003.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MOORE, Sally Falk. *Law as Process – an anthropological approach*. London: Henley/ Boston: Routledge e Keang Paul, 1978.

MOORE, Sally Falk. “Individual Interests and Organizational Structures. Dispute Settlements as ‘Events of Articulation’” IN: Hannett (org.) *Social Anthropology and Law*. Londres: London Academic Press, 1977.

PITA, María Victoria. “Violencia policial y demandas de Justicia: acerca de las formas de intervención de los familiares víctimas en el espacio público”. IN: Tiscornia, Sofía (org.). *Burocracias y violencia. Estudios de antropología jurídica*. Bs.As.: Editora Antropofagia, 2004.

PITA, María Victoria. “Mundos morales divergentes. Los sentidos de la categoría de *familiar* en las demandas de justicia ante casos de violencia policial”. IN: Tiscornia e Pita (orgs.) *Derechos Humanos, tribunales e policías en Argentina y Brasil*. Bs.As.: Editora Antropofagia, 2005.

RENOLDI, Brígida. “La autoridad de lo escrito. Etnografía de un juicio oral por narcotráfico”. Tesis de Maestría en Antropología Social, Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones, Posadas, Misiones, Argentina, 2003.

SARRABAYROUSE, María José. “Poder Judicial: transición del escriturismo a la oralidad”. Tesis de Licenciatura en Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1998.

TISCORNIA, Sofía. “Violencia policial. De las prácticas rutinarias a los hechos extraordinarios” En: Izaguirre, I. (comp) *Violencia social y derechos humanos*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

TISCORNIA, Sofía; EILBAUM, Lucía e LEKERMAN, Vanina. “Detenciones por averiguación de identidad. Argumentos para la discusión sobre sus usos y abusos”. IN: Tiscornia, Sofía (org.) *Burocracias y violencia: estudios de antropología jurídica, Equipo de Antropología Política y Jurídica*. Bs.As.: Ed. Antropofagia, 2004.

\_\_\_\_\_. “Lo trucho”, artigo apresentado no *Ciclo de debates sobre algunos usos y costumbres actuales de nuestra cultura cotidiana*. Secretaría de Cultura de la Nación. Colegio Nacional de Buenos Aires, 3 de noviembre, 2005.

\_\_\_\_\_. “Antropología de la violencia policial. El caso Walter Bulacio” Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires, 2006.

## NOTAS

<sup>1</sup> *San Cayetano* é o santo que providencia emprego. No plano terreno, a igreja tem organizado um sistema de distribuição de “changas” (biscates) para as pessoas que, sistematicamente, se reúnem lá. Paralelamente à organização da igreja, nas imediações desta, outras pessoas também fazem suas ofertas e acordos de emprego.

<sup>2</sup> Neste sentido, podemos pensar *truchos* como “falso, posição”. Todavia, essa categoria na Argentina tem vários significados afins que veremos nas Conclusões deste trabalho.

<sup>3</sup> Cada  *juzgado* tem duas Secretarias. Os secretários são advogados, com idade entre 25 e 35 anos, que vêm sendo promovidos na carreira judicial. Assim, só pode virar secretário quem ocupava o cargo anterior, de pró-secretário. Muitos dos secretários com que falei enfatizaram o fato de terem aprendido a “ser secretários”, na prática própria de *Tribunales*, muitas vezes recuperando também a experiência de trabalho com quem fora seu secretário desde a época de estagiários.

<sup>4</sup> Esta situação gera muitas confusões, pois as pessoas que depõem estão acostumadas a responder diretamente olhando para a pessoa que fez a pergunta. Embora haja tribunais mais flexíveis, isto implica inúmeras chamadas de atenção por parte do presidente: “dirija-se ao Tribunal”, “responda ao Tribunal”, “olhe para o Tribunal”. Nos casos que eu acompanhei, esta situação acontecia com a maioria das testemunhas e dos acusados que não estavam familiarizados com essa forma particular de interlocução. Por sua parte, isso nunca ocorria com as testemunhas policiais, por um lado porque têm mais experiência nesse contexto e, por outro, porque os policiais são instruídos na sua formação para responder sem olhar

diretamente para a pessoa que fala com eles (Sirimarco, 2004).

<sup>5</sup> Artigo 375 CPPA.

<sup>6</sup> Excepcionalmente se solicita a gravação ou versão taquigráfica da audiência ou de uma parte dela.

<sup>7</sup> Essa prática deu origem a uma categoria, o “*pinche*”, para referir os funcionários de baixa hierarquia, que, entre outras tarefas, se dedicam a *pinchar*, costurar e folhar expedientes.

<sup>8</sup> “*Fazer um fulbito*” se diz quando uma pessoa joga futebol fazendo passes de bola à outra antes de definir o gol. “*Jogar um fulbito*” também é um jogo de futebol informal. Um termo semelhante no português relativo ao campo do futebol é “*firula*”.

<sup>9</sup> Cada *juzgado* fica de plantão por um período de quinze dias. Este é dividido entre as duas secretarias, correspondendo uma semana de plantão para cada uma.

<sup>10</sup> O *flagrante* é uma categoria legal. Conforme o Código de Processo Penal Argentino (CPPA), há “flagrância quando o autor do fato é surpreendido no momento do delito ou imediatamente depois, ou enquanto é perseguido pela força pública, pela vítima ou pelo clamor público, ou enquanto tem objetos ou apresenta indícios que façam presumir veementemente que acaba de participar de um delito” (artigo 285 do CPPA).

<sup>11</sup> Na capa se indicam o número de expediente, o *juzgado*, a secretaria e promotoria, o nome do/s imputado/s (caso não seja identificado, consta NN), o nome do/s danificado/s (se houver), o delito imputado. Também constam a data de início do caso e a data de ingresso ao *juzgado*, junto com a repartição da Polícia ou outra força de segurança que inicie o caso.

<sup>12</sup> Logo depois da entrevista, fui consultar o CPPA a respeito. No artigo 301, estabelece-se que quando “quem declara queira concluir ou emendar algo, suas manifestações serão consignadas sem alterar o escrito”.

<sup>13</sup> Isto acontece com a declaração *indagatória*, bem como com as testemunhais.

<sup>14</sup> É o último momento no processo em que o acusado pode estar sem defensor. Depois da declaração *indagatória*, o juiz decide sobre a situação processual do acusado e daí em diante tem que contar com defesa técnica de um advogado.

<sup>15</sup> Também pode acontecer que o acusado peça que se dite a sua declaração. No entanto, isto não acontece nos casos de flagrantes, porque em geral a chamada *indagatória* é muito em cima da detenção.

<sup>16</sup> Tempos depois deste registro de campo, lendo numerosas sentenças de Tribunais Oraís, era constante a referência ao fato de ter lido a declaração do imputado em

instrução: “*Diante deste Tribunal Oral, XX fez uso do seu direito a se negar a declarar; portanto, deu-se a leitura das declarações que prestara diante do juiz de instrução à folha 100, 101, 102. Naquela ocasião, manifestou que ...*”.

<sup>17</sup> As testemunhas do procedimento policial declaram em sede policial, podendo também ter declarado no *juzgado*. Pelo contrário, a polícia não pode tomar depoimento do acusado. Portanto, os depoimentos referidos do acusado são sempre na sede judicial. Outra diferença entre o acusado e as testemunhas é que, na sua declaração, o acusado tem direito a mentir. Então, as contradições ou incoerências não implicam sanções. As testemunhas, como são obrigadas a “dizer a verdade”, se mentirem, podem ser acusadas de falso depoimento.

<sup>18</sup> No caso do relato de campo, o fato tinha acontecido em maio de 2002 e a audiência aconteceu por solicitação de urgência da defesa, em outubro de 2004.

<sup>19</sup> No caso do imputado, inclusive está contemplado no CPPA que, caso se contradiga relativamente ao que consta no expediente, o Tribunal deve chamar a atenção sobre as contradições e ordenar a leitura de declaração anterior (artigo 375).

<sup>20</sup> Disso também se deriva a classificação dos *juzgados* de instrução como posições de maior poder do que o TOF, “*onde existem possibilidades de fazer coisas*”. De fato, embora o salário de um juiz federal seja menor do que o salário de um juiz de Tribunal Oral, soube de casos de juizes que, tendo a opção de ambos os cargos, optaram pela primeira posição.

<sup>21</sup> Daí que as transcrições tenham a forma indireta: “perguntado sobre..., o acusado disse que...”.

<sup>22</sup> Nas audiências a que assistí, em nenhum caso o promotor e a defesa leram as alegações finais.

<sup>23</sup> Para uma descrição dos espaços das salas dos Tribunais Oraís, ver também Sarrabayrouse (1998), na cidade de Buenos Aires, e Renoldi (2003), na cidade de Posadas (Misiones).

<sup>24</sup> Não existia diferença entre a instância de instrução e a de julgamento. Todo o procedimento escrito era conduzido pelo juiz de instrução.

<sup>25</sup> Para se pronunciar, o juiz deve apreciar as provas e determinar o seu valor no processo. Para tanto, o Código de Processo Penal estabelece um sistema de apreciação da prova. O CPPA, a partir da reforma de 1992, incorporou um sistema que exige ao juiz determinar o valor das provas a partir de uma análise, seguindo as regras da lógica, do que dita sua experiência, de princípios da psicologia e, ainda, do senso comum.

<sup>26</sup> O Peso é a moeda vigente na Argentina.

<sup>27</sup> O processo de C&B foi um caso de procedimentos “*fraguados*” que acompanhei junto com essa defensora.

<sup>28</sup> É o tempo aproximado de demora para marcar as audiências do debate.

<sup>29</sup> Quando o policial se apresenta, o funcionário lhe pergunta: “O Senhor confirma a declaração da sede policial?”. O policial confirma e se encerra a declaração incorporando a anterior. Um procedimento semelhante acontece com as testemunhas que já declararam em sede policial.

<sup>30</sup> Conforme o artigo 193 do CPPA.

<sup>31</sup> Artigo 172 do Código Penal Argentino.

<sup>32</sup> Um filme que ilustra extraordinariamente bem esta idiossincrasia, especialmente portenha, é “*Nueve Reinas*”.

<sup>33</sup> As Ordens do Dia da PFA são comunicações internas diárias onde se informam os afastamentos, as altas e baixas, os casamentos das mulheres (porque elas trocam de sobrenome), as comemorações e outras novidades administrativas. As *comisarias* são as sedes policiais do nível mais descentralizado.

<sup>34</sup> Na cidade de Buenos Aires, urinar no espaço público é uma contravenção.

# TECENDO AS TRAMAS DO SIGNIFICADO: AS FACÇÕES PRISIONAIS ENQUANTO ORGANIZAÇÕES FUNDANTES DE PADRÕES SOCIAIS

Karina Biondi

## Introdução

Uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, de 7 de novembro de 2003, noticiava uma onda de atentados contra postos e automóveis policiais. De acordo com a matéria, uma organização prisional era autora desses atentados, e ameaçava dar continuidade se uma lista de exigências não fosse cumprida em 30 dias. Não só este jornal como toda a imprensa exibia uma relação de reivindicações que pressupunham uma vida de luxo dos presos:

Entre os pedidos estão visita íntima uma vez ao mês, duas horas de banho de sol por dia, liberação de carta, rádio AM/FM, banho quente, além de diversos produtos de alimentação como rocambole, água de coco, Gatorade, balas diversas, leite condensado, Sucrilhos, tempero Sazon, goiabada, mostarda e ketchup. Eles pediram também fio dental, pomada Nívea, pomada Minâncora, Cepacol ou Listerine e cortador de unhas.

Caso os pedidos não fossem atendidos em 30 dias, a organização daria início a ‘movimentos’ dentro e fora das prisões.

Por detrás das grades, no entanto, a realidade era outra. Os presos se indignavam com a calúnia noticiada. Para quem já entrou em alguma Instituição Prisional, sabe que basta conhecê-la para saber que, se alguma reivindicação fosse feita, não seriam essas que a notícia descreveu.

Pude perceber o contraste entre o que acontece do lado de dentro

das grades e o que marca o senso comum e é noticiado pela imprensa quando uma situação dramática na minha vida pessoal me levou a passar meus finais de semana, ora sábados, ora domingos, compartilhando a agonia de presos e familiares.

Este é o relatório de um trabalho que realizei em um dos Centro de Detenção Provisória de São Paulo, onde tive a oportunidade de ver, de perto e de dentro, a lógica que normatiza o convívio de detentos que aguardam seus julgamentos para então voltar à liberdade, ou seguirem para penitenciárias onde cumprirão suas penas. Na condição de visita de um detento, pude penetrar esta Instituição Prisional e pretendo, a partir do conhecimento do cotidiano destes detentos, analisar a lógica que normatiza o convívio entre eles.

Como se trata de uma instituição total, nos termos de Goffman (1999), quase todas as esferas da vida destas pessoas operam de maneira peculiar. Assim, para atingir o objetivo proposto, é impossível não tratar de questões centrais na vida social como religião, hierarquia, poder e, em particular, a clausura. Dada a diversidade dos temas, apoiei-me em vários autores durante o relatório, procurando eleger o que melhor dava conta do aspecto focado.

Goffman (1999) estabelece uma ótima análise sobre as relações entre internados (incluindo-se prisioneiros) e a equipe dirigente de uma Instituição Total, bem como sobre as relações entre os internados e destes com o meio. A análise do autor é calcada na rigidez das normas impostas pela equipe dirigente de algumas instituições, e a conseqüente interferência sobre o modo de vida dos prisioneiros, abrangendo todos os aspectos de suas vidas. Embora nos exemplos citados pelo autor possamos encontrar características comuns a todas Instituições Totais, no caso aqui estudado esse controle não é tão intenso. No entanto, em ambos os casos existem fatores que contribuem para a conservação de estereótipos antagonicos, desenvolvendo-se “dois mundos sociais

e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (1999: 20). O “outro mundo”, do qual tratarei na Parte I deste relatório, é resultado, em grande parte, dos “ajustamentos secundários” que, segundo Goffman, permitem a obtenção, pelos internados, de satisfações não permitidas, ou de satisfações permitidas por meios não permitidos.

Além de Goffman, abrindo o leque das possibilidades de análise teórica, recorri a uma diversidade de autores, tais como Malinowski (2003), Geertz (1989 e 1997), Berger (1985) e Bourdieu (1980 e 2001), para dar conta de cada um dos aspectos abordados.

Berger (1985) pensa a religião como sendo criada pelo homem para atribuir significados à sua vida ao mesmo tempo em que legitima um controle social que é inerente à criação da própria sociedade. E ao que tudo indica, as regras que norteiam as relações na prisão estudada são calcadas em valores religiosos, de modo que pude, inclusive, classificá-las de acordo com os Dez Mandamentos bíblicos.

Algumas destas regras são radicalizadas quando se trata de líderes do grupo estudado. Segundo Malinowski (2003), o papel do líder exige um maior comprometimento no cumprimento da lei, dada a posição de evidência na qual ele se encontra e o exemplo que tem a obrigação simbólica de dar.

Ao contrário do que está presente no senso comum, o reconhecimento de um prisioneiro perante os outros não tem relações com o tipo de “atrocidades” que cometeu. Embora o tipo de crime cometido seja considerado no processo de aceitação do preso recém-chegado, ele o é de acordo com os impedimentos existentes para o grupo. O que mais conta é o capital social que o preso possui, dentro e/ou fora das prisões. Bourdieu (1980) foi o responsável pela divulgação do conceito de capital social como “o agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento

mais ou menos institucionalizadas”. Neste contexto, pessoas, famílias ou grupos melhor relacionados receberiam vantagens.

No entanto, o que está sempre presente é a análise de Geertz (1989) sobre os diversos significados e interpretações que fenômenos sociais recebem. O autor utiliza o exemplo de uma simples piscadela de olhos como um movimento mecânico que pode ser apropriado por um indivíduo, que lhe dá sentido próprio. Ao mesmo tempo, o observador pode interpretar este movimento de diversas formas. O que ocorre nas prisões, como veremos adiante, é que as grandes instituições da sociedade ocidental moderna (p.ex., religião, família, estado) são ressignificadas, reapropriadas e lhes são conferidos sentidos próprios. Não se trata de uma oposição, de uma polarização, mas sim de uma ressignificação de valores já existentes. As prisões são mais um exemplo de grupos que constroem arranjos originais a partir de elementos recorrentes.

Neste contexto, procuro indicar novos caminhos para pensar o estudo das ditas Sociedades Complexas, particularmente de grupos considerados marginais que, embora compartilhem alguns signos da sociedade mais ampla, são os que nela mais destoam em decorrência do modo como se apropriam de seus valores. Em muitos casos, passam a ser desqualificados da categoria humana, posto que os seus comportamentos são considerados inaceitáveis. É aqui que toda a bagagem teórica do antropólogo deve ser posta em uso. O estudo de grupos pertencentes às Sociedades Complexas ou inseridos num mundo dito globalizado deve considerar o fluxo e a troca de informações entre eles quando, por exemplo, as suas identidades são criadas no contato. Ao mesmo tempo, o fato de o antropólogo estar inserido na mesma Sociedade (Complexa) que o nativo não deve ser motivo para não considerá-lo distante ao ponto de lançar mão dos seus valores para pensá-lo, deixando de lado o exercício que a Antropologia Tradicional defendia e que Bourdieu definiu como “apercepção sociológica”.

Na *Parte I: A Construção do “Outro Mundo”*, apresentarei as características da instituição estudada e discutirei brevemente a

problemática do estudo das e nas Sociedades Complexas, mostrando como a Antropologia Jurídica pode contribuir para pensá-las e, em particular, como ela pode contribuir para o tema aqui proposto.

Na *Parte II - Religião como normatizadora da vida social*, procurarei apontar a influência que as Igrejas Evangélicas exercem sobre a regulamentação da convivência entre os presos, e de que maneira estes se apropriam dos ensinamentos religiosos para legitimar as suas leis.

Esta legislação é aplicada de acordo com a forma pela qual o sujeito está inserido no sistema classificatório que define quem é quem dentro e fora das prisões. Esta complexa trama será esboçada na *Parte III - Identidade, Alteridade e Hierarquia: Apontamentos Preliminares*.

E nas *Considerações Finais*, reunirei as informações descritas ao longo das três partes para confrontá-las com o senso comum e com as decisões do sistema judiciário, mostrando o porquê de certas ações oficiais desencadearem reações adversas àquelas esperadas. Citarei também alguns elementos que deixei de lado, mas que podem ser reveladores para o objetivo proposto, e portanto constituem parte dos possíveis rumos que esta pesquisa pode tomar.

É importante ressaltar que esta pesquisa não tem um caráter conclusivo, em decorrência do recorde dado a este trabalho e do aspecto dinâmico do objeto. Como já foi mencionado, limitar-me-ei ao estudo de *uma* Instituição Prisional, desprezando *a priori* as diferenças que podem se revelar quando focamos outras instituições. Por isso, embora algumas vezes eu pareça me ater a detalhes, são os dados estruturais que eu procuro apreender, de modo que eu possa, a partir do estudo desta instituição, contribuir para um melhor entendimento das sociedades prisionais.

### **Procedimentos Metodológicos, Impasses e Reflexões**

Este relatório é fruto de 35 visitas a um dos Pavilhões de um Centro de Detenção Provisória localizado em São Paulo, instituição

vinculada oficialmente à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, do Governo do Estado, e extra-oficialmente a uma famosa organização prisional de São Paulo.

A escolha deste sujeito foi, na verdade, uma oportunidade de transformar um drama pessoal numa oportunidade de obtenção de conhecimento. Esta idéia não me ocorreu de imediato; mas a partir do momento em que iniciei a pesquisa, meu olhar mudou. Foi como se eu começasse a ver, pela primeira vez, a prisão. Os recursos antropológicos foram essenciais para o aprimoramento do olhar, para a aproximação dos detalhes, e ao mesmo tempo para o distanciamento sentimental. Se, antes, meus sentimentos me impediam de me aproximar do contexto, agora é a minha pesquisa que deixa meus sentimentos distantes.

Talvez o número de visitas que fiz ao C.D.P.<sup>1</sup> possa ter limitado, ao menos parcialmente, esta pesquisa. Mesmo com a mudança de foco que a pretensão da pesquisa me proporcionou, o *estranhamento inicial* de alguns aspectos da dinâmica carcerária havia dado lugar a um sentimento de normalidade. Por outro lado, entre estas percepções de distância e proximidade, pude reorganizar os dados fragmentários dos arranjos dos atores sociais num novo arranjo, passível de análise. Leirner também trata destas percepções, colocando exemplarmente as vantagens que o costume pode trazer para o antropólogo: “Somente o costume – não o do convívio cotidiano, aqui obviamente impossível, mas aquele que torna o pesquisador mais isento dos caminhos e barreiras surgidos na relação e que refreia certo ‘deslumbramento’ – permite compreender certas nuances internas de uma instituição tão distante da realidade do mundo civil – no qual se inclui o antropólogo – e tão difícil de ser contactada” (Leirner, 1997: 50). Goffman também defende a pesquisa de campo, em particular a proximidade do pesquisador com o seu objeto, quando confessa crer que qualquer grupo “desenvolve uma vida própria que se torna significativa, razoável, e normal, desde que você se aproxime dela, e que uma boa forma de conhecer qualquer desses mundos é submeter-se à companhia

de seus participantes, de acordo com as pequenas conjunturas a que estão sujeitos” (1999: 8).

Procuro aqui utilizar a metodologia proposta por Magnani (2002), buscando “captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números”.

Embora esta primeira etapa da pesquisa seja baseada na observação direta e na valiosa contribuição de um informante privilegiado que é a pessoa que visito, pretendo, numa segunda etapa, buscar outras fontes de informações,<sup>2</sup> tais como conversa com familiares, investigações da justiça ou CPIs sobre presídios e depoimentos ou entrevistas com ex-detentos e agentes religiosos, para controlar, completar ou enriquecer as informações obtidas em campo.

A minha maior preocupação ao iniciar a pesquisa de campo foi quanto à validade, ou melhor, quanto à validação metodológica dos dados coletados. A proximidade afetiva com o informante poderia influenciar a qualidade dos dados?

Por outro lado, é justamente esta proximidade que possibilita a obtenção de informações que não costumam ser divulgadas para “os de fora”.<sup>3</sup> Qualquer um que divulgue informações sobre o que acontece dentro da prisão pode ser rotulado como “cagueta” – que, no linguajar utilizado pelos presos, corresponde a um delator e, por isso, um inimigo. Por este motivo, neste campo não é possível revelar a intenção da pesquisa; ela deve se manter no anonimato devido ao sigilo das informações, que não devem ser divulgadas para os estranhos ao grupo.<sup>4</sup> O próprio termo “informante” é uma palavra proibida dentro da prisão para quem preferir evitar confusões. Descobri isto quando, falando com o meu informante sobre a pesquisa, explicava o seu papel na minha coleta de informações. Quando eu disse “Você vai ser meu informante”, ele tapou rapidamente minha boca, me olhando repreensivamente, e se certificando de que ninguém tivesse ouvido. Mesmo eu explicando que este é um termo técnico utilizado na Antropologia, ele preferiu

substituí-lo pelo termo “colaborador”, dizendo que “esse negócio de Antropologia não seria uma justificativa aceita facilmente, e poderia valer o meu pescoço”. Outro termo que, embora seja comum na Antropologia, eu jamais poderia utilizar na prisão (e aprendi-o da mesma forma: errando), é “investigador” ou “investigação”, pois é diretamente relacionado com a polícia, dada a nomenclatura de um dos cargos centrais nos inquéritos policiais.<sup>5</sup>

Confesso que fiquei apreensiva com a severidade das penas impostas aos caguetas, e isso me fez refletir sobre a viabilidade desta pesquisa etnográfica. A Antropologia, que tem como princípio epistemológico o estudo do “outro”, acaba sempre por revelar o que está e o que não está explícito nos padrões sociais alheios. Esta investigação, que se assemelha em alguns pontos à atividade inquisitiva do policial,<sup>6</sup> acaba por expor dimensões da vida do grupo estudado que muitas vezes ele próprio não percebera ou até mesmo nem gostaria de conhecer (ou reconhecer). De qualquer forma, trata-se de falar sobre o outro, muitas vezes documentando estas informações, e quem faz isso, de acordo com a lógica do grupo aqui estudado, é cagueta, ou delator.

Desta forma, o meu receio quanto a prosseguir com a pesquisa e documentá-la passou pela questão de ser esta rotulada pelos presos como delação. Perguntei ao meu informante/colaborador sobre a possibilidade de pedir autorização para algum preso que exerça um papel de comando nas organizações prisionais, para poder dar continuidade à pesquisa. O problema é que a pessoa que desse tal autorização seria tido como cagueta. Mesmo que ele concordasse com a pesquisa, apoiasse minha iniciativa e acreditasse que a pesquisa traria benefícios ao grupo (ou, ao menos, não traria malefícios), o preso não poderia avalizar a investigação, pois assumiria a responsabilidade das informações que estariam saindo da prisão.<sup>7</sup>

O mesmo ocorreria com entrevistas; elas não seriam recomendadas, pois poderiam fazer do entrevistado um delator. Além disso, nem sempre o efeito concreto das ações é exatamente o efeito pretendido

pelos atores. Em outras palavras, o sujeito pode querer atingir um objetivo, mas a sua ação pode desencadear reações adversas relativamente às esperadas, divergindo do discurso inicial. Na observação, o pesquisador pode identificar os efeitos da ação na teia de significados, bem como a movimentação e a recepção dessa teia. Isso pode produzir um resultado diferente da pretensão inicial. Mair (1972), na discussão sobre mudança social imposta pelo domínio colonial, endossa uma constatação de Malinowski: “Ele observou de maneira correta que na mudança deliberadamente introduzida num ponto poderia ter, alhures, repercussões que os planejadores não esperavam”.

Assim, o pesquisador pode constatar em campo algo divergente do que possa ser declarado em entrevista com o sujeito ou observado nas estatísticas, ou ele pode ainda tratar estas informações de maneira mais específica.

Mesmo com as dificuldades para a realização de entrevistas, e sem a possibilidade de autorização para a realização da pesquisa, o que limitava meus movimentos, continuei buscando uma brecha na lógica do grupo que me permitisse prosseguir meu trabalho sem correr o risco de ser punida como delatora.

Este impasse prosseguiu até à descoberta de um sistema que classifica os atores de acordo com as posições que ocupam com referência à estrutura organizacional da prisão. Este tema será mais detalhadamente tratado adiante, no capítulo III, mas já adianto que a minha classificação como “Zé Povinho” me confere um lugar fora do *Mundo do Crime*, me isentando de seguir as suas regras.

Sem esta carga em minhas costas, pude procurar analisar situações limítrofes na minha esfera pessoal de uma perspectiva de pesquisadora, com o necessário distanciamento científico. Ironicamente, estas análises me ajudaram muito pessoalmente, no sentido da compreensão dos fatos, racionalizando-os e, principalmente, como meio de desviar o foco do sofrimento.

## A Construção do “Outro Mundo”

### A Instituição

O C.D.P. estudado possui quatro pavilhões, dos quais um é o chamado “seguro”. Estes pavilhões são distribuídos por um terreno rodeado por torres em que agentes trabalham armados, em constante estado de vigília, e seu único acesso se dá por imponentes portões de ferro. Logo quando se entra, podemos observar os precários barracões onde são feitas as revistas, as torres mencionadas acima e os altos muros que separam esta área de triagem do lugar onde ficam os pavilhões. No outro limite do terreno, os muros são baixos o suficiente para que se possa avistar os telhados dos barracos da favela vizinha. Não fosse a visão da favela e alguns carros dos funcionários, não haveria nada que remetesse à vida lá fora. Tudo é feito de cimento, cinza.

Para se chegar a um destes pavilhões, é necessário atravessar por portas e trancas, que são abertas e fechadas pelos funcionários com cuidado para que o caminho não fique totalmente livre – a próxima porta só será aberta quando a anterior for fechada. A última sequência de abre-fecha das portas é na entrada do pavilhão. A sua entrada dá acesso a um corredor, formado por grades, que acompanha o perímetro do prédio (com exceção de uma das paredes), sendo a única via de acesso a todas as celas. O centro desta disposição é reservado ao pátio, acessado somente por uma passagem, localizada perto da entrada do pavilhão e perto de onde fica a ramificação do corredor em dois caminhos: um que acessa as oito celas do andar térreo (das quais uma está interdita) e outro que parte para a escada, que dá acesso às oito celas do andar de cima. No pátio são desenhadas as linhas que demarcam uma quadra de futebol, completada com duas traves opostas. No círculo central, fora desenhado o símbolo do Yin e Yang,<sup>8</sup> com as inscrições “Antes de nos criticar, tente nos superar”.

Cada cela, onde vivem em média 25 detentos, mede cerca de 24m<sup>2</sup>

(6x4m) e é equipada com um banheiro e quatro beliches feitos de concreto e revestidos por um colchão com cerca de 10cm de altura.

O uso de energia elétrica é controlado pela proibição de entrada de fios para extensão, limitando seu uso para uma lâmpada na cela, outra no banheiro e uma saída de energia para a televisão (que deve ser comprada pelos próprios detentos). O banheiro é equipado com um vaso sanitário e uma pia, ambos de metal. Não existe chuveiro ou descarga para o vaso. A única saída de água existente é pela torneira da pia. Também não há porta; em substituição, é improvisado um cobertor que fica pendurado em uma corda, como se fosse uma cortina.

O ambiente é marcado pela pouca circulação de ar e pela umidade das paredes, e é onde os presos ficam trancafiados mais da metade do dia.

A rotina diária do C.D.P. é norteada pelos horários estabelecidos pela Direção da Instituição para abertura e fechamento das celas, entrega das refeições, e abertura do registro de água. Tudo começa às 6h00, quando os funcionários abrem a cela de alguns detentos responsáveis por algumas tarefas específicas (limpeza, esporte, cartas). Às 7h00 as demais celas são destrancadas, e é aproximadamente quando a água é disponibilizada por cerca de 30 minutos. A água só é disponibilizada três vezes ao dia: às 7h00, 11h30 e às 17h00, todas as vezes por 20 a 30 minutos.

Considerando-se que só existe uma torneira em cada cela, a água é altamente racionada, dado que deve ser suficiente para banho, limpeza (do próprio banheiro, louça, chão, etc.), e também para beber. Assim, toda a água é armazenada em baldes e galões; e o banho é tomado com canecas que recolhem a água fria dos baldes.

A entrega da comida é feita pelos funcionários, e é distribuída pelos próprios presos. São três refeições diárias, com exceção dos dias de visita, quando são substituídas por dois sanduíches e refrigerante. O café da manhã é entregue às 8h00, o almoço às 12h00, e o jantar às 18h00, quando a cela é trancada novamente.

Esta rotina tem como principais marcas a escassez, decorrente da quantidade de detentos que dividem os mesmos bens (água, cama, cela), o imprevisto necessário para lidar com essas dificuldades, a precariedade das instalações e o despojamento com que os presos lidam com seus pertences, pois a qualquer momento tudo pode ser destruído por alguma operação policial, ou pode chegar a notícia da transferência do preso para outra prisão sem que ele possa levar consigo seus pertences. Aqui o conceito de propriedade é substituído pelo de posse. A questão da escassez também está diretamente relacionada com a quantidade de detentos que dividem o mesmo bem: água, cama, cela.

Os presos recebem visitas aos finais de semana, e consideram-nas sagradas, conferindo valor, respeito e reconhecimento. Segundo eles, esta sacralidade já se justifica pelo “sacrifício” a que as visitas se submetem ao se sujeitarem a enfrentar todas as etapas exigidas para que possam entrar na instituição, sendo às vezes tratadas como o próprio detento, para passar algumas horas com eles. Vivenciei este tipo de tratamento em uma das minhas visitas. Ao sair do C.D.P., peguei minha bolsa no guarda volumes, e caminhava em direção ao meu carro, levando numa sacola os recipientes vazios nos quais eu levava o *jumbo*.<sup>9</sup> Ao lado do C.D.P. situa-se um batalhão da equipe do GARRA,<sup>10</sup> da polícia. Passando em frente ao batalhão, assustei-me ao ver, de dentro de um dos carros de polícia, uma policial apontando para mim uma arma, como que testando a mira. Senti-me sendo tratada com uma insignificância e desprezo tal que meu papel se resumiria a alvo para teste da arma da policial. Em conversas nas filas com as demais visitas, constatei que este é o tratamento usual: “parente de preso é tratado como bicho, que nem ele”.

Sabendo do que se passa com os entes que os visitam, os presos tentam ao máximo retribuir esta abnegação. Como veremos, embora os preparativos sejam marcados pelo imprevisto e escassez de recursos, é nítido o esforço dos detentos em tentar recepcionar bem suas visitas, buscando fazer com que elas se sintam o mais à

vontade possível, na tentativa de amenizar a situação de constrangimento e humilhação vivenciada na entrada do C.D.P.

Nos dias de visita, todas as atividades matinais – o banho, a limpeza, o café e a oração – são aceleradas para que tudo esteja pronto para a entrada da visita às 8h00.

As celas são preparadas para a recepção. Ao centro, em frente à televisão, é feita uma mesa com caixotes de plástico para acomodar os pratos trazidos. Os beliches são higienizados e preparados para o recebimento da visita (às vezes íntima), de forma que cada cama esteja equipada com uma espécie de cortina (lençol preso em cordões). As camas de cima e de baixo que compõem o beliche possuem uma área em comum chamada “bolha”, delimitada por outra cortina feita com lençóis. Estabelece-se, assim, o mínimo de privacidade para o recebimento de visitas íntimas, embora não sejam só estas que se utilizam de todo este aparato. Nesta situação, uma regra entra em vigência: a privacidade do preso que estiver com a sua visita no beliche ou na “bolha” não pode ser invadida. A sua transgressão constitui falta gravíssima.

Os corredores que circundam o pavilhão são todos ocupados com colchões amarrados com barbante em forma de rolo – chamados “*puff*” – ou com baldes de plástico virados para que a visita possa sentar-se.

Em dias de festa, os presos se organizam para comprar alguns materiais decorativos e propiciar às visitas um ambiente mais descontraído. As festas são realizadas no dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e Natal. Nelas, os presos preparam bandeirinhas feitas de papel de seda (no estilo Festas Juninas) e enchem bexigas, decorando toda a prisão com estes adornos. São também feitos desenhos e escritas mensagens relacionadas com o tema da festa nas paredes.

São comprados bolos (obrigatoriamente da empresa que fornece a alimentação dos presos) para serem distribuídos entre as visitas e

os detentos. E neste dia são sorteadas bicicletas, por meio de papéis numerados que cada visita recebe de um preso ao entrar no pavilhão.

Seja em dias de festas ou não, o ritual de entrada a que as visitas devem se submeter é o mesmo.

Como neste C.D.P. existem quatro pavilhões, as visitas são divididas entre sábado e domingo, alternando o dia a cada virada de mês. Às sextas e sábados, logo na porta do C.D.P. é possível notar algumas barracas de acampamento armadas, de pessoas que passam a noite em frente da prisão para visitar os seus entes. Só é permitida a entrada para visita de parentes diretos: pais, filhos, irmãos e cônjuge, mas sempre com apresentação de carteirinha emitida pela Administração do C.D.P. Existe uma lista de pertences permitidos no dia de visita: dois recipientes de comida salgada, um de doce, duas garrafas de dois litros de refrigerante ou água, e vinte maços de cigarro. Tudo deve ser acomodado em recipientes transparentes.

São sete o número de filas enfrentadas pelas visitas, e este processo pode demorar horas. As principais são a fila da identificação, a do jumbo e a da revista. Na primeira, a visita deve apresentar a carteirinha ao funcionário, que verificará sua autenticidade e se ela faz parte do rol de visitas do preso, e registrará a sua presença na ficha do detento. Autorizada a sua entrada, a visita recebe um carimbo no braço direito como forma de autorização para a entrada. Esta marcação do corpo é alvo de queixas por parte das visitas: algumas confessam que se sentem como gado marcado e outras se preocupam com a volta para casa em transporte público, pois se sentem constrangidas ao exibirem a marca da prisão.

Na fila do jumbo, faz-se a revista dos pertences que a visita leva ao preso. Ela é feita num balcão de cimento, coberto com telas de amianto. Todos os recipientes devem ser abertos para que a comida possa ser revirada ou furada por facas e garfos. A preocupação com a higiene se limita a passar um guardanapo no talher entre uma revista e outra, e o balcão nunca é limpadado. Os recipientes devem ser postos de volta na sacola, que é deixada no chão com

uma senha para identificá-la. Outra é entregue à visita, que segue para a fila da revista íntima, a mais demorada.

Esta é feita num barracão composto de algumas cabines construídas de madeirite e isoladas lateralmente, mas sem portas, para que a funcionária possa ter ampla visibilidade. A visita deve despir-se por completo na frente de funcionário do mesmo sexo enquanto este verifica minuciosamente cada peça de roupa. O cabelo da mulher deve ser solto, os órgãos genitais dos homens examinados, e ambos devem fazer algumas flexões, agachando-se três vezes seguidas. Muitas vezes, a critério da funcionária, a mulher deve expor suas genitais para uma melhor averiguação.

Verifica-se também o tipo de vestimenta – são proibidas roupas transparentes, saias com comprimento acima da linha do joelho, camiseta curta ou sem manga, jaquetas com forro, blusas com capuz, uso de cintos ou adereços de metal no cabelo. Ao fim da revista, a visita recebe uma marca de “X” no braço esquerdo, representando que foi aprovada e obteve a sua autorização para entrar. Enquanto se veste, a funcionária já revista a roupa de outra visita.

A visita pega seu jumbo mediante a entrega da senha, e segue para a próxima fila, para atravessar o prédio da administração, que é o único acesso à área dos pavilhões, e onde é submetida ao detector de metais. Ao entrar na área dos pavilhões, já não é possível ter contato visual com nada que remeta ao lado de fora do C.D.P. A visita ainda deve atravessar uma sala de acesso ao pavilhão; mais duas portas são abertas e fechadas, e finalmente, lá dentro, não é ela quem deve buscar o detento, mas sim ele é quem vem recepcioná-la, logo na entrada.<sup>11</sup>

A entrada na cela é a última porta a se atravessar. Desta vez sem aberturas ou trancas, mas com o isolamento do ambiente por meio de lençóis pendurados em cordas de barbantes presas ao teto, que, como já mencionado, também são usados para dividir a cela em vários ambientes, chamados de bolhas. O fechamento gradual que a arquitetura vai impondo conforme a pessoa ultrapassa as etapas

relatadas – da travessia dos portões de acesso ao C.D.P. à entrada na “bolha” – culmina no total isolamento do mundo. Uma sucessão de muros, portas, grades e cortinas constroem o “à parte” do mundo, um núcleo fechado que deve permanecer incomunicável. Em outras palavras, tudo colabora para a concepção de outro mundo, alheio à sociedade.

### **Sociedades Complexas: Um Caldeirão de Costumes, Morais, Honras, Leis e Direitos**

Podemos entender como objeto de interesse da Antropologia Jurídica todo tipo de discursos, práticas e representações que se voltam para “processos de juridicização”, ou seja, o conjunto de regulações de natureza jurídica que cada grupo elege. O que importa para a Antropologia Jurídica não é discutir os fatos ou as leis, mas como as representações dos fatos são reproduzidas nas representações das leis, porque os fatos são construídos da mesma forma pela qual as leis são construídas. O Pluralismo Jurídico entende o direito não só pelo que está nos códigos penais, mas por tudo o que gerencia a vida social, admitindo a coexistência de uma pluralidade de ordenamentos jurídicos no seio de uma unidade política. Ultrapassa-se, assim, a idéia de personalidade estática, e considera-se que os indivíduos são seres múltiplos em um mundo múltiplo (Rouland, 1995). Assim, a Antropologia Jurídica pode nos ajudar a pensar as circunstâncias nas quais são elaboradas leis não oficiais, mas que orientam a vida social de muitas pessoas que residem em Sociedades Complexas, mostrando que o Pluralismo Jurídico encontra nessas Sociedades um campo fértil para se desenvolver.

Segundo Mauss (2003), as trocas constituem contratos e direitos que se inserem no Fato Social Total que, por sua vez, engloba todas as dimensões da vida social. Malinowski (2003) também relaciona as leis com os costumes, afirmando que, embora nem todos os costumes sejam legalizados, as leis legitimam alguns costumes, e vice-versa. Nesse sentido, o direito é visto como uma dimensão totalmente mesclada com as demais. Também nas chamadas

Sociedades Complexas podemos encontrar grupos com costumes diversos, orientados por honra e moral próprias,<sup>12</sup> e é neste caldeirão que encontramos leis que vigoram em certos grupos que, confrontadas com os Códigos oficiais vigentes, indicam diferentes honras, costumes e morais que se chocam, se repelem, se sobrepõem ou, ainda, simplesmente correm paralelamente.

O conhecimento jurídico, além de técnico, é permeado pelo senso comum e por valores muito fortes. Isto pode ser observado no trabalho de Vargas (2000), no qual é analisada a transformação de acontecimentos em fatos jurídicos por meio da transcrição de depoimentos de vítimas. Contrariando o positivismo, ao ser transcrito, o fato passa a ser uma apropriação, uma classificação e uma remodelação do discurso de quem o cita. Trata-se, em outras palavras, de uma tradução, de uma ressignificação, de uma busca de significados. E o produto final desta tradução é tido como a verdade dos fatos, uma versão fiel do acontecimento.

Em visita ao Tribunal do Júri, foi possível presenciar o promotor bradar: “Eu sou o fiscal da Lei!” – como se a lei fosse uma entidade num pedestal, imóvel, isolada, petrificada, impermeável, intocável, e a sua versão desta a única possível: “Esta é *A Verdade*, está nos autos”. A contribuição da Antropologia, no entanto, é verificar a permeabilidade da lei pelo senso comum e por valores compartilhados socialmente pelos operadores do direito, oriundos de uma maioria dominante tal como planejado na fundação das Faculdades de Direito no século XIX (Schwarcz, 1993). E a discussão sobre a Verdade única e absoluta, objeto das sessões no Tribunal, pode ser a própria comprovação da não existência desta verdade absoluta,<sup>13</sup> pois são evidentes no Júri os esforços para a construção das várias verdades em jogo.<sup>14</sup> Observando a apropriação destes fatos construídos como Verdades Absolutas, é possível verificar o quanto os processos judiciais são permeados por valores, ou quanto o senso comum está presente nas decisões judiciais. Leis seriam, assim, referências a partir das quais decisões são tomadas pela maioria. Estou chamando de maioria quem detém o poder de

decisão, em particular nos processos jurídicos. E, como vimos, esta decisão é tomada a partir de seu sistema de valores.

Entretanto, em estudos realizados sobre minorias, podemos ver que muitos valores não coincidem com os da maioria, e, mesmo quando os valores são os mesmos, eles podem ocupar posições de importância diferentes: valores básicos para uns podem ser secundários para outros. Ou, aplicando a teoria de Dumont, certos valores podem ser componente ideológico para uns e residual para outros, pois cada sociedade (aqui, cada grupo) é organizada por um sistema de valores relacionados hierarquicamente.<sup>15</sup> Ou seja, ao controlar o poder de matar,<sup>16</sup> alguém da elite pode considerar aceitável um assassinato que pessoas pertencentes a outros grupos não aceitariam, ou vice-versa.

Segundo Foucault (1984), são privilegiados os que estavam em posição de poder propícia para elaborar as leis, as normas, para definir o que é normal e o que é aceitável dentro desta normalidade. Os que estavam em desvantagem de poder deveriam se adequar às normas, embora estejam fadados à delinqüência pela simples forma pela qual foram definidas as leis. No Sistema Judicial brasileiro, além das leis terem sido feitas por grupos economicamente privilegiados, muitas decisões são tomadas de acordo com os valores desses grupos.

Se existem mesmo tais deslocamentos hierárquicos de valores e as decisões judiciais são tomadas com base na percepção e na valoração que os operadores do Sistema Judiciário têm dos acontecimentos, é nítida a posição de desvantagem das minorias. Neste quadro, as leis não atendem às necessidades ideológicas<sup>17</sup> das minorias, por não representarem os seus sistemas de valores; ao invés disso, elas se aplicam contra elas. E se os grupos que constituem estas minorias se reconhecem e se afirmam como grupo, tendo consciência de suas diferenças, estão a um passo da criação de um sistema próprio de leis e de regulamentações que possam atender às suas necessidades e, por conseguinte, da reivindicação de seu reconhecimento.

Se o saber é local e a lei é local (Geertz, 1998), poderíamos tomar como sujeito de observação não grandes nações, mas microterritórios cujos habitantes possuem costumes próprios e, portanto, leis próprias (locais). O processo de criação de representações de fatos e leis tanto está nessas manifestações quanto em outras mais globais, pois o processo em si (atribuição de significados) é universal. Muitas vezes, porém, estes devem obediência a leis distantes de sua realidade, que não os representam.

Alvito (2001) aponta para esta discussão ao estudar o sistema de valores vigente na Favela de Acari, no Rio de Janeiro, “centrado na honra e, subsidiariamente, na hierarquia e na reciprocidade” (Velho, 2000: 148). Os elementos que asseguram a honra dos moradores de Acari estabelecem uma hierarquia, nem sempre condizente com aquela estabelecida pelos Códigos Penais. Este deslocamento de valores obriga estas pessoas a entrarem definitivamente para o mundo do crime para defender valores que são, de acordo com sua concepção, hierarquicamente mais fortes do que os seus crimes.<sup>18</sup> Assim, “a atividade desonrosa é abraçada, em definitivo, em nome da honra” (idem: 155).

O problema é que esta honra defendida em Acari, na periferia, ou nas prisões não é a mesma que está em jogo para operadores do direito, e isto vai proporcionar uma concorrência entre as leis oficiais e as leis elaboradas pelos grupos que obedecem a outros sistemas de valores.

As organizações prisionais são um precioso exemplo de como são implantadas regras e leis próprias em um microterritório inserido na Sociedade mais ampla, acionando as suas auto-regulações como resultado de situações e ambientes específicos. As obrigações do Estado são encerradas ao fechar das trancas. As questões internas se restringem à entrega de água e comida, não havendo preocupações relativas à qualidade da alimentação, à saúde do preso, ao espaço para acomodação, às condições para higiene ou à ressocialização do preso. As Instituições Carcerárias impõem algumas proibições, mas não dão conta do seu controle,<sup>19</sup> pois não prevêm meios de

regulamentar a permanência e a convivência dos prisioneiros, ou ao menos para administrar eventuais conflitos.

Esta idéia contrasta bastante com o conceito de Instituição Total proposto por Goffman (1999), considerando as prisões como locais onde indivíduos separados da sociedade por motivos semelhantes residem e trabalham, levando uma vida “fechada e formalmente administrada”. A administração formal (ao menos a legal) a que o autor se refere não é encontrada nas prisões estudadas; embora existam algumas proibições, não são encontrados meios de regulamentar a permanência e a convivência dos prisioneiros, ou ao menos para administrar eventuais conflitos decorrentes da escassez de recursos a que eles estão sujeitos. Até os campeonatos internos de futebol, dos quais participam as alas A, B e C, são organizados pelos próprios elementos; à administração cabe apenas autorizar ou não a realização do evento. Podemos ver que esta instituição, nestes moldes, não chega a ser tão total quanto Goffman propõe, propiciando um ambiente onde os mais fortes teriam mais acessos aos recursos vitais que lhes são disponibilizados pela equipe dirigente em quantidade escassa. Apesar disso, a situação de confinamento parece já ser suficiente para a prática de “ajustes secundários”, definidos pelo autor como “qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser” (1999: 160). E é a partir daí que se dá a distância entre as leis oficiais vigentes e os fatos, nos quais estão entremeadas diferentes lógicas de costume, honra e moral.

Como a vida social conduz o homem a atribuir significados, ordem e sentido às relações, para preencher esta lacuna surgiram organizações informais, constituídas por presos com o objetivo de ser uma forma de representação dos presos, entre os presos e perante o poder e a sociedade, procurando dar voz aos seus anseios por uma situação de dignidade, ao mesmo tempo em que criavam

uma nova modalidade de organização social e uma regulamentação moral dentro das prisões.

Mesmo sem apoio, desvinculadas de qualquer organização, seja não-governamental ou partidária, esses grupos conseguiram de fato promover uma mudança na ética dentro das prisões como resultado da implementação de regras objetivas e, ao mesmo tempo, moralizadoras. Com esta mudança, segundo relatam os próprios presos, acabaram-se as guerras entre grupos rivais, as mortes banais, as extorsões e os estupros dentro das prisões, melhorando o convívio entre eles.

### **Religião como normatizadora da vida social**

Peter Berger (1985) pode nos ajudar a pensar de que forma um grupo elege um conjunto de regulações. O autor trata da normatização do mundo a partir do momento em que ele é construído pelo homem, considerando a sociedade a própria atividade humana objetivada, sendo coercitiva quando exteriorizada, impondo medidas de controle social e obrigando o indivíduo a reconhecê-la: “Os significados projetados da atividade humana cristalizam-se num gigantesco e misterioso ‘outro mundo’, que paira sobre o mundo dos homens como uma realidade alheia” (Idem 107).

Desta forma, viver num mundo social é viver uma vida ordenada e significativa, ao passo que “a sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas suas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na sua estruturação na consciência individual”.

Segundo o autor, a religião tem grande mérito no empreendimento humano de construção do mundo, tentando conceber o universo inteiro como humanamente significativo e legitimando as instituições quando as situa num quadro de referência sagrado e cósmico: por meio da “alteridade do sagrado, ratifica-se definitivamente a alienação do mundo construído pelo homem”.

Assim, nada mais eficaz do que a religião para a introdução e legitimação de normas de convívio social, principalmente num ambiente onde se encontram suspensos qualquer tipo de controle externo. Podemos verificar nitidamente esta influência religiosa ao analisarmos as regras estabelecidas nas prisões de acordo com princípios bíblicos, onde os Dez Mandamentos são colocados numa versão voltada para a realidade em questão.

Existem indícios de que o trabalho de evangelização nos presídios, exercido por Igrejas Evangélicas, teve influência direta na implantação destas regras. Ressaltam-se, por parte dessas igrejas, o sofrimento, a prisão e a tortura de Jesus e dos seus apóstolos. A religião se aproxima dos presos quando eles são aproximados de Jesus em suas experiências de vida e de sofrimento.

Demonstrarei a seguir a relação direta das regras de convívio que vigoram nas prisões com os Dez Mandamentos Bíblicos, subdividindo-as de acordo com o mandamento ao qual se refere. É importante ressaltar que se apenas fossem colocados os Mandamentos Bíblicos como regras, o alto grau de abstração e o nível teórico neles implícitos distanciá-los-iam da realidade vivida, o que, conseqüentemente, dificultaria o seu cumprimento. Nas prisões, os Mandamentos são reapropriados e aplicados diretamente ao modo de vida dos prisioneiros. Veremos a seguir que, sendo as regras claras e diretas, bem como rígidas as penas aplicadas aos transgressores, minimiza-se a possibilidade de interpretações dúbias e, conseqüentemente, de desobediência às normas.

## **Os Dez Mandamentos**

### **1. Amarás a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo.**

- Compartilhar suas coisas com os companheiros de cela.
- Fazer doações para quem não recebe visitas.
- Respeitar as seqüências (do banho, da comida).
- Não dizer palavrões ou palavras de baixo calão.

- Pedir licença ao entrar na cela ou ao descer da parte de cima do beliche.

## **2. Não adorarás imagem alguma**

- São proibidos cultos não cristãos.

## **3. Não usarás o nome do Senhor em vão**

- Não usar a Igreja como escudo. Cada preso deve ter o seu Proceder.

## **4. Guardarás o sétimo dia após seis de trabalho**

5. Honrarás pai e mãe

- Respeito total com a visita.

- Respeitar o preso na presença da visita dele.

- Respeitar e ouvir o histórico de quem está preso há mais tempo.

## **6. Não matarás**

- Não se envolver em discussões.

- Nunca chamar alguém para briga.

- Nunca agredir ninguém.

## **7. Não cometerás adultério**

- Não contar para a visita o que acontece na cadeia.

- Seguir as normas e colaborar com a organização prisional que orienta as ações da prisão.

- Não conversar com funcionário.

## **8. Não roubarás**

- Não roubar nada de outro preso.

- Não comer a cota da comida de outro preso.

- Não explorar outro preso.

- Pagar as dívidas contraídas.

## **9. Não levantarás falso testemunho**

- Nunca falar mal de alguém que não está presente.

- Não se referir a ninguém com qualquer palavra deselegante.

- Não mentir para preso e falar sempre toda a verdade.

- Não divulgar para a cadeia o que acontece na cela.

## **10. Não cobiçarás a mulher do próximo**

- Não olhar a visita.
- Não assediar mulher de preso.

Como complemento às regras acima, exige-se do preso que instrua a sua visita, para que ela não cometa ou o faça cometer qualquer falta grave. Não é admitido também o desperdício de comida. Existem também algumas regras específicas para a manutenção da higiene, indicando a preocupação dos presos com a sua saúde e com a salubridade do ambiente. Elas estabelecem a mesma lógica de clareza, sendo extremamente diretas e didáticas:

- Manter a higiene em todos os aspectos.
- Escovar os dentes ao acordar.
- Lavar-se sempre depois de defecar.
- Não pisar ou atravessar a área onde estão limpando ou distribuindo as refeições.
- Não manusear comida sem estar vestido com camiseta.
- Comer somente na parte debaixo do beliche.
- Não descer da parte de cima do beliche quando alguém estiver comendo na parte de baixo.

Assim, às rotinas descritas na sessão anterior, são acrescentados os procedimentos de higiene e moralização acima. Desta forma, a rotina estabelecida de acordo com os horários da Direção para fornecimento de água, comida e para a tranca é incrementada com as normas de convivência. Por exemplo, sempre antes da entrega da comida, o local deve ser higienizado e os presos responsáveis pela higiene ou pela entrega da comida devem tomar banho.

## **Pregação**

A evangelização nas prisões é feita extenuantemente pelas igrejas evangélicas, particularmente, no caso do C.D.P. estudado, pelas Igrejas Renascer em Cristo e Universal do Reino de Deus. A frequência era alta – os presos recebiam os pregadores destas igrejas duas vezes ao dia, de segunda a quarta-feira. As quintas-feiras eram reservadas para a Pastoral Carcerária, da Igreja Católica. Em dezembro de 2004, esta frequência fora proibida, e a direção da instituição concedeu apenas um dia da semana para a entrada de agentes religiosos no C.D.P. Com esta restrição, passou-se a realizar um culto ecumênico, realizado, no entanto, apenas por igrejas evangélicas (a católica abandonara a obra).

É nítida uma maior atenção das Igrejas Evangélicas aos presos, prestando-lhes assistência emocional na medida em que levam às prisões palavras de paz e de amor, distribuem folhetos e bíblias, fazem pregações, injetam esperança e tentam elevar a auto-estima dos presos, amenizando assim o sofrimento dessas pessoas. Por isso, esses pregadores são valorizados e reconhecidos por sua abnegação e por serem uns dos poucos que olham para quem está atrás das grades, buscando ajudá-los de alguma maneira – se não forem os que mais o fazem.

Apesar de toda esta valorização e reconhecimento, os presos assumem que é a Pastoral Carcerária da Igreja Católica, devido ao seu vínculo com a Anistia Internacional e a histórica defesa dos Direitos Humanos, quem mais os defende politicamente. Mas não é esta a causa dos dados apresentados pelo censo realizado pela FUNAP,<sup>20</sup> segundo o qual a maioria da população carcerária de São Paulo é católica.<sup>21</sup> Mesmo com o trabalho exaustivo de evangelização das Igrejas Evangélicas, as conversões não são proporcionais à simpatia (aparentemente unânime) que os presos parecem ter com relação a estas Igrejas.

A conversão, de acordo com a lógica de conduta dos prisioneiros, denota uma fragilidade do caráter do indivíduo. A mudança brusca de sua conduta pode ser um indicativo para a facilidade de

mudanças em outras esferas. Ou seja, não é bem vista uma pessoa que não sustenta os seus princípios. Muitos aspectos do modo de vida das prisões são ilustrados em músicas feitas por detentos ou ex-detentos. Esta visão específica é bem expressa na letra “Oitavo Anjo”, do grupo de rap 509E:<sup>22</sup>

Um cristão me ligô pra me dar uma idéia  
Disse pra mim que Jesus 'tava à minha espera  
Disse também pra eu mudar de vida  
Aí, mano, eu não me escondo atrás da Bíblia  
Sou quem sou, assim sigo em frente  
Deus está comigo, não preciso virá crente  
Nada contra quem é, na fé  
Mas tem canalha que se esconde, né?

Nota-se, no entanto, uma situação bem diferente entre os familiares do preso: é grande o número de evangélicos. Nos finais de semana, dias reservados à visita, os pregadores atuam sobre os familiares dos presos, na porta das prisões. Nesses dias, antes do início da entrada das visitas, os presos realizam uma oração em conjunto, no centro do pátio. Depois, às 14h00, participam de um culto evangélico na companhia ou não dos seus entes.

Assim, dicotomicamente, embora a maioria da população carcerária seja católica, as Igrejas Evangélicas são as mais respeitadas, enquanto a Igreja Católica é, de certa forma, discriminada.

### **Identidade, Alteridade e Hierarquia: Apontamentos Preliminares**

É impossível falar da identidade dos prisioneiros sem mencionar o grupo que implantou as regras na prisão em questão e mantém a ordem estabelecida por estas regras, garantindo o seu cumprimento

e exercendo o controle sobre as ações dos prisioneiros. Esses grupos são chamados pela mídia de *facções criminosas* mas, muito mais do que organizar o crime, eles organizam as relações que os presos travam entre si e com o mundo exterior. Embora as leis que vemos imperar dentro das instituições prisionais tenham sido implantadas por estes grupos, a sua constituição se deu na própria adoção destas leis. Ou seja, a estrutura vigente nas instituições criminais é o resultado da interferência de grupos que nasceram nela, que nasceram, aliás, na construção desta estrutura. Explico melhor: o grupo só existe porque ele adotou um conjunto de regras que norteiam a conduta de seus integrantes; o integrante desse grupo só o é porque obedece às suas leis, e estas leis só existem porque foram implantadas pelo grupo e são reconhecidas pelos seus membros. Nas palavras de Geertz (1989), cada preso está amarrado a “teias de significados que ele mesmo teceu”. Ou seja, a própria constituição dessas leis as tornam legítimas, ao menos do ponto de vista do grupo. Isto remete à discussão travada na primeira parte deste trabalho quanto a leis paralelas coexistirem para atender a necessidade de novos grupos, de novas identidades.

No Centro de Detenção Provisória estudado, existe um grupo que orienta as ações dos detentos, e a identidade dos presos é construída a partir da posição que este ocupa perante os valores e a hierarquia deste grupo. Torna-se difícil, assim, para o pesquisador, falar da modalidade de organização vigente na instituição descartando o controle desta organização prisional. Por este motivo, embora esta etnografia continue focada no C.D.P., ela se remete sempre a estruturas que, como analisa Alvito ao tratar da influência do Terceiro Comando (grupo que controla o tráfico) em Acari, ficam no meio do caminho entre as estruturas locais e as supralocais,<sup>23</sup> pois, apesar de confrontar várias localidades de maneira idêntica, desprezando as suas condições peculiares, trata-se de “um conjunto de oposições e alianças” enraizado localmente, onde o que importa é a rede de relacionamentos pessoais, com uma lógica de oposições binárias onde “o amigo do teu amigo é teu amigo, e o inimigo do teu

amigo é teu inimigo” (Alvito, 2001: 82).

### **Identidade e Alteridade**

A oposição entre *Nós* e *Os outros* no sistema carcerário é excludente e insolúvel. É como se entre “os de dentro” e “os de fora” existissem muralhas que separam mundos incompatíveis. Nas prisões governadas por alguma organização prisional, mesmo os que não são seus membros devem obedecer às suas leis. Neste sistema classificatório, na medida em que os membros do grupo são chamados de “irmãos”, os que convivem com eles e compartilham de suas regras são chamados de “primos” ou “primos leais”, dependendo do grau de interação com o grupo.

Existe uma denominação para “os de fora”, ou seja, quem não compartilha dos princípios da organização. Quem não é “irmão”, “primo” ou “primo leal”, é “coisa”. Na chegada à prisão, o preso passa por uma triagem, na qual ele deve responder a várias perguntas e, principalmente, indicar referências. Assim, a rede de relacionamentos, ou melhor, o capital social<sup>24</sup> do preso fora do sistema carcerário interfere diretamente na conceituação do indivíduo dentro do presídio. Nesse interrogatório é também verificada a opção criminal do indivíduo, ou seja, que tipo de crime ele pratica. Em outras palavras, o ditado “Diga-me com quem andas e te direi quem és” é aplicado radicalmente na triagem do recém-detido. O resultado deste processo será a aceitação ou não da convivência deste preso com os demais. Se a conduta do sujeito for de encontro aos princípios do grupo, sua presença não será aceita. Numa letra de um grupo de rap<sup>25</sup> é revelada esta dicotomia, onde os atos que levaram o sujeito à prisão (que às vezes gostaria de esquecer) são ao mesmo tempo a sua garantia de boa interação com os demais presos:

### **“O Passado que eu não quero agora é meu escudo”.**

Esses “outros” não aceitos não podem conviver com quem segue as normas da organização. Eles são chamados de “coisa” e são excluídos do convívio, se alojando em espaços separados (pavilhões ou celas), chamados de “seguro”. Podem também ser encaminhados para prisões sob o comando de outras facções, ou a lugares reservados a quem não pode ficar no convívio.

Por fim, quem não pertence ao Mundo do Crime e, portanto, não obedece à sua lógica, não sendo passível de punição, recebe a denominação pejorativa de “Zé Povinho”.<sup>26</sup> Para entendermos a exclusão dos Zé Povinhos da lógica social deste grupo, podemos compará-la com a dos militares da reserva que, ao sair da cadeia hierárquica, não precisam mais obedecer às regras da instituição, já que “não há a quem pedir autorização, não há a quem dever subordinação, não há um circuito hierárquico que decide, no fim das contas, qual é e qual não é a conduta apropriada de um membro do Exército nessa situação” (Leirner, 1997: 49).

O autor utiliza o conceito de identidade contrastiva para demonstrar que a identidade do militar é construída a partir do contraste com os civis. Este é mais um ponto de congruência entre os presos e os militares. A identidade dos presos também pode ser classificada como contrastiva, pois é criada na oposição ao outro. É possível classificar as oposições em três níveis: ideológico, que contrapõe crime e justiça; de natureza, que diz respeito aos princípios de conduta da facção; e de percurso, onde o preso poderia estar no convívio com o grupo, mas por algum desvio de percurso não está.

A oposição ideológica é aquela entre os presos e os policiais ou funcionários dos sistemas carcerário e judiciário. O princípio aplicado é o de que, enquanto os primeiros estão do lado do crime, os últimos estão contra ele. Uma variável desta classificação são os seguranças, vigias e justiceiros.

A oposição de natureza é dada entre os presos. No C.D.P., esses “outros” são, em suma, homossexuais, adeptos de candomblé ou da umbanda, e autores de crimes inaceitáveis pelos presos. Dentre esses crimes estão o estupro, o assassinato de pais ou de filhos, e assassinatos sob encomenda, no qual o indivíduo é pago para praticá-lo, entrando na classificação de justiceiro. É importante notar que podemos encontrar nas regras estabelecidas nesta prisão os motivos para estas exclusões, ou seja, a conduta destas pessoas não condiz com os princípios do grupo.

No entanto, não é verdade que no “seguro” só encontramos os elementos acima classificados como “os outros”. Nesses casos, aplica-se a terceira oposição – a de percurso. Uma vez no convívio com “coisa”, se o preso não tiver uma boa rede de relações, ele não é mais aceito no convívio entre os demais presos. Existem ocasiões também em que o preso comete alguma transgressão em determinada prisão e, sabendo que será punido, pede que a Administração da prisão o transfira para o “seguro”. A maior incidência destes casos se dá em decorrência de dívidas.

Nesta perspectiva, podemos considerar esse grupo como uma organização formal instrumental,<sup>27</sup> na medida em que oferece ao indivíduo uma opção de eu: “ao dizer-lhe o que deve fazer e por que deve desejar fazer isso, a organização presumivelmente lhe diz tudo que ele pode ser. Há muitas maneiras de perder terreno, e mesmo quando isso não ocorre freqüentemente, pode haver grande preocupação com essa possibilidade, o que indica claramente o problema da identidade e da auto-definição” (Goffman, 1999: 152). O autor cita um exemplo que ocorre constantemente no campo aqui estudado: “Mesmo o pedido delicado do guarda para que o preso mostre os seus quadros aos visitantes pode precisar ser rejeitado, a fim de que esse grau de cooperação não pareça subscrever a legitimidade da posição do guarda e, de passagem, a concepção que tem do preso” (idem: 154).

A noção de Plausibilidade de Peter Berger (1985) pode justificar o impedimento, em especial dos adeptos do candomblé, de pertencer

a comunidades carcerárias como a estudada.<sup>28</sup> Segundo Berger, o mundo religioso é caracterizado pela sua precariedade, com a eterna possibilidade de conversão, que varia de acordo com o grau de instabilidade ou descontinuidade da sua estrutura de plausibilidade. O autor caracteriza esta estrutura por ser uma base social composta de processos sociais específicos que permanentemente reconstróem e mantêm os mundos particulares, e que é necessária para fazer perdurar a existência de um mundo que é real para os indivíduos que nele vivem. Assim, uma forma de manter a estrutura de plausibilidade é o isolamento dos elementos que possam gerar alguma instabilidade. Se não há convívio de pessoas de mundos religiosos diferentes, criando-se um monopólio, surgem menos questionamentos e evita-se, por conseguinte, as migrações ou conversões.

No caso da organização que orienta os padrões sociais no C.D.P. estudado, as regras adotadas para o convívio têm seu fundamento nos princípios do cristianismo. O contato com outras religiões classificadas como profanas ou profanadoras na concepção da religião dominante não só coloca em risco a comunidade religiosa, mas dá a oportunidade de questionamento de toda uma estrutura de regras e leis, principalmente por estas serem criadas a partir de regras religiosas. Este questionamento daria vazão a uma situação revolucionária que poderia vir a derrubar os valores vigentes.

Fazendo uma analogia com discussão de Sahlins (1999) a respeito da alteridade indígena, podemos encontrar indícios também nas prisões de uma autoconsciência cultural a partir da qual os prisioneiros valorizam a sua cultura, afirmando as suas diferenças:

a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica alguma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição.

### **Comando e Controle**

Segundo Malinowski (2003), uma regra se torna lei quando está

sob os olhos da vigilância pública. O maior problema não estaria na transgressão da lei, mas no fato desta transgressão se tornar pública. E nas prisões, dadas as condições de convivência entre os presos, todo e qualquer ato de qualquer preso se torna público. Isso torna possível a rigidez das regras e a garantia de punição.

Toda organização normatizadora exige um eficiente aparato burocrático para mantê-la. E as organizações oriundas do sistema prisional não fogem à regra, possuindo uma estrutura hierárquica bem definida e decisões centralizadas.

A filiação só pode acontecer mediante convite e recomendação de ao menos dois integrantes, que serão os padrinhos do novo membro. A história de vida (dentro e fora da prisão) do ingressante é levantada, e seus dados pessoais são anotados (nome completo, endereço, etc.). Aprovado seu ingresso, ele recebe o estatuto da facção e um número de matrícula. É feito um “ritual de batismo” do novo membro, no qual é jogada água na cabeça dele, e festejado o seu ingresso.

Embora esta organização não esteja despojada de rituais, estes são caracterizados pela sua simplicidade, agilidade e objetividade. Eles existem, mas não têm qualquer requinte. Quando algum dos seus membros falece, por exemplo, é decretado o luto em todas as prisões comandadas pelo grupo. Devido às dificuldades para comunicação, a notícia pode demorar a chegar, mas nem por isso o luto deixa de ser vivenciado, durando, idealmente, uma semana. O luto consiste na suspensão de jogos, da prática de futebol e exercícios físicos, de trabalhos manuais, e do uso de rádio e televisão com volume alto. Existem alguns eventos que, no entanto, pela sua ordem de importância e prioridade, podem interromper o luto. Quando algum túnel para fuga está sendo construído, por exemplo, o luto interromperia este trabalho. Entretanto, como a busca pela liberdade é prioritária, ele dura apenas algumas horas para que o trabalho não seja prejudicado. A suspensão do luto também acontece nos dias de visita, pois, como já vimos, ela é tida como sagrada entre os presos, e nem mesmo esse ritual pode ser motivo

para intervir nas suas atividades. Desta forma, o luto deve acabar antes da entrada da visita. Se a notícia de falecimento chegar durante o período de visitas, deve-se mesmo assim cumprir o ritual de fim do luto o quanto antes, para que as atividades do dia não sejam comprometidas. Este ritual, também marcado por sua simplicidade, consiste na reunião de todos os presos (acompanhados ou não de seus familiares) no pátio, formando um círculo. Um dos presos vai ao centro deste círculo, discursando em homenagem ao falecido e, em seguida, todos oram um Pai Nosso (a prece da Ave Maria é eventual).

Quando alguma regra é transgredida, deve-se punir o infrator ou infratores, e a punição só pode ser aplicada mediante autorização das instâncias superiores. Nesta ocasião, todos os envolvidos devem ser ouvidos, os acusados devem ter direito de defesa e, se a transgressão for provada, todo o ocorrido é relatado e a autorização para a punição é solicitada.

Este cuidado é tomado devido à responsabilidade na aplicação da punição, pois se, no futuro, for constatada alguma injustiça, tanto quem puniu quanto quem autorizou a punição sofrerão as mesmas penas que foram aplicadas ao injustiçado. Este processo é exaltado pelos presos como oposto àquele usado pela polícia e pela justiça que, ao contrário, não são punidos por seus erros e por isso não têm um comprometimento com a verdade. Nesta oposição, enfatiza-se a exclusividade do uso da tortura pela polícia, sendo vedado aos presos.

O aspecto da responsabilidade do gerenciamento ou governo da prisão, como pode ser definida a função dos integrantes dessas facções, também se mostra nas regras que lhes são específicas. O direito ao uso de drogas por seus membros, por exemplo, é limitado à manutenção da capacidade de discernimento e autocontrole. É alegado o fato deles terem responsabilidades que não permitem esta alienação do mundo (ou da sua situação do mundo), buscada por outros presos como forma de fazer o tempo passar mais rápido e o sofrimento ser amenizado.

Voltando a Malinowski (2003), quanto mais prestígio e poder um indivíduo possui, menos pode transgredir regras, pois está sob constante vigilância. Ele deve, portanto, agir sempre de acordo com a opinião pública para manter o seu poder, ajudando na manutenção da lei. Aqui, o prestígio é alcançado na própria criação das regras, no sentido de dar ao preso a garantia de existir alguma lei naquele ambiente, pela qual ele pode nortear sua conduta e garantir a sua sobrevivência.

Dentre as regras vigentes na instituição, algumas são provisórias, instituídas com base em decretos baixados, mas que depois podem ser revogados. A bandeira branca é uma delas. Quando é decretada a bandeira branca, os assassinatos passam a ser proibidos dentro da prisão, sendo aplicados apenas em casos extremos e com expressa autorização das instâncias superiores. Um tipo de punição mais branda, incorporada a este sistema, é a humilhação pública do detento. Todos os presos são chamados para uma reunião geral, onde um integrante da organização fala sobre o caráter do preso que cometeu faltas, desvalorizando as suas ações. A partir daí, a sua palavra perde valor e ele passa então a ser discriminado dentro da prisão, embora não sofra nenhum tipo de punição física.

Existe um setor da prisão reservado ao seu comando, onde ficam alojados os membros do grupo e alguns *primos leais*, que os auxiliam em suas tarefas administrativas. Este setor é chamado de “faxina”, que pode ser considerada como a “administração” da prisão.

Em outra analogia, podemos verificar o papel de juiz assumido pelas facções, embora esta denominação não seja apropriada para a definição pelo mesmo motivo que a palavra informante não seja conveniente para denominar o meu colaborador.

Para a manutenção de todo este aparato burocrático, é estabelecida uma mensalidade a ser paga por todos os membros das organizações, de acordo com sua situação frente ao quadro prisional (quem está preso, em regime semi-aberto, ou em liberdade). Esta verba é aplicada para a assistência aos presos que estão em

penitenciárias localizadas em cidades do interior, de difícil e caro acesso, geralmente enquadradas no sistema de RDD – Regime Disciplinar Diferenciado, criado pelo Estado como uma modalidade que limita ainda mais as concessões aos presos. Além desta assistência, a verba também é destinada aos presos que não têm amparo da família, para famílias desamparadas, e para financiar advogados, entre outras coisas.

## Hierarquia

Existe uma hierarquia entre os presos associados à organização, baseada, entre outras coisas, nos seus feitos, no seu prestígio e no tipo de prisão onde ele se encontra.

A hierarquia entre as prisões obedece à sua classificação legal, de acordo com os presos que abriga. Por exemplo, os Distritos Policiais estão na base desta hierarquia, pois abrigam presos recém-detidos, que podem ser libertos em curto espaço de tempo. Segue na hierarquia as Cadeias Públicas, as Casas de Detenção (caracterizadas pelo caráter provisório da prisão, onde os presos ficam detidos à espera do julgamento) e, finalmente, as Penitenciárias (que abrigam presos já condenados, criminosos atestados como reais e que cumprirão alguns anos de pena de reclusão).

Como pudemos ver, existe todo um mecanismo que gerencia as atividades de quem pertence ao *Mundo do Crime*, estabelecendo as diretrizes do que é ou não permitido, e o gerenciamento deste mecanismo é exercido obedecendo à hierarquia da organização prisional. Com base nos feitos, prestígio e na honra adquirida pelos presos, eles obtêm posições superiores nesta hierarquia. Existem, portanto, *irmãos* mais graduados do que outros, e *primos* que merecem mais respeito do que outros.

Cada prisão possui uma liderança, chamada de *Piloto da Cadeia*, maior autoridade entre os presos da instituição. Cada cela, também chamada de *família*, deve ter um responsável que pode ou não ser membro do grupo: o *Piloto da Cela*. Nas bases desta pirâmide, estão

os presos que não detêm nenhuma posição de comando, diferenciando-se de acordo com o tempo que já passaram na prisão e a quantidade de vezes em que foram presos. A princípio, de acordo com a lógica do grupo (a não se confundir com os conceitos do Direito), um preso é Primário quando é detido pela primeira vez, e passa a ser *Residente* quando completa um ano de prisão. No entanto, esta classificação se dá na oposição ao outro. Por exemplo: embora um preso já tenha cumprido três anos de pena na sua primeira prisão, ele é considerado Primário frente a outro preso que já cumprira três penas de cinco anos cada. Em outras palavras, um preso pode ser, ao mesmo tempo, Residente e Primário, dependendo do sujeito referencial.

Cabe aqui esclarecer que esta classificação hierárquica não influencia a outra categoria classificatória descrita acima, ou seja, embora o primeiro elemento desta cadeia hierárquica seja necessariamente membro do grupo, os demais podem ser *irmãos*, *primos leais*, ou *primos*. Somente os *coisa* e os *Zé-povinho*, pela sua própria definição, não podem estar presente nesta cadeia hierárquica.

### **Do outro lado do muro**

Uma consideração importante a fazer é que as filiações a essas organizações podem persistir ou mesmo ser concretizadas fora do ambiente carcerário. Neste último caso, o ingressante é valorizado, pois não aderiu ao grupo numa situação extrema de sua vida, mas como forma de afirmação do pertencimento ao Mundo do Crime, fazendo parte, como eles dizem, de *Crime Original*. Neste caso, o sujeito não pode cometer nenhum crime que não seja aceitável pelo grupo, para que não tenha problemas de convivência caso seja preso.

Até mesmo os operadores do sistema judiciário utilizam a lógica adotada por essas regras de convivência e punições severas como parâmetro para suas decisões. Por exemplo: um preso que não consegue se adaptar ao convívio dentro da prisão e é transferido para o seguro tende, segundo a ótica de alguns juizes, a não se adaptar também ao convívio em sociedade, fora da prisão. Ou

seja, este sujeito tem problemas de socialização. Outro exemplo da utilização dessas regras como parâmetro pela justiça é o caso dos acusados de cometerem crimes inaceitáveis pelos presos de determinada organização. O réu pode mentir para a justiça ao alegar inocência, mas, acreditam, ele não conseguirá sustentar a mentira durante meses de convívio. Se, passado algum tempo, ele for transferido para o seguro devido ao tipo de crime cometido, este fato é contado contra o réu.

Assim, as regras obedecidas nas prisões transcendem os seus muros ao passar a nortear a conduta dos agentes do crime quando em liberdade. Em outras palavras, além de orientar as relações que os presos mantêm entre si e com o mundo exterior, as organizações prisionais orientam a conduta dos criminosos em liberdade – influenciando, ademais, as decisões do Sistema Judiciário.

### **Considerações Finais**

Zaluar (in Velho, 2000) aponta para uma tendência à fragmentação da sociedade, no momento em que antigos elementos agregadores se desfazem e a diferença passa a ser afirmada, gerando um sentimento de “despertencimento”.

Entendo, no entanto, que as leis oficiais não satisfazem os anseios de alguns grupos, contribuindo para esta fragmentação. Isso resulta na tendência de que estes afirmem as suas diferenças e criem auto-regulamentações. Se o sentimento de despertencimento em relação à Sociedade (Complexa) existe, aparentemente ele vem sendo substituído pelo sentimento de pertencimento a um grupo que, dependendo das diferenças que cultua frente à Sociedade, pode constituir um poder paralelo, produtor de leis locais e específicas em um microterritório.

Independentemente do fato que os levam à cadeia, todos os presos estão lá acusados de infringir algum artigo do Código Penal. Nesse sentido, todas as diferenças são suprimidas e o que os une é sua relação com o crime. Daí decorre a constituição de um grupo que

representa o Crime, para se opor ao Sistema (Policial, Carcerário, Judiciário) e a todos que o operam.

Assim, a identidade dos presos é criada, a partir da aceitação do estigma que se lhes atribui, na oposição ao outro. Essa identidade, bem como filiações a essas organizações, podem persistir fora do ambiente carcerário, pois é quando o sujeito vai fazer a afirmação do pertencimento ao Crime. Assim, as regras obedecidas nas prisões transcendem os seus muros quando passam a nortear a conduta de pessoas em liberdade, orientando não só as relações que os presos travam entre si e com o mundo exterior, mas constituindo uma modalidade de comportamento social.

Além disso, nessa nova identidade, está implícita uma postura política contra um sistema perverso, que segregava a sociedade ao não oferecer condições dignas de vida aos menos abastados. E aqui não se trata somente de prisioneiros, mas de todos os que se sentem excluídos socialmente, que muitas vezes são suspeitos de serem delinquentes apenas em virtude da sua posição social. Essas pessoas também se sentem excluídas da discussão política, e por isso não acreditam na eficiência dos meios políticos para reivindicar os seus direitos. Com isso, essa identidade de exclusão nascida nas prisões toca, em primeiro lugar, a família do encarcerado; mas, nessa oposição ao sistema, contagia outros injustiçados, expandindo-se e ganhando adeptos na malha urbana, invadindo e tomando conta principalmente das periferias.

Estes processos tornam menor o papel do direito estatal enquanto instância reguladora da vida social, pois um outro direito é criado e louvado. Tornam também menor o papel da política, pois um outro governo é criado e louvado.<sup>29</sup> A deslegitimação do Poder Judiciário na resolução dos conflitos é bem demonstrada por Caldeira (2000). A autora, ao analisar o aumento do número de crimes violentos, especificamente em São Paulo, mostra que a falta de confiança nos meios legítimos leva as pessoas a fazerem justiça por outros meios, geralmente mais violentos.

No entanto, até a concepção de violência pode ser vista como um valor. Aos que vêem essas organizações prisionais como facções criminosas, portanto produtora de violência, podemos apresentar outra perspectiva: a das organizações como elementos fundantes de padrões sociais, de modalidades de organização social capazes de apaziguar conflitos existentes em um ambiente de convivência forçada como a prisão, amenizando, assim, parte do sofrimento dos prisioneiros.

E a partir do momento em que as filiações possam persistir fora do ambiente prisional, a sua lógica de atuação, ao transbordar os muros das prisões, impõe limites às práticas criminais. Exemplo disto é que não se assalta, seqüestra ou mata membros da família do preso. Ela é tratada pelo criminoso solto como visita, da mesma forma como pelos presos. E se a visita é sagrada e merece respeito máximo, a partir do momento em que existe a regra do respeito à visita, põe-se este impedimento para os crimes fora da prisão.

Da mesma forma, existe uma regulamentação dos crimes. O indivíduo livre, mas associado à organização prisional, não pode cometer crimes inaceitáveis para o grupo. Por exemplo: o comandante de um ponto de tráfico recebe uma proposta de um de seus clientes para cometer um assassinato em troca de dinheiro. Ele não pode aceitar, dado que, na ética da organização, se tornaria justiceiro. Ademais, o grupo prega a paz, que só deve ser suspensa em situações extremas. Um roubo bem sucedido é um roubo sem homicídios, e estes só devem ocorrer se inevitáveis para a execução do roubo. Podemos encontrar esta lógica na letra de um rap do grupo Tribunal MCs, que descreve com pormenores a execução de um assalto:

Não vim cometer homicídio  
Meu interesse aqui é só fins lucrativos.

Estes são exemplos de como, embora os poderes paralelos possam ser vistos por uns como mais violentos, eles podem ser produtores de leis mais justas a uma minoria, exatamente por representar seu

sistema de valores. Por outro lado, a Justiça Estatal, que representa os valores da maioria, pode ser muito mais violenta (no sentido ideológico do termo) com os que não compartilham desses valores.

É aqui que a própria violência pode ser colocada como um valor, pois o que é e o que não é violência é determinado de acordo com o sistema de valores que o grupo adota, da mesma forma como é controlado o poder de matar (Schritzmeyer, 2001).

Para se estudar grupos em Sociedades Complexas, o antropólogo deveria se colocar numa perspectiva diferenciada em relação aos seus valores, em um exercício de “apercepção sociológica”, tal como procuram fazer os antropólogos que têm como sujeito sociedades distantes.

Não é o caso de negar a subjetividade do olhar do antropólogo, pois todo olhar é uma interpretação, mas sim de fazer esta interpretação observando que, mesmo em se tratando da “nossa sociedade”, os nossos valores e conceitos são nossos, e não devem ser projetados no sujeito.

Se por um lado a criação de organizações prisionais e a imposição de suas regras nos presídios de São Paulo pode ser vista como medida opressora e aterrorizante do crime organizado, por outro lado é a Instituição na qual os presos se apóiam para tentarem evitar os maus tratos e terem mais dignidade e justiça no confinamento.

O governo das prisões por esses grupos é visto pelos presos como o fim de um período de desordem; assim também a tomada de poder por parte de um chefe do tráfico em Acari.<sup>30</sup> No documentário *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, de Paulo Sacramento, o Pastor Adair, da Igreja Assembléia de Deus, preso no Pavilhão 7 da Casa de Detenção do Carandiru, endossa esta visão:

Eu não faço apologia do crime, mas antes de existir o PCC, os presos sofriam muito. Sofriam porque eram quadrilhas rivais. E existia muita extorsão, estupro, mortes banais. Mas quando eu conheci, no ano de 88, o Partido,

eu como Pastor... eu comecei a observar o meio deles trabalhar, e vi que a cadeia mudou. O xadrez que você tinha que comprar, hoje em dia você não compra mais, estupro não existe mais na cadeia, aquelas mortes banais não existe mais. Então observa-se que houve uma mudança. E além de tudo são meus amigo, gosto de muito deles... eu conheço poucos, não conheço todos... gosto deles. Pra mim só têm feito o bem. Até hoje nunca me atrapalharam no meu trabalho. Pelo contrário, têm me apoiado no meu trabalho. Após a rebelião, fizemos um culto com todos, mil pessoas no prédio, ali fora... ali... com o apoio deles... até que eles têm me apoiado. Então, se faz necessário fazer uma facção, se fazer um partido, isso aí é relativo. Aqui tem o Primeiro Comando da Capital, que tem se saído muito bem através dessa rebelião... Não que eu faça uma apologia disso, mas acredito que houve uma movimentação. Chamou atenção para dentro do presídio Casa de Detenção, que é um celeiro. De quê? Um celeiro de pessoas, um depósito de pessoas. Agora eles querem desativar. Por que? Por que alguém se movimentou e falou: 'olha pra nós aqui que nós tamo morrendo aqui dentro e vocês não solta!' Pessoas aqui que nem eu: to com 11 anos preso, cadeia de 20 anos, já era pra estar na rua já faz uns 4 anos. Pessoas de cadeia vencida... é assim a casa judiciária... Tantas injustiça que alguém tem que mobilizar e falar: 'olha, nós tamo aqui dentro mofando, nos tira desse lugar?. E, talvez, seja por isso que surgiu essa facção.

Muitas vezes, para chegar a esta conclusão, é necessário enfrentar a resistência das próprias crenças, como prevê Bourdieu (2001): "Nas ciências sociais, como se sabe, as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças fundamentais de um grupo e, por vezes, com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, com o corpo de certezas partilhadas que fundamenta a *communis doctorum opinio*. Praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei".

\* \* \*

Nem todos os aspectos da sociabilidade carcerária que poderiam ser relatados e trabalhados o foram aqui. Aspectos como o ‘processo criativo’, a ‘censura’, o ‘tempo liberado’, o ‘lazer’ e o ‘mercado’ dentro das prisões dariam material para promissoras análises. Procurei, no entanto, enfatizar o recorte escolhido, embora ainda não o considero esgotado.

Talvez o olhar “de perto e de dentro” possa sugerir soluções para a gestão das prisões ou até mesmo contribuir para o debate sobre o problema da violência e da criminalidade em São Paulo. Estas discussões seriam mais abrangentes ao levar em conta o profundo conhecimento dos atores sociais, especulando sempre em torno de fatores da ordem macro. Segundo Magnani (2002):

há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura política (ao menos de uma certa visão política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar.

Uma possível direção para as discussões sobre o problema da violência e da legislação poderia partir do estudo sério sobre a constituição e as filiações das organizações prisionais. O crescimento desses grupos contou com fatores econômicos, sociais e, particularmente, pela deficiência do Estado em combater o crime e lidar com os reeducandos. Quanto maiores as medidas de repressão, sem que haja a contrapartida da reeducação e da reinserção do preso na sociedade, mais as organizações se fortalecem, devido à necessidade de se protegerem e se defenderem. É como se os presos fossem impelidos a se unir em torno de uma organização para lutar contra os abusos dos operadores da lei, que representam o sistema (judiciário, carcerário, policial), criando, assim, a oposição entre o crime (aceitando o estigma que eles empregam) e o sistema.

Quanto maior a repressão impetrada pelo Estado, maior a quantidade de adesões ao grupo e maior, conseqüentemente, a necessidade de estruturação para dar suporte às organizações. As penas exemplares, às vezes aclamadas pela sociedade como uma solução para o problema da violência, podem ter conseqüências

inesperadas. Elas tendem a ser mais longas, e a manter o preso mais isolado, aumentando a probabilidade de seu ingresso nas organizações prisionais, e aumentando também a necessidade de arrecadação de dinheiro por essas organizações para que possam prestar assistência a esse preso. As penas duradouras acabam, ao contrário do que se espera, exigindo uma organização maior das organizações prisionais, e aumentando as suas adesões, propiciando e estimulando a sua expansão. A família e, principalmente, os filhos dessas pessoas, crescem neste meio, onde o crime é a única forma de resistência ao sistema, que, como vimos, é perverso. Isto é explícito quando um garoto de cinco ou seis anos empunha uma garrafa de refrigerante como se fosse uma metralhadora, e finge estar atirando na polícia.

Embora exista certa dinâmica e adaptação no sistema organizacional das unidades prisionais, acredito existir também uma estrutura social (no conceito de Lévi- Strauss) característica nesta comunidade, espécie de grade por onde passam os indivíduos, não por meio do nascimento e morte como ocorre na sociedade, mas sim por meio da detenção e libertação. A atenção dispensada aos comandos e membros considerados influentes pode ser equivocada, já que a estrutura tem um poder coercitivo sobre os indivíduos.

É importante reconhecer que a leitura política ou a criminalística, sozinhas, não conseguem dar conta dessas práticas ou orientar ações. É necessário se aproximar, partir de um olhar mais atento e afinado, para então sugerir soluções para a gestão das prisões ou até mesmo contribuir para o debate sobre o problema da violência e da criminalidade.

As leis que regulamentam as penas não podem ser criadas como uma forma de vingança. Elas devem sim estimular a correção, a conscientização, a tolerância, enfim, a ressocialização. Não é, por exemplo, o tempo de reclusão que vai assegurar a diminuição da criminalidade. Pelo contrário, esse tipo de política vingativa incentiva reações também vingativas, contribuindo para o aumento da segregação, da intolerância, da afirmação das diferenças, da

construção de uma identidade e, por fim, pelo aumento da criminalidade. Além disso, as longas penas de reclusão, além de onerar o Estado, desgraçam a vida do preso e da sua família.

Para ter eficiência, a reclusão não precisa ser longa, mas o trabalho desenvolvido na ressocialização deve ser intenso. A recuperação deve ser incentivada por meio de um acompanhamento individual do preso, que deve aprender a confiar na Justiça. Para tanto, ela deve cumprir o seu papel e ser digna de confiança, oferecendo penas justas e orientando as suas decisões sempre a partir da resposta do reeducando ao trabalho de ressocialização oferecido.

É sabido que essa proposta, de substituir quantidade por qualidade, é de difícil implementação. No entanto, as dificuldades existentes não podem servir de justificativa para a adoção de soluções simplistas.

## Referências

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari*. Uma favela carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BEGER, Peter L. *O Dossel Sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity Press, 1980.

BUONO, Andrea Bueno. *Negociando a dignidade humana: os familiares de presos e a percepção de direitos humanos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – FFLCH – USP. São Paulo, 1998.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CÂMARA, Heleusa Figueira. *Além dos muros e das grades (discursos prisionais)*. São Paulo: EDUC, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

Documentário “O Prisioneiro da Grade de Ferro” – Paulo Sacramento

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz/ EdUSP, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Observando o Islã*. Rio: Jorge Zahar, 2004.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion - a morte do tempo na prisão: imagens e textos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro. RJ, 1970.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. *Hierarquia e individualismo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003.

LINS, Paulo; Silva, Maria de Lourdes da. “Bandidos e evangélicos: extremos que se tocam”. In: *Religião e Sociedade*, v. 15, n.1 (pp. 166-173, 1990).

MAGNANI, J. G. C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, jul./2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo: Ed. Abril (col. Os Pensadores), 1977.

\_\_\_\_\_. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2003

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINGUARDI, G. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo, Página Aberta, 1992.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Radcliffe-Brown*. S.P.: Ática (col. Grandes Cientistas Sociais), 1978.

ROULAND, Norbert. *L’anthropologie juridique*. Paris. PUF(col. Que sais-je?, n° 2528), 1995.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (partes 1 e 2) - Mana 3/1 e 3/2, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio: Jorge Zahar, 2003 (1.a ed.: 1978).

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

SCHWARCZ, Lilian. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VARGAS, Joana Domingues. *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

VELHO, Gilberto & Alvito, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Ed. FGV, 2000.

## NOTAS

<sup>1</sup> Abreviação de Centro de Detenção Provisória.

<sup>2</sup> Fugindo do “monoteísmo metodológico” criticado por Bourdieu (2001).

<sup>3</sup> Utilizando a classificação criada por Magnani (2002).

<sup>4</sup> Este aspecto também vai de encontro ao Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia.

<sup>5</sup> Cf. Minguardi (1992).

<sup>6</sup> O papel do antropólogo como inquisidor é discutido por Ginsburg (1989), e as semelhanças entre as investigações policiais e as antropológicas são brilhantemente expostas por Vargas (2000).

<sup>7</sup> Embora o resultado seja o mesmo – o silêncio perante o pesquisador –, esta lógica é diferente daquela que impera na hierarquia entre militares, onde “o oficial não estava autorizado a falar, a tomar uma posição, como indivíduo que é, sem antes ter o aval da cadeia de comando” (Leirner, 1997). Entre os militares, o impedimento é fruto de uma hierarquia. Já entre os prisioneiros, são os seus princípios que trazem este resultado.

<sup>8</sup> Símbolo oriental que representa os dois extremos que todas as formas de energia possuem, na forma de um equilíbrio perfeito.

<sup>9</sup> Nome que os presos dão aos pertences levados pelos familiares.

<sup>10</sup> Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos, vinculado à Polícia Civil do Estado de São Paulo.

<sup>11</sup> Não é recomendado que a visita transite desacompanhada pelas dependências do pavilhão.

<sup>12</sup> Da Matta (1980), ao analisar os ritos do Carnaval e do “Sabe com quem está falando?”, mostra que o sistema vigente no Brasil “igualava num plano e hierarquia no outro, o que promove uma tremenda complexidade classificatória” (p. 193). O autor ainda sugere que enquanto as camadas dominantes adotam a perspectiva da solidariedade, os dominados assumem a posição de revelar o conflito, a crise e a violência do sistema.

<sup>13</sup> Como Weber, Geertz, ou a Antropologia Interpretativa já colocaram.

<sup>14</sup> Utilizando o conceito de Schritzmeyer (2001).

<sup>15</sup> Pensando a “hierarquia não no sentido sociológico (relativo apenas à organização social), mas sim no seu sentido estrutural: na maneira como se configuram as relações (idéias e valores, e a partir daí a organização da sociedade) no interior de determinado sistema” (Leirner, 2003:33).

<sup>16</sup> Considerado por Schritzmeyer o papel do Júri.

<sup>17</sup> Utilizo o sentido dumontiano de ideologia enquanto sistema de idéias e valores orientadores da realidade e, por isso, produtores de procedimentos.

<sup>18</sup> O estupro, por exemplo, nesta escala de valores, é o crime mais acintoso, passível de punição com morte.

<sup>19</sup> O controle esperado neste tipo de grupo está relacionado com o conceito de Panóptico, discutido por Foucault (1984), onde a visibilidade, a disciplina e o saber constituem poder sobre o preso.

<sup>20</sup> Abreviação de Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”, órgão vinculado à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

<sup>21</sup> Este censo, datado de 1991, é a informação estatística oficial mais recente a tratar da questão da opção religiosa de presos em São Paulo. Embora estas informações não sejam atuais, servem para apontar uma tendência. Os dados indicam, além de uma predominância da religião católica, uma grande proporção de evangélicos ingressos no sistema penitenciário (em comparação com a População do Estado de São Paulo), bem como o crescimento da população evangélica dentro das prisões.

<sup>22</sup> Grupo formado por prisioneiros da Casa de Detenção do Carandiru. O nome 509E refere-se ao número da sua cela.

<sup>23</sup> O autor lança mão de um conceito formulado por Leeds.

<sup>24</sup> Cf. Bourdieu (1980).

<sup>25</sup> Não é possível, ao menos no momento, identificar o nome do grupo. Obtive um CD gravado com algumas músicas que não são comercializadas, e não podem ser divulgadas para os “de fora”. A gravação que tenho não trouxe capa, nem identificação das letras.

<sup>26</sup> Denominação tão pejorativa quanto a utilizada pelos militares quando chamam os civis de “paisana” (Leirner, 1997).

<sup>27</sup> Cf. Goffman (1999).

<sup>28</sup> Existe também a possibilidade de inversão deste impedimento, quando o preso, uma vez admitido na organização, deve se afastar dessas práticas religiosas.

<sup>29</sup> A deslegitimação e a falta de confiança nas vias democrática e no poder político são nítidas nas conversas travadas com os atores. Um deles, interrogado sobre o candidato ou o partido de preferência para a próxima eleição, afirma “nóis é macaco velho; nóis não acredita em político, não”, atribuindo a crença na política aos ingênuos. Se mudássemos a perspectiva, ao invés de dizer que são excluídos, diríamos que eles excluem o modelo político democrático de seu universo.

<sup>30</sup> Cf. Alvito (2001: 221).

# O “OLHAR” DO UNIVERSO INFANTIL SOBRE AS VIOLÊNCIAS: SABERES, DISCURSOS E OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO DE CRIANÇAS DE UM MORRO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Danielli Vieira

## Introdução

Esta monografia teve origem num trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. O trabalho é resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi o de identificar o imaginário, os discursos e as outras formas de expressão de crianças moradoras do Mont Serrat, comunidade localizada na área central de Florianópolis, a respeito das violências, em especial daquelas decorrentes do narcotráfico.

As preocupações relativas a situações de exclusão social e de segregação no contexto urbano sempre chamaram a minha atenção, bem como as questões que se referiam à infância e às crianças. Fora do âmbito acadêmico, tive a oportunidade de conhecer a comunidade do Mont Serrat e algumas crianças do local. Houve também duas possibilidades de uma reflexão mais analítica e informada pelas Ciências Sociais no contexto dessa comunidade.

A primeira delas foi ensejada pela disciplina “Laboratório de Movimentos Sociais”, ministrada pelas professoras Ilse Sherer-Warren e Lígia Helena H. Lüchmann. Foi-nos proposto que realizássemos um trabalho de campo a respeito de iniciativas da sociedade civil em Santa Catarina que de alguma maneira visassem a erradicação de formas diversas de exclusão social. Junto com alguns colegas, fizemos uma breve pesquisa no Projeto Travessia. Este último atende crianças e jovens de sete a quatorze anos e trabalha dentro de uma proposta de educação popular e de cunho

complementar ao período escolar. O segundo contato, mais analítico, ocorreu quando, no segundo semestre de 2004, foi ofertada pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política uma disciplina que propunha um trabalho de extensão universitária na escola localizada no Morro Mont Serrat. Tanto nessa experiência de extensão como na pesquisa realizada no projeto Travessia, foi possível conhecer várias crianças e conversar com elas a respeito do seu cotidiano. A partir desta trajetória de contato com as crianças da comunidade, surgiu o desejo de conhecer as maneiras pelas quais estes sujeitos – pertencentes a uma geração que convive desde o nascimento com formas específicas de violência urbana providas do narcotráfico – expressavam e falavam sobre os eventos relacionados com as violências.

A temática coincidia com um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos membros do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências da Universidade Federal de Santa Catarina) acerca das vivências das violências em Santa Catarina. Sob a orientação do professor Theophilos Rifiotis, procurou-se, então, delimitar a problemática da presente pesquisa de forma a que fosse possível articular os campos de estudos a respeito das crianças e das violências.

A maior parte da literatura que relaciona crianças e violências enfoca, primordialmente, situações nas quais as primeiras são vitimadas ou praticam formas de violências. Poucos trabalhos, entretanto, procuram captar o imaginário da criança acerca desses fenômenos e de outros ligados a algumas formas de violência urbana, especialmente buscando analisar o que pensam as crianças que vivem em realidades marcadas por situações extremas, tais como segregação e estigmatização dentro do contexto urbano, tiroteios e homicídios freqüentes, dentre outras.

Com relação aos pressupostos teóricos e metodológicos a respeito dos estudos sobre violências, procurou-se fundamentação em modelos interpretativos de cunho mais analítico, construídos a partir das práticas e experiências dos sujeitos que vivenciam situações de

violências. No caso deste trabalho, os sujeitos que nos contam e nos informam sobre a temática das violências são crianças. Buscou-se a construção de um relato no qual as crianças são perspectivadas como sujeitos capazes de representar e significar as suas experiências, constituindo-se, desta forma, em interlocutoras legítimas na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais.

A compreensão da dimensão vivencial das violências a partir da interlocução com sujeitos que experimentam situações desse tipo pode ser também uma alternativa interessante no tocante às formas de intervenção. No caso, por exemplo, da relação entre crianças e violências, é importante dar visibilidade a esses sujeitos não apenas quando eles são vitimizados ou quando praticam formas de violências.

Recentemente, o programa *Fantástico*, exibido pela TV Globo, apresentou o documentário “Falcão: meninos do tráfico”. Este documentário é uma síntese de registros em vídeo realizados por Celso Athayde e MV Bill em sua pesquisa sobre a inserção de adolescentes na vida do crime. São imagens de entrevistas com crianças e jovens envolvidos com o narcotráfico em diversas cidades do país. As crianças e adolescentes que aparecem nessas imagens estavam imersos no “mundo do narcotráfico” e, dessa forma, numa situação de liminaridade e de risco. Com relação a esses jovens, há poucas possibilidades de intervenção. Infelizmente, dos diversos meninos entrevistados por Bill e Athayde apenas um sobreviveu.

A pesquisa de campo que fundamentou este trabalho de conclusão de curso foi realizada no segundo semestre de 2005, ou seja, antes da exibição do documentário acima descrito. Seria muito interessante assistir a essas imagens com as crianças sujeitos da pesquisa para identificar suas opiniões e representações a respeito do tema. Importante mencionar que as crianças ouvidas neste trabalho não estavam envolvidas com o narcotráfico. Entretanto, este último é um dos caminhos que se apresenta fortemente em suas trajetórias de vida. Conhecer o imaginário e a experiência vivenciada pelas

crianças é instrumento importante na construção de novos horizontes para seus caminhos.

Por fim, cabe apresentar os capítulos que compõem este trabalho. O primeiro capítulo concerne à discussão da problemática e da fundamentação teórica da pesquisa. São apresentados também alguns dos cruzamentos já estabelecidos entre as temáticas das infâncias e das violências e o modo específico encontrado para a junção destes campos na presente pesquisa. No segundo capítulo se encontram as reflexões sobre questões metodológicas, éticas e epistemológicas, juntamente com a apresentação dos sujeitos e a descrição do processo de construção da pesquisa. O último capítulo contempla a descrição e a análise dos dados empíricos relativos aos discursos, às representações das crianças interlocutoras a respeito das violências e as formas de expressão através das quais elas manifestaram a dimensão vivencial do tema investigado. Nas considerações finais, sintetizam-se as principais questões que emergiram na realização desta pesquisa.

## **1 - Violências e infâncias: Os campos de estudo e as possibilidades de interconexão**

A problemática que transpassa este trabalho envolve as reflexões acerca de fenômenos caracterizados como violências em sociedades complexas e questões relativas à infância, às crianças. Ambas as temáticas pertencem a campos de estudo em constante debate, especialmente no tocante as discussões de modelos interpretativos capazes de lidar analiticamente com esses temas, tão estreitamente relacionados com problemas sociais. Muitos dos objetos de pesquisa nas Ciências Sociais são derivados de problemas e demandas sociais, sendo necessário construí-los como objetos científicos circunscritos a modelos interpretativos teóricos.

Inicialmente, apresentar-se-á uma revisão sobre o campo de estudos das violências no contexto das Ciências Sociais no Brasil, juntamente com os pressupostos teóricos que guiaram esta pesquisa. Em seguida, serão esboçadas uma síntese sobre o campo de estudos da infância

e das crianças nas Ciências Sociais, e a perspectiva adotada neste trabalho com relação às infâncias e às crianças. Por fim, procurar-se-á apresentar alguns dos cruzamentos já estabelecidos entre as temáticas das infâncias e das violências e o modo específico encontrado para a junção destes campos na presente pesquisa.

### **1.1 - Campo de estudo das violências no Brasil**

O tópico *Violência e Crime*<sup>1</sup> da série *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) - Antropologia (Volume I)* traz uma revisão da produção acadêmica dos cientistas sociais brasileiros sobre o tema durante um período de 25 anos. Alba Zaluar afirma que ao longo dos anos examinados formaram-se vários campos temáticos com questões metodológicas, teóricas e ideológicas distintas. Resumindo-os, é possível chegar ao seguinte quadro: 1) a reflexão sobre o que é violência e os seus múltiplos planos e significados; 2) as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população; 3) contar as vítimas e os crimes (os números e os sentidos da vitimização ou da criminalidade violenta); 4) a procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade; 5) o problema social da criminalidade como tema de política pública.

Em 1997, Theophilos Rifiotis, publica o artigo: “Nos campos da violência: diferença e positividade”. Nesse trabalho, procura demonstrar o “lugar” específico dos estudos antropológicos sobre a violência e como estes vêm se desenvolvendo no Brasil. Alguns aspectos importantes para o debate sobre o campo de pesquisa da violência puderam ser revelados; são eles: a) uma prioridade dos recortes temáticos, tais como a criminalidade, gênero, minorias étnicas, meninos de rua, conflito de gerações, etc., com relação ao recorte dado pela violência; b) principalmente a partir dos anos 80, há uma concentração no campo da cidadania e dos limites da ação do Estado (é possível apontar uma convergência conceitual em torno dos termos definidos por Foucault como microfísica, relações de poder em todos os lugares).

Rifiotis (1997) aponta também para um implícito que não tem sido relevado pelos pesquisadores: uma espécie de negatividade generalizada face à violência. Os estudos têm privilegiado o discurso denunciatório em relação ao “analítico”. Rifiotis lembra que os reclamos pelo fim da violência não podem ser um projeto de estudo. Não se trata de falta de sensibilidade; o que enfoque por ele proposto deseja destacar é que a violência, para além do delito e da repressão, implica numa visão de mundo. Isto tem conseqüências principalmente para os estudos que se concentram na construção das subjetividades daqueles que vivenciam a experiência da violência. Os fenômenos das violências foram quase sempre encarados como fatos “não-sociais”, como obstáculos para a realização de uma pretensa “civildade” e “racionalidade” na cultura ocidental. É uma lógica desenvolvimentista e normativa de sociedade (RIFIOTIS, 1997).

O autor argumenta ainda que, nos discursos que se identificam com a modernidade, a violência aparece como uma “parte maldita”, um resquício do passado, como a própria negação da sociabilidade. A visão racional e progressista busca construir um mundo no qual essa “parte maldita” ceda lugar ao pleno domínio da razão. Tal visão se confronta com a realidade de guerras, genocídios, crimes, que se observa cotidianamente.

Georg Simmel<sup>2</sup> representa uma das grandes matrizes teóricas que orientam os estudos que procuram extrapolar a negatividade sempre associada ao conflito. Além de afirmar a natureza e a importância sociológica do conflito, propõe que este pode ser também uma forma de sociação, e que contém, dessa forma, algo de positivo. Diz ainda que em determinado período havia só duas questões subjetivas compatíveis com a ciência do homem: a unidade do indivíduo e a unidade formada pelos indivíduos, a sociedade. Uma classificação mais abrangente da ciência das relações humanas deveria distinguir aquelas relações que constituem uma unidade, daquelas que contrariam a unidade. Ambas as realidades costumam ser encontradas em todas as situações historicamente reais (SIMMEL, 1983).

Rifiotis (1997) avança ainda que a “violência” é uma espécie de problema social herdado pelas ciências sociais, e que não se tem ainda um quadro teórico para a sua análise que ultrapasse os discursos do próprio social, ou seja, a indignação, a exterioridade, a homogeneização e a negatividade do complexo conjunto de fenômenos abrangidos. Ele defende, então, que se distingam três tipos de discurso neste campo: 1) discurso contra a violência: indignação; 2) discurso sobre a violência: analítico, e 3) discurso da violência: linguagem da própria violência. Rifiotis defende ainda que os discursos produzidos pelos pesquisadores sociais deveriam procurar centrar-se no discurso analítico, voltando também a sua atenção para as formas de expressão da própria violência. Propõe a colocação do problema da violência para além do círculo da criminalidade e da fantasmagoria a ela associada.

Esse referencial teórico que aponta a necessidade de construção de discursos analíticos no campo de estudos das violências orientou a construção desta pesquisa e da análise dos dados. A partir destas reflexões, busca-se centrar o olhar nas expressões da própria violência e nos discursos produzidos por sujeitos que vivenciam situações de violências.

É importante ressaltar que a literatura sobre violências pressupõe um sujeito adulto, não tematizando crianças a não ser como vítimas. Neste trabalho, procurou-se identificar as falas, as representações e as experiências de sujeitos circunscritos a uma geração específica. Para isso, foi necessário conhecer o que a literatura das Ciências Sociais informava sobre esses sujeitos específicos – as crianças – e sobre as relações possíveis entre crianças e violências.

## **1. 2 - Infância e Crianças nas Ciências Sociais**

Assim como o conflito e as violências foram por muito tempo compreendidos como elementos não constitutivos do mundo social, dificultando a possibilidade da constituição de um campo de estudos relacionados com tais eventos, também as crianças por um longo

período foram vistas como não-sociais, como seres que deveriam se “desenvolver” para alcançar um estatuto de sujeitos sociais. Essa perspectiva não fornecia elementos para que se estabelecesse um campo de estudos específico e legítimo sobre a infância e as crianças nas Ciências Sociais.

As crianças e a infância não deixavam de estar presentes nos trabalhos, mas nunca de forma central. As crianças eram sempre vistas como seres incompletos até que fossem socializados pelos adultos ou, em outros termos, até que adquirissem certo repertório cultural compartilhado pelos adultos da sociedade em que viviam. A concepção estrutural-funcionalista, baseada na produção de Durkheim, por exemplo, perspectivava a infância como um devir, um objeto passivo de uma socialização regida por instituições. Essa concepção norteou durante um longo período os estudos relacionados com a infância e a educação.

Na Antropologia há que se destacar os trabalhos de Margaret Mead: *Coming of Age in Samoa* (1963a) e *Growing up in New Guinea* (1963b). Mead foi pioneira ao abordar temas relacionados com infância e com adolescência não como complementos ou reflexões integrantes das pesquisas etnográficas, mas como objetivos centrais das pesquisas. Sem dúvida, os seus trabalhos contribuíram muito, na medida em que situaram as crianças em termos culturais e contextuais. Além disso, foram inaugurais ao dar visibilidade aos estudos sobre crianças e sugerir métodos e temas de investigação. Porém, em concordância com as reflexões de Clarice Cohn (2005), pensa-se que na obra de Mead havia limitações, relacionadas, especialmente, com alguns dos seus pressupostos analíticos. Um exemplo de tais pressupostos é o de que a cultura seria um repertório de elementos adquiridos e transmitidos; nesse sentido, as crianças eram consideradas seres imaturos, que caminhavam para um processo definitivo de desenvolvimento dentro de suas culturas.

Clarice Cohn (2005) afirma que a constituição de uma nova antropologia da criança se tornou possível a partir da revisão de conceitos-chave na área nos anos 60. A cultura passou a ser vista

não mais como algo empiricamente observável e delimitado, mas como um sistema simbólico acionado pelos sujeitos para dar sentido às suas experiências. O contexto social passou a ser visto já não como totalidade a ser reproduzida, mas como um conjunto estruturado em constante produção de relações e interações. Nestas novas perspectivas, os indivíduos deixam de ser considerados receptáculos de papéis sociais para serem vislumbrados como atores sociais, capazes de atuar na sociedade recriando-a constantemente. Estas revisões conceituais permitiram que as crianças passassem a ser vistas não mais como seres incompletos, em treinamento para a vida adulta, mas como seres sociais plenos, com legitimidade de sujeitos nos estudos feitos sobre elas.

Nos anos 70 e 80, a perspectiva que situa as crianças em termos históricos, sociais e culturais e as considera como sujeitos ganha força e se desenvolve através de estudos em várias áreas das Ciências Humanas. Gradativamente, a idéia de que haveria uma “infância” natural e universal foi sendo desconstruída. Obras como a de Philippe Ariès (1981) sobre a história social da criança muito contribuíram para que isso se efetivasse. A presente pesquisa procurou fundamentação nessas revisões conceituais surgidas a partir dos anos 60 e consolidadas nos anos 80.

Com relação à situação dos estudos contemporâneos na área, são muito interessantes as contribuições de Alan Prout (2004), na medida em que este autor apresenta os impasses e contradições que se fazem presentes nos estudos sobre infância atualmente. No texto “Reconsiderar a Nova Sociologia da Infância: para um estudo interdisciplinar das crianças” (PROUT, 2004), Prout afirma que se conseguiu criar um espaço para a infância no discurso sociológico, embora isso tenha sido logrado sobretudo em termos da Sociologia Moderna. Esta apresenta um discurso incapaz de lidar de modo adequado com o instável mundo da “modernidade tardia”. No âmbito da Sociologia da Infância, o problema se evidencia na reprodução das dicotomias que caracterizam a Sociologia Moderna, tais como: estrutura versus ação; natureza versus cultura; e ser versus

devir. Prout (2004) sugere que para libertar a Sociologia da Infância do controle da corrente de pensamento moderna, é preciso desenvolver novas idéias que não tentem mais inscrever um conjunto de dicotomias no campo, mas que vejam a infância como um fenômeno complexo, ainda não preparado para se reduzir a um dos pólos da separação.

As descritas revisões conceituais a respeito, por exemplo, das noções de cultura e de sociedade que permitiram a consolidação de uma nova antropologia da infância e as reflexões de autores contemporâneos como Prout auxiliaram a composição de um quadro de referências analíticas que iluminasse a presente pesquisa. Em síntese, nesse trabalho a Infância é vista como um fenômeno plural, construído social, cultural e historicamente. Essas construções, no entanto, não se dão apenas através do discurso (representações, narrativas), mas também a partir de elementos materiais e vivenciais. Já as crianças são vislumbradas como indivíduos capazes de elaborar representações – muitas vezes peculiares – sobre o mundo em que vivem. Seres que não recebem informações e conhecimento de forma passiva, mas, antes, que os reelaboram, que os traduzem a partir das relações que estabelecem com os seus pares e com outras instâncias e grupos, tais como família, escola, mídia, colegas mais velhos, entre outras. As crianças não devem ser consideradas como pessoas em potencial, mas como sujeitos capazes de agência no presente. Porém, tal como os adultos e outros grupos geracionais, são seres em constante formação, e circunscritos a uma complexa teia de interdependências.

O campo de estudos nas Ciências Sociais no Brasil a respeito das crianças ainda está em processo de consolidação. Merece destaque a revisão de literatura realizada por Ângela Nunes (1999), pois a autora, além de citar os trabalhos realizados na área, problematiza questões-chave a respeito das formas de abordagem e temáticas que tiveram maior espaço nesses estudos. Nunes (1999) aponta as principais tendências nos estudos a respeito da infância no Brasil. No âmbito das Ciências Sociais, apresentam-se as seguintes vertentes:

estudos sociológicos sobre folclore, estudos sobre socialização vinculados a preocupações pedagógicas e terapêuticas, educação escolar voltada para as sociedades indígenas, meninos de rua e crianças sem infância.

Nunes (1999) assinala que os poucos estudos sociais realizados no Brasil se voltaram para situações em que a criança já tem a sua integridade física, emocional e mental comprometida, enfim, quando corre perigo de vida ou quando o seu comportamento afeta a ordem pública. Para esclarecer este argumento, Nunes cita a resenha bibliográfica elaborada por Alvim e Valadares (1988), na qual as autoras afirmam que as atenções dos autores brasileiros se voltaram para a infância pobre desde o final do século XIX, vinculando esta problemática a uma urbanidade em crescimento acelerado e desordenado e a uma série de questões sociais advindas desse processo.

De acordo com Nunes (1999), em 1996, na XXIª Reunião Brasileira de Antropologia, os trabalhos sobre criança reuniam os seguintes temas: meninos de rua, pobreza e violência, trabalho infanto-juvenil, família e adoção, legislação, escola e formação da cidadania. A revisão de literatura de Nunes (1999) deixa clara a centralidade da infância pobre e da infância como problema social nos estudos da área. A autora aponta essa questão como uma limitação, no sentido em que defende que seja dada atenção à criança, seja qual for o seu grupo social. Embora estejam corretas as afirmações de Nunes (1999), é, contudo, importante salientar que esta centralidade não se deve centralmente a uma questão de preferência dos pesquisadores pela problemática das infâncias pobres em detrimento das outras. Essa configuração nos estudos sobre infância no Brasil, provavelmente, é condizente com a aguda realidade de exclusão social vivida pelas crianças no país. Dessa forma, esses estudos são importantes no sentido em que abordam as condições materiais nas quais as infâncias são experienciadas e fornecem elementos para se pensar possibilidades de construção de políticas públicas.

Mesmo autores europeus aludem à questão da inevitável imbricação

da variável geracional àquela de problemas de exclusão social. Para Sarmiento (2002), por exemplo, a inclusão da “geração” como variável na análise dos fatores estruturais permite compreender o paradoxo de ser a infância simultaneamente o repositório da imagem da paz e a face mais visível da violência e da barbárie: “é que a exclusão social opera também nas variáveis geracionais tal como nas diferenças de classe, de etnia ou de gênero, afetando de modo muito expressivo as crianças” (SARMENTO, 2002: 17). O autor aborda também os fatores da exclusão social referentes a quatro espaços estruturais: o espaço da produção; o espaço doméstico; o espaço da cidadania e o espaço comunitário.

Com relação aos estudos que tangenciam infância e exclusão social no Brasil, pensa-se que um salto analítico teria lugar através de estudos que dessem visibilidade aos sujeitos crianças que vivenciam situações de exclusão, atentando para as representações que esses sujeitos apresentam sobre suas próprias experiências. Desta forma, seriam as crianças os objetos/sujeitos centrais das pesquisas, e não os eventuais problemas a que estão submetidas.

### **1. 3 - Quando “violências” e “infâncias” se encontram**

Os estudos que relacionam infâncias e exclusão social geralmente perspectivam as crianças como vítimas de processos ligados a variadas formas de violência, tais como: exploração do trabalho infantil; exploração sexual; violência estrutural no que tange à precarização das condições de vida e do acesso à educação, à saúde e à cidadania de uma forma geral. Há também trabalhos que contemplam situações em que as crianças praticam formas de violências: problemática do “menor infrator”; crianças agressivas; entre outros.

Nesses casos, o foco são as situações nas quais as crianças são vitimadas ou vitimizadoras. Ambos têm em comum o fato de apresentarem um olhar exterior sobre esses fenômenos, um olhar que pré-determina um lugar, um papel desempenhado pelas crianças dentro de um determinado cenário. Trata-se de uma leitura

judicializada da questão na qual as crianças, geralmente, só são visibilizadas quando têm os seus direitos violados ou quando transgridem a ordem jurídica estabelecida.

Poucos trabalhos, entretanto, procuram captar o imaginário e as representações dos sujeitos envolvidos nestas situações. Esse pode ser um caminho interessante para conhecer tais fenômenos sob uma perspectiva “de dentro”, ou seja, a partir de relatos e experiências dos sujeitos que vivenciam as situações de violências. A seguir, mencionamos três trabalhos que se aproximam dessa forma de abordagem.

O primeiro deles é “Vigilância, punição e depredação escolar”. Neste trabalho, Áurea Maria Guimarães (2003) realiza uma análise sobre a depredação escolar com base nas categorias de sistemas de vigilância e de punição descritas por Michel Foucault, e através de entrevistas realizadas com alunos de diversas séries. A autora procura compreender como os estudantes de 15 escolas públicas da cidade de Campinas/SP percebem suas escolas e as depredações nesses estabelecimentos. Conclui que a depredação escolar se dá como uma forma de resistência ao autoritarismo, ao jogo de poder que se estabelece no interior das instituições. A autora fornece, através dessa perspectiva, elementos para se considerar que os atos vistos como “indisciplina”, ou até mesmo como violências podem ser encarados como maneiras de expressão e de resistência encontradas pelos alunos face à opressão da “norma”, à ditadura do silêncio e ao reinado do autoritarismo. Como descrito no referencial teórico da presente pesquisa, muitas vezes situações que envolvem violências podem ser consideradas produtivas socialmente quando se manifestam como formas de linguagem.

O segundo trabalho a ser citado tem ligação com a problemática da presente pesquisa, por apresentar reflexões a partir da perspectiva de crianças e adolescentes que vivem em contextos marcados por intervenções do narcotráfico e situações de segregação e exclusão social dentro do contexto urbano. Trata-se do livro *Cabeça de Porco* (2005). Nesta obra, são apresentadas uma pesquisa realizada por

Celso Athayde e MV Bill sobre os jovens na vida do crime e suas razões e, também reflexões do antropólogo Luiz Eduardo Soares acerca de um conjunto de pesquisas e registros etnográficos sobre juventude, violência e polícia. As narrativas apresentadas por Athayde e MV Bill são poderosas e inovadoras, no sentido de apresentar as perspectivas dos jovens envolvidos no mundo do tráfico de drogas. Soares expõe interpretações pautadas no funcionamento subjetivo e social da violência e da insegurança pública, extrapolando explicações que reduzem o envolvimento de jovens com o narcotráfico a questões de natureza econômica.

Soares (2005) afirma que quando se circunscreve um determinado grupo como vulnerável – neste caso, quando se diz que são vulneráveis os pobres e os negros –, enuncia-se uma tese empiricamente correta, denuncia-se as responsabilidades que a sociedade tem na formação da “delinquência”, do “crime”, abre-se espaço para a proteção dos vulneráveis e a reversão do quadro. Mas, ao mesmo tempo, mune-se comportamentos racistas, estigmatizadores, e trata-se os vulneráveis como problema pela ameaça potencial que representam, ao invés de enfatizar e defender os seus direitos. A saída, difícil, mas inevitável, seria assumir plena consciência sobre a ambivalência dessa posição, evitando a sua degradação no seu contrário, exibindo, previamente, a dimensão crítica que a autoconsciência do problema comporta (ATHAYDE, BILL & SOARES, 2005).

No caso desta monografia, esse impasse também se fez presente. O fato de analisar o que crianças que moram numa região empobrecida – estigmatizada pela presença do narcotráfico – dizem sobre as suas experiências, poderia enfatizar certos estigmas atribuídos às populações que moram nos morros, poderia reforçar discursos que dão visibilidade a essas pessoas apenas através das suas carências, ou pior, que reduzem esses locais a “antros de criminosos”. É inegável que as crianças sujeitos dessa pesquisa experimentam uma situação particular com respeito às violências, especialmente aquelas decorrentes do narcotráfico. Não se pode

desconsiderar a questão de que as populações de alguns morros e periferias – não só de Florianópolis, mas também de diversas regiões do Brasil (ATHAYDE; BILL & SOARES, 2005; ZALUAR, 1985) – são as que sofrem de forma mais aguda as conseqüências das “guerras” entre facções do narcotráfico e dos embates entre estas últimas e a polícia. A alternativa encontrada na presente pesquisa foi a de vislumbrar as crianças não como vítimas ou vitimizadoras, mas como sujeitos que podem apresentar a dimensão vivencial de certas violências. Dá-se visibilidade à experiência dessas crianças, mas a partir de suas próprias falas, de suas próprias representações. Trata-se, como já mencionado, de perspectivar os fenômenos sob um olhar “de dentro”, ou, nos termos de Geertz (1997), um olhar a partir das categorias de “experiência-próxima”.

Por fim, o terceiro trabalho a ser apresentado se relaciona muito com a presente pesquisa no sentido de se pautar pelos mesmos pressupostos teóricos e metodológicos no campo das violências. Trata-se da dissertação de mestrado *Contando as violências. Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)* (RODRIGUES, 2006), realizada no âmbito do LEVIS<sup>3</sup>. Tiago Rodrigues (2006) realiza uma análise de narrativas de experiência pessoal de eventos considerados violentos. Procura capturar a forma pela qual habitantes de Florianópolis que se consideram como vítimas de alguma das modalidades das violências expressam suas experiências, que significados concedem a elas e aos conceitos de “violência” e criminalidade. Busca também entender de que maneira o medo e a experiência das diferentes formas de violências alteram o cotidiano e a interação dos indivíduos que vivenciaram as experiências. Enfim, Rodrigues (2006) procura refletir sobre a temática das violências a partir dos sentidos e significados oferecidos por sujeitos que vivenciaram situações por eles consideradas violentas, cada qual com sua particularidade, sua história específica, seu contexto social. Rodrigues (2006) percebe que, nas narrativas, os próprios narradores surgem como sujeitos sociais, portadores de moral, de interesses, valores, julgamentos, emoções, sentimentos.

No caso da presente pesquisa, considera-se possível pensar nos termos colocados por Rodrigues (2006), no sentido de procurar identificar a dimensão vivencial das violências a partir dos relatos das experiências dos sujeitos. Além disso, crianças que experimentam uma situação particular no contexto urbano, ao contar suas experiências, podem tornar visível a sua condição de sujeitos sociais portadores de valores e representações acerca do mundo em que vivem.

Antes de apresentar o que esses sujeitos contam com relação às suas experiências, é importante conhecer como se deu o processo de construção da pesquisa, quem são essas crianças e os contextos a partir dos quais emergiram suas falas. Esse será o conteúdo do capítulo que se segue.

## **2 - A construção da pesquisa e a emergência das crianças como sujeitos interlocutores**

Neste capítulo, descreve-se a construção do objeto de pesquisa, as etapas do trabalho de campo e os contextos a partir dos quais emergiram as falas e expressões das crianças. Serão também apresentadas as crianças sujeitos da pesquisa, e algumas dimensões do seu cotidiano a partir das relações estabelecidas com elas. Dessa forma, as reflexões sobre questões metodológicas, éticas e epistemológicas serão apresentadas juntamente com a descrição do processo de desenvolvimento da pesquisa.

É importante anunciar que no texto deste capítulo, em alguns momentos, será acionada a primeira pessoa do singular, dada a necessidade de situar a subjetividade da pesquisadora e seu posicionamento em alguns momentos da interlocução. Pensa-se que isso contribui para a distinção das diversas “vozes” que compõem o cenário etnográfico, e bem assim para a clarificação do processo de construção da pesquisa.<sup>4</sup>

### **2.1 - Construção do problema de pesquisa**

Em Florianópolis, são gritantes as disparidades sociais manifestas

nos locais de moradia, e diversos grupos sociais compartilham espaços geográficos próximos. No centro da cidade, por exemplo, o Maciço do Morro da Cruz abriga onze comunidades, que, embora contenham muitas especificidades, compartilham o fato de serem habitadas por populações que, além de enfrentarem problemas relativos ao acesso a direitos elementares – como educação, saúde, moradia, saneamento básico –, convivem com a presença do narcotráfico e respectivas conseqüências: tiroteios freqüentes, conflitos entre facções, etc. Tanto de cima do morro, quanto na denominada avenida Beira-mar, tem-se uma bela vista do mar azulado: compartilha-se a “vista”, mas não a visão de mundo e a realidade sócio-econômica. Existem imagens e preconceitos nos dois extremos – o do “asfalto” e o do “morro”. É preocupante a estigmatização e o reducionismo em relação aos habitantes e ao cotidiano das comunidades dos morros e periferias. Em geral, nos meios de comunicação, e nos discursos daqueles que não conhecem essas comunidades, vê-se “o morro” como o local do perigo, da “sujeira”, dos criminosos e traficantes. Não se percebe a multiplicidade de sujeitos que ali habitam, sua história, valores, etc. As ações governamentais direcionadas a esses locais são, quase sempre, imediatistas e fragmentadas; por exemplo, aumenta-se o controle e a repressão através do policiamento em detrimento de investimentos em políticas públicas de educação, saúde, emprego, etc. Cabe ainda expor que muitas das comunidades dos morros de Florianópolis organizam diversas formas de lutas sociais em prol de uma melhor qualidade de vida, buscando o diálogo com vários setores da sociedade tais como universidades, organizações não governamentais, entre outros.

Os trabalhos realizados no Mont Serrat e no Alto da Caieira aguçaram a minha curiosidade de pesquisadora e as minhas preocupações pessoais em relação às situações de exclusão social e das violências vivenciadas por aqueles sujeitos. A questão que mais me intrigava era a busca por uma compreensão das experiências vividas por aqueles sujeitos não a partir de imagens e discursos

exteriores a eles (mídia, políticos, Ongs), mas a partir de seus próprios relatos. Além disso, sentia o desejo de conhecer as maneiras pelas quais as crianças – primeira geração a conviver desde o nascimento com formas específicas de violência urbana providas do narcotráfico – expressavam e falavam sobre os eventos relacionados com as violências.

Essa foi a etapa mais “passiva”, a das primeiras aproximações em relação ao problema de pesquisa. Em seguida, a partir das reflexões iluminadas pela teoria, foi possível situar as preocupações e objetivos em termos mais analíticos, de forma a delimitar a problemática de pesquisa dentro da produção de conhecimento nas Ciências Sociais (processo descrito no capítulo anterior).

## 2. 2 - Inserção em campo e *locus* de pesquisa

Sendo crianças os sujeitos da pesquisa, pensou-se que a escola poderia ser um *locus* interessante para se realizar o trabalho de campo, já que é um espaço no qual as primeiras passam grande parte do seu tempo. Além disso, na escola se poderia estabelecer um contato regular e com as mesmas crianças. O fato de já ter realizado um trabalho anterior na escola<sup>5</sup> da comunidade facilitou a entrada nesse local. Estabeleci contato com a diretora, que me permitiu observar e conversar com as crianças durante o recreio e acompanhar de maneira mais próxima uma das turmas, sempre no período matutino. A professora da referida turma, e as crianças que a compunham, me permitiram participar de algumas das suas aulas. Assim, foi possível entrar em contato com um universo amplo de crianças (132), mas os meus interlocutores privilegiados foram dezesseis crianças que tinham de 9 a 13 anos. Mesmo se alguns dos sujeitos da pesquisa se aproximavam da fase denominada adolescência, chamarei-os de crianças por entender que ainda faziam parte de seu cotidiano muitas vivências que são consideradas como integrantes da infância: o gosto pela brincadeira, o acesso ao universo lúdico, entre outras. Além disso, a fundamentação teórica que coloca as crianças como sujeitos é muito importante no caso

dessa pesquisa, já que os interlocutores em questão, geralmente, não são visibilizados como sujeitos sociais.

A entrada em campo se deu, como exposto acima, através da mediação da instituição escolar. Esse fato tem implicações: na maneira como os sujeitos identificam o pesquisador; nas restrições relativas às atividades realizadas com os sujeitos; no comprometimento ético que se estabelece com a instituição; entre outras. Acompanhou-se as crianças em um dos espaços que fazem parte de seu cotidiano – a escola. Nesse sentido, suas falas e expressões devem ser contextualizadas nesse ambiente institucional. Isso não quer dizer que o que elas expressam na escola está desconectado de suas outras experiências; porém, a pesquisa provavelmente teria outro “tom” se fosse realizada no ambiente familiar ou na rua, por exemplo. Cabe aqui ressaltar que, sendo embora a escola o *locus* da pesquisa, o seu foco são os sujeitos crianças. Não se pretende falar das crianças a partir da sua circunscrição na vida escolar, mas estabelecendo um diálogo direto com elas.

É claro que a pesquisa de campo nesse *locus* e o contato estreito que se teve com o cotidiano escolar dessas crianças suscitaram inúmeras questões referentes à educação, às disparidades entre as dinâmicas cotidianas e o projeto político-pedagógico, entre outras. Mas serão apresentadas neste trabalho apenas as questões que de alguma forma informam sobre os sujeitos de pesquisa e o tema investigado.

A instituição escolar é cercada por altos muros, o portão fica sempre fechado e guardado por um segurança terceirizado. Grades e guardas procuram dar a impressão de um espaço seguro e protegido, mas significam muitas vezes busca por controle. A configuração do espaço pode dizer muito sobre a escola, seus objetivos e sobre que tipo de pessoas pretende formar. No caso em questão, os muros altos servem tanto para “proteção” da escola contra agentes externos quanto para dificultar as “saídas” e entradas de alunos fora dos horários estabelecidos. Com relação a este último fim, não há muito êxito, pois os estudantes sempre encontram uma

maneira de pular os muros ou escapar pelos fundos da escola.

No contexto do morro, esses altos muros e a proteção servem também como uma fronteira simbólica e material entre a instituição e agentes externos, como o narcotráfico. Nos meses em que estive ali, sempre no período da manhã, não presenciei ou escutei nada relacionado com as intervenções diretas do narcotráfico no interior da escola. Como as crianças relataram, os tiroteios ocorrem quase sempre à noite e, dessa forma, não interferem na dinâmica escolar. Nesse caso, as intervenções não são intensas a ponto de subjugar o controle institucional. Há relatos etnográficos a respeito de escolas no Rio de Janeiro nas quais a intervenção do narcotráfico através de diversos mediadores cria sistemas de proteção e subordinação das instituições. Um trabalho referencial a esse respeito é o livro *Escola, Gangues e Narcotráfico*, de Maria Eloísa Guimarães (2003). A autora realiza um estudo etnográfico em duas escolas públicas do Rio de Janeiro, analisando o envolvimento destas com o narcotráfico, as “galeras”, e os movimentos juvenis emergentes. Guimarães conclui que essas intervenções externas têm um duplo efeito sobre a escola: alteram a organização da vida escolar e submetem-na à lógica e aos códigos “divergentes” da área, ao mesmo tempo em que os referenda, considerando esses processos não só com relação aos alunos e familiares, mas relativamente aos quadros administrativos da própria instituição.

Houve também a oportunidade de passar um dia com as crianças fora da escola e conhecer um pouco de outras dimensões de suas vivências. Mais detalhes sobre essa situação serão expostos no decorrer do trabalho.

### **2. 3 - Relação estabelecida com as crianças**

Foi-se a campo com a intenção de construir uma troca com as crianças, pensando-se que o “trabalho do antropólogo” pode transcender a simples coleta de informações e proporcionar um “alargamento do discurso humano”, como proposto por Geertz

(1978), e um diálogo no qual “um ser humano questiona outro ser humano”<sup>6</sup> como na Antropologia Compartilhada de Jean Rouch.

Fui apresentada às crianças pela professora na primeira observação participante em sala de aula. Ela disse que eu era aluna da “Universidade” – falar em Universidade em abstrato bastava para me identificar como alguém “de fora” e talvez até como alguém “importante” no imaginário daqueles sujeitos –, e que estava ali para fazer uma pesquisa, e por isso participaria de algumas aulas. Em seguida, pediu para que eu mesma me apresentasse. Eu disse que era estudante como eles, expliquei que estava terminando a faculdade de Ciências Sociais, que tinha de apresentar um trabalho final e que escolhi conhecer um pouco mais sobre a vida das crianças do Mont Serrat. Assim, procurei não falar diretamente sobre o tema das violências para não reduzir possibilidades. As crianças poderiam enfatizar falas a esse respeito para me impressionar, ou poderiam ficar receosas em relação aos seus comportamentos e falas. Além disso, era importante conhecer esses sujeitos em variadas dimensões das suas vivências.

Mesmo após me identificar como estudante, muitas das crianças, no início, me chamavam de professora. Quando isso ocorria, eu reafirmava: “É só Dani, não sou professora”. Para elas, o papel que eu poderia ocupar sendo uma pessoa mais velha, da “Universidade” e que assistia a algumas aulas era o de uma estagiária que estava aprendendo a ser professora. Esse era o modo encontrado pelas crianças para me inscrever numa identidade que fizesse parte do repertório por elas conhecido.

Diferentemente das professoras, eu passava os recreios junto com as crianças, participava das suas brincadeiras, ficava atrás e não na frente das filas. Provavelmente, essa tentativa de me aproximar do seu estatuto facilitou o estabelecimento de um diálogo diferenciado, a partir do qual as crianças passaram a me identificar como alguém que desejava aprender com elas, e não ensinar a elas. Mas é claro que, sendo um diálogo, houve também momentos em que eu compartilhava saberes com elas.

A recepção das crianças quando da minha chegada foi-se tornando sempre mais calorosa: alguns vinham alegres dar oi, outros já davam abraços, alguns ainda corriam pra contar novidades. Eu sempre chegava cansada em casa, pois as crianças exigem muita energia, mas era sempre uma alegria estar com elas, mesmo quando me deparava com situações difíceis, quando me dava conta das dificuldades vividas por elas, por exemplo.

#### 2.4 - “*Anthropological Blues*” e “*Anthropological Joy*”

No primeiro dia de observação participante, presenciei situações complicadas em sala de aula, tais como gritaria e discussões constantes entre o meninos – o que dificultava a dinâmica das aulas – e brigas entre alguns meninos que acabaram desencadeando o conflito entre um deles e a professora. Nessa ocasião, a professora tentou separar uma briga entre João<sup>7</sup> e outro menino, e acabou levando uns sopapos do primeiro. Teve que pegá-lo pelo braço e expulsá-lo da sala. João saiu bufando, agredindo verbalmente a professora e chutando a porta com muita força. As situações de indisciplina podem ser consideradas como uma forma de expressão da descontinuidade e da falta de adequação do ensino ao universo e expectativas dos alunos. Essas situações não são exclusivas das escolas das periferias; há problemas relativos à indisciplina em diferentes níveis e em instituições escolares diversificadas. Porém, o episódio de conflito que culminou em agressões à professora me impressionou, pois nunca tinha experienciado algo dessa natureza na minha trajetória.

Ainda nesse dia, estive em contato com as diversas carências que as crianças possuíam: problemas relativos ao ensino-aprendizagem e as condições de ensino; a falta de recursos econômicos refletida nas roupas “surradas” usadas por algumas delas; a ausência de água e saneamento básico comprovada pelas crianças que visivelmente não tinham a possibilidade de tomar banho com frequência.

Outros problemas e situações complexas puderam ser observados

no cotidiano escolar. Um deles se refere a uma espécie de lacuna na formação educacional dessas crianças, resultante de um longo processo de deficiências iniciado na fase de alfabetização, e com conseqüências graves no restante da vida escolar desses sujeitos. Crianças entre 9 e 13 anos tinham dificuldade para ler e interpretar textos e acompanhar os conteúdos ministrados.

Nesse período, eu só conseguia observar o que havia de falta, as dimensões do não-ser, do não-ter, do não-saber, daquelas crianças. Parecia que todo o arcabouço teórico-metodológico que perspectiva as crianças como sujeitos sociais entrava em contradição com as condições efetivas de vivência desse estatuto. Além disso, não conseguia lidar com a questão da profunda desigualdade sócio-cultural com a qual me defrontava a cada ida a campo, a cada vez que “subia” o morro. Pude experienciar que os sentimentos de empatia, de “estar ao lado” dos “excluídos” são muito mais complexos quando nos damos conta de que falamos de um lugar distante da experiência por eles vivenciada. Diante de tais enfrentamentos, eu me sentia impotente, não sabia definir de que forma deveria me posicionar como “cientista social” e como cidadã.

Miriam Pillar Grossi (1992), no artigo “Na busca do ‘outro’ encontra-se a si ‘mesmo’”, propõe a reflexão de que a relação entre antropólogos e informantes em campo é central na construção das produções na Antropologia. Assinala também que uma revalorização contemporânea da experiência subjetiva do contato com o outro parece estar ligada aos questionamentos relativos aos paradigmas da Antropologia feitos tanto pelos denominados Pós-Modernos quanto por algumas antropólogas feministas que se propõem a repensar a relação sujeito/objeto a partir das relações de gênero. Finaliza apontando que poucos trabalhos contemplam os medos, angústias diante do encontro com o outro. Roberto da Matta (1983) foi um dos poucos antropólogos que escreveram sobre o plano existencial da pesquisa de campo cunhando a categoria “Anthropological Blues”, que se refere ao sentimento de solidão no campo. Discorreu também sobre o trabalho de campo como

um ritual de passagem: o antropólogo é retirado de sua sociedade (ou de seu contexto); vai para os limites de seu mundo diário; sente-se isolado num universo desconhecido e retorna com uma nova perspectiva, com novos papéis sociais e posições políticas.

As reflexões de da Matta, bem como as de Miriam Grossi, ajudam a compreender os sentimentos de isolamento no campo, os dilemas e as transformações relativas a posicionamentos políticos, entre outros, e a forma como essas questões têm implicações na pesquisa. Porém, não encontrei nas falas desses autores nada a respeito dos sentimentos de alegria, de empatia, de compartilhamento gerados na experiência do campo. A relação com meus interlocutores foi mudando no decorrer do tempo, eles me inseriram dentro do grupo, me tornaram uma pessoa “familiar” a eles e vice-versa. A partir do compartilhamento de momentos passados juntos, também foi possível participar do cotidiano deles, me aproximar do seu mundo.

Pude compartilhar momentos de alegria com as crianças: brincamos, rimos, passeamos juntos. Ficava contente nos dias que havia campo; foi uma etapa na qual o sentimento de solidão tinha desaparecido, e passei então para uma condição que se pode, quem sabe, denominar de “Anthropological Joy”. E foi a partir dessas experiências que também meu “olhar antropológico” alcançou outras dimensões do cotidiano, do “vivido” pelos meus sujeitos. Após compartilhar com eles os momentos de descontração, de brincadeiras, foi possível compreender o quanto essa dimensão é importante em suas vidas.

Como descrito no início deste tópico, inicialmente eu só conseguia enxergar as faltas, as carências e dificuldades experimentadas pelas crianças. A partir do momento em que passei a compartilhar mais experiências com elas – nos termos de Oliveira (1998), passei a “ouvir” e não apenas “olhar” –, estendi meu foco para outras dimensões do “vivido”, e foi então possível captar situações de agência das crianças, “saberes” por elas possuídos, enfim: as situações

nas quais elas expressavam que suas vidas e elas mesmas não eram constituídas apenas de carências.

Pode-se questionar, nesse momento, qual a interpretação mais verossímil, mais adequada em relação ao cotidiano dessas crianças. Penso que ambas as interpretações devem ser consideradas, pois elas não são mutuamente excludentes. Pode ser muito rico não extrair da experiência de campo perspectivas unilaterais, fechadas. Quando se perspectiva apenas o não-ser dos sujeitos, parece mais inteligível e cabível encaixá-los num cenário de faltas, de “assujeitamentos”. As diferentes interpretações que possam surgir a partir do trabalho de campo estão muito ligadas à relação construída entre pesquisador e interlocutores. É claro que o “olhar” de quem pesquisa e suas respectivas interpretações estarão sempre dentro de um horizonte teórico compartilhado com outros membros da comunidade científica, mas os elementos relacionados com a singularidade de cada campo, de cada “encontro etnográfico”, também podem ser pensados como componentes da produção de conhecimento. Nesse sentido a leitura de Briggs (1986) a respeito da problematização do ato da entrevista foi muito importante para que eu desse a importância devida à questão da produção de conhecimento na pesquisa social.

## **2. 5 - Situações de agência e saberes**

Como dito anteriormente, foi possível também apreender dimensões do “vivido” pelas crianças referentes à sua capacidade de agência e a posse de alguns saberes não transmitidos por meios formais e importantes em seu cotidiano. As situações aqui consideradas “agência” foram aquelas nas quais as crianças transformaram e modificaram, de alguma forma, o seu cotidiano.

Nas observações em sala de aula, foi possível presenciar alguns episódios nos quais alguns meninos expressaram o seu descontentamento em relação a atitudes tomadas pela professora que consideravam injustas. Numa dessas ocasiões, os meninos

perguntaram por que a professora permitiu o uso do boné para uma menina sendo que para eles isso era sempre vetado. Um deles afirmou: “Igualdade pra todos, professora”. Uma situação parecida deu-se quando a professora pediu que uma menina anotasse os nomes de quem estava fazendo “bagunça”; mais tarde, os meninos perceberam que também ela conversava, porém de maneira discreta, e exigiram igualdade de tratamento. Nessas situações, os meninos demonstraram ter a capacidade de apreender de forma crítica algumas situações cotidianas; além disso, demonstraram agência ao expressarem seu descontentamento, ao manifestarem suas opiniões a respeito daquelas situações.

Em outros momentos, como nos recreios, pude observar o domínio de alguns saberes peculiares, não ligados ao conhecimento formal, mas importantes nas suas práticas cotidianas. Certos meninos demonstraram entender sobre as condições de vento ideais para empinar pipa – umas de suas brincadeiras favoritas.<sup>8</sup> Numa de minhas visitas, presenciei a tentativa de alguns deles de salvar filhotinhos de passarinho cuja mãe tinha morrido. Além de trocarem informações entre si sobre os cuidados que deveriam ter, perguntaram a mim se eu entendia de passarinho, mas não pude auxiliá-los muito. Assim, mesmo em momentos nos quais as crianças se tornam sujeitos de uma ação, pode haver espaço para a relação intergeracional. Essa constatação é importante para se pensar que o fato de se considerar os “pequenos” como sujeitos não exclui a relação entre gerações em tais circunstâncias. Nesses casos, nem sempre os adultos sabem mais do que as crianças, tal como aconteceu na situação descrita, na qual as crianças entendiam sobre o assunto mais do que eu.

A facilidade e a autonomia com que as crianças transitam pelo Morro e a familiaridade que possuem em relação ao local no qual habitam chamam a atenção de quem convive com crianças que quase nunca estão privadas da presença de alguém mais velho, e que raramente brincam na rua. Tive a oportunidade de passar uma tarde de sábado com seis das crianças da turma e, neste dia, elas

foram meus guias numa incursão pela comunidade para conhecer algumas de suas casas e passear no Mirante – ponto mais alto do Morro da Cruz. As crianças conheciam os atalhos, os nomes dos lugares e as casas de seus colegas que estavam espalhadas em vários pontos do Morro. Para mim foi muito surpreendente, pois, nessa ocasião, as crianças desconstruíram duas “imagens” que eu possuía: a primeira delas com relação ao fato de ser perigoso transitar pelo Morro (ainda mais no caso das crianças) e a segunda relacionada à questão das crianças terem autonomia para brincar e transitar pelas ruas do morro. É claro, que naquele dia, os responsáveis das crianças observaram que elas estavam em grupo e acompanhadas por mim. Porém, a minha presença não significaria muito em termos de proteção para as crianças – uma menina, branca e ainda de “fora” da comunidade.

A respeito da relação entre crianças e as categorias de espaço e tempo, há uma pesquisa muito interessante realizada por Nunes (2002) com crianças indígenas. Mesmo se em contextos diferenciados, alguns aspectos apontados no trabalho da autora encontram proximidade com a situação das crianças sujeitos da presente pesquisa. Em “No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A’uwe-Xavante” Angela Nunes (2002) aventa que os pressupostos dos quais partem os antropólogos europeus nas reflexões recentes sobre o espaço social e a temporalidade da infância em suas sociedades são, em sua maioria, opostos aos que se observa em sociedades indígenas brasileiras. No primeiro caso, em nome da ordem social, da educação, da insegurança doméstica ou urbana, as crianças acabam por ser isoladas em espaços e tempos definidos pelos adultos como os mais adequados para as suas idades. Já nas sociedades indígenas brasileiras, de acordo com os trabalhos disponíveis, a fase correspondente à infância é marcada pelo que pode ser considerada uma enorme liberdade na vivência do tempo, do espaço e das relações societárias que por meio destes se estabelecem.

Nunes (2002) ainda expõe que a vivência do cotidiano das crianças

A'uwe-Xavante não se distancia muito daquela dos adultos, embora seja realizada de maneira diversa, ao contrário das sociedades urbanas modernas em que há um distanciamento muito grande entre ambas as rotinas. Os resultados das observações realizadas entre as crianças A'uwe-Xavante e entre crianças de outros grupos sociais com os quais a autora interagiu têm indicado que o caráter lúdico com que a criança sempre age nas mais variadas circunstâncias pode ser considerado como uma espécie de denominador comum às crianças de todas as sociedades, manifestando sua universalidade por meio de infinitas peculiaridades.

Parece que a relação das crianças do Mont Serrat com a espacialidade e a temporalidade se assemelha muito mais àquela das crianças indígenas do que àquela de suas vizinhas do “asfalto” no contexto urbano. A maioria das crianças com que se teve contato estudam na parte da manhã e passam o resto do dia “livres”. Dois meninos disseram que trabalham, algumas crianças participam do Projeto Travessia e outras relataram que ajudam nos serviços domésticos. Mesmo assim, não se pode desconsiderar o fato de que essas crianças circulam pela comunidade e ainda brincam muito na rua, ao contrário das típicas crianças “urbanas” que têm o seu espaço restrito aos condomínios em que habitam e o seu tempo rigidamente regulamentado e preenchido com atividades diversas: esportes, aula de inglês, computação, etc. Também a questão levantada por Nunes (2002) a respeito das rotinas semelhantes das crianças e adultos e a presença do aspecto lúdico nas primeiras se mostrou relevante no contexto no qual se realizou esta pesquisa. Muitas das crianças apresentavam rotinas parecidas com as dos adultos: trabalho, serviços domésticos, etc. Outras já se aproximavam da fase denominada adolescência (12-13 anos). Ainda assim, em ambos os casos, era visível o constante acesso a elementos lúdicos e o gosto pelas brincadeiras. Dessa forma, mesmo em situações aparentemente não favoráveis a vivência do aspecto lúdico, parece que as crianças encontram maneiras de reconfigurá-las de modo a possibilitar a inserção desse aspecto em suas vidas.

## 2. 6 - Procedimentos metodológicos

A metodologia a ser aplicada em pesquisas que têm como sujeitos crianças é uma questão em debate na área. Há diferenças entre as pesquisas sobre crianças e com crianças. Nestas últimas, a interlocução se estabelece diretamente com elas; tal foi o caso na realização deste trabalho. Preliminarmente, deve-se ter o cuidado de adaptar os procedimentos metodológicos às especificidades do grupo estudado, já que os procedimentos tradicionais nem sempre cabem bem neste tipo de pesquisa.

No caso da presente pesquisa, foram utilizados procedimentos etnográficos tais como a observação participante, a construção de um diário de campo e o compartilhamento de vivências com os sujeitos. Estes procedimentos foram muito importantes para o surgimento da “confiança” em relação à pesquisadora – fator fundamental na pesquisa com crianças. Além disso, a pesquisa de campo possibilitou conhecer variadas dimensões da experiência dos sujeitos, fornecendo, assim, elementos para situar os seus discursos, representações e ações.

Durante as observações em sala de aula, procurou-se direcionar a atenção para as situações em que emergiam naturalmente comentários, gestos que remetesse ao narcotráfico, a representações sobre esse universo, etc. Em várias ocasiões, surgiram expressões a esse respeito; estas serão apresentadas posteriormente. Prestou-se ainda uma atenção especial às brigas e discussões ocorridas em sala de aula, com o intuito de observar de que maneira as crianças resolviam os seus conflitos e como percebiam essas situações.

Realizaram-se também atividades mais direcionadas, nas quais as crianças eram informadas a respeito do objetivo e da temática a serem trabalhados. Uma delas foi a elaboração de desenhos a partir do tema “A violência”. Neste caso, optou-se por propor o tema de uma forma ampla com a finalidade de conhecer quais os elementos as crianças inseriam nessa temática, e se havia recorrências.

Infelizmente, algumas crianças levaram os desenhos para terminar em casa e estes acabaram se perdendo. Restaram apenas três desenhos, que estão anexados no final do trabalho.

Outra atividade realizada teve por fim trabalhar a temática das violências de uma forma mais lúdica e mais condizente com formas de expressão com as quais as crianças se identificassem. Nessa situação, os meninos e as meninas decidiram realizar atividades distintas. Os meninos, que sempre cantavam *raps* durante as aulas, acharam legal a idéia de ensaiar duas músicas que seriam cantadas e tocadas por eles. As meninas decidiram fazer um teatrinho, e escolheram o tema “violência na família”. Eles acabaram fazendo a apresentação para todo o corpo escolar do período matutino e, nessa ocasião, pude fazer um registro fílmico. Assisti às gravações junto com as crianças, e foi bacana compartilhar com elas as suas reações diante das suas próprias imagens e a alegria dessa experiência. Dessa forma, a filmagem e respectivo “feedback” não foram apenas formas de registro de dados, mas propiciaram momentos de troca e de consolidação dos laços estabelecidos.

Também foram realizadas entrevistas com as crianças. Esse procedimento merece atenção especial, pois foi a atividade na qual a importância da adequação dos métodos tradicionais ao repertório “nativo” se mostrou com maior intensidade. Nas pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais, a entrevista é uma prática muito disseminada, mas nem sempre problematizada. A esse respeito, são muito valiosas as contribuições de Briggs (1986). O autor discorre a respeito da necessidade de se pensar a entrevista como um evento comunicativo no qual os participantes constroem contextos e significados durante a interação. Além disso, atenta para a importância de se problematizar as diferenças entre os repertórios comunicativos (e metacomunicativos) dos pesquisadores e dos “nativos” com os quais se entra em contato.

No caso deste trabalho, havia uma dupla diferença entre os repertórios de comunicação dos sujeitos investigados e aqueles da

pesquisadora. Primeiramente, existiam as diferenças relativas às condições de vivência e pertencimento a grupos sociais distintos – diferenças sócio-econômicas e de “capital cultural”. Além disso, havia a diferença dos grupos geracionais. Sendo assim, o procedimento da entrevista não poderia ser reduzido à aplicação de um roteiro pré-estabelecido de questões num contexto formalizado de perguntas e respostas.

Durante o campo, foi possível perceber que não seria viável realizar entrevistas individuais com as crianças. Não havia tempo e nem disponibilidade dos sujeitos para que isso ocorresse. Durante uma das manhãs em que se fez a pesquisa – a professora estava participando de um curso –, houve a possibilidade de ficar com as crianças e realizar uma espécie de entrevista em grupo. Estávamos reunidos na sala de aula, e pensei que poderia ser interessante fazer uma espécie de “bate-papo” com elas, a partir do qual fosse possível captar algumas representações, discursos acerca dos tiroteios, homicídios, etc. Já tinha percebido que as letras dos *raps* cantados pelos meninos continham muitas narrativas relacionadas a essa temática. Assim, pedi para que eles cantassem um dos *raps* e em seguida passamos a discutir sobre as letras e conseqüentemente sobre homicídios, narcotráfico, etc. Dessa forma, foi possível apreender algumas de suas representações, alguns dos valores presentes em seus discursos, algumas narrativas sobre homicídios, a partir de uma conversa, de uma discussão. Pensamos que o esquema pergunta-resposta seria muito pouco produtivo nesse caso, pois, provavelmente as respostas seriam curtas e com poucas informações sobre a dimensão vivencial das violências.

Nesse mesmo dia, as crianças tiveram Educação Física, e levei o gravador para o pátio, pensando na possibilidade de algumas delas contarem narrativas sobre homicídios. Porém, as crianças novamente expressaram a sua condição de sujeitos e me fizeram uma proposta diferente: queriam entrevistar-se umas às outras. Esse imprevisto acabou se tornando valioso para a pesquisa. Eu disse que tudo bem, mas a entrevista tinha que ser sobre o tema: “violência”. Eles

então fizeram perguntas no estilo: “O que você acha sobre...”; “Como seria o mundo sem violência”; “O que fazer para acabar com a violência”. São questões que, provavelmente, eu não faria, pois elas devolvem o problema de pesquisa ao interlocutor. Mas quando os sujeitos fazem tais perguntas, eles podem informar sobre suas representações sobre o próprio ato da entrevista e sobre os discursos abstratos relativos a fenômenos ligados às violências.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos foram reconfigurados de acordo com os sujeitos da pesquisa e o tipo de interação estabelecida. Além disso, ficou clara a importância de se colocar numa postura flexível e aberta às mudanças e aos eventuais imprevistos que podem ocorrer durante a pesquisa de campo.

## **2.7 - Questões de ética na pesquisa**

Atualmente, há um grande debate nas ciências sociais a respeito das questões relativas à ética na pesquisa. São preocupações que vieram se tornando mais agudas a partir das mudanças ocorridas nas formas de se pensar a pesquisa social e o estatuto dos sujeitos investigados. Nesse sentido, seria necessário haver uma ampla discussão a respeito da autonomia, da legitimidade das falas, da responsabilidade sobre o que é dito quando se realizam pesquisas com crianças. É um debate muito importante a ser feito para a consolidação de uma Antropologia da Criança.

As discussões mais gerais a respeito da ética nas pesquisas sociais focalizam questões diversas, tais como: a preservação das identidades dos interlocutores; o esclarecimento dos sujeitos investigados a respeito dos objetivos da pesquisa; o consentimento para a realização e a publicação dos trabalhos; a emissão de laudos (especialmente na Antropologia); a relação entre a produção de conhecimento e a práxis; neutralidade e imparcialidade na pesquisa; entre outras.

Não são questões de fácil resolução ou passíveis de simples consensos. Mas o fato de serem uma preocupação sempre mais constante na área já parece ser um grande avanço. Caberá aos novos

pesquisadores o enfrentamento dessas questões estreitamente ligadas aos dilemas e contradições presentes na área.<sup>9</sup>

Serão agora descritos os parâmetros de procedimentos éticos que tiveram lugar na presente pesquisa. Procurou-se levar em consideração as especificidades dos sujeitos investigados e do *locus* da pesquisa.

Primeiramente, deve-se esclarecer que este trabalho é informado por uma perspectiva que defende a capacidade das crianças de representarem a si próprias e ao seu próprio cotidiano e, desse modo, elas são percebidas como “sujeitos”. Além disso, como descrito no item referente à relação construída com as crianças, procurou-se estabelecer um diálogo que as perspectivasse não como meras informantes, mas como interlocutoras. Assim sendo, o primeiro passo foi pô-las ao corrente do motivo que me fez estar presente entre elas desde o início do campo; é claro que isso foi feito através de formas criativas e acessíveis à compreensão das crianças em questão. Como já dissemos, a direção da escola e a professora também foram informadas dos objetivos da pesquisa, e concederam as suas permissões para o desenvolvimento desta.

A temática deste trabalho envolve questões muito delicadas. Assim, para preservar a integridade dos sujeitos investigados, optou-se por resguardar as suas identidades. As próprias crianças escolheram nomes fictícios; estes nomes estão nos desenhos por elas produzidos, e foram acessados no texto final, quando necessário. Além disso, também o nome da escola e a turma na qual se realizaram as observações foram resguardados.

Com relação ao consentimento das crianças para a realização do trabalho final, houve uma tentativa – frustrada – de produzir documentos escritos. Elaborou-se um documento que apresentava os objetivos da pesquisa e pedia permissão para a realização do trabalho escrito, para que as crianças e respectivos responsáveis assinassem. Apenas três das crianças trouxeram o documento de volta. Há também, registradas em fitas cassete, algumas falas das

crianças a esse respeito: “Ah, pode usar o que a gente falou!”; “Pode falar, não precisa assinar”; “Ah, eu quero que apareça o meu nome!”. As crianças demonstraram que, para elas, tinham mais valor a sua permissão oral e a confiança que em mim depositavam do que um papel escrito. Nesse sentido, vê-se o quanto são complexas as questões relativas à ética: nem sempre modelos pré-estabelecidos se enquadram nas particularidades de cada pesquisa. Além disso, os próprios sujeitos, muitas vezes, rejeitam tais padrões. Assim, deve-se levar em conta o fato de que, nas pesquisas que envolvem o contato direto e a interlocução entre pesquisador e investigados, há uma constante renegociação das posturas e expectativas recíprocas, de acordo com o tipo de relação estabelecida. Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2004) reflete sobre essas especificidades que têm lugar nas pesquisas realizadas *com* seres humanos distinguindo-as das pesquisas *em* seres humanos.

Dada a perspectiva de diálogo que pautou a relação estabelecida com as crianças, pensa-se que a redação e a defesa deste trabalho não concernem à última etapa da pesquisa. Falta ainda a devolução dos resultados do trabalho. Certamente uma cópia será deixada na biblioteca da escola, estando disponível para a leitura. Mas, no caso das crianças, será preciso encontrar um meio de “traduzir” as reflexões numa linguagem que lhes seja acessível. Alguma forma de atividade para que isso se efetive será elaborada, em conjunto com a direção da escola e com a professora da turma na qual se fez a pesquisa de campo.

### **3 - Como as crianças nos contam as violências: Discursos e formas de expressão**

Neste último capítulo, serão apresentadas a descrição e a análise dos dados empíricos relativos aos discursos, representações e imaginário das crianças interlocutoras a respeito das violências e as formas de expressão através das quais elas manifestaram a dimensão vivencial do tema investigado. Essas duas dimensões – falas e formas de expressão – estão imbricadas, e muitas vezes se

confundem. Optou-se por separá-las para distinguir as falas e discursos mais genéricos a respeito das violências das formas de expressão mais cotidianas e específicas sobre a temática.

Para isso, este capítulo está organizado em dois grandes tópicos, que contemplam os elementos acima descritos. Por fim, apresentar-se-á uma discussão que sintetiza e relaciona as reflexões que integram os dois tópicos.

### **3.1 – Discursos, saberes e representações nativas**

Neste tópico serão descritos os elementos que compõem a “teoria nativa” a respeito do tema investigado. Ao contrário do que geralmente se pensa, as crianças têm muito a nos contar a respeito de assuntos considerados “sérios” e inacessíveis ao universo infantil. Inicialmente, apresentam-se os saberes demonstrados pelas crianças em relação ao tema investigado. Segue-se a exposição e a análise dos discursos e das representações “nativas” a respeito dos seguintes tópicos: o que, e como, consideram “a violência”<sup>10</sup>; os bandidos; os policiais; entre outras questões. Também esses discursos e representações fazem parte do repertório de saberes das crianças, e serão apresentados separadamente apenas por uma questão de organização do trabalho.

#### **3.1.1 - Saberes diversos**

As crianças conhecem os horários mais frequentes dos tiroteios, e as atitudes que devem ser tomadas quando eles acontecem. Disseram que os tiroteios ocorrem, na maior parte das vezes, durante a noite: “Quase todo dia”; “Das nove até meia-noite”. Um dos meninos contou que a sua casa já tinha sido atingida por uma bala perdida. Pode-se ver o quanto os tiroteios são eventos familiares para essas crianças. Elas têm de conhecer os possíveis horários em que ocorrem, e saber como proceder quando isso acontece, sob a pena de perderem as suas vidas. Porém, esse repertório de saberes não é suficiente para garantir a sua segurança, dada a imprevisibilidade de tais eventos.

Outra questão ligada aos saberes das crianças foi a já citada autonomia com que elas transitavam pelo morro, e a familiaridade que possuíam em relação ao seu local de habitação. As crianças demonstraram conhecer quais eram os lugares e horários perigosos para a circulação no morro. O domínio desse conhecimento permitia que elas estivessem e brincassem “na rua” com certa margem de tranquilidade dentro dos limites que conheciam.

Alguns meninos demonstraram conhecer a legislação brasileira no tocante à inimizabilidade penal dos indivíduos com idade inferior a 18 anos. Quando discorreram sobre jovens que cometem crimes, disseram, entre outras coisas: “sabe que é de menor não vai ser preso; “São os de 15, 16, que não vão preso. [...] Eles assinam até crime que não fizeram, né”. Estes saberes integram um repertório de conhecimentos importantes, que provavelmente fazem parte do processo de socialização – entendido como um processo interativo de compartilhamento de códigos e significados sócio-culturais – dessas crianças no contexto espacial, social e cultural em que vivem.

### **3.1.2 - Discursos sobre “a violência”**

Os discursos apresentados nesse item emergiram durante a situação descrita no capítulo dois, em que os meninos pediram para entrevistar-se uns aos outros. Essas entrevistas ocorreram durante a Educação Física das crianças, e a iniciativa e a participação desse episódio foi restrita aos meninos. A primeira pergunta que eles faziam era: “O que você acha da violência?”, e teve como respostas: “a violência é uma coisa ruim que [...] envolve muitas pessoas no tráfico, e [...] dá muito roubo, dá morte, ta ligado, dá violência.”; “violência é muito mal”; “A violência é uma coisa muito mal, que faz maldade pras pessoas”; “Uma coisa muuuito ruim, tráfico de drogas, roubo, morte e tem muita violências e daí as pessoas que não devem nada morrem, eles matam”.

Em todas as respostas, está presente o discurso que percebe “a

violência” como um “mal”, como algo “ruim”, carregado de negatividade. Além disso, trata-se o fenômeno de uma forma singular: “a violência”, homogeneizando as diversas práticas consideradas como “violência”. Há também uma objetificação do fenômeno: “a violência é uma coisa...”, de forma a torná-lo exterior aos sujeitos. Como já explicitado no referencial teórico, os discursos do social a respeito das violências são marcados por elementos como: a indignação, a exterioridade, a homogeneização e a negatividade do complexo conjunto de fenômenos abrangidos. As crianças demonstraram em suas falas compartilhar desses discursos característicos da percepção social a respeito das violências.

Um elemento muito evocado nas falas das crianças é o “tráfico”, que ora aparece como um dos elementos presentes naquilo que eles consideram “violência”, ora aparece como sinônimo de “violência”. O tráfico apareceu como sinônimo de violência tanto na primeira pergunta a respeito do que achavam da violência quanto em outros momentos, tais como: ao responder por que achava a violência mal, um dos meninos disse: “Ah, porque o tráfico mata pessoas”; em outro momento, um dos meninos, que ocupava o papel de entrevistador, ao invés de perguntar o que seria do mundo sem “a violência” pergunta o que seria do mundo sem o tráfico. No caso, a resposta foi: “Muito legal, seria mais divertido, mais calmo”.

Em virtude do elevado número de homicídios decorrentes, dentre outras coisas, das disputas entre facções do narcotráfico e dos embates destas com a polícia e da visibilidade que têm alcançado tais eventos, o imaginário social é permeado pela associação entre violências letais e narcotráfico. Como argumentou Soares (2005), as agressões que culminam em mortes são geralmente consideradas a forma mais grave de violência. As crianças expressaram em suas falas que compartilham também desta percepção social. E nas suas falas, o “tráfico” aparece como responsável pelas mortes de muitas pessoas. Para elas, entretanto, as mortes decorrentes do narcotráfico não são notícias transmitidas na TV, mas são eventos que ocorrem

na esquina, que envolvem, muitas vezes, pessoas conhecidas, próximas. Daí ser tão forte a associação que fazem entre violência e a sua forma letal. Ao explicarem por que consideram “a violência”, o tráfico, como “coisas ruins”, afirmam, entre outras coisas: “porque o tráfico mata pessoas”; “as pessoas que não devem nada morrem, eles matam.”; “dá morte”. As crianças sujeitos da pesquisa também enfatizaram, neste e em outros momentos, a sua indignação frente à morte de pessoas inocentes, pessoas que: “não fazem nada pra ninguém”. Essas falas remetem a valorações que graduam, hierarquizam certos homicídios como mais graves e condenáveis do que outros. Essa questão será objeto de atenção mais à frente, no tópico a respeito das representações sobre os “bandidos”.

Outro elemento que apareceu na fala dos meninos prende-se com as soluções por eles oferecidas para se acabar com “a violência”. Alguns trechos das falas a esse respeito são ilustrativos: “eu botava mais polícia.”; “Colocar mais policiamento no morro né e as pessoas dizer não contra a arma de fogo”. Essas falas, que remetem ao discurso da repressão como forma de acabar com “violência”, também apareceram no momento do “bate-papo” com as crianças. Alguns dos meninos, como se verá com mais detalhe em outro tópico, defendiam práticas duras, tais como matar todos os “bandidos”. Ainda no que concerne às falas sobre as soluções para se acabar com “a violência”, vale refletir sobre a seguinte assertiva: “Colocar mais policiamento no morro né e as pessoas dizer não contra a arma de fogo”. Aproveitei a fala desse menino para perguntar se ele estava falando sobre o referendo, e ele respondeu afirmativamente. A fala do garoto gerou uma discussão entre as crianças, algumas defendendo e argumentando a favor da posse de armas de fogo, e outras se colocando contra. Nesse momento, as crianças demonstraram estar cientes das discussões acerca do “Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições” que seria votado no mês seguinte ao da entrevista. Além de estarem sabendo sobre o referendo, manifestaram as suas opiniões e explicitaram os seus argumentos acerca do tema. Isso é

muito significativo, no sentido em que as crianças se mostraram preocupadas com questões sócio-políticas. Contrária-se assim certo “lugar comum” que situa as crianças fora desses domínios, excluindo a possibilidade de que estas reflitam sobre assuntos “sérios” – que dirá, então, de que expressem as suas opiniões a respeito.

### **3.1.3 - Representações diversas ligadas especialmente ao narcotráfico**

Houve a oportunidade de realizar uma espécie de entrevista grupal, um “bate-papo” com as crianças no qual sentamos em círculo e passamos a conversar a partir do conteúdo de um *rap* cantado pelos meninos. Serão apresentados, em seguida, um trecho da música (que nos anexos se transcreve na íntegra) e as reflexões sobre as falas e representações que emergiram durante a realização desta atividade.

São onze da noite; eu vejo televisão. Daqui a pouco eu vou sair pra quebrar aquele vacilão. Que já deu várias mancadas com a rapaziada. Sua própria família não quer saber de nada. Já foi carro, relógio, varal. Estuprou uma mina de quinze lá no matagal. Deu cascudo no meu moleque à toa. (...) No júri da favela já ’tá condenado, ao sono eterno, (...).O mundo ’tá pequeno pra nós dois .Ele ri várias vezes, quero ver rir depois. Eu fico bolado de cabeça quente. Quando eu penso que ele usou, massacrou muita gente inocente. Na televisão um filme de ação, me dá empolgação, pra sair pra minha missão (...).Uma palavra vale mais do que contrato. Se vacilar pá, pá vai pro saco. (...) Não se brinca com a honra de ninguém. Ele me esculachou e zoou morador também. Bateu na mina dele de barriga. Feriu uma mulher, tirou uma vida (“De homem pra homem”, MV Bill).

Depois que os meninos cantaram, perguntei sobre o que as letras dos *raps* falavam e eles responderam que era sobre “bandido, violência, assalto”. Em seguida, questionei se essas coisas aconteciam

apenas no Rio de Janeiro, em São Paulo ou se tinham a ver com o que eles vivenciavam. Um dos meninos disse: “É lá pras favela lá, lá na Rocinha”, e outro replicou: “Não, pra aqui também”.

Passamos então a conversar mais especificamente sobre os conteúdos do *rap* acima descrito. Nesse momento, surgiram representações acerca do que eles pensam sobre os “bandidos”, sobre os motivos que levam os jovens a ingressar no narcotráfico, sobre questões de gênero, entre outras.

a) Os “bandidos” e “como se vira bandido”

Um dos personagens do *rap* citado parecia personificar o papel de “bandido”. Perguntei às crianças o que ele tinha feito e o que elas achavam disto. Elas responderam: “Ele é esturpador, ladrão, chera pó, traficante”; “Esse daí vai apodrecer no inferno mano”; “Até a família dele já largou ele de mão”. Essas falas descrevem um personagem que encarna o mal, que reúne certas características condenáveis: ser esturpador, ladrão, usuário de cocaína, traficante e sem nenhum vínculo com a família. Em seguida lhes perguntei se havia muita gente assim, ao que responderam: “Tem”; “É cherador de pó, ta ligado”. Questionei se geralmente essas pessoas são jovens, e obtive como resposta: “São os de 15, 16, que não vão preso. Eles assinam até crime que não fizeram, né”.

Nesse momento, um dos meninos disse que achava que a polícia tinha de matar todos os criminosos. Os outros concordaram, mas enfatizaram que os “bandidos” que devem ser mortos são aqueles que matam, ou seja, os homicidas. Eles justificam sua posição afirmando: “Claro, aí eles vão lá matam, vão pra prisão ficam um dia, sai, depois matam. Tem que morrer memo, são bandido”. Nessas falas, eles demonstram a sua descrença na capacidade que as instâncias legais têm de gerenciar as devidas punições aos criminosos. Além disso, expressam certos discursos que defendem que os crimes que levam à morte devem ser penalizados com a morte do “agressor”. Trata-se de uma lógica que estabelece variadas gradações a respeito da legitimidade de se tirar uma vida de acordo

com critérios de merecimento. Para os meninos que expressaram esse discurso, os “bandidos” que matam são reincidentes e irrecuperáveis e, sendo assim, devem ser punidos com a morte.

Dessa forma, os “bandidos” que matam outras pessoas são condenados e desprezados nas falas das crianças. Não há nenhuma referência a eles como modelos a serem seguidos ou como pessoas a serem admiradas. Os meninos enfatizaram a sua condenação aos “bandidos” que matam, e não foi possível captar as suas representações a respeito daqueles que não praticam homicídios, mas que estão envolvidos no narcotráfico. No caso das crianças com que se teve contato, as representações são diferentes daquelas encontradas em alguns contextos da pesquisa realizada por MV Bill e Celso Athayde. No documentário já citado *Falcão: meninos do tráfico* (2006), há cenas que apresentam falas de crianças a respeito de sua admiração pelos bandidos e de suas aspirações em tornar-se bandidos. Na presente pesquisa, não se teve contato com situações como esta; porém, as crianças entrevistadas afirmaram que conheciam crianças menores do que elas envolvidas com o narcotráfico. Perguntei se essas crianças não tinham medo e se sabiam que poderiam morrer – ao que eles responderam que as crianças envolvidas não tinham medo e que sabiam sim que poderiam morrer.

Sobre os motivos que levam alguém a tornar-se bandido, uma das respostas foi a seguinte: “Ah não sei, de vez em quando, quando era pequeno apanhava, começa por droga, outro queria alguma coisa e não tinha e a solução ele achava que era roubar”. Nessa fala, temos a exposição de uma espécie de trajetória que se inicia com problemas relativos à violência intrafamiliar ou à falta/desejo de bens materiais, prossegue com o envolvimento com “drogas”, assaltos, e assim por diante.

Questionei-os também a respeito do porquê de haver mais homens do que mulheres envolvidos em crimes, e eles responderam: “Porque homem quando é pequeno é torturado pelos pais, a solução

deles é as drogas, mulher já não”; “Ela encontra ir pra zona, dança naqueles palco, (...) rodar a bolsinha”; “A solução delas, elas desabafam com as amiga”. Em síntese, eles disseram que as mulheres quando enfrentam problemas (seja de ordem financeira, seja em relação a dificuldades no âmbito da família) encontram outras soluções que não o caminho das “drogas”. Perguntei por que os meninos não conseguiam fazer isso (especificamente desabafar com os amigos), e obtive como resposta que os meninos têm mais vergonha, pois pensam que homem não têm o direito de chorar. Questionei então se eles achavam que tinham esse direito e um deles respondeu: “Claro, a gente também, os homens também são ser humano.”.

Primeiramente, é importante refletir que as crianças não restringiram a questão do envolvimento com o “mundo do crime” a explicações relativas à falta de dinheiro, de bens materiais. Estas foram um dos componentes da sua explicação, que também considerou elementos ligados à dimensão simbólica e afetiva da questão. Soares (2005) advoga que é preciso ouvir os jovens em sua linguagem, conhecer o seu imaginário, para compreender que, muitas vezes, nos casos de envolvimento dos adolescentes com o narcotráfico, estão em jogo processos de construção de identidades, de necessidade de reconhecimento dentro de um grupo, entre outros.

Relativamente à diferença entre homens e mulheres no que toca à inserção no “crime”, as representações das crianças denotam uma situação que pode ser pensada em termos de projetos de vida e “campo de possibilidades”. De acordo com Gilberto Velho (1994), os projetos individuais estão circunscritos às regras e padrões determinados por fronteiras simbólicas do universo sócio-cultural a que o indivíduo pertence. Assim, há uma margem relativa de escolha, já que os sujeitos traçam suas trajetórias de vida dentro de um determinado “campo de possibilidades”. Nesse sentido, parece que as meninas/as mulheres que vivem em contextos nos quais a inserção no narcotráfico pode ser uma alternativa em termos de projeto de vida possuem um “campo de possibilidades” maior do

que os meninos que pertencem aos mesmos contextos. A fala de um dos meninos sobre a questão dos homens não terem o direito de chorar denota a existência de valores que constituem a construção social das masculinidades e constroem as atitudes, os comportamentos, as escolhas dos meninos.

b) Considerações a respeito de configurações de gênero

Na presente pesquisa, o recorte de gênero não foi pressuposto *a priori*, surgindo no decorrer da pesquisa de campo a partir das diferentes formas de adesão dos meninos e meninas. Assim, não há fundamentação teórica consistente para tratar desse recorte. No entanto, pode-se citar o trabalho de Fátima Regina Cecchetto “Violência e estilos de masculinidade” (2004), que traz importantes contribuições no que toca a essa temática.

Cecchetto (2004) busca situar a masculinidade como categoria construída social, histórica e contextualmente. Recusa a conexão natural que geralmente se faz entre masculinidade, violência e pobreza. Para a autora, abordagens que biologizam ou psicologizam a violência masculina (violência tratada como uma essência masculina) desviam a atenção das relações sociais e da própria dinâmica da construção social da masculinidade. Enfatiza, também, que a violência masculina não é universal, e que seria interessante se pensar em termos de diferentes estilos de masculinidade. Nessa perspectiva, as masculinidades específicas não são entendidas como tipos fixos, mas como configurações específicas de práticas constituídas em situações particulares e mutáveis.

Durante toda a pesquisa, a maioria das falas a respeito de violências veio dos meninos. As meninas “tocaram no assunto” apenas quando se discorreu a respeito de tiroteios e algumas participaram do episódio da discussão sobre o Referendo. Durante a entrevista, elas não quiseram dar as suas opiniões e se manifestaram pouquíssimo. Não é possível dizer ao certo o porquê desse “silêncio” das meninas; talvez elas tenham mais receio, medo de falar sobre o tema ou não

tenham a mesma forma de adesão dos meninos em relação aos eventos e aos assuntos relacionados às violências. Porém, um fato interessante foi a escolha que as meninas fizeram acerca do tema do teatrinho que prepararam e apresentaram: violência no interior da família. Parecia que esse tipo de violência era mais presente em seu imaginário, em suas preocupações. Já os meninos falavam sobre o tema com mais facilidade, contavam narrativas sobre homicídios e, como se verá no item 3.2., possuíam certa familiaridade com o “mundo do narcotráfico”, expressando-se muitas vezes através da linguagem da “violência”. Outro elemento relevante encontrado em algumas falas de alguns dos meninos foi certo “encantamento” com algumas situações ligadas a violências. Certo dia, estava conversando com eles e perguntei se tinham visto o ônibus que havia sido queimado com várias pessoas dentro no Rio. Leonardo disse o seguinte: “A explosão foi bem legal, um cogumelo de fogo!”. Durante essa mesma conversa, eles falaram sobre os filmes que mais gostam de assistir e os mais citados foram os de terror e os de guerra: “com aqueles fuzis”. Além da questão do “encantamento”, pode-se situar essas falas em relação à construção de uma determinada masculinidade, em que elementos ligados a um “ethos guerreiro”, à virilidade, são valorizados. Há discussões a esse respeito em Zaluar (1995) e em Soares et al. (2005). Um ponto interessante na discussão de ambos os autores é o de que as armas são elementos de distinção, de pertencimento e, além disso, são atrativos em relação às meninas.

A partir das reflexões de Cecchetto (2004), pode-se pensar que, no caso dos meninos com que se teve contato, a forma de adesão destes aos temas e às expressões ligadas às violências não é uma característica intrínseca da natureza masculina, mas se dá a partir de uma configuração de masculinidade específica que os compõe, e que é construída a partir de um repertório histórico, social e cultural. Além disso, a idéia de que as masculinidades específicas não são tipos fixos, mas configurações sujeitas à mudança é muito iluminadora para se pensar, por exemplo, a participação das novas

gerações nesse processo de contínua reconfiguração. No caso desta pesquisa, uma fala muito significativa a esse respeito foi aquela do menino que argumentou que os homens também têm o direito de chorar. Mesmo no contexto de uma configuração de masculinidade marcada por valores ligados à virilidade e ao “ethos guerreiro”, há espaço para valores contrários aos predominantes. Estes podem, inclusive, vir a ocupar uma posição central, dependendo das diversas reconfigurações das práticas e representações no âmbito de tal “estilo” de masculinidade.

### c) Representações sobre a polícia

Foi possível também observar algumas falas e a relação estabelecida entre as crianças e a Polícia Militar. A presença da PM é constante no contexto do Maciço do Morro da Cruz e na vida das crianças, através de diversas formas de ação, tais como patrulhamento, intervenções de repressão e projetos de prevenção. Dessa forma, as crianças parecem estar familiarizadas com a presença da PM no seu cotidiano. Ao contrário do que eu pressupunha, a representação que fazem dos policiais em geral não é negativa e nem composta por sentimentos de medo. Como já foi dito, nas entrevistas e em outras ocasiões muitos se posicionaram a favor da necessidade de um maior policiamento no morro, alguns chegando a defender que os policiais “tinham que matar todos os bandidos”. Em suas falas demonstravam muita indignação com mortes de pessoas “inocentes” acarretadas pelo narcotráfico. Parece haver uma diferença marcante entre essas representações e aquelas reportadas por moradores dos morros do Rio de Janeiro que, geralmente, perspectivam a polícia, como um inimigo em potencial.<sup>11</sup>

Na escola onde foi realizado o campo, anualmente, os alunos da 4ª série participam de um mini-curso relativo a um programa de prevenção ao uso de drogas (PROED), oferecido por um(a) policial. Assim, as crianças têm a oportunidade de estabelecer uma relação mais próxima com esses profissionais. Neste ano, o minicurso foi realizado por uma policial. Pude presenciar cenas de

empatia e trocas de carinho entre ela e as crianças. Os fatos de ela ser mulher e uma pessoa muito simpática facilitaram a construção dessa relação amigável, mas, provavelmente, não são os únicos fatores que contribuíram para isso. Essa proximidade que se estabelece entre os policiais e as crianças pode contribuir para a visão “amigável”, de “parceria” que as crianças pesquisadas têm sobre a PM .

Deve-se esclarecer que essas são as representações de algumas crianças de uma determinada comunidade. Sabe-se o quanto a relação entre os moradores dos morros e a polícia é muita vezes ambígua e complexa mesmo na cidade de Florianópolis. Essa questão é explorada, por exemplo, no trabalho de Rodrigues (1996).

## **3.2 - Formas de expressão cotidianas**

Na segunda parte deste capítulo, serão apresentadas as diversas formas através das quais as crianças interlocutoras da pesquisa contaram, narraram e expressaram as violências. Como se argumentou na apresentação desse capítulo, as formas de expressão também são compostas por saberes e pelo repertório de representações nativas. Mas neste caso, esses saberes e discursos foram também acionados no cotidiano das crianças e não apenas em situações de entrevistas.

### **3.2.1 - Vocabulário específico e narrativas sobre homicídios**

Foi possível identificar nas observações em sala de aula o acionamento, por parte de alguns meninos, de um vocabulário particular que se refere a tiroteios, nomes de armas e gírias usadas no narcotráfico. Certa vez, a professora perguntou por que determinado aluno tinha faltado à aula e um menino respondeu: “Levou um tiro na perna” – ao que outro garoto replicou: “Mentira, ele quebrou a perna!”. Neste caso mesmo se a fala foi uma “brincadeira”, expressa um acontecimento que poderia ser uma das possibilidades naquele contexto.

Numa outra ocasião, durante uma discussão entre dois meninos, um deles disse que iria dar um tiro no outro afirmando: “Vou pegar o 32 do fulano” (fulano é um conhecido deles, possuidor da arma – calibre 32 ). O outro menino envolvido respondeu imediatamente: “Quero ver se você tem coragem, meu primo é patrão<sup>12</sup> dele”. O primeiro diz ainda: “Amanhã se tu não me dá um tiro, eu vo te quebrar a cara”. Nessa ocasião, os meninos demonstraram possuir certa familiaridade com o “mundo do narcotráfico” e seus integrantes, através do acionamento de um vocabulário específico: “o 32”; “patrão”. Tal como na situação descrita anteriormente, essas falas não expressam ações que se materializaram, mas o fato de tais argumentos serem usados pelos meninos indica que seriam situações possíveis, disponíveis, ao alcance deles.

Ainda com relação a referências ao narcotráfico, dois episódios ocorridos em sala podem ser citados. Num deles, um menino estava moendo giz e outro comentou, a rir: “Tá moendo pó de maconha?!”. A fala demonstra ao mesmo tempo familiaridade e certa confusão entre maconha e cocaína (já que só há pó da última e se mói a primeira!). No outro episódio, Gabriel pôs a camiseta amarrada na cabeça de uma maneira peculiar e perguntou a um colega: “Você sabe o que é CV?”, e ele mesmo respondeu: “É Comando Vermelho”.

O acionamento desse vocabulário mostrou que o “mundo do narcotráfico” não é exterior às vivências dessas crianças – especialmente a dos meninos – como parecia nas representações e discursos a respeito das violências e do narcotráfico presentes nas entrevistas.

Em alguns momentos das entrevistas, as crianças narraram episódios de homicídios. Havia certos elementos comuns que integravam as narrativas: o local em que ocorreu o homicídio ou em que foi encontrado o corpo (“ali pra baixo da casa dele”); o dia e/ou o horário em que ocorreu; o número de tiros e/ou as partes do

corpo atingidas; a ambigüidade e a incerteza em relação aos motivos (“Ninguém sabe”; “uns diz que a mulher mandou matá ele, uns diz”).

No dia em que fizemos um passeio pelo morro, quando estávamos subindo em direção ao Mirante, passamos por um ponto ao lado da estrada principal no qual havia um grande território de mata com alguns carreiros. Rafael disse então que já tinha entrado naquele local durante a noite e que, na ocasião, viu policiais recolhendo um corpo. Perguntei se ele não teve medo e ele disse que não, pois estava com seu cachorro. Questionei mais detalhes sobre o que ele disse ter visto, perguntei se o corpo estava em uma maca e ele apenas respondeu: “é”, sem comentar mais sobre o assunto. A história narrada por Rafael parece ter pouca probabilidade de ser real (seria muito difícil ele ter conseguido sair de casa sozinho à noite, e ele demonstrou incerteza quando perguntei sobre os detalhes do evento), mas em termos de análise isso é irrelevante. Diz-se muito que as crianças acessam frequentemente o pensamento lúdico, da fantasia. Em alguns casos, cabe pensar as chamadas “fantasias”, “invenções”, “faz-de-conta” das crianças não tanto como expressões de um pensamento não objetivo, não racional, não lógico, mas como formas peculiares de expressão de eventos que se inserem num “campo de possibilidades” objetivo, materializável. É muito da idéia de “*fictio*” avançada por Clifford Geertz (1978), na qual a ficção não corresponde a uma mentira, mas a uma forma de apreensão da realidade. Esse parece ser o caso na narrativa contada por Rafael.

Além disso, o fato de ele compor uma narrativa peculiar com personagens, local e horário determinados demonstra seu conhecimento de um certo “*frame*”, uma estrutura que é comum a determinados eventos. Tanto no caso desta última narrativa quanto das outras descritas anteriormente, foi possível identificar que as crianças compartilham certos códigos, significados, certas estruturas que compõem e dão sentido a tais eventos.

### 3.2.2 - *Raps* e gestualidade

Neste tópico, abordar-se-ão formas de expressão acionadas espontaneamente pelas crianças e com as quais elas pareciam se identificar. Uma dessas formas eram os *raps* cantados constantemente pelos meninos. As músicas eram de grupos como *Racionais* e também de compositores/intérpretes como MV Bill, e as letras continham desde críticas a situações de preconceito vivenciadas pela população negra e pobre até narrativas de estupros, homicídios, “guerras” dentro do narcotráfico, entre outras. A princípio, imaginava que eram os meninos mais velhos que gostavam dessas músicas, mas no dia em que os garotos apresentaram dois *raps* no auditório da escola foi possível perceber que também muitas meninas e crianças mais novas cantavam junto com eles. Atualmente, estilos musicais tais como o *rap* e o *funke* têm alcançado um público – especialmente de crianças e adolescentes – não mais restrito às periferias. Não se pode precisar, nos limites deste trabalho, a razão pela qual esses estilos conquistam de forma tão potente as crianças e adolescentes. Mas é certo que o conteúdo dessas músicas é apreendido, interpretado de maneiras diversas de acordo com os contextos sociais, culturais e econômicos dos ouvintes. Para as crianças da comunidade em que se deu a pesquisa, como elas mesmas afirmaram na entrevista, as situações descritas nos *raps* não são abstrações ou realidades distantes, mas eventos muito familiares. Nesse sentido, essas músicas ultrapassam a dimensão do entretenimento para se constituírem também em formas de expressão de vivências, de reflexão e mesmo de crítica a determinadas situações.

As crianças, para manifestarem algumas idéias, acionavam também a gestualidade e a dramatização de eventos. Em uma das aulas a professora discutiu com eles o que havia no morro, as coisas boas e o que faltava ao local, e pediu para que eles fizessem um desenho sobre esse tema. Durante a conversa, nenhuma criança citou elementos ligados ao narcotráfico; porém, no momento em que estavam desenhando, um menino mostra ao outro o que queria desenhar: levanta-se e faz o gesto de quem está disparando uma

arma. Ele acabou não manifestando essa idéia em seu desenho, mas em *off* – através de um gesto – compartilhou essa sua representação com alguns colegas. Também nas narrativas sobre homicídios eles simulavam pessoas atirando umas nas outras; faziam os gestos e também imitavam o barulho específico: “pá, pá, pá”. Os meninos também moíam giz com freqüência e muitas vezes simulavam que estavam moendo ou cheirando “pó” (pó de cocaína).

Em outra circunstância, algumas crianças me contaram um episódio de conflito ocorrido no dia anterior entre João e a professora através da dramatização: além de narrarem os fatos, incorporaram os papéis desempenhados pelos dois personagens do conflito.

Como assinalado no segundo capítulo, propôs-se que as crianças fizessem alguma atividade a partir do tema “violência” para apresentarem à turma. As meninas escolheram elaborar um teatrinho. Estas demonstraram se identificar bastante com essa forma de expressão; elas mesmas decidiram o tema “violência na família”, e produziram as falas, o “roteiro” da historinha.

Essas formas de expressão de idéias através da música, da gestualidade, da dramatização podem, talvez, caracterizar uma maneira particular de apreensão da realidade e, neste caso, das violências por parte das crianças. Pode-se pensar em termos de um “tom” particular presente no “olhar” infantil.

### **3.2.3 - “Violência” como forma de linguagem e de relação**

As manifestações de violências podem muitas vezes consistir em formas de linguagem e de expressão de indivíduos ou grupos. Um exemplo disso pode ser encontrado no já citado trabalho de Áurea M. Guimarães (2003) no qual a autora concluiu que a depredação escolar se dava como uma forma de resistência ao autoritarismo, ao jogo de poder que se estabelecia no interior das instituições por ela analisadas. Além disso, na perspectiva teórica que informa esta pesquisa, as violências são vislumbradas como tipos de relações sociais (RIFIOTIS, 1997; 1999) e os conflitos podem, em algumas

circunstâncias, agir como formas de “sociação” (SIMMEL, 1983).

Nesse sentido, serão em seguida descritas duas situações em que foi possível identificar as violências agindo como formas de expressão e de relação entre as crianças. A primeira consiste nos conflitos que se estabeleciam entre os meninos, e a segunda diz respeito a um caso de *bullying*<sup>13</sup> e estigmatização.

a) Conflitos entre pares

Os conflitos, discussões e brigas eram muito freqüentes entre os meninos. Nas observações em sala de aula, presenciaram-se várias dessas situações, algumas, inclusive, envolvendo socos e chutes. Algumas vezes, eles apenas se xingavam ou implicavam uns com os outros, noutras acabavam se esbofeteando, tendo de ser separados pela professora. Houve situações nas quais as brigas se intensificaram de tal forma que alguns chutavam a cabeça de outros ou ameaçavam jogar cadeiras sobre os “colegas”.

É relevante expor que, muitas vezes, os mesmos meninos que se estapeavam em sala de aula brincavam juntos no recreio. Dessa forma, nem sempre a maneira como se estabelece a relação entre sujeitos que conflituam é contínua ou fixa. Essa questão é importante no sentido em que expressa, por exemplo, o quanto pode ser equivocado enquadrar os sujeitos que conflituam em papéis fixos tais como os de “vítima” e “agressor”.

Durante a realização da entrevista com a turma toda, em dado momento, dois meninos estavam se enfrentando: batiam-se, mas riam ao mesmo tempo – uma espécie de “lutinha”. Perguntei se eles consideravam aquilo “violência” e se não acabavam se machucando. Responderam que consideram violência sim, mas que se tratava de uma brincadeira e que se soubessem “brincar” ninguém se machucaria. É significativo o fato dos garotos considerarem esses embates, essas “lutinhas”, ao mesmo tempo como violência e brincadeira. Nessa circunstância, um fenômeno que acarreta uma forma de violência, de acordo com a visão dos sujeitos, não carrega consigo uma carga negativa geralmente atribuída nas representações

que se fazem a respeito de formas de violência. Aqui o conflito é uma das formas de relação entre esses sujeitos, e um dos elementos de sua sociabilidade.

#### b) Análise de um caso: *bullying* e estigmatização

Na turma onde se realizou a observação participante havia um menino de 13 anos, aqui denominado João. Este participava de quase todos os conflitos estabelecidos dentro e fora de sala. Um desses conflitos envolveu a professora, que, ao tentar separar a briga entre João e outro menino, acabou levando uns sapatos do primeiro. Teve que pegá-lo pelo braço e expulsá-lo da sala. Após a aula, conversei com a professora sobre o acontecimento, perguntei se ela já tinha conversado com a mãe do garoto, etc. A mesma respondeu que ele já tinha sido expulso de outras instituições e que tinha problemas na família, pois não aceitava o relacionamento da mãe com um homem bem mais novo do que ela. Foi uma narrativa típica do “menino problemático, bagunceiro, sem solução”.

Eu sabia que seria importante me aproximar mais desse menino para compreender como ele encarava tais situações e para conhecê-lo melhor, mas não sabia como fazer isso. Numa dada manhã, eu estava na biblioteca aguardando o momento da aula seguinte que eu acompanharia e, “providencialmente”, João chegou ao local dizendo ter sido expulso da sala. A bibliotecária passou para ele uma atividade de leitura e interpretação e eu fui então ajudá-lo, e pudemos conversar um pouco mais. Contou um pouco sobre sua família – que morava com a mãe, o padrasto e duas irmãs – e que no período da tarde ia para a *Casa da Liberdade*. Foi engraçado notar que na biblioteca ele estava calmo e fazia as atividades recomendadas, ao contrário de quando estava em sala, onde se punha sempre a falar e se movimentar muito.

Neste mesmo dia, durante a Educação Física, João estava brigando com outro aluno e o segurança da CASVIG (serviço de segurança terceirizado), ao invés de apenas separar a briga, torceu com muita força o braço de João e o jogou no chão. Imediatamente eu e o

professor fomos até lá pedir para que soltasse o menino. João estava muito nervoso e irritado com o “guardinha”, tentou acertar uma pedra nele e saiu correndo para dentro da escola. O segurança tentou pegá-lo novamente, mas foi impedido. Fui ao encontro de João; ele estava vermelho e chorava, não sei se de dor, raiva ou ambos. Mais tarde, João e eu voltamos para a Educação Física e ele convidou alguns colegas pra brincar com ele e recebeu as seguintes respostas: “Iii, lá vem aquele lá”; “Eu não vou brincar com ele”. Então comecei a jogar com ele e, logo em seguida, as crianças foram vindo. Nesse dia, pude perceber que a hostilidade não vinha apenas de João para com os colegas, mas o contrário também ocorria. Lembrei de outras situações nas quais os alunos chamavam João de “cabeção”, de sujo, etc. Neste caso, parece haver claramente um processo de “estigmatização” que atribui certas características ao menino, sendo que estas são constantemente reproduzidas pelos colegas e por ele próprio.

Como escreveu Gilberto Velho (1995) sobre a questão do desvio, não se trata de uma característica inerente ao indivíduo, mas de um veredicto pronunciado sobre esse indivíduo por parte de um grupo social. Velho afirma ainda que a leitura diferente de um código sociocultural não indica apenas a existência de ‘desvios’ mas, sobretudo, o caráter multifacetado, dinâmico e mesmo ambíguo da vida cultural. No caso de João, também é interessante pensar em termos da importância das identidades atribuídas na construção do sujeito. Para as crianças com que tivemos contato, parecia de extrema relevância a imagem que os outros (de forma especial os seus colegas) faziam delas. Soares (2005) reflete sobre o significado do sentimento de invisibilidade, de não reconhecimento para um adolescente. Perspectiva a adolescência como um período complexo de construção de identidade, de auto-afirmação, de conquista de autonomia. Ninguém escolhe ou cria sozinho uma identidade; esta só existe no espelho que é o olhar dos outros, que é o reconhecimento dos outros. Algumas das crianças investigadas já estavam numa fase próxima da adolescência, dentre elas João

(13 anos); assim, as considerações de Soares cabem também nesse caso. O autor diz ainda que “Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo da nossa própria intolerância” (ATHAYDE, BILL e SOARES, 2005: 175).

No caso de João, seria também possível refletir sobre a ocorrência de uma espécie de “*bullying*” às avessas. O termo *bullying* vem sendo usado para designar os casos de intimidação física ou psicológica ocorridos nas escolas e levados a cabo por um grupo em relação a um indivíduo. De acordo com Schäfer (2005), geralmente o *bullying* é cometido por crianças/adolescentes mais fortes e mais velhos contra os mais novos e frágeis. Estes últimos acabam sofrendo também processos de estigmatização e de exclusão no ambiente escolar. Na situação aqui analisada, é perceptível que João pratica formas de agressão em relação a colegas mais novos, mais fracos e outros. Porém, nesse caso quem acaba por ser excluído e marcado por rótulos e estigmas é o próprio João.

No decorrer da realização do trabalho de campo, fui me aproximando de João, especialmente nas ocasiões das brigas acima descritas. Provavelmente ele percebeu que eu o tratava com respeito mesmo quando “falava sério” com ele, quando pedia para que parasse de brigar, etc. Enquanto os outros recebiam por parte dele agressividade, eu recebia tratamentos carinhosos. Também foi preciso muito cuidado nesse momento para que ele entendesse que eu não poderia me dedicar exclusivamente a ele e que eu gostava de todos eles da mesma forma. Nos últimos meses, João estava mais tranquilo e não se envolveu em episódios de brigas mais graves como frequentemente ocorria. No passeio realizado com as crianças para conhecer as suas casas, ele foi o guia; estava brincalhão e parecia estar contente ao desempenhar esse papel. Essa experiência remete novamente à questão das identidades que constituem um sujeito; quando se pensa em termos de múltiplas identidades, corre-se menos risco de fixar marcas, estigmas sobre um determinado indivíduo.

Pude estar presente na formatura das crianças e, nesta ocasião, nos despedimos. Recebi muitos abraços, mas foram muito especiais as palavras que João me disse: “Vou sentir saudades”. Aquele menino que, de certo modo, me amedrontava e parecia inalcançável era, então, o mais próximo.

### **3.3 - Discussão**

Esperamos ter demonstrado, neste capítulo, a condição de sujeitos sociais dessas crianças. Em suas falas, elas expressaram ser portadoras de inúmeros saberes relativos à sua experiência cotidiana e de representações sobre o mundo e sobre as suas vivências. Demonstraram também ser capazes de transmitir esses saberes, de se constituírem como interlocutores legítimos inclusive em questões complexas, como no caso das violências.

Como se viu na primeira parte deste capítulo, as representações das crianças a respeito das violências, especialmente do narcotráfico, eram marcadas por uma carga de negatividade e de exterioridade. O conteúdo das falas remetia a discursos que consideram extremamente condenáveis algumas conseqüências do narcotráfico, como por exemplo a morte de “inocentes”. Nesses discursos, parecia que o “mundo do narcotráfico” não tocava, não fazia parte do universo das crianças. Já na segunda parte, que tratou das formas de expressão das crianças a respeito do tema investigado, foi possível perceber que o “mundo do narcotráfico” permeia o cotidiano e o imaginário dessas crianças: não é um mundo completamente à parte do seu, sendo muitas vezes familiar. Isso ficou muito claro no acionamento de um vocabulário específico composto, dentre outras coisas, por nomes de armas, e gírias usadas no narcotráfico. Além disso, foi possível identificar que formas de violência agiam como uma linguagem e como uma forma de relação entre os meninos.

Essa aparente diferença entre os discursos, as representações e as práticas não significa que estas últimas contrariam os primeiros. Os fenômenos que compõe o que se denomina “violência” são

extremamente complexos, e é muito difícil definir o que significa “violência”. Sendo assim, é muito difícil construir um discurso analítico sobre essa temática a partir dos discursos do social que são permeados por valorações morais. Daí a necessidade de voltar a atenção para as práticas dos sujeitos e para as situações em que as formas de violências são acionadas como linguagem, como formas de expressão.

Parece que no cotidiano das crianças sujeitos da pesquisa os fatos, episódios e medos relacionados às diversas formas de violência não são permanentes; não há um clima denso e onipresente de tais fenômenos, como se poderia imaginar. Elas vivenciam as suas infâncias em variadas dimensões, tal como a maioria das crianças: brincam, inventam histórias, riem de suas brincadeiras, provocam umas às outras, não se preocupam com o tempo do relógio.

Notou-se que falam sobre determinados fatos relacionados a formas de violências, possuem o conhecimento e, em certos casos, o domínio de um vocabulário específico, de uma linguagem ligada ao mundo do “narcotráfico”, sabem a respeito de lugares e horários perigosos no morro. Contudo, parece que o seu cotidiano não é completamente permeado e centrado em tal dimensão – que se mostrou presente, mas não proeminente em relação a outras, como a vivência da infância, a vida escolar, etc.

É preciso diferenciar o contexto da comunidade em questão daqueles de alguns morros do Rio de Janeiro, por exemplo – morros e localidades nas quais parece haver uma intervenção direta do narcotráfico sobre diversos aspectos da vida dos moradores, tais como: restrições à livre circulação em certos territórios, toque de recolher, invasões a casas e instituições como as escolas.<sup>14</sup> Na localidade onde o presente estudo foi realizado, parece haver certa autonomia de instituições como a escola e a igreja relativamente ao narcotráfico.

As crianças investigadas vivenciam situações particulares que as fazem perspectivar e expressar fenômenos relacionados às violências

através de um repertório específico por elas compartilhado. Porém, é impossível afirmar que essas crianças vivem num universo fechado e completamente distinto daquele das crianças “do asfalto”. Há peculiaridades sim, mas há muitas características compartilhadas com seu grupo geracional, especialmente no que diz respeito ao gosto pela brincadeira, ao acesso ao universo lúdico, à forte presença da mídia, particularmente da televisão, em seu cotidiano.

### **Considerações finais**

Com relação à temática das violências, esta pesquisa foi informada teoricamente por referenciais que apontam a necessidade de consolidação de modelos interpretativos de cunho mais analítico e construídos a partir das práticas e experiências dos sujeitos que vivenciam situações de violências.

Na construção da problemática da pesquisa, buscou-se articular os campos de estudo das violências e das infâncias de maneira a vislumbrar as crianças como sujeitos capazes de representar e significar suas experiências relativas às violências. Ao invés de construir um relato no qual as vivências das crianças são narradas a partir do olhar do pesquisador, a intenção era a de identificar os discursos e expressões dos próprios sujeitos. Essa forma de abordagem, ao focar a dimensão vivencial das violências, permite o surgimento de novos elementos para a compreensão analítica destes fenômenos. Além disso, o fato de se ter crianças como interlocutoras pode tornar visível a sua condição de sujeitos sociais portadores de representações acerca do mundo em que vivem e capazes de expressar seus discursos e experiências. Dessa forma, nesta pesquisa as crianças não foram tratadas como vítimas ou agentes de violências, mas como sujeitos que, por vivenciarem situações singulares, podem nos contar, nos informar sobre o fenômeno investigado.

Notou-se que a posse de saberes relacionados às violências, o conhecimento das formas de ação do narcotráfico e a convivência intensa com acontecimentos tais como homicídios e tiroteios é sem

dúvida uma dimensão peculiar do cotidiano dessas crianças. Porém, como já se disse, tal dimensão se mostrou presente, mas não proeminente em relação a outras como a vivência da infância, a vida escolar, etc. Identificou-se também a existência de uma maneira particular de apreensão e expressão das violências por parte dessas crianças, caracterizada pela musicalidade e pela gestualidade. Aspectos lúdicos eram também frequentemente acessados pelas crianças ao expressarem suas idéias.

A questão central a ser apresentada nessas considerações é que, para além de uma experiência de pesquisa, a relação construída com as crianças e com outras pessoas da comunidade se deu também no sentido do compartilhamento de vivências. Essas pessoas passaram a fazer parte da minha vida, me possibilitaram conhecer um pouco de seu universo, de suas experiências. Assim, não considero suas falas, suas expressões apenas como informações relevantes para a produção de conhecimento acadêmico. As vivências dessas pessoas me fizeram repensar minha própria experiência e me fizeram refletir sobre alguns posicionamentos éticos, políticos, com relação, por exemplo, aos problemas vivenciados pelas crianças e demais moradores das periferias e morros no tocante a processos de exclusão social e as violências decorrentes da presença do narcotráfico nestas comunidades.

A jovem pesquisadora, branca, de classe média, que vive no “asfalto” e cursa o ensino superior sobe o morro para encontrar crianças pobres, carentes no que diz respeito a direitos básicos de cidadania e que vivenciam um cotidiano marcado por guerras de facções do narcotráfico, tiroteios, entre outras coisas. O encontro descrito parece ser impossível em razão de mundos tão distintos, de trajetórias tão diferentes. Geralmente, o quadro que é montado a respeito do cotidiano das pessoas que moram nos morros e periferias parece segregá-las ainda mais, ao colocá-las numa posição de cidadania malograda. Elas são apresentadas como “outros” que habitam um mundo diverso do meu, com o qual não encontro – e não desejo – identificação.

Porém, no caso deste trabalho foi possível conhecer outras dimensões do cotidiano dessas crianças que não aquelas que reduzem as suas vivências a um cenário de faltas e carências. Quando se consideram as dimensões nas quais esses sujeitos “são”, nas quais os vemos como pessoas que sofrem, mas que também sentem alegrias, que se divertem mesmo num contexto adverso, o panorama muda. O “outro”, agora, não é mais tão estranho a mim e se torna mais fácil, além de abominar aquele cenário de mazelas e carências para minha vida, abominá-lo também para aquele outro que, de certa forma, é parecido comigo. Pensar no “outro” naquilo que ele “é” e torná-lo visível através dessa dimensão pode suscitar o desejo de que ele “seja” também nas outras dimensões.

Como já assinalado, a exibição do documentário “Falcão: meninos do tráfico” em rede nacional de televisão gerou uma série de debates e discussões no país a respeito do envolvimento de crianças e jovens com o narcotráfico. Em seguida à transmissão do documentário, no programa *Fantástico* da TV Globo, foram apresentadas impressões de celebridades, escritores e intelectuais a respeito das imagens exibidas. No dia seguinte, as pessoas comentavam entre si os impactos diante de imagens tão “chocantes”: crianças a dizer que queriam ser bandidos quando crescessem; outras brincando de execução sumária de um “X-9” (pessoa que denuncia os traficantes à polícia); enterros de meninos assassinados aos 16 anos. Nesse caso, foi preciso, literalmente, “ver para crer”.

Essas imagens, provavelmente, só estão tendo espaço na mídia e no debate público porque as violências geradas a partir do narcotráfico estão atingindo também as classes médias e altas. Enquanto os tiroteios, os homicídios e outras formas de violências eram restritos a guetos, morros e periferias, tratava-se de um problema exterior, de “outros”. Não eram “nossos” filhos que estavam morrendo, não havia o risco de ir às compras e ser atingido por uma bala perdida. Bastava não olhar para “cima” e cidades como o Rio de Janeiro e Florianópolis eram paraísos nos quais os habitantes viviam felizes e em paz. As situações que aparecem nas

imagens coletadas no penoso trabalho de Celso Athayde e MV Bill já existem há muito tempo. Assim, é muito significativo o fato de tais situações apenas se tornarem explícitas e visíveis para a sociedade em geral neste momento específico da história do país, no qual certas formas de violência não são mais “privilégio” das populações empobrecidas.

No caso da comunidade em que se realizou a presente pesquisa, como já explicitado, há ainda certa autonomia da população e das instituições relativamente ao narcotráfico. As crianças demonstraram que as suas vidas ainda não são completamente permeadas por situações de violências. Porém, é inegável que o “campo de possibilidades” que circunscreve os projetos de vida dessas crianças é muito restrito e, nesse sentido, o caminho do narcotráfico é uma opção sedutora para essas crianças. O fato de ter percebido que as crianças sujeitos da pesquisa ainda têm espaço para vivenciarem suas infâncias, para circularem com certa margem de autonomia pelo morro, para vislumbrarem projetos de vida não relacionados com o narcotráfico, me deixou de certa forma alegre e aliviada. Entretanto, não se pode desconsiderar que é preciso encontrar meios para que se estabeleçam formas de diálogo entre o mundo do “asfalto” e o do “morro”, para que essas crianças tenham mais alternativas com relação aos seus projetos de vida. Seria muito interessante se esses sujeitos fossem visibilizados no presente através do diálogo e da troca de experiências. Eles têm que ser considerados interlocutores sempre, e não apenas quando são percebidos como um “problema social”.

## Referências

- ARAÚJO, Camilo B. *A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Grob – a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat*. Florianópolis: Insular, 2004.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BRIGGS, Charles L. *Learning how to ask*. A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CECHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

COHN, Clarice. *Crescendo como um Xikrin. Uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá*. *Revista de Antropologia*. v.43, n.2, 2000. ( pp.195-222).

\_\_\_\_\_. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (col. Passo a Passo n.57), 2005.

COPPETE, Maria Conceição. *Janelas Abertas: uma experiência de educação no morro Mont Serrat*. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo". Repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). In: *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992 (pp.07-18).

GUIMARÃES, Áurea Maria. *Vigilância, punição e depredação escolar*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GUIMARÃES, Maria E. *Escolas, galerias e narcotráfico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MATTA, Roberto D. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa; a psychological study of primitive youth for western civilization*. New York: A Mentor Book, 1963.

\_\_\_\_\_. *Growing up in New Guinea*. New York: A Mentor Book, 1963

NUNES, Ângela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante. In: LOPES DA SILVA, Aracy; MACEDO, Ana Vera da Silva Lopes & NUNES, Angela (orgs.). *Crianças Indígenas*. Ensaio Antropológicos. São Paulo: Global/ Mari/ Fapesp, 2002. (pp.64-99).

\_\_\_\_\_. *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante*. Por uma antropologia da criança. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1999 (col. Temas de investigação 8).

OLIVEIRA, Luis R. C. de. Pesquisa *em* versus pesquisas *com* seres humanos. In: VICTORA, C., OLIVEN, R.G., MACIEL, M.E., ORO, A.P.(orgs.). *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2004.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo/ Brasília: Unesp/ Paralelo 15, 1998.

PROUT, Alan. *Reconsiderar a Nova Sociologia da Infância*: para um estudo interdisciplinar das crianças. Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância, 2003/2004.

RIFIOTIS, Theophilos. *Nos campos da violência: diferença e positividade*. Col. Antropologia em Primeira Mão. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC (19)1-30, 1997.

\_\_\_\_\_. Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva* (Fundação Seade, São Paulo), 13 (2): 28-41, 1999.

RODRIGUES, TIAGO N. H.e.C. *Contando as violências*. Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC). 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. ITURRA, Raúl. A EPISTEMOLOGIA DA INFÂNCIA: Ensaio de antropologia da educação. In: *Educação, Sociedade e Culturas* (Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação). Edições Afrontamento, nº17,2002.

SCHÄFER, Mechthild. Abaixo os valentões. *Revista Viver Mente&Cérebro*. Duetto Editorial. Ed. n.152, set, 2005 (pp.79-83).

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito/Conflito e estrutura do grupo. In: SIMMEL, George, *George Simmel*. São Paulo: Ática (Col. Grandes cientistas sociais), 1983.

VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

\_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. *Violência e Crime. O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia Volume I (1970-1995)*. São Paulo/Brasília/Sumaré: CAPES, 1999.

## NOTAS

<sup>1</sup> Os três volumes da série *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)* foram organizados por Sergio Miceli e resultaram de uma iniciativa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

<sup>2</sup> Georg Simmel (1858-1918) viveu o período mais exuberante do novo pensamento alemão. Percorreu quase todos os campos das Ciências Sociais, sendo considerado um dos fundadores da Sociologia do século XX.

<sup>3</sup> Laboratório de estudos das violências – também orientada por Theophilus Rifiotis.

<sup>4</sup> Oliveira (1998) discute brevemente, mas de forma consistente, essa questão no texto “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. No tocante às discussões a respeito da importância de se problematizar os contextos e a forma como se dá a produção do conhecimento nas Ciências Sociais – particularmente no caso das entrevistas –, são valiosas as reflexões de Briggs (1986).

<sup>5</sup> A escola na qual se realizou a pesquisa tem papel fundamental na história das conquistas da comunidade. Foi inicialmente uma Escola Isolada e se localizava na caixa d’água, passando depois a se tornar Escola Reunida, Grupo Escolar, até se transformar em 1978 em Escola Básica Estadual. A instituição escolar atende atualmente cerca de 400 alunos do Ensino Fundamental, nos períodos matutino e vespertino.

<sup>6</sup> Trecho de entrevista concedida por Rouch no filme “Jean Rouch, Subvertendo Fronteiras”, dirigido por Ana L. Ferraz, Edgar T. da Cunha, Paula Morgado e Renato Sztutman.

<sup>7</sup> Nome fictício escolhido pelo próprio menino. Com relação à questão da preservação das identidades, ver o subitem II.7, que trata dos procedimentos éticos na pesquisa.

<sup>8</sup> Há considerações interessantes a respeito das brincadeiras sazonais em Nunes (2002).

<sup>9</sup> Há uma coletânea com diversos artigos relacionados a esse tema – especialmente na Antropologia. Ver: VICTORA, C., OLIVEN, R.G., MACIEL, M. E., ORO, A.P. (orgs), **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil** (Niterói: Ed. da UFF, 2004).

<sup>10</sup> Sendo que este trabalho é informado teoricamente por uma linha que procura pensar a violência como um fenômeno plural, ou seja, as violências, sempre que “a violência” estiver referida no singular virá acompanhada de aspas, por se tratar da percepção social do fenômeno.

<sup>11</sup> Ver os trabalhos de Zaluar (1985; 1995) e de Soares et al. (2005).

<sup>12</sup> “Patrão” é a palavra usada para designar o chefe de uma boca de fumo.

<sup>13</sup> Neste trabalho, usa-se a categoria de *bullying* apresentada por Mechthild Schäfer (2005) para designar casos de intimidação física ou psicológica ocorridos nas escolas e levados a cabo por um grupo em relação a um indivíduo.

<sup>14</sup> A esse respeito, basta ver os trabalhos de Zaluar (1985; 1995) e Guimarães (2003).

## **ANEXO**

# ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS IV PRÊMIO ABA – FORD

## EDIÇÃO 2006 – DIREITOS CULTURAIS, DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES

A Associação Brasileira de Antropologia, com o patrocínio da Fundação Ford, premiará trabalhos sobre o tema *Antropologia e Direitos Humanos: direitos culturais, desigualdades e discriminações*. Os candidatos ao prêmio deverão enviar suas monografias à secretaria do Prêmio até o dia **31 de abril de 2006**. O prêmio será conferido na Assembléia de Abertura da Reunião Brasileira de Antropologia a se realizar em Goiânia, GO, no dia 11 de junho de 2006.

Há vários anos, a ABA e a Fundação Ford elegeram os Direitos Humanos como tema de seu concurso de monografias, em virtude da contribuição crítica que a Antropologia tem oferecido a esse campo teórico e político. A formação antropológica aguça a sensibilidade crítica e relativizadora, o que ajuda a questionar preconceitos, evitar fundamentalismos de todo tipo e a reconhecer os “direitos” dos outros. Como antropólog@s contemporâne@s, sabemos que os direitos humanos – sua definição e alcance – estão no centro de inúmeros embates políticos e que, em muitos contextos, acabam sendo veículos para discursos e intervenções etnocêntricas. Por outro lado, sabemos também que a universalização do conceito de Direitos Humanos tornou-se instrumento relevante para a produção de um espaço público democrático, indispensável ao exercício adequado de nossa prática profissional.

Nesta perspectiva o prêmio ABA/Ford busca estimular novas reflexões sobre o tema, enfatizando particularmente os aspectos relativos aos temas de *direitos culturais, desigualdades e discriminações*. Esperamos que este concurso represente um incentivo adicional ao debate sobre o papel da antropologia no mundo contemporâneo e que esse debate possibilite o redimensionamento de nossa atuação profissional, sobretudo no que diz respeito à defesa dos direitos humanos.

## EDITAL

### OBJETIVO

**Art 1. O IV Prêmio *Antropologia e Direitos Humanos: desigualdades e discriminações*** objetiva estimular, apoiar e divulgar trabalhos que versem sobre a contribuição da Antropologia para várias áreas relativas a temática dos Direitos Humanos.

### O PRÊMIO

**Art 2. O IV Prêmio *Antropologia e Direitos Humanos: Desigualdade e Discriminação*** é concedido pela ABA através do patrocínio da Fundação Ford.

**Art 3.** Poderão inscrever-se:

- a) na categoria Doutorado - doutores ou doutorandos em Antropologia ou orientados por antropólogos sócios da ABA em outros programas de pós-graduação;
- b) na categoria Mestrado - mestres ou mestrandos em Antropologia ou orientados por antropólogos sócios da ABA em outros programas de pós-graduação;
- c) na categoria Graduação - graduados ou graduandos em Ciências Sociais ou orientados por antropólogos sócios da ABA em outros cursos de graduação.

No ato da inscrição, @ candidat@ deve explicitar em que categoria está concorrendo.

**Art 4. O IV Prêmio *Antropologia e Direitos Humanos: direitos culturais, desigualdades e discriminações*** será concedido a um trabalho em cada categoria, estipulada no artigo 3º.

**Parágrafo único.** Caberá à Comissão Julgadora decidir sobre a conveniência de atribuição de menção honrosa. Na hipótese de a Comissão Julgadora entender que nenhum dos trabalhos seja

merecedor de prêmio, poderá optar pela não concessão de prêmio ou no caso de empate, sugerir a divisão do prêmio entre dois ou mais concorrentes.

**Art. 5.** O prêmio será no valor de R\$ 5.000,00 (categoria Doutorado), R\$ 3.000,00 (categoria Mestrado) e R\$ 1.000,00 (categoria Graduação).

§ 1º Os trabalhos premiados serão publicados em livro editado pela Associação Brasileira de Antropologia;

§2º A inscrição no concurso implica cessão de direitos de publicação aos seus promotores, independentemente de autorização específica posterior à premiação, pelo período de 02 (dois) anos a contar da premiação.

#### **O TEMA**

**Art 6.** Os trabalhos devem ser inscritos sob o título: *direitos culturais, desigualdades e discriminações*, podendo ser análises etnográficas, estudos de caso e reflexões sobre direitos humanos na interface com os seguintes temas: desigualdades sociais, jurídicas, políticas; econômicas, cidadania; violências e conflitos; minorias e grupos socialmente vulneráveis (nacionais, étnicos, religiosos, sexuais, etários, comportamentais).

#### **APRESENTAÇÃO**

**Art. 7.** Documentos de Inscrição:

**Para a inscrição on line** (a ser feita até às 24hs do dia 31 de abril de 2005): enviar para **abaford@ims.uerj.br**

1. Ficha de inscrição do concurso (disponível on-line [www.antropologias.com.br](http://www.antropologias.com.br))

2. Ensaio com no máximo 50 (cinquenta) páginas de texto corrido, em Times New Roman, espaço 1,5, além das relativas aos anexos. Citações, transcrições, notas e bibliografias, indicar as fontes, assim com os elementos bibliográficos indispensáveis.

3. Currículo Lattes atualizado na página do CNPq (não é preciso enviar cópia).

**Para a inscrição por correio** (data de correio de 31 de abril de 2006):

1. Ficha de inscrição do concurso (disponível on-line na página da ABA [www.antropologias.com.br](http://www.antropologias.com.br))

2. Ensaio com no máximo 50 (cinquenta) páginas de texto corrido, em Times New Roman 12, espaço 1,5, papel A4, espaço 1,5, margens 3cm esquerda, direita, superior e inferior, páginas numeradas e notas de rodapé ao final, além das relativas aos anexos. Citações, transcrições, notas e bibliografias, indicar as fontes, assim com os elementos bibliográficos indispensáveis.

3. Currículo Lattes atualizado na página do CNPq (não é preciso enviar cópia).

**Parágrafo Primeiro:** Se os trabalhos contiverem fotografias, mapas, desenhos, croquis, textos musicais etc. eles devem ser obrigatoriamente enviados pelo correio, em papel e em disquete, com alta definição, para o caso de serem publicados.

Inscrições pelo correio devem ser enviadas diretamente à Presidência do Prêmio ABA/Ford:

Professora Maria Luiza Heilborn/ Concurso ABA/FORD

**Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Rua São Francisco Xavier, 524, 6º andar, Bloco E**

**Rio de Janeiro – RJ**

**CEP: 20550-013**

### **Parágrafo Segundo:**

**Art 8.** Só serão aceitos trabalhos individuais.

**Art 9.** Cada concorrente só poderá enviar um trabalho.

**Art. 10.** A inscrição estará efetivada quando a Secretaria do concurso comunicar o recebimento do formulário de inscrição na semana seguinte ao recebimento da documentação. O ato de inscrição implica aceitação, pelo concorrente, das disposições regulamentares.

**Art 11.** O trabalho deverá vir acompanhado de

- 1) ficha em separado onde constem:
  - a) título do trabalho
  - b) nome completo d@ concorrente, nome d@ orientador@, instituição a que pertence e na qual está sendo desenvolvido ou foi defendido o trabalho.
  - c) e-mail, endereço e telefones d@ concorrente.
- 2) cópia escaneada do diploma de doutorado, mestrado ou graduação; ou, quando estudante, declaração do programa de pós-graduação ou do curso de graduação ao qual está vinculad@.

Comissão julgadora

**Art 12.** A comissão julgadora será composta por cinco membros designados pela diretoria da ABA, sendo um deles a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ABA, Maria Luiza Heilborn e quatro pesquisador@s reconhecidos na área. A qualidade de membro da Comissão Julgadora é incompatível com a de concorrente ou de orientador@ nos trabalhos concorrentes.

**Parágrafo único.** A Comissão Julgadora tem autonomia para pronunciar a decisão final, sendo esta decisão irrecurável.

Disposições gerais

**Art. 13.** Só serão divulgados os nomes dos contemplados com prêmios.

**Art. 14.** Os trabalhos que não se enquadram neste regulamento serão desclassificados.

**Art. 15.** Os trabalhos aprovados, não aprovados e desclassificados não serão devolvidos.

**Art. 16.** Os vencedores do IV Prêmio *Antropologia e Direitos Humanos: direitos culturais, desigualdades e discriminações* serão anunciados na sessão de abertura da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia em 11 de junho de 2006.

**Art 17.** Os trabalhos premiados serão publicados na versão encaminhada ao concurso.

Informações:

abaford@ims.uerj.br

tel: (021) 25680599 Ramal 201

www.antropologias.com.br

**NOVA**  
**LETRA**  
GRÁFICA & EDITORA

Esta obra foi impressa na  
Nova Letra Gráfica e Edi-  
tora Ltda. Miolo em papel  
Sulfite 75g. Capa em papel  
Triplex Supremo 250g.